



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

LINHA DE PESQUISA: POLÍTICA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

A QUESTÃO DA ILHA DA TRINDADE (1895-1896):
UMA REVISÃO HISTORIOGRÁFICA

CARLOS LUIS MARQUES CASTANHEIRA DA CRUZ

**RIO DE JANEIRO,
JANEIRO DE 2005**



Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ
Centro de Ciências Sociais – CCS
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – IFCH
Departamento de História
Programa de Pós-Graduação em História – PPGH

A QUESTÃO DA ILHA DA TRINDADE (1895-1896):
UMA REVISÃO HISTORIOGRÁFICA

Carlos Luís Marques Castanheira da Cruz

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ, como requisito à obtenção do grau de Mestre em História.

Orientadora:
Prof.^a. Dr.^a. Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves

Rio de Janeiro

2005

Dedicatória:

A minha esposa e filha
por paciência e dedicação acima e além do dever.

Agradecimentos:

Ao Prof. Pedro Tórtima e equipe da Biblioteca do IHGB,
pelas valiosas orientações, atenção e cortesia.

À Prof^a. Sueli Gomes Guimarães,
pela atenciosa revisão ortográfica e gramatical.

Ao Arq. Roberto Toner e ao Projeto Fortalezas Multimídia,
pelas discussões em fontes para História de Fortificações.

Ao Cmt. FN-REM Mauro César Pereira dos Santos,
pelo material de pesquisa, atenção e incentivo.

Ao Arquivo da Marinha e sua *tripulação*,
pela organização, cuidado e valor, material e pessoal.

A todos os meus alunos que, nestes anos,
acompanharam a minha jornada.

A todos os que colaboraram,
direta e indiretamente, para esta pesquisa.

Resumo:

Direcionado para os estudos de História Política, o presente trabalho tem por escopo proceder a uma revisão historiográfica brasileira sobre a *Questão da Ilha da Trindade (1895-1896)*, a fim de elaborar uma releitura sobre o assunto, inserindo o tema no quadro do expansionismo imperialista britânico, do final do século XIX, para além de um aspecto particular da política externa da nascente república brasileira. Parte de uma consideração da importância da Ilha na atualidade, em termos naturais e econômicos, aborda aspectos evitados academicamente, mas comumente explorados pela mídia: a busca a tesouros, a pesquisa ufológica e as potencialidades de turismo exótico e desenvolve uma análise historiográfica sobre o tema, desde a cartografia seiscentista até à *Questão*, ao final do século XIX. Com relação às obras que abordaram a *Questão*, demonstra de que maneira ela contribuiu para identificar e compilar os documentos e fontes primárias nos arquivos históricos brasileiros e portugueses, divulgando-os ao público e disponibilizando-os aos pesquisadores, que os utilizaram à época (e posteriormente), para construir um tipo de narrativa revisionista, factual e descritiva, afirmativa da nacionalidade, que atravessou as décadas até ao final do século XX.

Palavras-chave:

- Brasil
- Ilha da Trindade
- Geopolítica do Atlântico Sul
- História Política
- História das Relações Internacionais
- Historiografia

Abstract:

Addressed for the studies of Political History, the present work has as scope focus on the Brazilian historiographical revision about the *Question of the Trinity Island (1895-1896)*. It starts considering the contemporary value of the Island, in natural and economic terms, presents aspects avoided academically, but usually exploited by the media: the search of treasures, the UFOs research and the latent power of exotic tourism -, and develops an historiographic analysis about the theme, from the sixteen century cartography up to the *Question* at the end of the nineteenth century. Concerning the works that approached the *Question*, it shows how it contributed to identify and to compile the primary documents and fonts in the Brazilian and Portuguese historical files, divulging them to the public and make them available to the researchers, that utilised them at that moment (and after) to build a kind of revisionist, factual and descriptive narrative, affirmative of the nationality, that passed over the decades up to the end of the twentieth century.

Key Words:

- Brazil
- Trinidad Island, offshore Brazil
- South Atlantic Geopolitics
- Political History
- History of the Outer Relations
- Historiography

Sumário:

Introdução.....	01
Capítulo 1 – A Ilha da Trindade: dos fatos para as fontes	
1.1. Por Trindade: Considerações iniciais.....	16
1.2. O Direito do Mar: Conceitos e legislação.....	19
1.2.1. O Brasil e o Direito do Mar.....	22
1.3. A Trindade Oculta: Tesouros, OVNI's e naufrágios.....	31
1.4. Por Trindade: dos mapas seiscentistas à <i>Questão</i> de 1895-96	
1.4.1. A Trindade e a Cartografia seiscentista.....	36
1.4.2. As fontes documentais para a História da Trindade	
1.4.2.1. Dos séculos XVI ao XVIII.....	42
1.4.2.2. O século XIX e os primeiros trabalhos de natureza histórica.....	50
Capítulo 2 – A <i>Questão da Trindade</i> : uma revisão historiográfica	
2.1. Os acontecimentos.....	60
2.2. A importância da <i>Questão</i> para a historiografia da Trindade.....	68
2.3. Para uma análise historiográfica.....	73
2.3.1. Para uma historiografia em História do Brasil.....	78
2.3.2. Para uma historiografia em História das Relações Internacionais do Brasil.....	89
2.4. A Trindade nas Constituições brasileiras do século XIX.....	97
Capítulo 3 - Para uma releitura da <i>Questão da Trindade (1895-96)</i>	100
3.1. Do <i>concerto europeu</i> à <i>sociedade internacional europeia</i>	102
3.2. A Trindade geopolítica: um <i>glacis</i> defensivo no Atlântico Sul.....	111
3.3. Por Trindade: um olhar em língua inglesa.....	115
3.4. A <i>Questão da Trindade</i> : outros atores.....	149
Considerações Finais: o valor de uma revisão historiográfica.....	155
Iconografia.....	160
Fontes.....	168
Bibliografia.....	176
Anexos.....	195

"Deus quer, o Homem sonha, a Obra nasce."

(Fernando Pessoa)

"Uma jornada de mil milhas começa com o primeiro passo."

(Lao Tsé)

Ficha Catalográfica:

Autor: CRUZ, Carlos Luis Marques Castanheira (1963-)
Título: A Questão da ilha da Trindade (1895-1896): uma revisão historiográfica. Rio de Janeiro: UERJ, 2005.
Dissertação de Mestrado em História. UERJ.
I. Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ
II. História Política – Relações Internacionais – Historiografia – Ilha da Trindade

Introdução

A pequena Ilha da Trindade e seu vizinho, o arquipélago de Martim Vaz, no Atlântico Sul, altura do paralelo da cidade de Vitória, no Estado do Espírito Santo, são praticamente desconhecidos do grande público. Poucos têm conhecimento que essa ilha está ocupada permanentemente, desde o final da década de 1950, por uma guarnição da Marinha do Brasil, que ali realiza pesquisas oceanográficas e observações meteorológicas. Menos pessoas ainda têm ciência dos eventos que constituem a história desse território insular brasileiro e que o associam à História das Relações Internacionais, envolvendo como atores¹ os governos do Brasil, da Grã-Bretanha, de Portugal e a opinião pública brasileira, num duplo cenário: por um lado, a *conjuntura* da jovem república brasileira, que se afirmava, e por outro, a *estrutura* da expansão imperialista das potências industrializadas, na segunda metade do século XIX².

Embora desde o final do século XVI, tenham ocorrido diversos incidentes envolvendo a posse (e a identidade) desta ilha, eles agravaram-se durante o século XVII, ao sabor dos interesses econômicos e das relações internacionais européias, até que, em 1895³, ela foi incidentalmente anexada à Grã-Bretanha, com violação de direitos históricos da soberania brasileira, herdados de Portugal por ocasião da Independência, em 1822. A esse evento denominou-se historiograficamente *Questão da Ilha da Trindade*, ou simplesmente *Questão da Trindade*, constituindo-se em um teste da capacidade da jovem República e de sua diplomacia na manutenção das fronteiras herdadas do Império.

¹ Para um conceito de atores em Relações Internacionais ver: Phillip A. Reynolds. *Introducción al estudio de las relaciones internacionales*. Madrid: Editorial Tecnos, 1977. p. 23-44.

² Para uma compreensão dos conceitos de *conjuntura* e de *estrutura* ver a coleção de Pierre Renouvin (org.). *Histoire des Relations Internationales* (8 v.). Ver ainda: Pierre Renouvin & Jean-Baptiste Duroselle. *Introdução à História das Relações Internacionais*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1967.

Ao tomar conhecimento do fato consumado, com seis meses de atraso, o Estado brasileiro formalizou imediatamente o seu protesto e, através de seu corpo diplomático, procedeu à demonstração da validade de seus títulos, à luz do Direito Internacional.

Por não dispor deles no momento da eclosão da *Questão*, a chancelaria do Brasil recorreu aos *lugares de memória*⁴ na Capital Federal – os Ministérios (da Indústria, da Viação e Obras, da Guerra, da Marinha, da Fazenda, da Justiça), o Arquivo Público (hoje Arquivo Nacional) e a Biblioteca Nacional, bem como o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro⁵ – e em Portugal, através da legação brasileira em Lisboa, para obter documentos históricos que demonstrassem a posse portuguesa e, após a independência em 1822, a brasileira⁶. Pretendia demonstrar, juridicamente, uma continuidade histórica da posse luso-brasileira, diante dos argumentos britânicos de soberania, pleiteados desde Edmond Halley (1700), e da desapropriação da ilha por utilidade internacional. Além das instituições já citadas, contribuíram ainda, embora com menos divulgação, o Arquivo

³ O mês de janeiro de 1895 é a periodização historiograficamente aceita, quer em História do Brasil, quer em História das Relações Internacionais do Brasil. Ao longo desta pesquisa surgiram evidências de que a ocupação britânica pode datar de dezembro de 1894. Ver Capítulo 3.

⁴ Este conceito de Nora é aqui entendido no sentido de que *os lugares de memória são, antes de tudo, restos*. E exemplifica: *Museus, arquivos, cemitérios e coleções, festas, aniversários, tratados, processos verbais, monumentos, santuários, associações, são os marcos testemunhas de uma outra era,... [eles] nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais*. Pierre Nora. Entre memória e história: a problemática dos lugares. In: *Projeto História*. São Paulo, nº 10, p. 7-28, dez. 1993. p. 12-13. Acerca da preservação da *memória nacional* e da função de recordar, ver: Lúcia Maria Paschoal Guimarães. O "Tribunal da Posteridade". In: Maria Emília Prado (org.). *O Estado como vocação*. Rio de Janeiro: Access Editora, 1999. p. 35.

⁵ Para uma análise mais aprofundada acerca do papel do IHGB, ver: Lúcia Maria Paschoal Guimarães. Debaixo da imediata proteção de Sua Majestade Imperial: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889). *RIHGB*, Rio de Janeiro, v. 156, nº 388, p. 459-613, jul./set. 1995.

⁶ A solicitação de busca de documentos para fundamentação da defesa brasileira foi feita imediatamente, a 19 de julho de 1895. Virgílio Caixeta Arraes. A República insegura: a disputa entre o Brasil e a Grã-Bretanha pela posse da Ilha da Trindade (1895-1896). *Cena Internacional*, Brasília, a. 2, nº 1, p. 5-29, jun. 2000. p. 10. É fato que a definição das fronteiras era assunto prioritário para a diplomacia da jovem República brasileira. A esse respeito o Chanceler Carlos de Carvalho relata: *...Para completar a coleção de documentos relativos aos limites da República, incumbi a Biblioteca Nacional e o Arquivo Público de tirar cópia dos que possuísem. Idêntico serviço prestará o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Colecionamento de Documentos. In: Brasil. Relatório do Ministério das Relações Exteriores – 1896. p. 22-23 (digitalizado e disponibilizado em: <http://www.crl-jukebox.uchicago.edu/bsd/bsd/hartness/relacoes.html>. Consultado em 10 nov. 2004).

Público da Bahia e o Instituto Geográfico e Histórico da Bahia⁷.

Com o auxílio da mediação da diplomacia portuguesa, a soberania brasileira sobre a ilha foi reconhecida (agosto de 1896)⁸, o marco de posse britânico retirado (agosto-setembro de 1896)⁹ e instalado um marco de posse brasileiro (janeiro de 1897)¹⁰.

À época, o episódio mobilizou a opinião pública nas grandes capitais, de norte a sul do país, graças à cobertura da imprensa que explorava um ou outro aspecto da rodada das negociações, exacerbando os sentimentos nacionalistas da massa popular. Como exemplo, ao ser informada da ocupação da ilha por forças britânicas, a população carioca reagiu, atacando o *Café de Londres*, conceituada casa comercial estabelecida à Rua do Ouvidor, ocorrência semelhante se registrando em São Paulo, com a *Victoria Store*¹¹. O assunto revestia-se de particular cuidado uma vez que o governo brasileiro convivía com situações políticas delicadas, quer no plano interno, quer no plano externo: a invasão francesa do

⁷ Amaral Lapa, referindo-se aos Institutos, ratifica uma visão de *lugares de memória*, afirmando: ... *o papel dessas instituições foi o da preservação da memória nacional, com o recheio dos seus arquivos e a publicação de suas revistas, cumprindo, aliás, seus principais objetivos, como bem demonstrou J. H. Rodrigues* [José Honório Rodrigues. *A pesquisa histórica no Brasil*. 2ª ed.. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1969]. Apud: José Roberto do Amaral Lapa. *Historiografia brasileira contemporânea: a História em questão*. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1981. p. 217. A respeito do IHGB e dos Institutos ver, ainda: Américo Jacobina Lacombe. *Introdução ao estudo da História do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional/Editora Universidade de São Paulo, 1974. p. 134-136.

⁸ Documento nº 1. In: Anexo nº 1 - Documentos / Ilha da Trindade - Reconhecimento da soberania do Brasil. p. 3. Brasil. Relatório do Ministério das Relações Exteriores - 1897 (digitalizado e disponibilizado em: <http://www.wcrj-jukebox.uchicago.edu/bsd/bsd/hartness/relacoes.html>. Consultado em 10 nov. 2004). Ver, ainda: Diário do Congresso, transcrição da Sessão da Câmara dos Deputados de 5 ago. 1896. In: Manoel Francisco Corrêa. *Ocupação da Ilha da Trindade pela Inglaterra e restituição ao Brasil*. *RIHGB*, Rio de Janeiro, t. 59, parte II, p. 5-28, 1896. Eduardo Marques Peixoto. *Ilha da Trindade: memória histórica*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1932. p. 158-159. José Manoel Cardoso de Oliveira. *Actos diplomáticos do Brasil: Tratados do período colonial e vários documentos desde 1493* (ed. fac-sim.). Brasília: Senado Federal, 1997. p. 234. 2v.

⁹ Documento nº 4. In: Anexo nº 1 - Documentos / Ilha da Trindade - Reconhecimento da soberania do Brasil. p. 5-6. Brasil. Relatório do Ministério das Relações Exteriores - 1897 (digitalizado e disponibilizado em: <http://www.wcrj-jukebox.uchicago.edu/bsd/bsd/hartness/relacoes.html>. Consultado em 10 nov. 2004). Ver, ainda: José Manoel Cardoso de Oliveira. *Actos diplomáticos do Brasil...* p. 234. 2v.

¹⁰ Documento nº 7. In: Anexo nº 1 - Documentos / Ilha da Trindade - Reconhecimento da soberania do Brasil. p. 8-9. Brasil. Relatório do Ministério das Relações Exteriores - 1897 (digitalizado e disponibilizado em: <http://www.wcrj-jukebox.uchicago.edu/bsd/bsd/hartness/relacoes.html>. Consultado em 10 nov. 2004). Ver, ainda: Manoel Francisco Corrêa. *Restituição da Ilha da Trindade ao Brasil*. *RIHGB*, Rio de Janeiro, t. 60, parte II, p. 165-169, 1897. Para o testemunho dessa comissão ver: Simbad [2º Tenente MB Augusto Carlos de Souza e Silva]. *A Ilha da Trindade - a posse oficial*. *RIGHB*, Salvador, v. 4, nº 11, p. 19-37, mar. 1897. Ver, também: José Manoel Cardoso de Oliveira. *Actos diplomáticos do Brasil...* p. 234. 2v.

Amapá, a negociação de importante empréstimo junto a bancos ingleses, o questionamento da imprensa (nacional e internacional) pelo fuzilamento, em Florianópolis, de cidadãos franceses na repressão à Revolta da Armada, e os maus tratos, nas fazendas de café paulistas, a imigrantes italianos¹².

Tomei conhecimento da *Questão da Trindade* a partir das fontes tradicionais às quais recorro, desde 1999, para pesquisa em História das Fortificações do Brasil - Fausto de Souza¹³, Carlos Garrido¹⁴ e Aníbal Barretto¹⁵. Ao longo dos anos de pesquisa sobre a Trindade, diversas indagações se colocaram, cada resposta conduzindo a nova pergunta, até dispor de massa documental e de informações suficientes para traçar um histórico confortável da ocupação da ilha.

Durante essa pesquisa, uma questão maior se esboçava em torno da geopolítica do Atlântico Sul. Para respondê-la, era necessário investigar a *Questão da Trindade* (conjuntura), no campo das Relações Internacionais (estrutura) e a diplomacia brasileira à época da República Velha (conjuntura), dentro do cenário das Relações Internacionais pós-1870 (estrutura). Deste modo, fui atraído para o aprofundamento da temática, na linha da História das Relações Internacionais do Brasil, a fim de buscar ferramentas para uma leitura, reformulação e reinterpretação da *Questão da Trindade*.

A massa de documentos e informações compulsadas e dadas a público à época, não só pela imprensa, mas pelas revistas dos Institutos citados e mesmo pelos Relatórios do Ministério das Relações Exteriores para o ano de 1895 e, em especial, para o de 1896,

¹¹ *The Rio News*, Rio de Janeiro, 30 jul. 1895. p. 6 e 5 respectivamente a cada evento.

¹² Ver: BRASIL. *Mensagem Presidencial - 1896* (digitalizada e disponibilizada pelo CRL – Center for Research Libraries em: <http://wwwwcr1-jukebox.uchicago.edu/bsd/bsd/hartness/prestoc.htm>. Consultado em 10 nov. 2004). Ver ainda: BRASIL. *Relatório do Ministério das Relações Exteriores - 1896* (digitalizado e disponibilizado pelo CRL – Center for Research Libraries em: <http://wwwwcr1-jukebox.uchicago.edu/bsd/bsd/hartness/relacoes.html>. Consultado em 10 nov. 2004.)

¹³ Augusto Fausto de Souza. Fortificações no Brasil. *RIHGB*, Rio de Janeiro, t. 68, parte II, p. 5-140, 1885.

¹⁴ Carlos Miguez Garrido. Fortificações do Brasil. *Separata do Vol. III dos Subsídios para a História Marítima do Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Naval, 1940.

transformaram-se na base de diversos trabalhos de cunho histórico, na ocasião e nas décadas seguintes. Desse modo, a partir do estudo da *Questão da Trindade* como objeto, obtém-se o fio condutor para uma narrativa sobre o histórico da ilha, do seu descobrimento até ao final do século XIX, e mesmo o início do século XX. A riqueza da massa documental levantada nos diversos arquivos foi de tal ordem que justificou a publicação de quase uma centena de fontes ainda em 1904, revista e ampliada *a posteriori*, em 1932¹⁶.

Com o tempo, o tema permaneceu como uma referência pontual sobre as questões de limites na historiografia de História do Brasil, eclipsada pela atuação do Barão do Rio Branco à frente da Chancelaria brasileira a partir de 1902, sendo resgatado, a partir da década de 1990, pela historiografia em História das Relações Internacionais do Brasil¹⁷.

Partindo dessas indagações e questões, admiti como pressuposto básico que foi a *Questão da Trindade* quem abriu os meios (fontes) para o estudo histórico da ilha. O uso desses meios, no desenrolar da *Questão*, permitiu, dentro da historiografia em História do Brasil, sedimentar uma versão da história da Ilha da Trindade, que vem sendo repetida, em suas linhas gerais, sem maiores críticas ou questionamentos, até aos nossos dias.

Acessoriamente, aceitei que os meios de comunicação foram instrumentos-chave que atenderam às necessidades conjunturais e estruturais dos atores, no cenário nacional e no internacional, transformando a *Questão da Trindade* em agente e sujeito desses mesmos meios de comunicação.

Finalmente, a *Questão da Trindade*, para além de um aspecto particular da política externa da nascente República brasileira, insere-se em um quadro de expansionismo

¹⁵ Aníbal Barretto. *Fortificações no Brasil (Resumo Histórico)*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1958.

¹⁶ Eduardo Marques Peixoto. Ilha da Trindade: memória histórica completa. *Diário Oficial*, Rio de Janeiro, 4 mai. 1904 (em diante). Eduardo Marques Peixoto. *Ilha da Trindade: memória...*

¹⁷ Ver, por exemplo, os trabalhos de Heitor Lyra. *A diplomacia brasileira na primeira República (1889-1930) e outros ensaios*. Rio de Janeiro: IHGB, 1992. p. 25-26 e de Clodoaldo Bueno. *A República e sua*

imperialista britânico, na segunda metade do século XIX, que disputava com as demais potências europeias, e em particular com a Alemanha, a necessidade de dominar territórios-chave cada vez mais escassos.

Assumindo a necessidade de uma análise historiográfica do tema, a mesma justifica-se uma vez que a *Questão da Trindade* voltou a ser coberta recentemente pela História das Relações Internacionais do Brasil.

Embora se constituísse em tema historiograficamente pouco estudado até à mobilização popular por ocasião da divulgação do incidente (julho de 1895), daquele momento até 1897, identifiquei quase uma dezena de trabalhos publicados sobre a Ilha da Trindade. O meu levantamento bibliográfico e de fontes constatou que desse número, ainda que parte expressiva tenha se ocupado da *Questão* à época (conjuntura), somente dois autores – Manoel Francisco Corrêa e Collatino Marques de Souza¹⁸ – levantaram aspectos pertinentes ao quadro internacional, no qual a mesma se inseria (estrutura). Tais aspectos, no entanto, não tiveram peso ou aprofundamento em estudos posteriores em História do Brasil, o que só ocorreu em nossos dias, fundamentado em outras fontes. Apesar de vários trabalhos oferecerem uma consolidação das informações disponíveis em cada época de produção em História do Brasil, nenhum deles o fez enquadrando ou inscrevendo os acontecimentos nas respectivas conjunturas mundiais, quer do século XVIII, quer do XIX, atendo-se a narrativas fatuais.

Apenas na década de 1990, com a renovação dos estudos em História das Relações Internacionais do Brasil¹⁹, é que se procedeu a um enquadramento da conjuntura da *Questão* no cenário político-diplomático da República Velha (1889-1930), embora

política exterior (1889 a 1902). São Paulo: UNESP; Brasília: IPRI, 1998. p. 332-340, representantes de duas fases historiográficas em História das Relações Internacionais do Brasil.

¹⁸ Esses autores são: Manoel Francisco Corrêa. Ocupação da Ilha da Trindade... *RIHGB*... p. 5-28 e Collatino Marques de Souza. In: A Ilha da Trindade e os rochedos de Martim Vaz. *RIGHB*, Salvador, v. 3, nº 8, p. 185-198, jun. 1896.

mantendo-a centrada numa conjuntura essencialmente brasileira (local), deixando de inscrevê-la numa conjuntura internacional maior como, por exemplo, a expansão britânica na África e na Ásia, entre o final do século XIX e o início do século XX, dentro do conceito que o historiador Adam Watson denominou de *sociedade internacional européia*²⁰. Este viés, privilegiando a análise da *Questão per se*, em bases críticas, deixou outros pontos intocados, tais como: as ocupações precedentes em termos de conjunturas de Relações Internacionais nos séculos XVII, XVIII, e mesmo XIX; as diversas expedições de *caça ao tesouro* a partir da segunda metade do século XIX; o interesse norte-americano e germânico sobre a ilha no mesmo período; a utilização militar da ilha nas duas guerras mundiais; os trabalhos de História Natural (geologia, botânica e outros) desenvolvidos pelo *Museu Nacional* a partir da I Guerra Mundial (1914-18); a *Questão Antártica*, na qual o Brasil se inscreveu proativamente para os trabalhos do *Ano Geofísico Internacional de 1957-58*, com a implantação do *Posto Oceanográfico da Ilha da Trindade*, ali mantido até hoje pela Marinha do Brasil; e todo o posterior desenvolvimento das missões antárticas brasileiras, a partir da década de 1980.

O presente trabalho monográfico justifica-se, uma vez que, procedendo-se a uma revisão crítica da historiografia sobre a *Questão da Trindade* (1895-96), desenvolvem-se ferramentas que possibilitam reinterpretar esse incidente diplomático no seu duplo enfoque, conjuntural – dentro da História das Relações Internacionais do Brasil, da proclamação da República ao início da Era Rio Branco, como vem sendo feito recentemente – e estrutural – dentro de um quadro mais amplo, de um cenário de relações internacionais, dominado pela disputa entre as potências imperialistas européias, em particular, a partir da constituição do Império Germânico, de 1870 até o início da I Guerra

¹⁹ Especificamente com Amado Cervo, Clodoaldo Bueno e, posteriormente, com Virgílio Arraes. Uma relação sugerida de obras desses autores encontra-se na bibliografia.

Mundial –, o que não foi tentado verdadeiramente até o presente, segundo o levantamento efetuado.

Apesar da *Questão da Trindade* ser abordada episodicamente numa conjuntura de história da 1ª República, antecedendo a obra de consolidação das fronteiras executada pelo Barão do Rio Branco na primeira década do século XX, pretende-se aprofundar a demonstração de que ela se insere numa estrutura mais ampla na História das Relações Internacionais: a da disputa imperialista europeia no último quartel do século XIX. Procurou-se identificar o interesse geoestratégico de que essa ilha no Atlântico Sul se revestiu para a Grã-Bretanha, eventualmente estabelecendo um paralelo com a questão das ilhas Malvinas/Falkland no período anterior (dominado pelo chamado *concerto europeu*, desde 1815)²¹, além de utilizar as fontes levantadas durante e imediatamente após a *Questão* para reconstruir uma narrativa atual sobre a Trindade.

O presente trabalho reflete mudanças ocorridas, desde há alguns anos, na escrita tanto da história política, quanto da História das Relações Internacionais, a partir de uma revisão crítica, que deixou para trás as especificidades de um tipo de história tradicional.

Nas últimas quatro décadas, a História das Relações Internacionais tem apresentado uma renovação em seu objeto de estudo, motivada pela profunda transformação que a história política também conheceu. Identificada com uma visão linear e evolutiva dos fenômenos históricos, por meio de uma seqüência de fatos cronológicos sem nenhuma relação com os elementos que compõem a estrutura social, transformou-se no principal alvo das críticas dirigidas pelos fundadores dos *Annales* e pelos marxistas à prática tradicional dos historiadores. Sobre novas bases e novos objetivos, como diz Julliard, a nova história política resulta da tomada de consciência da importância da autonomia do

²⁰ Adam Watson. *The evolution of international society: a comparative historical analysis*. London; New York: Routledge, 1992. p. 251-262.

²¹ Adam Watson. *The evolution of international...* p. 238-240.

campo político, o que não deve ser visto como um simples reflexo da ação de forças supostamente determinantes. Ao contrário, deve ser encarada a partir das relações com o econômico, o cultural e o social²².

Atualmente, a historiografia, pautada nos trabalhos de Pierre Renouvin, Jean-Baptiste Duroselle e Pierre Milza, entre outros, aponta para uma renovação nos estudos da História das Relações Internacionais, ao identificar que não há uma esfera exclusiva da política externa, distinta das outras categorias do político. Deve-se considerar *a política interna dos Estados como uma das principais chaves explicativas do jogo internacional*. Se a política interna, no sentido amplo do conceito, pode ser vista como um dos eixos centrais das relações internacionais, ampliam-se também os campos de investigação e as problemáticas de estudo²³.

Nesse sentido, com a perspectiva da análise das ligações entre a política interna dos Estados e as relações que estes mantêm com as outras unidades políticas, que estruturam o sistema internacional, abandonaram-se, hoje em dia, as limitadas premissas que moldavam a chamada História Diplomática (não obstante o valioso acervo deixado por esse ramo de estudo – em que, no caso do Brasil vale lembrar Pandiá Calógeras, Teixeira Soares, Hélio Vianna, Delgado de Carvalho, entre outros), ou seja, a concepção, segundo a qual, a verdade dos fatos estava inscrita nos documentos diplomáticos, aceitando-se que para se escrever a História bastava dispor de uma vasta documentação em ordem cronológica. Uma nova proposta surgiu, mediante a problematização do passado, segundo o interesse do historiador. De acordo com essa nova atitude assumida pelo historiador, a elaboração de

²² J. Julliard. La politique. In: Jacques le Goff & Pierre Nora (dir). *Faire de l'histoire: nouvelles approches*. Paris: Gallimard, 1974. p. 229-247. Citação à p. 231. Cf. ainda: René Rémond (dir.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/Ed. FGV, 1996.

²³ Para os trabalhos dos historiadores citados, cf. Pierre Renouvin & Jean-Baptiste Duroselle. *Introdução à História das Relações...*; Jean-Baptiste Duroselle. *Todo o império perecerá. Teoria das relações internacionais*. Brasília: Ed. da Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000; Pierre Milza. Política interna e política externa. In: René Rémond (dir.). *Por uma história...* p. 365-399. Citação à p. 366.

hipóteses de trabalho, e, principalmente, o manejo de conceitos abstratos para cimentar as hipóteses constituem passos iniciais e imprescindíveis na pesquisa. Nesse sentido, em sintonia com as mudanças gerais por que passava o estudo da História, a História Diplomática cedeu seu lugar para a História das Relações Internacionais.

A mudança na postura teórica fez-se acompanhar também de modificações no foco principal da pesquisa. A anterior exclusividade dedicada às ações oficiais do Estado foi abandonada em favor de focos múltiplos. Convencida de que o conjunto de decisões político-diplomáticas das Chancelarias formava apenas um aspecto da realidade, a História das Relações Internacionais, sem deixar de priorizar o ator Estado, vai dirigir o seu olhar inquiridor para as relações econômico-financeiras-comerciais, para as relações inter-sociais, para as organizações governamentais e não-governamentais, para o jogo das influências socioculturais, entre tantos outros aspectos conformadores da complexa tela do jogo político internacional. Essa mudança faz-se sentir também na moderna produção em História das Relações Internacionais do Brasil. No caso específico deste trabalho, um relevo especial é dado às relações econômico-financeiras-comerciais, ao inserir-se a *Questão da Trindade* em um espectro mais amplo da política imperialista britânica.

A metodologia desta pesquisa bibliográfica procurou combinar complementarmente os aspectos metodológicos:

- a) Indutivos, partindo de amostras do assunto (fatores conjunturais) para alcançar conclusões de ordem geral (fatores estruturais); e
- b) Dedutivos, partindo de situações gerais (fatores estruturais) para detalhar conclusões (fatores conjunturais).

Assim, partindo da análise qualitativa das fontes e da crítica histórica, é possível apreender o fundamental e o efêmero da *Questão da Trindade*.

Esta dissertação está concebida sob a forma de pesquisa de fontes documentais e jornais, além de recorrer a uma investigação bibliográfica, utilizando-se também de livros e revistas, de forma a que se possa identificar o máximo do que foi estudado e publicado sobre o tema eleito, a *Questão da Ilha da Trindade (1895-96)*.

Para a análise da *Questão*, foram priorizadas como fontes primárias, os documentos arquivados no *Ministério das Relações Exteriores*, quer nas pastas de documentos referentes ao desenvolvimento das negociações diplomáticas, quer nos Relatórios Ministeriais, apresentados anualmente. Essas fontes, no *Arquivo Histórico do Itamaraty*, já foram estudadas por Clodoaldo Bueno, que se debruçou ainda sobre os Anais do Poder Legislativo (Câmara dos Deputados e Senado Federal), para uma análise contemporânea da mesma²⁴. Não me foi possível consultar aqueles documentos originais (nem os mapas utilizados durante a negociação) uma vez que a Biblioteca e a Mapoteca se encontraram temporariamente fechadas ao público no momento da pesquisa deste trabalho. Esse obstáculo foi contornado recorrendo-se à sua publicação de época, tanto pela *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, quanto pela *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia* e por outras fontes bibliográficas.

Para recuperar a informação primária, no decorrer da pesquisa recorri às *Mensagens Presidenciais* e aos *Relatórios do Ministério das Relações Exteriores* para os anos de 1895 e de 1896, existentes na Divisão de Periódicos da *Biblioteca Nacional* e acessados na Internet²⁵. Complementarmente utilizei a *Biblioteca do Ministério da Fazenda* no Rio de Janeiro, onde acessei o *Diário Oficial da União*, os *Anais* da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, bem como o acervo de Obras Raras.

²⁴ Clodoaldo Bueno. *A República e sua política exterior...* p. 332-340.

²⁵ Digitalizados e disponibilizados pelo Latin American Microfilm Project (LAMP), da Andrew W. Mellon Foundation, no Center for Research Libraries (CRL), em: <http://www.crl-jukebox.uchicago.edu/bsd/bsd/hartness/relacoes.html>. Consultado em 10 nov. 2004.

Com relação às fontes iconográficas, quer aquelas citadas na *Mapoteca do Itamaraty*, quer outras, no *Arquivo Nacional*, constituem-se essencialmente em mapas e plantas. Estas se prendem, entretanto, à ocupação da ilha por forças portuguesas em momentos distintos na segunda metade do século XVIII, tendo sido utilizadas como evidências jurídicas pela diplomacia brasileira durante a condução da *Questão da Trindade*, mas que não afetam diretamente os nossos objetivos.

Contrapondo-se a essas fontes oficiais, os periódicos da época estão disponíveis em microfilmes na Divisão de Periódicos da *Biblioteca Nacional*. Ocuparam-se do tema a *Gazeta de Notícias*, o *Jornal do Brasil* e o *Jornal do Comércio*, três dos mais importantes da então Capital federal. Complementares às fontes estudadas por Clodoaldo Bueno, foram objeto de análise por Virgílio Arraes em sua dissertação de mestrado defendida em 1998²⁶. Por essa razão, concentrei-me no periódico semanal da comunidade de língua inglesa da Capital, o *The Rio News*, fonte ainda não explorada para o tema, cuja leitura permite aprofundar futuras questões paralelas, que complementei com o *The New York Times*²⁷.

As fontes bibliográficas para a História da *Questão da Trindade* inscrevem-se em momentos historiográficos distintos em História do Brasil. Para abordá-las, recorri à Biblioteca do *Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, onde encontrei vasto material publicado, quer na própria *Revista do Instituto*, quer nas *Revistas* dos Institutos congêneres, da Bahia e de São Paulo. Adicionalmente, identifiquei trabalhos monográficos sobre o tema, com questionamentos pertinentes, esquecidos historiograficamente, mas relevantes por analisarem o viés geopolítico²⁸ e o jurídico da *Questão*²⁹, tendo sido de valia, também, o material disponível no *Arquivo da Marinha*.

²⁶ Virgílio Caixeta Arraes. *A República e o Imperialismo: a posse pela Ilha da Trindade (1895-1896)*. Brasília: UnB, 1998. Para outros trabalhos do autor sobre o tema, ver Bibliografia.

²⁷ O arquivo histórico deste periódico norte-americano é acessado via Internet em: <http://www.nytimes.com>.

²⁸ A Ilha da Trindade e os rochedos... *RIGHB*, ... p. 185-198.

Para consulta às obras mais recentes em História das Relações Internacionais do Brasil recorri às Bibliotecas da *Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ*, quer naquela voltada para a Graduação (área de Ciências Humanas), como na da Pós-Graduação, mais atualizada sobre o tema.

Foi ainda verificado o Banco de Teses da *Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES*³⁰, identificando-se seis trabalhos versando sobre a Ilha da Trindade, um único apenas dentro da nossa área de concentração, o de Virgílio Arraes, anteriormente citado³¹. Aprofundando-se essa linha de investigação, com a abertura do resumo da tese, o Banco de Teses da CAPES apresenta *link* para o Sistema de Currículos Lattes na Web³², onde pude identificar outros trabalhos do autor sobre o tema³³. Não posso

²⁹ Ruy Vieira da Cunha. *A Ilha da Trindade e a desapropriação por utilidade internacional*. s.l.: Escola Técnica de Vitória, 1949.

³⁰ Este Banco pode ser acessado pela Internet através do Portal CAPES, em: <http://periodicos.capes.gov.br>, digitando-se a expressão “banco de teses” no campo de busca. Consultado em 24 nov. 2004.

³¹ Os demais trabalhos são:

Ângela Alonso Rangel. *Aplicação de métodos geofísicos para a determinação da estrutura crustal da cadeia Vitória-Trindade*. Dissertação de Mestrado apresentada ao curso de Geologia e Geofísica Marinha da Universidade Federal Fluminense (1998), versa sobre metodologia de determinação da estrutura geológica da cadeia montanhosa submarina Vitória-Trindade.

Anna Maria Scofano. *Estudo comparativo entre perfis de vento na camada limite planetária*. Dissertação de Mestrado apresentada ao curso de Engenharia Oceânica da Universidade Federal do Rio de Janeiro (1991), revisa modelos de Camada Limite Planetária (CLM), comparando perfis de vento apresentados em literatura e outros, medidos pela Marinha do Brasil (DHN) na Ilha da Trindade.

Marley Cavalcante de Lima. *Variabilidade da precipitação no litoral leste da região nordeste do Brasil*. Dissertação de Mestrado apresentada ao curso de Meteorologia do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (1991), estuda características climatológicas da precipitação de chuvas sobre aquela sub-região, com base, entre outros, nas variações do vento na Ilha da Trindade e no Arquipélago de Abrolhos.

Rosana Nunes dos Santos. *Implantação da metodologia de espectrometria Alfa para a determinação de Isótopos de U e Th em rochas ígneas: aplicações ao estudo do desequilíbrio radioativo na Ilha da Trindade*. Tese de Doutorado apresentada ao curso de Geofísica da Universidade de São Paulo (2001), descreve a implantação das rotinas experimentais de espectrometria Alfa para a determinação das atividades de Tório 230, Urânio 234 e Urânio 238, nas rochas vulcânicas da Ilha da Trindade e em um fonólito da de Martim Vaz.

Silva Giovannini Luigi. *Aspectos da biologia reprodutiva de Pterodroma arminjoniana (Giglioli & Salvadori) (aves procellariidae) na Ilha da Trindade, Atlântico Sul*. Dissertação de Mestrado apresentada ao curso de Ciências Biológicas (Zoologia), da Universidade Federal do Rio de Janeiro (1995), compara aspectos da biologia reprodutiva do Petrel-da-Trindade.

Para o trabalho de Arraes, ver Nota 28, acima.

³² A *Plataforma Lattes* foi desenvolvida pelo Conselho Nacional de Pesquisa – CNPq para classificar e divulgar a produção brasileira em C&T (Ciência e Tecnologia), facilitando a consulta e o intercâmbio de informações entre pesquisadores, órgãos públicos e privados de financiamento e pesquisa, instituições universitárias, e outros. Pode ser acessada em: <http://lattes.cnpq.br>. Consultado em 26 nov. 2004.

³³ Para uma indicação da produção do autor, ver Bibliografia.

omitir, neste ponto, a referência ao *Relnet*³⁴, portal voltado para a informação e apoio à pesquisa, ensino e profissionalização das Relações Internacionais no Brasil.

Tendo-se em vista a proposta de trabalho delineada, o texto foi organizado de forma a oferecer ao leitor todas as condições para um amplo entendimento sobre o tema em tela.

Assim, no **Capítulo 1 - A Ilha da Trindade: dos fatos para as fontes** - procedo, preliminarmente, a uma revisão da importância da Ilha da Trindade na atualidade, em termos naturais e econômicos, à luz do direito do mar e da fixação das fronteiras marítimas brasileiras, bem como a sua contribuição para a projeção do Brasil na Antártida. Acessoriamente cito aspectos normalmente evitados academicamente, mas que são comumente explorados pela mídia: a busca a tesouros, a pesquisa ufológica e as potencialidades de turismo exótico. No desenvolvimento do capítulo, apresento uma análise historiográfica sobre a ilha, desde a cartografia seiscentista até à *Questão da Trindade*, em 1895-96.

No **Capítulo 2 – A Questão da Trindade: uma revisão historiográfica** - identificadas as fontes disponíveis à época e às quais se recorreu inicialmente para subsidiar a *Questão*, desenvolvo um ensaio historiográfico, lançando um olhar crítico particularmente sobre as obras que a abordaram. Nele procuro associar, na medida do possível, os autores e respectivas obras às fontes a que recorreram, identificando a natureza e características dos textos, meios de divulgação e contribuição historiográfica desses trabalhos. Pretendi demonstrar, complementarmente, de que maneira a *Questão*, desenvolvida nos anos de 1895-96, contribuiu para identificar e compilar os documentos/fontes primárias nos arquivos históricos, divulgando-os ao público e

³⁴ O portal é uma iniciativa do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília e da Fundação Alexandre de Gusmão, vinculada ao Ministério das Relações Exteriores. Disponível em: <http://www.relnet.com.br>. Consultado em 26 nov. 2004.

disponibilizando-os aos pesquisadores. Estes, influenciados pelo clima emocional que envolveu a *Questão* à época, contribuíram para a construção de um tipo de narrativa revisionista, factual e descritiva, afirmativa da nacionalidade, que não se restringiu aquele momento específico, mas atravessou as décadas até ao final do século XX.

O Capítulo 3 - Para uma releitura da *Questão da Trindade (1895-96)* - em complemento aos anteriores, constitui a culminância do que apreendi ao longo de quase quatro anos de pesquisa e leituras sobre este tema em História das Relações Internacionais do Brasil. Para além da *Questão da Trindade* em si, no final do século XIX, a documentação estudada permite identificar outras estruturas e conjunturas, recuperando e reconstruindo a narrativa histórica, trazendo-a até os nossos dias.

As questões propostas ao longo do texto foram sintetizadas, visando a comprovar as hipóteses levantadas inicialmente. A título de encerramento, uma vez que as respostas obtidas às questões iniciais, dentro de um processo dialético, conduziram a novas questões, procurei fixar algumas dessas novas questões. Elas serão desenvolvidas por futuras pesquisas, uma vez que o processo do conhecimento não se encerra no presente trabalho.

Capítulo 1 - A Ilha da Trindade: dos fatos para as fontes

1.1. Por Trindade: Considerações iniciais

A pequena ilha da Trindade foi corretamente colocada em nossas cartas [náuticas] pelo levantamento de M. Bérard, um oficial da [Canhoneira francesa] La Coquille, comandada pelo Capitão Duperrey em outubro de 1822. ... Ao se aproximar da ilha da Trindade, vindo do oceano pelo lado de Este e no paralelo da ilha, você descobrirá as três ilhas ou rochedos de Martim Vaz que poderão ser avistados do convés do navio da distância de 24 até 27 milhas. Esses rochedos são muito peculiares e não poderão ser confundidos; ... A ilha da Trindade está cercada por agudos e ásperos recifes de coral, em uma quase continuada arrebentação de mar, por toda sua periferia, o que torna difícil o desembarque e muitas vezes impraticável o fazer-se aguada ...

Alexander George Findlay. Islet of Trinidad, Martin Vas Rocks, etc.¹

Por quê a Ilha da Trindade? Talvez apenas por que esteja lá, como respondeu o pioneiro Edmund Hillary, ao ser indagado por que escalou o Monte Everest². De fato, por que essa pequena ilha, confundida em antigos mapas, envolvida em histórias de descobridores, cientistas, escravos, invasores, piratas, prisioneiros, afundamentos e OVNI's, me suscitou mais perguntas do que respostas... Entre as questões históricas, uma das mais envolventes foi a da disputa desse território insular com a Grã-Bretanha, com desdobramentos em, pelo menos, três diferentes conjunturas. A que priorizei, para fins desta pesquisa, foi a que se inscreveu na fase de expansão imperialista das potências industrializadas, ao final do século XIX.

¹ *A sailing directory for the Ethiopic or South Atlantic Ocean including a description of the coasts of South America and Africa.* 9th. ed. London: Richard Holmes Laurie, 1883. p. 232-235.

² O neozelandês Edmund Hillary, juntamente com o sherpa Tenzing Norkay foram os primeiros homens a completar a escalada do Monte Everest, no Himalaia, tendo atingido o seu cume em 29 de maio de 1953.

A Ilha da Trindade, localizada no Atlântico Sul, a cerca de 1.140 km a leste de Vitória (ES)³, é um território atualmente sob a administração do 1º Distrito Naval da Marinha do Brasil, que ali mantém permanentemente, desde fins de 1957, um posto oceanográfico, guarnecido por um destacamento cujo efetivo é revezado de quatro em quatro meses⁴.

O seu relevo acidentado é dominado por três picos com altitude aproximada de 600m, provável razão pela qual os seus descobridores portugueses, no século XVI, a denominaram de Ilha da Trindade. Geologicamente, as partes emersas da ilha começaram a se formar, por processo de vulcanismo básico e misto, a partir de 3 milhões de anos atrás (Era Cenozóica), cessado há cerca de 15.000 anos, ao final da época do Pleistoceno⁵.

Objeto de pesquisa do Departamento de Botânica do Museu Nacional/UFRJ, a Trindade constitui um ecossistema único, dificilmente comparável aos de outras ilhas oceânicas. Embora atualmente apresente uma paisagem semidesértica, devido à perda de parte expressiva da cobertura vegetal original, uma floresta dominada por pau-tucano (*Colubrina glandulosa var. reitzii*) ocupava cerca de 85% da superfície da ilha até ao início do século XVIII. Com a ocupação indiscriminada pelo homem, em fins daquele século, os solos orgânicos acumulados pelo desenvolvimento dessa floresta, comprometidos pelo regime de pastoreio de cabras, porcos e ovelhas, sucumbiram a um rápido processo de erosão. A diminuição da camada de solo e da cobertura vegetal resultou na redução da

Para uma nota biográfica do alpinista ver: Edmund Hillary. *Compton's Home Library: The Complete Reference Collection (1998 Edition)*. The Learning Company, Inc. (CD-Rom). 1998.

³ Nas coordenadas geográficas de latitude 20° 29' 32" S e longitude 29° 17' 21" O G.

⁴ Serviço de Relações Públicas da Marinha. Ilha da Trindade: 100 anos de soberania nacional. *Correio Filatélico*, Brasília, a. 21, nº 166, p. 30-31, jul. 1997. A declaração da missão do POIT – Posto Oceanográfico da Ilha da Trindade -, e um resumo de informações sobre a Ilha integram a página do Comando do 1º Distrito Naval, em: <http://www.com1dn.mar.mil.br/main/poit/index.htm>. Consultada em 30 nov. 2004. Ver, ainda: Lucas Cembranelli & Rogério Cassimiro. POIT / Ilha da Trindade. In: Folha Online. Disponível em: http://www1.folha.uol.com.br/folha/turismo/aventura/ilha_da_trindade-posto.shtml. Consultada em 30 nov. 2004.

⁵ A Ilha da Trindade está classificada como Sítio 092 no banco de dados SIGEP da Comissão Brasileira de Sítios Geológicos e Paleobiológicos, órgão multilateral brasileiro que colabora com a UNESCO para a

pluviosidade e conseqüente vazão de água doce dos riachos, de maneira que, atualmente, diversas das espécies animais e vegetais endêmicas da ilha se consideram como extintas⁶.

Objeto de pesquisas nos diversos ramos das Ciências Naturais, no campo da biologia marinha destaca-se o trabalho de preservação ali desenvolvido pelo Projeto Tamar⁷, uma vez que a Ilha da Trindade representa um dos locais mais populosos para a espécie das tartarugas-verdes (*Chelonia mydas Linnaeus*), cujas fêmeas só desovam, no Atlântico Sul, nas ilhas de Ascensão e da Trindade.

A cadeia Vitória-Trindade, constituída por montanhas e vulcões submersos em profundidades que variam entre os 3.000 e os 5.000 metros, forma bancos que se constituem em excelentes pesqueiros oceânicos, devido às águas com alta salinidade que a circundam, movimentadas pela Corrente do Brasil. Os picos emersos dessa cordilheira submarina, que constituem a ilha da Trindade e o arquipélago de Martim Vaz (ilhas de Martim Vaz, do Sul, do Norte, e a ilhota Agulha), concentram um grande número de aves marinhas, caranguejos e tartarugas marinhas. Os bens econômicos compreendidos dentro desses limites fronteiriços, nas águas, no solo e no subsolo marinhos, justificam a preocupação com o seu levantamento, pesquisa e defesa.

preservação do patrimônio geológico e paleobiológico. Disponível em: <http://www.unb.br/ig/sigep/sitio092/sitio092.htm>. Consultado em 25 nov. 2004.

⁶ Essas e outras informações sobre a conservação e o manejo da Ilha da Trindade encontram-se disponíveis no Subprojeto Flora e Vegetação da Ilha da Trindade – Recuperação e Manejo, em: <http://acd.ufrrj.br/~mndb/tripo2.html>. Consultado em 30 nov. 2004.

⁷ O Projeto Tamar visa a proteger as espécies de tartarugas marinhas encontradas no Brasil, através da proteção de áreas de desova e de alimentação, e da conscientização de pescadores e do público em geral. Executado pelo IBAMA em parceria com a Fundação Pró-TAMAR, atualmente monitora mil quilômetros de praias, com 20 bases cobrindo oito estados brasileiros. Encontra-se presente na Ilha da Trindade desde 1982. Ver: <http://www.tamar.org.br>. Consultada em 30 nov. 2004. Para uma bibliografia específica sobre as tartarugas na Trindade ver também: http://www.projetotamar.com.br/t_cientificos/es_original.htm. Consultada em 30 nov. 2004. Ver, ainda Alexandre Filippini. As tartarugas da Trindade. *Ciência Hoje*, Rio de Janeiro, v. 8, nº 45, p. 26-35, ago. 1988.

1.2. O Direito do Mar: Conceitos e legislação

Una simples mirada al mapamundi ilustra un obvio pero raras veces considerado hecho: gran parte de la sociedad humana es definida por los océanos y mares del planeta. Los límites entre el mar y la tierra, además del valor intrínseco del primero, determinan muchas cosas que se toman por supuestos: la cantidad de tierra disponible para la agricultura y para los asentamientos humanos; la productividad económica y ecológica de deltas y estuarios; las formas de las bahías y puertos usados por el comercio; la abundancia o ausencia de agua fresca en las comunidades costeras y otras. No es por tanto extraño, que al tema de los océanos y mares, se haya prestado en los países con litoral enorme importancia a partir de diversos puntos de vista.

Carlos Aguirre Barros, presidente da Academia Nacional de Ciências da Bolívia⁸.

A questão da soberania sobre as águas territoriais de um Estado-nação é bastante antiga, caminhando em paralelo com os progressos na navegação e na defesa⁹. Na Europa Ocidental, dos séculos XV ao XVIII, quando predominou a navegação à vela e a artilharia antecarga, de ferro e depois bronze, com alma lisa, era geralmente aceita a regra das três milhas marítimas para fixação do mar territorial nas Relações Internacionais¹⁰. O motivo para tal era relativamente simples: três milhas era o alcance da artilharia de Costa até o século XIX, quando a navegação a vapor e o desenvolvimento de novas técnicas metalúrgicas e de produção industrial aumentaram gradativamente o alcance dos tiros. Esse progresso conjunto conduziu paulatinamente à revisão do conceito de mar territorial¹¹, até à regra atualmente aceita das 200 milhas marítimas, adotada inclusive pelo Brasil¹².

⁸ Apud Felipe Tredinnick. *Política Internacional y Expansion Geopolítica*. s.l. (Bolívia): Raul Matos Quesada, 1995. p. 7.

⁹ Para um quadro-resumo das principais escolas geopolíticas e seus expoentes, ver: Felipe Tredinnick. *Política Internacional y Expansion...* p. 296-297.

¹⁰ Para uma compreensão mais aprofundada da regra das três milhas e do esquema de mar territorial, ver: Felipe Tredinnick. *Política Internacional y Expansion...* p. 33-52.

¹¹ Para informação sobre outras regras na definição/fixação do mar territorial, ver: Felipe Tredinnick. *Política Internacional y Expansion...* Capítulos 9 a 12.

¹² Para uma visão histórica da aplicação da regra ao Brasil, ver: Felipe Tredinnick. *Política Internacional y Expansion...* Capítulo 15.

Em termos de Direito Internacional, as **Conferências de Haia** de 1899¹³ e de 1907¹⁴ embora não tenham tratado concretamente dos problemas relacionados ao mar territorial, afirmaram o princípio do arbitramento das disputas entre as nações (Convênio para a Solução Pacífica das Disputas Internacionais) que se mostrou útil para o encaminhamento dos contenciosos sobre este mar¹⁵.

As questões relativas ao mar territorial continuaram pendentes, atravessando as duas Guerras Mundiais (1914-18 e 1939-45) e o auge da Guerra Fria (1ª metade da década de 1960), até que os representantes de mais de 150 países abriram formalmente as negociações na **III CNUDM - Conferência das Nações Unidas sobre o Direito do Mar** (New York, dezembro de 1973). Estas se encerraram em Montego Bay (Jamaica, 10 de dezembro de 1982), quando foi assinado o acordo internacional sobre mares e oceanos¹⁶. Por ele, ficou garantido aos países signatários, o direito à exploração econômica das águas marinhas (compreendidas como a coluna de água, solo e subsolo) até 200 milhas marítimas (aproximadamente 370 km) das suas respectivas linhas costeiras. Eles poderiam, doravante, explorar essas águas marinhas a título de **Zona Econômica Exclusiva**, em

¹³ O Brasil não participou da **Conferência Internacional sobre o Desarmamento** (Haia, 1899). Não obstante a distinção de ter sido o único país sul-americano a ser convidado para a mesma, declinou do convite uma vez que, devido à tensão bélica entre a Argentina e o Chile por questões limítrofes à época, reconhecia a necessidade de se rearmar no início da gestão Campos Salles (1898): *O seu governo entendeu que não se devia enviar representante a fim de não se comprometer com desarmamento, no momento em que duas das maiores nações do segmento sul do continente, bem armadas, não eram tolhidas por igual compromisso*. Cf. Clodoaldo Bueno. A proclamação da República no Brasil e seus efeitos nas Relações com a Argentina: um interlúdio na rivalidade. In: Carlos Henrique Cardim & Mônica Hirs (orgs.). *A visão do outro: seminário Brasil-Argentina*. Brasília: FUNAG, 2000. p. 249.

¹⁴ Na **Conferência de Paz** (Haia, 1907) reuniram-se os representantes de quarenta e oito nações, com destaque para as grandes potências da época: Grã-Bretanha, Alemanha, Rússia, França e Estados Unidos. Essas potências eram favoráveis à tese de que as nações deveriam ser classificadas conforme a sua força militar. O Brasil, representado por Ruy Barbosa, liderou a votação contra essa tese, sustentando a da igualdade das nações em termos de Direito Internacional. O seu voto foi acompanhado pelo dos países da América Latina e todos os demais pequenos países, derrotando a tese original. Pedro Anísio & Ramón Llampayas. *Rui Barbosa – Águia de Haia (Edição Especial da Revista Epopéia)*. Rio de Janeiro: Editora Brasil-América, 1973. p. 10-11.

¹⁵ Felipe Tredinnick. *Política Internacional y Expansion...* p. 209.

¹⁶ Pelo seu porte e complexidade, a **CNUDM** é considerada um dos maiores empreendimentos da história normativa das Relações Internacionais, dispendo sobre todos os usos, de todos os espaços marítimos e oceânicos. Ver: Oneida Freire (Coordenadora Geral da Zona Costeira). Programa Revizee e Proarquipélago. *Correio Filatélico*, Brasília, a. 23, nº 177, p. 28-32, mai. 1999.

termos de exploração da pesca, do petróleo e de outros minerais, estes últimos especialmente sob a forma de nódulos metálicos.

A versão final do Tratado apresentava 320 artigos e nove anexos com mais 120 artigos adicionais, cobrindo a regulamentação da exploração dos recursos da plataforma marinha em águas profundas, a pesquisa científica e a proteção do meio-ambiente marinho. Foi assinada por 149 delegações, embora os Estados Unidos e outras nações industrializadas tenham se absterido de assinar a Convenção, alegando que os problemas acerca da exploração mineral não estavam totalmente solucionados.

O Tratado atendeu os interesses do Brasil que, desde o início da década anterior, procurava afirmar e garantir os seus direitos às fronteiras marítimas. Em termos de geografia humana, a ocupação efetiva das ilhas oceânicas do Brasil apresenta inquestionável valor estratégico por estender a soberania nacional a um raio de 200 milhas marítimas de suas costas, afirmando as **Zonas Econômicas Exclusivas (ZEE)**, que acrescidas das áreas de **Plataforma Continental (PC)**, totalizam uma superfície de **Mar Territorial (MT)** com cerca de 4,5 milhões de quilômetros quadrados¹⁷.

¹⁷ Superfície comparável à da região amazônica brasileira. Ver: Roberto de Guimarães Carvalho. Amazônia Azul: uma outra Amazônia, ignorada por boa parte dos brasileiros. *Revista do Clube Naval*, Rio de Janeiro, a. 113, nº 329, p. 12-13, jan./fev./mar. 2004.

1.2.1. O Brasil e o Direito do Mar

Quase todo nosso comércio exterior é transportado por navios. O petróleo é outra riqueza da nossa Amazônia Azul. A pesca também pode evoluir, ampliando a geração de empregos e alimentos para a população. O potencial econômico do mar é quase inesgotável e tudo isso mostra o quanto ainda nos reserva a Amazônia Azul.

Assim, a nossa Amazônia Azul deve ser explorada com inteligência, contando com a vigilância e a proteção da Marinha.

(Texto de atividade pedagógica de Passatempo / Caça-Palavras da Marinha do Brasil)¹⁸

No início de 1970, o Governo brasileiro tomou a decisão (unilateral) de estender o mar territorial adjacente às costas do país até à distância de 200 milhas marítimas¹⁹, atitude recebida com reserva por alguns integrantes da comunidade internacional na época. Desse modo, tomou parte ativa nas negociações e foi signatário, em 1982, da **III CNUDM - Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar**, tendo-a ratificado em 1988²⁰. Em vigor desde 16 de novembro de 1994, dentre os compromissos assumidos pelos países signatários, encontravam-se os de, tendo em conta os melhores dados científicos disponíveis, cada país fixar cotas para as capturas permissíveis de recursos vivos nas respectivas **ZEEs**; e de assegurar, por meio de medidas apropriadas de conservação e gestão, que a preservação de tais recursos não seja ameaçada por um excesso de captura, dentro de uma ótica de uso sustentável dos recursos do mar.

A Convenção dispõe que, caso o país costeiro não tenha a capacidade de realizar a totalidade da captura permissível na sua respectiva **ZEE**, deverá dar a outras nações acesso ao excedente dessa captura, mediante Acordos e Tratados.

¹⁸ Serviço de Relações Públicas da Marinha. A nossa Amazônia Azul. *Nomazinho*, Brasília, a. V, nº 12, p. 2, jun. 2004. Grifos no original, atividade de caça-palavras nesse suplemento infanto-juvenil.

¹⁹ Decreto-lei nº 1.098, de 25 mar. 1970. In: Luiz Augusto de Araújo Castro. *O Brasil e o Novo Direito do Mar: Mar Territorial e Zona Econômica Exclusiva*. Brasília: FAG/IPRI, 1989. p. 83-84.

Além do direito à exploração dos bens econômicos compreendidos nas águas oceânicas, solo e subsolo marinhos dentro dos limites das 200 milhas marítimas adjacentes à costa, considerados como **ZEE**, o Brasil ainda compreende que, nos casos em que a **Plataforma Continental** - prolongamento natural da massa terrestre de um Estado costeiro - ultrapasse essa distância (200 milhas marítimas), pode-se estender a propriedade econômica desse Estado a até 350 milhas marítimas da costa. Dessa forma, somadas ambas as áreas, a de **ZEE** mais a de **PC**, os domínios territoriais brasileiros são acrescidos de mais cerca de 4,5 milhões de quilômetros quadrados, uma área equivalente a mais de 50% de sua extensão territorial ou ao domínio amazônico brasileiro²¹.

Para atender a esses compromissos, assegurando os próprios direitos, o Brasil projetou e deu início a diversos programas de pesquisa, entre os quais o REVIZEE, o PROARQUIPÉLAGO²² e o PROANTAR. Ao mesmo tempo, procedeu a modernização das instalações do POIT, ampliado com uma casa para pesquisadores.

O Programa REVIZEE (Avaliação do Potencial Sustentável de Recursos Vivos na ZEE), coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente no âmbito da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar, visava a garantir para o Brasil:

*(...) os seus direitos de soberania para fins de exploração e aproveitamento, conservação e gestão dos recursos vivos da nossa ZEE, que se estende desde o limite exterior do Mar Territorial, de 12 milhas de largura, a até 200 milhas náuticas da costa, abrangendo uma extensão geográfica de cerca de 3,5 milhões de quilômetros quadrados.*²³

²⁰ Para um breve histórico acerca do desenvolvimento das etapas de aprovação e ratificação do documento, ver: Luiz Augusto de Araújo Castro. *O Brasil e o Novo...* p. 7-8.

²¹ Roberto de Guimarães Carvalho Amazônia Azul: uma outra Amazônia, ignorada por boa parte dos brasileiros. *Revista do Clube Naval...* p. 12-13.

²² Para maiores informações sobre os Projetos REVIZEE e PROARQUIPÉLAGO ver: Oneida Freire (Coordenadora Geral da Zona Costeira). Programa Revizee e Proarquipélago. *Correio Filatélico...* p. 28-32.

²³ Idem. *Ibidem.* p. 28-32.

Além de garantir esses direitos, objetivava otimizar os recursos extrativistas da pesca no país, historicamente subaproveitados. Conforme concebido, a sua exploração ótima (...) *requer ordenamento e manejo adequados, baseados em dados técnico-científicos consistentes e atualizados, que subsidiem políticas apropriadas de conservação e gestão.*²⁴

Os resultados obtidos à época foram diretos e indiretos. Concretamente, retomaram-se as pesquisas oceanográficas e de prospeção pesqueira, por navios de bandeira nacional, que se encontravam interrompidas. Em paralelo, foram engajadas as 45 universidades e instituições de pesquisa distribuídas ao longo dos estados litorâneos, procedendo-se o levantamento do *estado da Arte* no campo da pesquisa dos Recursos Vivos Marinhos do Brasil, construindo-se uma base de dados e evitando-se a duplicação das pesquisas, tanto na área oceanográfica, quanto na de recursos pesqueiros. Indiretamente, registraram-se a recuperação e reaparelhamento dos meios flutuantes, a aquisição e modernização de equipamentos e de laboratórios e a capacitação de recursos humanos.

O Programa PROARQUIPÉLAGO (Programa de Pesquisas do Arquipélago de São Pedro e São Paulo) voltou-se para o estudo e pesquisa das ilhotas que constituem o Arquipélago de São Pedro e São Paulo, ponto mais remoto do território brasileiro, em pleno Oceano Atlântico²⁵. Além do aspecto geológico, São Pedro e São Paulo são relevantes para o estudo das aves marinhas, climatologia e meteorologia, oceanografia e marés, recursos pesqueiros e biodiversidade marinha. O Governo do Brasil reconheceu

²⁴ Idem. *Ibidem.* p. 28-32.

²⁵ As ilhas, nas coordenadas de latitude 00° 55' 1" N e longitude 29° 20' 7" O G, são *Belmonte*, a de maiores dimensões (600 x 100m), *Challenger*, *Nordeste* e *Cabral*. Constituem-se no cume emerso de montanhas que integram a Cordilheira Dorsal Meso-Atlântica, tendo sua importância geológica sido determinada inicialmente por Charles Darwin (1809-92), que as visitou em fevereiro de 1832, durante a sua viagem no *HMS Beagle*, observando que, juntamente com as Seychelles, são as únicas ilhas meso-atlânticas de origem não-vulcânica. Ver: Oneida Freire (Coordenadora Geral da Zona Costeira). Programa Revizee e Proarquipélago. *Correio Filatélico...* p. 28-32.

essa importância declarando-o Área de Preservação Ambiental, pelo Decreto-Lei nº 92.755, de 05 de junho de 1986.

A meta prioritária do programa, a instalação de uma Estação Científica permanente para o desenvolvimento sistemático de pesquisas no local, foi concretizada em 25 de junho de 1998, fruto do esforço conjunto do Ministério do Meio Ambiente, do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, e da Universidade Federal do Espírito Santo²⁶.

O Programa PROANTAR visou a metas mais ambiciosas para o Brasil: projetar o país geopoliticamente na Antártica²⁷. Sem que tenha apresentado ocupação humana até à segunda metade do século XX, o continente antártico possui uma história político-diplomática com características peculiares, constituindo-se no único que não apresenta divisão geopolítica. Muitos dos exploradores que visitaram a Ilha da Trindade a partir o século XVIII estão ligados à exploração antártica, desde o inglês Cook ao francês Dumont d'Urville²⁸. Desde então, oito nações reclamaram porções do território antártico, em faixas ou setores radiais fixados a partir do Pólo Sul, sem que essas pretensões houvessem

²⁶ Até dezembro de 2001 o Programa havia realizado 100 expedições científicas, com a participação de 188 pesquisadores, tendo sido desenvolvidos 21 projetos nas áreas de oceanografia, biologia, recursos pesqueiros, meteorologia, sismografia, geologia e geofísica. A estação encontrava-se ocupada permanentemente por 3 a 4 pesquisadores pertencentes a diversas instituições acadêmicas, substituídos a cada 15 dias. Serviço de Relações Públicas da Marinha. Programa Arquipélago de São Pedro e São Paulo realiza sua 100ª expedição científica. *Nomar*, Brasília, a. XXXVIII, nº 718, p. 3, 28 fev. 2002.

²⁷ Antártico: adjetivo derivado do grego *antárkticos* (*anti*, contra; *arktos*, ursa). Acerca da questão lexicográfica sobre o termo, ver excelente análise em: João Ferreira. Antártica ou Antártida? – Uma questão de terminologia. *Correio Filatélico*, Brasília, a. 6, nº 72, p. 15-21, fev. 1983. O artigo conta ainda com um valioso levantamento bibliográfico sobre o tema.

²⁸ James Cook (1728-79) foi o primeiro a se aproximar do continente desconhecido, atingindo a latitude de 71° 10' S, cruzando, sem o saber, o Círculo Polar Antártico, mas sem encontrar terra (1773-74). O russo Fabian von Bellingshausen descobriu as ilhas de Pedro I e Alexandre I (1819-21), mas o continente só foi atingido pelos norte-americanos Nathaniel Palmer (1820) e John Davis (1821), que não perceberam que se tratava de um continente. Essa compreensão foi alcançada por outro norte-americano, Charles Wilkes, após acompanhar a sua costa por 1.500 milhas (1840). No mesmo ano, o francês Dumont d'Urville atingiu a Costa de Adélia, seguido pelo inglês James Clark Ross, que batizou o escudo de gelo com o seu nome (1841-42). No início do século XX, foi visitada por diversas expedições científicas, as mais importantes das quais foram as do sueco Otto Nordenskjöld (1901), dos ingleses Robert Scott (1902-4 e 1911-12) e Ernest Shackleton (1908-9 e 1914), do norueguês Roald Amundsen (1911), e a do norte-americano Richard Byrd (1929). Para notas complementares sobre o assunto, ver: Antarctic Exploration.

recebido o reconhecimento das demais integrantes da comunidade internacional²⁹. Os Estados Unidos, por exemplo, entendiam que o simples descobrimento de um território não dava o direito a uma reclamação formal de posse, a menos que fosse seguido de uma ocupação efetiva, o que vinham fazendo desde o estabelecimento de sua estação polar *Little America* (1929)³⁰. Além disso, reservam-se os direitos de sua exploração e descobertas³¹.

Quando do **Ano Geofísico Internacional (1957-58)**, cientistas de doze nações fizeram importantes pesquisas na Antártica³², e no seu encerramento, decidiram prosseguir uma vez que, embora de natureza desértica - a mais fria do globo terrestre - elas indicaram a existência de uma rica fauna marinha, além de jazidas de petróleo, cromo, cobre, platina, urânio, prata, ouro, e outros³³. Boa parte dessa pesquisa foi alcançada através da cooperação internacional e, desse modo, por iniciativa dos Estados Unidos, visando a regularizar a ocupação do Continente, surgiu o **Tratado das Doze Nações** (Washington, D.C., 01 de dezembro de 1959), instrumento responsável pela regulamentação consensual (regime jurídico) das ações dos países-membros da

Compton's Home Library: The Complete Reference Collection (1998 Edition). The Learning Company, Inc. (CD-Rom). 1998.

²⁹ Essas pretensões distribuíam-se por sete setores: Austrália (dois), Estados Unidos, França, Grã-Bretanha, Noruega e Nova Zelândia. Seguindo estes, a Argentina e o Chile também reclamaram setores sobre as suas respectivas projeções continentais. Ver mapa em: Geraldo José Pauwels (Pe.). *Atlas Geográfico*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora; São Paulo: Melhoramentos, 1999. p. 11.

³⁰ *Settlement of the Byrd Antarctic Expedition (1929) near the outer edge of Ross Ice Shelf on Bay of Whales, Ross Sea, Antarctica; location of several bases used by American naval officer and explorer Richard E. Byrd and others on subsequent expeditions, incl. his 2nd. expedition (1933-35), his expedition of 1946-47, and the expedition of the International Geophysical Year 1957-58*. Little America. *Compton's Home Library: The Complete Reference Collection (1998 Edition)*. The Learning Company, Inc. (CD-Rom). 1998.

³¹ Antarctica – Political and International Relations. *Compton's Interactive Encyclopedia 2000*. The Learning Company, Inc. (CD-Rom). 2000.

³² Essas nações foram África do Sul, Argentina, Austrália, Bélgica, Chile, Estados Unidos, França, Japão, Noruega, Nova Zelândia, Reino Unido e União Soviética, em uma rede de cerca de sessenta estações de pesquisa. Antarctic Exploration. *Compton's Home Library: The Complete Reference Collection (1998 Edition)*. The Learning Company, Inc. (CD-Rom). 1998. Monserrat Filho relaciona indevidamente a Áustria em lugar da Austrália. José Monserrat Filho. O Brasil no mundo antártico. *Ciência Hoje*, Rio de Janeiro, v. 4, nº 24, p. 56-57, mai./jun. 1986.

³³ Koki Yazaki. O Brasil marca sua presença na Antártida. *Correio Filatélico*, Brasília, a. 7, nº 84, p. 21-22, fev. 1984.

comunidade antártica. O Tratado foi ratificado com o nome de **Tratado Internacional da Antártica**, em 23 de junho de 1961³⁴ e, em linhas gerais, reservava a região para fins pacíficos, particularmente a pesquisa científica. Vedavam-se o uso de armas nucleares e a deposição de detritos radioativos, bem como as atividades militares, exceto para oferecer suporte à pesquisa científica e a outros usos pacíficos. O documento não reconhecia quaisquer pretensões ou disputas territoriais sobre o Continente por parte de qualquer nação, nem permitia que novas solicitações fossem feitas. Permitia aos países participantes a inspeção mútua das demais instalações, encorajando os intercâmbios de pessoal, e demandando a cada nação relatar às demais os seus projetos e resultados obtidos. Mais tarde, em 1982, o número de nações signatárias do Tratado elevava-se a vinte e oito³⁵:

*O Ano Geofísico Internacional (AGI) de 1957-58 foi um esforço científico maior que estabeleceu estações periféricas de 50 anos, incluindo uma no Pólo Sul geográfico e uma no Pólo Sul geomagnético. Em 1988, as nações do AGI que assinaram o Tratado Antártico concordaram em uma convenção que para permitir a mineração estritamente controlada na Antártica – provavelmente ao final do século XX. Não existem depósitos minerais de valor, entretanto, e o rigor do clima não encoraja a exploração de petróleo na plataforma continental. Tanto o Tratado Antártico e a nova convenção evitam a emissão de soberania, reclamada por sete nações, sobre várias partes da região.*³⁶

O interesse do Brasil no continente antártico foi despertado em decorrência do interesse internacional na região, materializado nas pesquisas desenvolvidas no Ano Geofísico Internacional de 1957-58:

³⁴ Koki Yazaki. O Brasil marca sua presença... p. 21-22.

³⁵ Antarctica – Political and International Relations. *Compton's Interactive Encyclopedia 2000*. The Learning Company, Inc. (CD-Rom). 2000.

³⁶ *The International Geophysical Year (IGY), 1957-58, was a major scientific effort that established 50 year-round stations, including one at the geographic South Pole and one at the south geomagnetic pole. In 1988 the IGY nations that had signed the Antarctic Treaty agreed on a convention to permit strictly controlled mining in Antarctica--probably by the end of the 20th century. There are no known mineral deposits of value, however, and the harsh climate does not encourage offshore oil exploration. Both the Antarctic Treaty and the new convention avoided the issue of sovereignty, claimed by seven nations over various parts of the region.* Guy G. Guthridge (Gerente do Programa de Informação Polar, na *National Science Foundation*). Apud: Antarctica – Political and International Relations. *Compton's Interactive Encyclopedia 2000*. The Learning Company, Inc. (CD-Rom). 2000.

(...) Em 1957, a Escola Superior de Guerra propôs-se estudar a posição do Brasil em face da ocupação desse continente e indicar medidas aconselháveis à defesa dos interesses brasileiros no caso. A análise concluiu pela importância estratégica e econômica da Antártida, pelo não-reconhecimento das reivindicações do seu território (já feitas por outros países), pela reserva de direitos para uma eventual reivindicação brasileira e, finalmente, pela aceitação provisória de um regime internacional para a região, como queriam os Estados Unidos.³⁷

Enquanto as pesquisas internacionais no Ano Geofísico Internacional se concentravam na Antártica, o Brasil se integrava às mesmas estudando o oceano e, em particular a Ilha da Trindade e o vizinho Arquipélago de Martim Vaz:

O aumento da taxa de anidrido carbônico dos oceanos, a escolha de um local para servir como cemitério (marinho) dos resíduos atômicos e o estudo da misteriosa massa [de ar] tropical marinha que se localiza na Ilha da Trindade, são as três importantes (e principais) pesquisas que a Marinha brasileira vem realizando como contribuição ao Ano Geofísico Internacional.³⁸

Ao mesmo tempo, delineava-se um projeto para a instalação de uma estação permanente na Ilha da Trindade, o POIT, operacional em meados de 1958³⁹.

Por não possuir qualquer pesquisa científica em andamento sobre o continente antártico à época, o Brasil não foi convidado para signatário do **Tratado das Doze Nações**. Sob os protestos diplomáticos do governo do Presidente Juscelino Kubitschek (1959-61)⁴⁰, o Brasil só conseguiu assinar o Tratado Antártico em 16 de maio de 1975, na qualidade de membro aderente, sem obter, entretanto, assento no Conselho Consultivo. Sem direito a voto e nem a qualquer reivindicação territorial, foi necessário provar que a nação

³⁷ José Monserrat Filho. O Brasil no mundo... p. 56-57.

³⁸ A Marinha e o Ano Geofísico Internacional. *A Marinha em Revista*, Rio de Janeiro, a. XII, nº 128, p. 44, fev. 1958.

³⁹ Ano Geofísico Internacional: a Ilha da Trindade dos nossos dias. *A Marinha em Revista*, Rio de Janeiro, a. XII, nº 129, p. 26-29, 46, mar. 1958.

⁴⁰ (...) *A marginalização do nosso país, que teria sido impedido de participar na conferência que elaborou e aprovou o tratado, provocou um protesto do governo Kubitschek*. José Monserrat Filho. O Brasil no mundo... p. 56.

demonstrava real interesse por pesquisas científicas na região antártica, aguardando as revisões a serem feitas no Tratado, conforme previsto para 1991⁴¹.

No início da década de 1980, eclodiu a **Guerra das Falkland/Malvinas**⁴², que reacendeu os debates sobre a ocupação e utilização do continente antártico, bem como de seus aspectos geoestratégicos em termos de telecomunicações e fins bélicos⁴³. Nesse contexto, no Brasil, era aprovada a **Política Nacional de Recursos do Mar – PNRM** (12 de maio de 1980), elaborada pela **Comissão Interministerial para os Recursos do Mar - CIRM**, criada desde 1974 para coordenar esses assuntos. A PNRM fixou as medidas essenciais à integração do mar territorial e da plataforma continental ao espaço territorial brasileiro e à exploração racional dos oceanos⁴⁴. Em janeiro de 1982 era criada a **Comissão Nacional para Assuntos Antárticos - CONANTAR**⁴⁵, visando a articular esforços com a CIRM, responsável pela elaboração do **Programa Antártico Brasileiro - PROANTAR**⁴⁶. Estabelecia-se, assim, uma **Política Nacional para Assuntos Antárticos - POLANTAR**, (...) *pois fora estabelecido que só a presença efetiva no continente asseguraria a um país o direito de participar da exploração de suas inestimáveis riquezas, sobretudo minerais.*⁴⁷

Com a chamada **Operação Antártica I**, primeira expedição brasileira ao continente antártico, no verão austral de 1982-83, seguiu-se um programa científico estabelecido pela CIRM, conjugando-se os esforços de diversas instituições acadêmicas e de pesquisa, como a *Fundação Universidade do Rio Grande do Sul*, a *Universidade Federal do Paraná*, a *Universidade do Vale do Rio dos Sinos (RS)*, o *Instituto de Pesquisas Espaciais*, a

⁴¹ Koki Yazaki. O Brasil marca sua presença... p. 21-22.

⁴² A Guerra das Falkland/Malvinas, opôs a Argentina à Grã-Bretanha de 2 de abril a 14 de junho de 1982.

⁴³ Koki Yazaki. O Brasil marca sua presença... p. 21-22.

⁴⁴ Serviço de Relações Públicas da Marinha. CIRM – 30 anos de ciência e tecnologia no mar e na Antártica. *Nomar*, Brasília, a. XL, nº 748, p. 4, 31 ago. 2004.

⁴⁵ José Monserrat Filho. O Brasil no mundo... p. 56.

⁴⁶ Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar. Programa Antártico Brasileiro – PROANTAR. *Correio Filatélico*, Brasília, a. 21, nº 166, p. 24-25, jul. 1997.

*Universidade Estadual Paulista, a Universidade Federal da Paraíba, o Instituto de Pesquisas da Marinha e a Universidade de São Paulo*⁴⁸.

Localização geográfica, desenvolvimento da pesquisa científica, influência por fenômenos meteorológicos e oceanográficos, reserva de água potável, prospecção e aproveitamento de recursos minerais foram fatores que determinaram o ingresso do Brasil na *corrida antártica*. Entretanto, o fator primordial, afigura-se-me o desejo de se fazer presente junto à comunidade internacional, participando e influenciando nas deliberações sobre o futuro da Antártica. A ocupação permanente da Ilha da Trindade a partir do Ano Geofísico Internacional de 1957-58 e, posteriormente, as pesquisas envolvendo o Arquipélago de São Pedro e São Paulo e o levantamento da plataforma continental, projetaram as fronteiras brasileiras para leste, sobre o Oceano Atlântico, aumentando a projeção continental do Brasil na Antártica.

Como resultado concreto da Operação Antártica I (1982-83) e da elaboração do projeto de instalação de uma estação permanente, o Brasil colheu o reconhecimento da comunidade internacional, sendo admitido como membro consultivo do Tratado da Antártica a 12 de setembro de 1983, *com direito a voto nas questões sobre o destino daquele Continente*⁴⁹. No verão seguinte, com a instalação da Estação Antártica Comandante Ferraz (EACF)⁵⁰, inaugurada em 25 de janeiro de 1984, completava-se o ciclo iniciado em 1957-58 com a instalação do Posto Oceanográfico da Ilha da Trindade.

⁴⁷ José Monserrat Filho. O Brasil no mundo... p. 56.

⁴⁸ Rubens Junqueira Villela. Viagem no tempo da Antártida. *Ciência Hoje*, Rio de Janeiro, v. 4, nº 24, p. 42-55, mai./jun. 1986. Os trabalhos da USP foram desenvolvidos pelo Instituto Oceanográfico e pelo Instituto Astronômico e Geofísico p. 44.

⁴⁹ Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar. Programa Antártico Brasileiro – PROANTAR... p. 24-25.

⁵⁰ O conceito por trás do projeto da estação brasileira baseou-se na observação da base modular alemã *Georg von Neumeyer*, para definir o projeto, o material, e a construção adequados para o transporte em uma única viagem do *NApOc Barão de Tefé*. Os módulos, inteiramente nacionais, deveriam abrigar, neste primeiro momento, doze pessoas, com suprimentos para, no mínimo, 30 dias, sendo montado, com rapidez e mínimo esforço, sobre qualquer tipo de terreno. Ampliada e modernizada desde a sua instalação em 1984, a EACF conta atualmente com mais de 60 módulos e uma área total construída de 2.340m²,

1.3. A Trindade oculta: tesouros, OVNI e naufrágios

Visitada esporadicamente por navegantes em geral, o último quartel do século XIX atraiu exploradores e aventureiros em busca de riquezas escondidas na Trindade. A narrativa de um imenso tesouro em ouro e prata de Lima, enterrado em 1821 na ilha, durante as lutas da Guerra de Independência do Peru, encontra-se registrada no primeiro capítulo da narrativa de uma das aventuras do lendário E. F. Knight⁵¹ - *The Cruise of the 'Alerte': in search of treasure* -, um clássico da literatura inglesa que vem conhecendo edições até aos nossos dias⁵². Knight visitou a ilha de passagem em 1881 (*The Cruise of the 'Falcon'*) e posteriormente, em agosto de 1889, onde (supostamente para alguns críticos) teria conduzido pessoalmente uma expedição de busca ao tesouro na ilha. O autor refere ainda outras tentativas de aventureiros em busca dessa riqueza, em 1881 (uma), e em 1885 (duas).

A narrativa de Knight, embora historiograficamente no Brasil não tenha tido expressão (as informações sobre o tesouro foram relegadas, à época, a segundo plano), foi

com capacidade para abrigar até 46 pessoas. Suas funções são complementadas por refúgios e abrigos. Nesse conjunto se desenvolvem atualmente cerca de 70 projetos, inclusive pesquisas oceanográficas nos mares austrais. Mais de 1.700 brasileiros, entre pesquisadores civis e militares de apoio desenvolvem atividades na Antártica. Serviço de Relações Públicas da Marinha. 20 Anos da Estação Antártica Comandante Ferraz. NOMAR, Brasília, a. XL, nº 742, p. 5, 29 fev. 2004.

⁵¹ Edward Frederick Knight, an Englishman, was born in 1852, took a degree at Cambridge, and thereafter pursued a distinguished career in journalism, principally as correspondent in various parts of the world for the Morning Post and The Times. He was also the author of some 20 books, most of them based on his despatches. Described variously as 'a solid, well-balanced man' and 'adventurous in an unassuming way', he was the quintessence of Victorian intrepidity. During the 1870 Franco-Prussian war, he attached himself to a front-line French military unit; 1878 saw him plodding on foot around Albania and Montenegro (20 years later he was back in the Balkans, for the war between Greece and Turkey). Representing the Morning Post, he toured the world in company with the Duke and Duchess of Cornwall, and in the spring of 1891 left for the desolate and rebel-infested mountains of Kashmir, on this occasion as correspondent for The Times. He covered Kitchener's Sudan Expedition, the Spanish-American war in Cuba, the French expedition against Madagascar, the Anglo-Boer war and the Russo-Japanese conflict of 1904. He was severely wounded in South Africa - in an engagement during which he misinterpreted what he took to be a Boer surrender signal - and subsequently had his right arm amputated. In 1894 he had visited the new territory of Rhodesia and his assessment of the country, presented in a series of articles written for The Times, later appeared in book form under the title of Rhodesia of Today. After a lengthy retirement, Knight died in 1925. Em: <http://www.booksofzimbabwe.com/rag4.html> Consultado em 17 dez. 2004.

⁵² Tivemos a oportunidade de compulsar a 3ª edição na seção de livros raros do Arquivo da Marinha. E. F. Knight. *The cruise of the 'Alerte': the narrative of a search for treasure on the desert island of Trinidad*

valorizada quando da Questão, tendo sido publicada em partes pelo periódico *The Rio News*. É ela quem exemplifica o ponto de vista e as fontes britânicas para a *Questão*, em particular o Roteiro Findlay (South Atlantic Ocean), cuja primeira edição data de 1874⁵³. Outras variantes das lendas sobre o tesouro serão referidas por autores posteriores: à época da I Guerra Mundial (1914-18) por Cantuária Guimarães⁵⁴ e por Bruno Lobo, que menciona um total de doze expedições entre 1885 e 1916, permitindo entrever que ainda à sua época eram feitas buscas⁵⁵; até Alfredo de Carvalho, em 1930⁵⁶.

Um outro mistério, mais recente, envolvendo a ilha, data do final da década de 1950: em janeiro de 1958, um grupo de pesquisadores e cientistas, acompanhava os trabalhos do Ano Geofísico Internacional a bordo do *NOc Almirante Saldanha*, da Marinha do Brasil. Por volta do meio-dia do dia 16, quando a embarcação se preparava para levantar âncora ao largo da ilha da Trindade, o fotógrafo Almiro Baraúna registrou com sua câmera *Rolleiflex* um objeto voador em forma de disco que, segundo as testemunhas, passava pelo céu em alta velocidade. Das seis fotos batidas, apenas três, reveladas no próprio navio, ficaram boas. Após análise das fotos e respectivos negativos pela Marinha do Brasil, as fotos foram autorizadas pelo então presidente Juscelino Kubitschek (1956-1961) para publicação na imprensa e, até hoje, continuam a ilustrar matérias sobre

(3rd. ed.). London: Longmans, Green, and C^o, 1892. 328p. il. Localizei, ainda, uma versão eletrônica em: http://arthur-ransome.org/ar/literary/al_idx.htm. Consultada em 17 dez. 2004.

⁵³ Durante a pesquisa localizei um exemplar na seção de obras raras do Arquivo da Marinha: Alexander George Findlay. *A sailing directory for the Ethiopic or South Atlantic Ocean...*

⁵⁴ Antônio S. Cantuária Guimarães. A Ilha da Trindade. *Annaes do 5^o Congresso Brasileiro de Geographia* (2 v.). Salvador: Imprensa Oficial do Estado, 1918. p. 698-710. v. 2.

⁵⁵ Bruno Lobo. Conferência sobre a Ilha da Trindade. *Arquivos do Museu Nacional*, Rio de Janeiro, v. 22, p. 106-164, 1918. p. 128-131.

⁵⁶ Alfredo de Carvalho. Biblioteca exótico-brasileira. Rio de Janeiro: [s.e.?], 1930. v. 3, p. 79-86. Apud: Nota 154. In: Heinrich Handelmann. *História do Brasil*. 2^o ed. São Paulo: Melhoramentos; [Brasília]: INL, 1978. p. 156. Para versões modernas ver, também: João Luiz Gasparini & Sérgio Ricardo Floeter. *Ilha da Trindade: um pedaço do Brasil cercado pelo Atlântico*. Em: <http://www.horta.uac.pt/projectos/msubmerso/200208/trindade.htm>. Consultado em 30 nov. 2004. Lucas Cembranelli & Rogério Cassimiro. Lendas e Tesouros / Ilha da Trindade. Folha Online. Em: http://www1.folha.uol.com.br/folha/turismo/aventura/ilha_da_trindade-lendas.shtml. Consultada em 30 nov. 2004. Tesouros, nobres conquistadores e muitos erros. Liana John & Sérgio Viégas. Ilhas ao largo: o Brasil de alto mar. Em: <http://www.estadao.com.br/ext/ciencia/ilhas/trindade3.htm>. Consultado em 1^o dez. 2004.

ufologia⁵⁷, constituindo-se em um dos raros casos documentados (e inexplicados) de avistamento em território brasileiro.

Um último dado, que atrai a curiosidade de pesquisadores e aventureiros para a Trindade, são os afundamentos em suas costas. Embora inacessíveis, uma vez que o mergulho amador ou esportivo em suas águas não é recomendado devido aos perigos representados por rochas submersas e correntes marinhas, uma lista acurada desses naufrágios compreenderá, obrigatoriamente, ao menos seis embarcações⁵⁸:

HMS Rattlesnake (1782) – De bandeira inglesa, deveu-se possivelmente a mau-tempo. O naufrágio é mencionado pelo Roteiro Findlay⁵⁹, associado ao nome do Capitão [Phillip] D'Auvergne, oficial comandante de uma força de cinquenta homens que ocupou a Ilha da Trindade entre o final de 1781 e o início de 1782. A mesma fonte faz referência à *miraculosa* salvação de outras duas embarcações na ocasião, a *HMS Jupiter* e a *HMS Mercury*. Estas, por sua vez, estão citadas em correspondência do Governador e Capitão-general da Capitania da Bahia a Sua Majestade, em 30 de janeiro de 1782⁶⁰.

La Jeune Sophie (1817) – De bandeira francesa, sofreu incêndio no porão de carga, em alto-mar, conduzindo ao naufrágio do bergantim, nas águas da ilha, na noite de 12 para 13 de agosto de 1817⁶¹.

⁵⁷ Lucas Cembranelli & Rogério Cassimiro. Lendas e Tesouros / Ilha da Trindade. In: Folha Online. Disponível em: http://www1.folha.uol.com.br/folha/turismo/aventura/ilha_da_trindade-lendas.shtml. Consultada em 30 nov. 2004. Ver ainda os relatos e as fotos no portal do Grupo de Pesquisas Ufológicas de Americana (SP) em: http://www.gpua.ubbi.com.br/casos_famosos/caso_ilha_trindade.htm, e na página do Grupo de Estudos Ufológicos da Baixada Santista, em: http://www.geubs.com.br/paginas/pagina_03_02_01_04.htm. Consultados em 30 nov. 2004.

⁵⁸ Ver, por exemplo, o banco de dados SINAU – Sistema de Informações de Naufrágios na página Naufrágios do Brasil, em: <http://www.naufragiosdobrasil.com.br>. Consultado em 30 nov. 2004.

⁵⁹ Alexander George Findlay. *A sailing directory for the Ethiopic or South Atlantic Ocean...* p. 234. Ver, em português: A Ilha da Trindade e os Rochedos de Martim Vaz. *RIGHB*... p. 185-198.

⁶⁰ A Ilha da Trindade (continuação). *RIGHB*, Salvador, v. 3, nº 7, p. 39-49, mar. 1896.

⁶¹ *Gazeta do Rio de Janeiro* de 10 e 13 de setembro de 1817, apud: Pedro Torquato Xavier de Brito. Memória Histórica e Geográfica da Ilha da Trindade. *RIHGB*, Rio de Janeiro, t. 40, parte II, p. 249-275, 1877.

Cap Trafalgar (1914) – De bandeira alemã, em combate naval (14 de setembro)⁶². Ao eclodir a I Guerra Mundial (agosto de 1914), a marinha alemã utilizou a Ilha da Trindade como apoio no Atlântico Sul. A 20 de agosto de 1914, reuniam-se ao largo da Trindade as seguintes embarcações alemãs: a Canhoneira *Eber*, os Cruzadores *Dresden* e o *Kronprinz Wilhelm*, o Cruzador Auxiliar *Cap Trafalgar* e quatro carvoeiros (um dos quais de nome *Eleanore*). O *Cap Trafalgar*, transatlântico da carreira Hamburgo-Buenos Aires, deslocando 20 mil toneladas, estava sendo transformado em Cruzador Auxiliar, com a retirada de uma das chaminés para parecer-se com um transatlântico inglês e assim tentar furar o bloqueio naval britânico. O armamento e a tripulação da *Eber* foram transferidos para o *Cap Trafalgar* e a guarnição deste passou para a *Eber*. Na ocasião rumava para a Trindade o Cruzador inglês *Carmenia*. Por volta das 11h da manhã de 14 de setembro, o *Carmenia* avistou o *Cap Trafalgar* surgindo por trás da Trindade, travando-se o combate: a primeira salva do *Carmenia* atingiu o *Cap Trafalgar* a boreste tendo um projétil atravessado o seu casco, inundando um paiol de carvão. Atingido por outros tiros, o *Cap Trafalgar* tentou mudar de rumo, mas sem conseguir deter a inundação, foi forçado a parar. Adernado severamente para boreste, recompôs-se, levantou a popa no ar e afundou. O carvoeiro *Eleonore*, que estava de vigia, evadiu-se durante a batalha. O *Carmenia* negou-se a inspecionar a ilha e retornou para a Inglaterra.

CTE Beberibe (1966) – Este Contratorpedeiro de Escolta da Marinha do Brasil (U-29) foi à garra, arrastado pelo vento e pelas correntes marinhas, vindo a encalhar na Praia da Calheta a 3 de março de 1966⁶³.

Hwa Shing (1989) – Pesqueiro de bandeira chinesa. A tripulação uruguaia (filipina, em algumas versões) do navio amotinou-se e assassinou com um tiro o capitão chinês (o

⁶² Carmélio Vilela. O combate da ilha da Trindade ou os porcos da ilha da Trindade. *Revista Marítima Brasileira*, Rio de Janeiro, v. 121, n^{os} 07-09, p. 61-63, jul./set. 2001.

capitão e o cozinheiro em outras versões), que a vinha mantendo com uma dieta de peixe cru por dois meses em alto-mar. O navio foi encalhado na Praia dos Portugueses, e a tripulação detida pela guarnição da Marinha do Brasil, até ser remetida para o Continente. O casco de aço ainda se encontra no local, exposto aos elementos⁶⁴.

Le Roi des Arengues (1994 ou 1995) – De bandeira francesa, este veleiro foi arrastado pelo vento e pelas correntes marinhas, vindo a encalhar em terra. O casal francês, que comemorava em terra o aniversário da esposa, nada sofreu, tendo permanecido cerca de um mês na ilha, aguardando o transporte para o Continente. O casco de aço jaz no chamado “paredão”, também exposto aos elementos⁶⁵.

⁶³ CTE Beberibe. In: Navios de Guerra Brasileiros (1822-hoje). Disponível em: <http://www.naviosdeguerrabrasileiros.hpg.ig.com.br/B/B026/B026.htm>. Consultado em 30 nov. 2004.

⁶⁴ Existem diversas referências ao naufrágio, entre as quais: Lucas Cembranelli & Rogério Cassimiro. Naufrágios / Ilha da Trindade. In: Folha Online. Disponível em: http://www1.folha.uol.com.br/folha/turismo/aventura/ilha_da_trindade-naufragios.shtml. Consultado em 30 nov. 2004. Página da Regata Eldorado Brasilis da BL3 - Escola de Regatas, em: http://bl3.com.br/velareg_vit04htm. Consultada em 30 nov. 2004. Murillo Novaes. A última fronteira. Em: <http://www.revistanauticaonline.com.br/materias/colunistas/murilonovaes/013/013.html>. Consultado em 30 nov. 2004. Ignacio Aronovich. Ilha de Trindade: aonde você não pode ir. Em: <http://www.lost.art.br/trindade.htm>. Consultado em 30 nov. 2004. O Estadão apresenta o nome da embarcação como *Kao Shing*, e a sua bandeira como coreana. In: Um iceberg negro no meio do Atlântico. Liana John & Sérgio Viégas. Ilhas ao largo: o Brasil de alto mar. Em: <http://www.estadao.com.br/ext/ciencia/ilhas/trindade2.htm>. Consultado em 1º dez. 2004. Andrés Ivana grafa o nome da embarcação como *Hwashing*, atribuindo-lhe bandeira chinesa e tripulação mista, chinesa e uruguaia, datando o episódio como dezembro de 1989. Andrés Ivana. Trindade: impressões de uma artista. *Revista Marítima Brasileira*, Rio de Janeiro, v. 114, nº 4-6, abr./jun. 1994. p. 65.

⁶⁵ Lucas Cembranelli & Rogério Cassimiro. Naufrágios / Ilha da Trindade. In: Folha Online. Disponível em: http://www1.folha.uol.com.br/folha/turismo/aventura/ilha_da_trindade-naufragios.shtml. Consultado em 30 nov. 2004. Página da Regata Eldorado Brasilis da BL3 - Escola de Regatas, em: http://bl3.com.br/velareg_vit04htm. Consultada em 30 nov. 2004. Murillo Novaes. A última fronteira. Em: <http://www.revistanauticaonline.com.br/materias/colunistas/murilonovaes/013/013.html>. Consultado em 30 nov. 2004.

1.4. Por Trindade: dos mapas seiscentistas à *Questão* de 1895-96

1.4.1. A Trindade e a cartografia seiscentista

Os primeiros documentos históricos mencionando a Ilha da Trindade não são textos ou narrativas, mas os mapas seiscentistas, que integram a Cartografia relativa ao descobrimento da costa do Brasil. Essas fontes cartográficas passaram a ser estudadas acessoriamente, a partir da afirmação da História enquanto ciência, na segunda metade do século XIX. Para os fins desta pesquisa, é importante compreendê-las.

Podemos iniciar uma relação dessas fontes com o **Planisfério de Juan de la Cosa** (1500). Nesse exemplar da cartografia espanhola, reencontrado em 1832 em Paris, e, atualmente, no Museu Naval de Madrid, ainda não figura a costa do Brasil. Os estudos indicam que Juan de la Cosa, integrante da segunda expedição de Cristóvão Colombo à América (1493), autor de várias cartas hoje perdidas, não dispunha de informações detalhadas sobre a expedição do português Vasco da Gama à Índia (1497-99) e que desconhecia a expedição de Pedro Álvares Cabral⁶⁶ (1500-01), que descobriu, de passagem para o mesmo destino, o Brasil (22 de abril de 1500).

Menos divulgado é o **Mapa de E. F. Hamy** (1502), também conhecido como **Mapa de King**. Exemplar da cartografia francesa, anônimo, apresenta apenas um contorno esboçado da costa brasileira, despido de nomenclatura⁶⁷.

O primeiro mapa expressivo a ilustrar a costa brasileira é o **Planisfério de Cantino** (1502) ou da Casa d'Este. Trata-se de uma reprodução da cartografia portuguesa na

⁶⁶ Mapas Históricos Brasileiros. In: *Grandes Personagens da Nossa História*. São Paulo: Abril Cultural, 1969-70. p. 2.

⁶⁷ Duarte Leite. A exploração do litoral do Brasil na cartografia da primeira década do século XVI. In: Carlos Malheiros Dias (Coord.). *História da Colonização Portuguesa do Brasil*. v. 2. Porto: Litografia Nacional, 1923. p. 396.

Biblioteca Estense, em Modena, na Itália. Originalmente remetido por Alberto Cantino ao Duque de Ferrara, Hércules I⁶⁸, oferece as imagens do Velho e do Novo Mundo, tais como os conheciam, em outubro de 1502, os geógrafos de Portugal, os mais adiantados de seu tempo⁶⁹. Reencontrado em 1859 em Modena, na Itália, a partir de quando começou a ser estudado, trata-se da mais antiga representação cartográfica que se conhece do Brasil⁷⁰, incorporando as informações da primeira exploração à costa brasileira⁷¹. Destacando a floresta e os papagaios multicoloridos da costa, acerca das ilhas oceânicas, assinala apenas a ilha da Quaresma (depois São Lourenço, hoje Fernando de Noronha) a 9° de latitude S: *Já figura [no planisfério de Cantino] a atual ilha de Fernão de Loronha, por ele descoberta em 1502 e chamada Quaresma, nome substituído em 1503 por S. Lourenço e em 1504 oficialmente por S. João*⁷². Nesse mapa, faz-se presente também a Ilha da Ascensão a 8° de latitude S, recém-descoberta, que seria confundida com a Ilha da Trindade ainda no início do século XIX. O historiador Duarte Leite elucida o equívoco, com o auxílio desse mapa. Sobre a Ilha de Ascensão:

Os autores unanimemente concedem a este capitão [João da Nova] a descoberta, durante esta expedição [de 1501], das ilhas da Ascensão e [de] Santa Helena. (...) a ilha já figura, com o nome de 'ascenssam' e latitude exata [8° S], no planisfério de

⁶⁸ Com as dimensões de 105 cm x 220 cm, em pergaminho, manuscrito, iluminado, foi obtido mediante o suborno, no valor de 12 ducados de ouro, por Alberto Cantino a um cartógrafo português em Lisboa. O próprio Cantino obteve lucro ao remeter o mapa ao duque de Ferrara pois cobrou 20 ducados de ouro. Cf. Max Justo Guedes. Os mapas da mina. *Nossa História*, Rio de Janeiro, a. 1, n° 4, p. 38-44, fev. 2004.

⁶⁹ Duarte Leite. O mais antigo mapa do Brasil. In: Carlos Malheiros Dias (Coord.). *História da Colonização Portuguesa...* p. 223-281 e il. à p. 229. O autor coteja as datas de partida e de chegada, assim como os roteiros, das frotas portuguesas que singravam o Atlântico Sul no período, com os dados apresentados no mapa, concluindo pela data de criação do mapa em outubro de 1502.

⁷⁰ Idem. *Ibidem.* p. 279-280.

⁷¹ A minha pesquisa ilustra neste ponto uma dúvida historiograficamente recorrente sobre a identidade do comandante da expedição de 1501 à costa do Brasil: *Provavelmente o mesmo a quem o cronista Gaspar Corrêa nomeava André Gonçalves. Repetimos aqui mais uma vez seu nome, como aparece nos documentos do tempo de D. Manuel - Afonso Gonçalves*. Cf. Moacyr Soares Pereira. *A navegação de 1501 ao Brasil e Américo Vespúcio*. Rio de Janeiro: ASA Artes Gráficas Ltda, 1984. p. 314.

⁷² Duarte Leite. O mais antigo mapa do Brasil. In: Carlos Malheiros Dias (Coord.). *História da Colonização Portuguesa...* p. 280.

*Cantino, ultimado menos de dois meses depois do seu regresso da Índia. (...) A ilha deve pois ter sido avistada em 13 de maio de 1501, na ida para a Índia (...).*⁷³

E sobre a Ilha da Trindade:

Ilha da Ascensão [da Trindade]; lat. 21° S. Já nos ocupamos suficientemente desta ilha, cujo achado se pode atribuir quer a Estevam da Gama em 18 de maio de 1502, quer a Afonso de Albuquerque em 25 de maio de 1503. A duplicação do nome, numa ilha perto da costa africana e noutra perto da brasileira, deu lugar a confusões. Os cronistas narram que João da Nova, ao descobrir a primeira [a da costa africana], a chamou da Conceição; depois de vertida em português a carta de João de Empoli, transcrita e discutida no Sumário, os nossos autores dão a Afonso d'Albuquerque a paternidade do nome Ascensão, que hoje conserva. O mapa de Cantino mostra porém que ela se deve a João da Nova, dando-lhe a latitude duns 8° S quase perfeita; e por outro lado há boas razões para supor que o [futuro] 2° Vice-Rei da Índia⁷⁴ o impôs à ilha brasileira, cujo paralelo é de 20° 32' 32" S⁷⁵.

Outra fonte cartográfica de destaque é o **Mapa de Nicolo Canerio** (início de 1503). Embora assinale a costa do Brasil, não apresenta as suas ilhas oceânicas (Fernando de Noronha, Trindade). Ainda assim, é considerado o mais perfeito mapa da época⁷⁶.

Do mesmo modo, o **Mapa de Kunstmann II** (1504) assinala a ilha Brasil, mas não representa as ilhas oceânicas de Fernando de Noronha ou da Trindade⁷⁷. O padre Friedric Kunstmann foi o descobridor na Biblioteca Nacional de Munique, em 1859, dos mapas que compõem o Atlas que recebeu seu nome. O *Atlas Kunstmann* encontra-se hoje na Biblioteca do Exército, em Munique, na Alemanha.

Para os fins desta pesquisa, destaca-se o **Mapa de Vesconte Maggiolo** (1504) também conhecido como **Mapa de Fano**. Encontra-se guardado, desde 1862, na Biblioteca Fredericiana de Fano, na Itália, e interessa-me particularmente pela possibilidade de ser o

⁷³ Duarte Leite. O mais antigo mapa do Brasil. In: Carlos Malheiros Dias (Coord.). *História da Colonização Portuguesa...* p. 252-253.

⁷⁴ Afonso de Albuquerque (c. 1460-1515) sucedeu como Vice-Rei da Índia a D. Francisco de Almeida (1505-1508), em novembro de 1509.

⁷⁵ Duarte Leite. A exploração do litoral do Brasil na cartografia da primeira década do século XVI. In: Carlos Malheiros Dias (Coord.). *História da Colonização Portuguesa...* p. 425.

primeiro em que figura a Ilha da Trindade. O estudo desta fonte, de certa maneira, marca o início de uma polêmica moderna a respeito da identidade da ilha e do seu descobrimento:

No mapa de Fano aparece no Atlântico Sul uma 'Y da trinidad', com a legenda de que fora descoberta 'pro rey de portugal' em outubro de 1503, refere Teixeira da Mota em 'Os mapas de Maiolo e a questão vespuciana', Apêndice ao Vol. I da 'História dos Descobrimientos', coletânea de trabalhos de Duarte Leite, por V[itor]. Magalhães Godinho - Lisboa, 1958. A posição da ínsula, contudo, não se identifica com a da atual ilha da Trindade, que inicialmente foi conhecida por Ascensão, e cuja presença consta da lista do 'Esmeraldo de situ orbis', de 1505 ou 1506, com latitude aproximada da verdadeira, e do mapa de Kunstmann III com este último nome - 'Ascensão'. Admite-se ter sido descoberta não em 1503, mas a 18 de maio de 1502 por Estevão da Gama, de viagem para a Índia, conforme se vê na carta de Mateo de Benigno [ou de Bergamo], que fazia parte da tripulação daquela frota. É a conclusão a que chegou Franz Hümmerich. João da Empoli que navegou em 1503 para o Oriente com Afonso de Albuquerque, escreveu que avistaram uma ilha no Atlântico, mas 'que já tinha sido achada por outros, (...) e chama-se ilha de Presunção [Ascensão]' - Duarte Leite, 'A exploração do litoral do Brasil na primeira década do século XVI', HCPB, Vol. II, p. 410. Ter-se-ia, pois, um redescobrimto. De qualquer maneira, esta derradeira informação não poderia ser utilizada pelo cartógrafo genovês, porque Empoli desembarcou em Lisboa, de regresso da Índia, depois de julho de 1504, mês da assinatura da Carta de Maggiolo. No ano de 1503 só sabemos de uma ilha oceânica diante do litoral brasileiro, achada pelos portugueses que é a de Fernando de Noronha, em 10 de agosto, dia de São Lourenço, por Gonçalo Coelho que ali naufragou. É possível que fosse esta a ínsula da legenda do mapa de Fano? O nome 'Trindade', entretanto, não parece se ajustar ao caso.⁷⁸

O **Mapa de Kunstmann III** (1506), embora seja anônimo, integra o *Atlas Kunstmann* acima referido. Atualmente, é considerado como um exemplar da cartografia portuguesa seiscentista, datado entre 1503 e 1506, admitindo-se que a representação da América lhe seja posterior⁷⁹. Exibindo a costa da América do Sul, da altura do Cabo de São

⁷⁶ Idem. *Ibidem.* p. 396.

⁷⁷ Idem. *Ibidem.* p. 396.

⁷⁸ Moacyr Soares Pereira. *A navegação de 1501 ao Brasil...* Nota 59, p. 42.

⁷⁹ Mapas Históricos Brasileiros. In: *Grandes Personagens da Nossa...* p. 2.

Roque até à altura de Cananéia, figura a ilha de *açenssam*, na altura aproximada da atual ilha da Trindade. Duarte Leite refere:

O mapa de Kunstmann III traz a 'açenssam' com três ilhéus próximos, privados de designação, que são os de Martim Vaz, piloto ou capitão português de que não há outra notícia. É, pois, certo que a Ascensão [Trindade] foi visitada outra vez depois de 1503 e antes de 1507, visto como nem [Matteo di Bergamo ou de] Benigno, nem Tomé Lopes, nem [Giovanni da] Empoli falam desses ilhéus, afastados da Trindade cerca de 26 milhas inglesas ou pouco mais de 8 léguas portuguesas antigas.⁸⁰

O **Mapa de Waldeseemüller** (1507), exemplar da cartografia germânica, é o primeiro que assinala o Brasil como um continente, e o primeiro a figurar o nome *América*. Novos mapas, da autoria de Martin Waldeseemüller, vieram à luz em 1513 e 1516. Um outro exemplar da cartografia germânica é o **Mapa de Johan Ruysch** (1508) também conhecido como *Mundus Novus*. A nomenclatura dos acidentes geográficos nestes dois mapas (de 1507 e de 1508) é idêntica à do mapa de Canério (1503)⁸¹.

O **Planisfério de Jerônimo Marini** (1511) merece citação pois, pela primeira vez, figura a América do Sul, com a toponímia Brasil.

Por fim, relaciono a carta conhecida como *Terra Brasilis* (c. 1519), que integra a coleção de mapas denominada como *Atlas Miller*, atualmente na *Bibliothèque Nationale* em Paris⁸². Atribuído a Lopo Homem, cartógrafo oficial do Reino de Portugal no início do século XVI⁸³, detalha a costa brasileira, desde a altura do Maranhão até à bacia do rio da Prata, destacando-se por ser, talvez, o primeiro mapa a registrar com detalhes a operação de extração do pau-brasil. Apesar de não ser mencionado pelos estudiosos que se

⁸⁰ Duarte Leite. A exploração do litoral do Brasil na cartografia da primeira década do século XVI. In: Carlos Malheiros Dias (Coord.). *História da Colonização Portuguesa...* p. 412.

⁸¹ Idem. *Ibidem*. p. 438.

⁸² Original manuscrito, iluminado, sobre pergaminho, nas dimensões de 35 cm x 50 cm, em f. 46 cm x 72 cm. Mapas Históricos Brasileiros. In: *Grandes Personagens da Nossa...* p. 7. Ver, ainda: Paulo Roberto Pereira. *Os três únicos testemunhos do Descobrimento do Brasil*. Rio de Janeiro: Lacerda Ed., 1999. p. 72-a.

⁸³ Guedes atribui-o aos portugueses Pedro e Jorge Reinell. Max Justo Guedes. A Ilha da Trindade: a força do Direito. *Revista Marítima Brasileira*, Rio de Janeiro, v. 117, n.ºs. 7-9, p. 12-14, jul./set. 1997. p. 13.

debruçaram sobre a história da Ilha da Trindade, chamou-me a atenção o conjunto de ilhas na altura do Trópico de Câncer⁸⁴, que reproduzidas no **Mapa da América Meridional** de Alonso de Santa Cruz (c. 1540)⁸⁵, na **Carta de Jorge Reinel** (c. 1540)⁸⁶, no **Mapa de Pierre Desceliers** (c. 1542)⁸⁷ e na maioria dos mapas até ao século XVII, mantiveram a crença na existência (e a busca), ainda no século XVIII, de uma terceira ilha, além da Ilha da Trindade e das de Martim Vaz.

Embora o assunto tenha adentrado o século XIX⁸⁸, o estudo desses primeiros mapas só se somou à historiografia da Ilha da Trindade a partir da década de 1920, com a publicação da *História Geral da Colonização Portuguesa do Brasil*. Foi durante esse período, entre o início do século XIX e o início do XX, que veio a público documentos textuais do século XVI que auxiliaram a elucidar a questão da autoria do descobrimento da Ilha.

Nos anos sessenta do século XX, os estudos de Cartografia ganharam novo alento com a publicação da *Portugalia Monumenta Cartographica*⁸⁹, mas a análise histórica sobre a Trindade não chegou a se aproveitar deles, uma vez que as pesquisas haviam se deslocado para a *Questão da Ilha da Trindade* (1895-96), no âmbito da História das Relações Internacionais do Brasil.

⁸⁴ De oeste para leste, respectivamente: *acensã, atrindade, ylhas q achou marti vaz e stã m^a. dagosto*. Max Justo Guedes. *A Ilha da Trindade... Revista Marítima Brasileira...* p. 13.

⁸⁵ Original aquarelado, na Biblioteca Nacional, em Madrid. Integra o atlas *Islario de todas las islas del mundo*, oferecido a Filipe II da Espanha. Mapas Históricos Brasileiros. In: *Grandes Personagens da Nossa...* p. 9.

⁸⁶ Original na Biblioteca Nacional de Florença, na Itália. Mapas Históricos Brasileiros. In: *Grandes Personagens da Nossa...* p. 10.

⁸⁷ Original no *British Museum*, em Londres. Mapas Históricos Brasileiros. In: *Grandes Personagens da Nossa...* p. 11.

⁸⁸ Brito dedica-lhe as últimas páginas de seu trabalho, tendo recorrido a cartas e roteiros do final do século XVIII e início do século XIX, para concluir, com a expedição portuguesa de 1784 [1756-57], La Pérouse em 1785, e Duperrey em 1825, que a Ilha da Ascensão, na latitude da Trindade, não existia. Cf. Pedro Torquato Xavier de Brito. *Memória Histórica e Geográfica... RIHGB...* p. 272-275, 1877. Para uma análise envolvendo a cartografia da segunda metade do século XVI, ver: Bruno Lobo. Conferência sobre a Ilha...p. 112.

⁸⁹ A obra foi organizada por Armando Cortesão e Armindo Teixeira da Mota, no âmbito das comemorações pelo 5º Centenário da Morte do Infante D. Henrique, precursor do ciclo português de navegações.

1.4.2. As fontes documentais para a História da Trindade

1.4.2.1. Dos séculos XVI ao XVIII

Com relação às fontes textuais dos séculos XVI ao XVIII sobre a Ilha da Trindade, dispomos de diversos tipos de documentos: no século XVI, relatos de escrivães e de representantes comerciais a seus financiadores (geralmente casas comerciais na península itálica), registros das armadas portuguesas em trânsito para a Índia⁹⁰, e Roteiros de Navegação⁹¹; no século XVII, esses Roteiros se difundiram, visando a auxiliar os navegantes diante da intensificação das trocas comerciais marítimas; e, no século XVIII, a eles somam-se os Diários das primeiras viagens científicas para sistematização, classificação e publicação de dados náuticos, astronômicos, e de História Natural, pois o Século das Luzes afirmava-se.

Historiograficamente no Brasil, até ao início do século XX, compreendia-se que a Ilha da Trindade fora descoberta pela frota de João da Nova a caminho da Índia, que a teria

⁹⁰ Por exemplo, sobre o descobrimento da ilha da Trindade por Estevão da Gama, em 1502: *Se nós acreditarmos nos cronistas, o almirante [Vasco da Gama] desferrou em 10 de fevereiro com 15 navios, cinco dos quais ao cargo de seu tio Vicente Sodré, e seu sobrinho Estevão seguiu com mais cinco em 1 de abril. [Os cronistas] Castanheda, Barros e Góis são unânimes em atribuir vinte velas à expedição, e Hümmereich concorda no número (...).* Duarte Leite. A exploração do litoral do Brasil na cartografia da primeira década do século XVI. In: Carlos Malheiros Dias (Coord.). *História da Colonização Portuguesa...* p. 402. A referência a Hümmereich no autor citado é: Franz Hümmereich. *Vasco da Gama und die entdeckung des ostwegs nach ostindien.* München: 1898. p. 72. Recorde-se, por oportuno, o trabalho de Handelman (1827-91), cuja primeira edição alemã data de 1860 (1931, no Brasil). O autor dedica um capítulo à formação histórica das fronteiras a norte e a sul, inclusive as ilhas oceânicas brasileiras – Fernando de Noronha e Trindade (Ascensão). Sobre esta última, referiu:

No que diz respeito ao grupo de ilhas da Trindade, não se pode determinar exatamente a época do descobrimento, nem da tomada de posse; todavia, deve ter sido descoberto nos princípios do século XVI, pois já nos mapas antigos o achamos com o nome de 'Ascensão Menor', em correspondência com 'Ascensão Maior', que é a atual ilha inglesa da Ascensão, 8° de latitude sul e 4° de longitude leste. Trindade é desabitada, e, só de quando em quando, em períodos mais demorados ou mais curtos, tem sido ocupada por uma guarnição brasileira. Heinrich Handelman. *História do Brasil...* p. 156.

⁹¹ Estas obras catalogavam as informações necessárias ao percurso a seguir pelas embarcações, tais como descrições das costas, seus acidentes característicos e perigos a evitar, a extensão e o rumo das derrotas, os fundos e qualidades dos ancoradouros, etc.

denominado como Assunção (1501)⁹². A partir do trabalho de Franz Hümmerich e de uma nota de Capistrano de Abreu, que acredito tenha se fundamentado naquele autor germânico, divulgada por Peixoto⁹³, a descoberta da Ilha da Trindade passou a ser atribuída a Estevão da Gama (18 de maio de 1502), o que seria confirmado uma década mais tarde com a publicação, em Portugal, da *História da Colonização Portuguesa no Brasil: A Ilha da Trindade (...) encontra ecos na história que lhe atribuem diversos descobridores. Porém, com base nos estudos de cartografia histórica, pode-se, hoje, afirmar que foi descoberta por Estevão da Gama, em 18 de maio de 1502.*⁹⁴

Por essa razão, entre as fontes documentais do século XVI, que interessam a esta pesquisa, destacam-se particularmente as que se referem ao descobrimento da Ilha, ou seja, a narrativa *Navegação às Índias Orientais*, da autoria de Tomé Lopes, a *Lettera* de Matteo di Bergamo a Giovanni Affaitadi e a narrativa de Giovanni da Empoli, publicados no

⁹² Peixoto procedeu a um levantamento sobre as referências conflitantes acerca do descobrimento da Ilha. Partindo da Década I do Cronista João de Barros (Livro V, Capítulo X), e transcrevendo a Carta de Empoli. Eduardo Marques Peixoto. *Ilha da Trindade: memória histórica*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1932. p. 7. Na versão até então aceite, era atribuída à terceira frota portuguesa para a Índia, que partiu da foz do rio Tejo a 10 de março de 1501. Era composta por três naus e uma caravela, sob o comando do fidalgo João da Nova (alcaide de Lisboa) e a sua armação foi financiada pelo banqueiro florentino Bartolomeu Marchioni. O Regimento dessa Armada determinava que fizesse pouso (aguada) na costa recém-descoberta do Brasil, que avistou em abril, na altura do cabo de Santo Agostinho (PE). Idem. *Ibidem*. p. 5, 6. Embora não existam maiores informações sobre essa aguada na costa brasileira (Eduardo Bueno. *Náufragos, traficantes e degredados: as primeiras expedições ao Brasil, 1500-1531*. Rio de Janeiro: Objetiva, 1998. p. 35-36), a ilha descoberta localiza-se nas coordenadas de 8° S (atual Ilha de Ascensão), estando representada no mapa de Cantino (1502), ao passo que a atual Ilha da Trindade localiza-se a 20° 31' S, representada apenas a partir do mapa de Kunstmann III (1506). Os estudos da época passaram a apontar para o nome de Estevão da Gama, sobrinho de Vasco da Gama, que deixou Lisboa a 1° de abril de 1502. Comandava cinco navios, um armado por D. Álvaro de Ataíde – alcaide-mór de Alvor, cunhado de Vasco da Gama, e dois armados pelos comerciantes genoveses Bartolomeo Marchionni e Gian Francesco Affaitato. Encontrou-se em fins de julho em Quíloa, na África oriental, com a esquadra de Vasco da Gama, seguido juntas para a Índia. Geneviève Bouchon. *Vasco da Gama*. Rio de Janeiro: Record, 1998. p. 196 e 204.

⁹³ Franz Hümmerich. *Vasco da Gama und die entdeckung des ostwegs nach ostidien*. München, 1898. p. 72. Ver: Eduardo Marques Peixoto. A Ilha da Trindade: o seu descobrimento. *RIHGB*, Rio de Janeiro, t. 74, Parte I, p. 219-227, 1911.

⁹⁴ Serviço de Relações Públicas da Marinha. Ilha da Trindade: 100 anos de soberania nacional. *Correio Filatélico...* p. 30-31. Os estudos de cartografia mencionados são os de autoria de Leite e Dias em: Carlos Malheiros Dias (Coord.). *História da Colonização Portuguesa...*

Brasil, em termos da historiografia da Ilha da Trindade, por Peixoto⁹⁵, e que transcrevemos:

Navegação às Índias Orientais - Em uma sexta-feira no primeiro de abril de mil quinhentos e dois a horas de véspera, partimos da cidade de Lisboa em número de cinco naus, e aos quatro passamos à vista [da ilha] de Porto Santo: no mesmo dia descobrimos as [ilhas] Desertas, que estão ao lado do Funchal perto da ilha da Madeira, e aos oito escorremos as ilhas de Ferro e Palma, que fazem parte das Canárias: no dia quinze [de abril] passamos pegados com as [ilhas] de Cabo Verde, de modo que fomos vistos dos de terra; e aos dezoito de maio vimos uma ilha ainda não descoberta, alta, bela, segundo nos pareceu, cheia de bosques, e pouco mais ou menos do tamanho da [ilha da] Madeira; está em um clima muito temperado por ficar ainda distante da [linha] Equinocial, e jaz de Noroeste a Sueste com a ilha dos Papagaios Verdes [Brasil], contando-se de uma a outra trezentas léguas. Fica também na distância de setecentas [e] setenta e cinco léguas da ilha da Boa Vista [no Arquipélago de Cabo Verde]; e assim quem a quiser procurar ponha-se trinta léguas dela entre Poente e Levante, depois tome o rumo do Sul e achá-la-á. Demora também com o Cabo da Boa Esperança de Levante a Poente, e enfia de Noroeste a Sueste; assim quem deste Cabo a quiser demandar, deverá ir trinta léguas ao largo, e contará dele à tal ilha oitocentas e cinqüenta léguas de travessa. Não fomos a ela, porque o tempo nos foi contrário, ainda que bem trabalhamos para nela aferrar...⁹⁶

Lettera a Affaitadi - 30 marzo e 18 aprile 1503 [cominciata in alto mare il 30 marzo 1503, e poi finita a Mozambique il 18 aprile].

Honorando maiore. Come sapete partimo de costi a di primo de aprile [1502], et de figa tre zorni passamo sopra l'isola de la Madera: et seguendo a drectura tutavia il nostro camino, passamo cento lige discosto da l'isola de Santa Croce: et al 18 de mazo havemo vista d'una isola, de la qual mai fin quest'ora se ha havuto notizia, et commenciamo a voltegiare. XII, lige cerca d'essa, et per esser el vento contrario non la potessemo afferar, unde per nom perder tempo seguimo nostro camino a la volta del capo de Bona Speranza cum molte boristate et bravi venti, tanto che si perdessemo

⁹⁵ Os dois primeiros textos foram apresentados comparativamente em: Eduardo Marques Peixoto. *Ilha da Trindade: memória...* p. x.

⁹⁶ Thomé Lopes. *Navegação às Índias Orientais*. In: *Coleção das notícias para a História e Geografia das nações ultramarinas que vivem nos domínios portugueses ou lhe são vizinhas*. Lisboa: Academia Real das Sciencias, 1812. t. II, nº 5. p. 159-218. Thomé Lopes foi escrivão da nau de Rui Mendes de Brito, uma das naus sob o comando de Estevão da Gama. Duarte Leite. A exploração do litoral do Brasil na cartografia da primeira década do século XVI. In: Carlos Malheiros Dias (Coord.). *História da Colonização Portuguesa...* p. 405.

*di vista l'una da l'altra; [Intende nave. E secondo il texto a c. 83 del cod. Marciano, la nave perduta di vista sarebbe stata del Raymondes] ma com adiuto de Dio se trovamo a conzozer de lá del Capo, del qual havemo vista a otto de Iuio, et arrivamo a Mozambique a 15 de Iuio.*⁹⁷

Viagem às Índias Orientais - Partimos de Lisboa no dia 6 de abril de mil quinhentos e três, na armada do Capitão-mor Afonso de Albuquerque, a qual se compunha de quatro naus; uma de trezentas toneladas, chamada Santiago, outra de trezentas e cinqüenta, chamada Espírito Santo, outra de cento e cinqüenta, chamada São Cristóvão, e outra finalmente de cem, chamada Catarina Dias; e indo todas de conserva, principiamos a navegar direitos a Cabo Verde, do qual quando houemos vista, tomou o Capitão conselho com os seus Pilotos, sobre o rumo que se devia seguir para ser melhor a navegação até ganhar o Cabo da Boa Esperança; porque o caminho que de ordinário se fazia era ao longo da Costa de Guiné da Etiópia, em a qual há muitas correntes, cachopos e baixios, e fica além disso sotoposta à Equinocial, acalmado por esta causa muitas vezes o vento pois dela, deliberamos engolfar-nos de setecentas e cinqüenta até oitocentas léguas, e navegando nesta volta obra de vinte e oito dias, em uma tarde avistamos a terra, que já por outros tinha sido descoberta, ainda que mais por conjecturas do que por terem abordado nela, e se chama a Ilha da Ascensão, junto à qual estivemos toda a noite, quase a ponto de nos perdermos com um grande temporal e vento de travessia.

*Esta ilha não tem nenhum valor, segundo pudemos observar, e partindo dela navegamos tanto, que nos achamos muito engolfados na altura da terra de Vera Cruz ou Brasil, descoberta alguns anos antes por Américo Vespúcio, da qual se tira grande quantidade de canafístula e de pau-brasil, e não achamos mais nada de valor.*⁹⁸

⁹⁷ Lettera di Matteo di Bergamo (Matteo de Benigno) a Giovanni Francesco di Agostini Affaitadi. Original na Biblioteca Nazionale Marciana em Veneza (Cl. VI, 277, c. 78). In: *Raccolta di documenti e studi pubblicati dalla R. Commissione Colombiana* (p. III, vol. II, p. 122). Roma: R. Commissione Colombiana, 1893. Bergamo (ou Benigno) era feitor do cremonense Affaitadi (ou Afaitato) numa das naus armadas por comerciantes particulares integrantes da segunda frota de Vasco da Gama à Índia, no grupo que partiu sob o comando de Estevão da Gama. Eduardo Marques Peixoto. *Ilha da Trindade: memória...* p. vi-viii.

⁹⁸ Giovanni da Empoli. Viagem às Índias Orientais. In: *Coleção de notícias [para a História e Geografia das nações] ultramarinas (Tomo II)*. Lisboa: Academia Real de Ciências, 1812. p. 219-220. Apud: Eduardo Marques Peixoto. *Ilha da Trindade: memória...* p. 7. Sobre a fonte italiana deste texto, Dias esclarece: (...) Giovanni da Empoli, que neste mesmo ano de 1503 foi à Índia como feitor de um navio armado pelos Marchiones, agregado à armada de Afonso de Albuquerque, na narração que escreveu desta viagem, publicada na coleção de Ramusio, refere (...). Carlos Malheiros Dias. A expedição de 1503. in: Carlos Malheiros Dias (Coord.). *História da Colonização Portuguesa...* p. 283-314 e il. p. 292-293. Leite também refere a narrativa de Empoli: (...) É pois admissível que a ilha de Empoli seja a Trindade, outrora Ascensão, talvez avistada anteriormente, a grande distância, por Estevão da Gama [em 1502, como quer Hümmerich]. Duarte Leite. A exploração do litoral do Brasil na cartografia da primeira década do século XVI. In: Carlos Malheiros Dias (Coord.). *História da Colonização Portuguesa...* p. 412.

Destas três narrativas coevas do descobrimento da Ilha, as duas primeiras apontam para o descobrimento a 18 de maio de 1502 pela armada de Estevão da Gama, e a terceira para o avistamento em 1503 pela armada de Afonso d'Albuquerque, onde figura o nome Ascensão⁹⁹. É importante recuperá-las, uma vez que até os nossos dias se tem repetido incorretamente, como data do descobrimento, o ano de 1501. Compreendemos que esse lapso se prende, uma vez mais, à historiografia da Questão da Trindade, pois aquela data foi registrada pelo Chanceler Carlos de Carvalho em sua *Nota* de 22 de julho de 1895¹⁰⁰.

Prosseguindo na análise das fontes do século XVI, destaca-se o *Esmeraldo de situ orbis* (c. 1505), que foi o primeiro roteiro de navegação português a mencionar a costa do Brasil e a abundância de pau-brasil, nela existente. Escrito por Duarte Pacheco Pereira, entre 1505 e 1508¹⁰¹, apresenta, entre as ilhas oceânicas, *A ilha de Sam Lourenço* (ilha de Fernando de Noronha), *A ilha d'Ascensam* (ilha da Trindade), *A ilha de S. Crara* (ilha de Santana, ao largo de Macaé) e *O cabo Frio*, com suas *ladezas* (latitudes) conhecidas à época. Ainda no Atlântico Sul, omite, nessa lista de *ladezas* a ilha de Santa Helena e a atual Ilha de Ascensão. A atual Ilha da Trindade figura como *A ilha d'Ascemsam [no mar Oceano] em vinte e hum graos [da linha equinocial em ladeza contra o polo antártico]*¹⁰². O historiador Duarte Leite complementa: (...) *A ilha deste nome, mencionada na costa brasileira com 21° de latitude austral, é a Ascensão pequena, atual [ilha] da Trindade, situada por 20° 30' S e 29° 19' O de Greenwich.*¹⁰³.

O **Livro das Armadas da Índia (c. 1568)** descreve as frotas portuguesas, que, no século XVI, seguiram para o comércio com o Oriente, referindo-se às respectivas datas de

⁹⁹ Ver textos sobre o Planisfério de Cantino e sobre o Mapa de Vesconte Maggiolo, acima.

¹⁰⁰ A Ilha da Trindade. *RIGHB*, Salvador, v. 2, nº 6, p. 247-260, dez. 1895. p. 253-258.

¹⁰¹ Duarte Pacheco Pereira. *Esmeraldo de situ orbis*. Edição de Raphael Eduardo de Azevedo Basto. Lisboa: Imprensa Nacional, 1892. Apud: Paulo Roberto Pereira. *Os três únicos testemunhos...*

¹⁰² Duarte Leite. A exploração do litoral do Brasil na cartografia da primeira década do século XVI. In: Carlos Malheiros Dias (Coord.). *História da Colonização Portuguesa...* p. 416.

¹⁰³ Duarte Leite. O mais antigo mapa do Brasil. In: Carlos Malheiros Dias (Coord.). *História da Colonização Portuguesa...* Nota 87. p. 253.

partida/chegada, número de embarcações, capitães e principais sucessos. Foi nessa fonte que se apoiaram os primeiros pesquisadores que, no século XIX, resenharam o histórico da Ilha da Trindade, para atribuir o seu descobrimento à frota de João da Nova (1501-1502).

O texto encontra-se disponível, uma vez mais, em Duarte Leite:

No ano de [1]501 partiu João da Nova alcaide pequeno [de Lisboa] para a Índia a cinco de março por Capitão-mor de quatro velas e sendo oito graus avante da linha equinocial contra o sul avistou uma ilha a que pôs o nome da conceição, e à tornada para Portugal achou a de santa elena, e das naus todas eram os capitães: João da Nova - Alcaide de Lisboa; Francisco de Novaes - criado del Rey; Diogo Barbosa - criado de D. Álvaro, irmão do Duque de Bragança; Fernão Vinet – Florentino.¹⁰⁴

Como visto acima, historiograficamente, os autores que admitem a descoberta da ilha em 1501 com base nessa fonte, deixam de atentar, por falta de experiência cartográfica, que a Ilha descoberta na latitude de 8° S se trata, na realidade, da atual Ilha da Ascensão, também denominada, em cartografia posterior, como *Ascensão Maior*.

No **Roteiro de todos os sinais (...) que há na costa do Brasil (...) (c. 1582-85)**, encontra-se registrada a expressão máxima da costa do Brasil no século XVI. Esse manuscrito anônimo¹⁰⁵ e sem data, atualmente na Biblioteca da Ajuda, em Lisboa, apresenta doze plantas de regiões e uma carta que *abrange toda a costa da América do Sul, desde 3 graus de latitude Norte, ou seja do delta do Amazonas até ao Estreito de Magalhães*. A ilha encontra-se referida na f. 7v (e cartografada) como Ascensão:

Partindo desta Baía de Todos os Santos por baixos se corre a costa norte sul até os baixios de Abrolho (...). E passando a ilha de Santa Bárbara pelo mesmo rumo, (...) acharei [fundo de] 60 braças. E pelo mesmo caminho donde achar 60 braças, andando vinte léguas, acharei a ilha da Ascensão, é uma de 4 léguas, tem o porto ao sueste, tem 2 léguas ao mar, três ilhéus, à terra deles podem surgir, tem uma ribeira grande, afora outras mais pequenas, é muito verde, fresca, terras muito boas para

¹⁰⁴ Idem. *Ibidem*. p. 249. O códice quinhentista original pertence à Academia das Ciências de Lisboa.

¹⁰⁵ Embora seja atribuído por Jaime Cortesão a Luís Teixeira.

*açúcar e mantimentos, está esta ilha em 20 graus e quase 100 léguas da costa, é a primeira ilha, das de Martim Vaz da banda do este, (...).*¹⁰⁶

Apesar da sua importância, historiograficamente esta pesquisa não identificou qualquer autor que o tenha utilizado como fonte, talvez devido à sua raridade.

Do século XVII ao XVIII, a difusão do comércio marítimo trouxe a divulgação dos manuais de navegação, podendo-se destacar alguns, como o **Roteiro da Navegação das Índias Orientais**, de Aleixo da Motta¹⁰⁷, a **Arte Prática de Navegar**, de Luís Serrão Pimentel¹⁰⁸, e **A Arte de Navegar (...) e Roteiro das viagens e costas marítimas**, de Manoel Pimentel¹⁰⁹. Esses manuais práticos de navegação descrevem os roteiros, os perigos e os sinais da costa das principais rotas singradas por embarcações portuguesas até ao século XVIII. No tocante a esta pesquisa, o último descreve sucintamente a ilha da Trindade:

*A Ilha da Trindade está em altura de 20 graus e meio da banda do Sul, distante da costa do Brasil 170 ou 175 léguas. Tem uma enseada da banda do Oesnoroste, ou ainda alguma coisa mais para o Noroeste com fundo limpo de 20 braças. Surge-se um tiro de mosquete da terra. A Ilha por esta parte é muito alta, e montuosa e tem um notável sinal por esta banda para sua conhecida, que é um penedo solto altíssimo a modo de pirâmide, o qual parece um frade em pé, entre o qual e a terra passam barcos, e se divisa bem, tanto que se vão chegando à ilha, porque de longe o encobre a sombra da terra. Esta ilha é despovoada, mas tem água, e lenha, e muito peixe*¹¹⁰.

Esse Roteiro considera a existência de duas ilhas: a da Trindade e a de Ascensão, atribuindo a descoberta desta última a João da Nova em 1501: *A Ilha da Ascensão está na*

¹⁰⁶ *Roteiro de todos os sinais (...) que há na costa do Brasil (...) - Edição fac-similada do manuscrito na Biblioteca da Ajuda.* Lisboa: Tagol, 1988.

¹⁰⁷ Este Roteiro é citado por Bruno Lobo. *Conferência sobre a Ilha...* p. 109, apud Duperrey.

¹⁰⁸ Luís Serrão Pimentel (1613-1679). *Arte Prática de Navegar (...)*. Lisboa: A. Craesbeck de Mello, 1681. A edição é póstuma, feita por seu filho, Manoel Pimentel (1650-1719).

¹⁰⁹ Esse trabalho conheceu sucessivas edições a partir de 1699. Consultei a edição de 1762, no acervo do IHGB: Manoel Pimentel. *Arte de Navegar (...) e Roteiro das viagens e costas marítimas (...)*. Lisboa: Officina de Miguel Manescal da Costa, 1762. p. 497. Aparentemente, pelo nome da obra e número da página citados, foi esta a obra compulsada por Brito, embora o ano da publicação tenha sido grafado como 1692, em lugar de 1762. Apud: Pedro Torquato Xavier de Brito. *Memória Histórica e Geográfica da Ilha da Trindade. RIHGB...* p. 272.

mesma altura de 20 graus e meio do sul, e distante da costa do Brasil coisa de 120 léguas, posto que nas cartas se situa menos distante. Foi descoberta por João da Nova, o ano de 1501, indo para a Índia. (...).

Por se basearem nas observações e experiência dos navegantes, fonte dos dados apresentados, encontram-se falhas tanto na Cartografia, quanto nos textos dos Roteiros, no tocante, por exemplo, à existência de duas ilhas da Trindade, o que só será esclarecido com as expedições científicas do século XVIII e especificamente, no início do século XIX. A pesquisa permitiu também entrever uma evolução na produção e utilização desse material no período, acompanhando a evolução tecnológica e a supremacia no comércio marítimo. Se os Roteiros portugueses pontificam nos séculos XV, XVI e XVII, na segunda metade do século XIX eles são definitivamente substituídos por material britânico, particularmente o Roteiro Findlay (*South Atlantic Ocean*), cuja primeira edição, como vimos, data de 1874¹¹¹.

¹¹⁰ Ilha da Trindade. In: Manoel Pimentel. *Arte de Navegar (...) e Roteiro das viagens e costas marítimas...* p. 497.

¹¹¹ Alexander George Findlay. *A sailing directory for the Ethiopic or South Atlantic Ocean...*

1.4.2.2. O século XIX e os primeiros trabalhos de natureza histórica

Nos séculos XVII e XVIII, tomaram vulto as viagens de investigação e prospeção científica ao redor do mundo. A Ilha da Trindade, no Atlântico Sul, despertou a atenção da comunidade científica em termos de História Natural, pelo seu isolamento. Entretanto, apenas no século XIX é que podemos encontrar as primeiras referências, em trabalhos de natureza histórica no Brasil, sobre a Ilha da Trindade.

A partir da periodização da produção historiográfica sobre História do Brasil proposta por Francisco Iglésias¹¹², e que adotei para os fins desta pesquisa, em um primeiro período (de 1500 a 1838), podemos destacar os trabalhos de **Aires de Casal**, cuja obra, publicada no Rio de Janeiro, em 1817, dedica pouco mais de três linhas ao assunto:

*Trindade - Na latitude de vinte graus, e obra de cento e oitenta léguas longe da costa desta Província [do Espírito Santo] está a pequena e escabrosa Ilha da Ascensão, por outro nome da Trindade. Tem boa água, mau surgidouro, e pouco terreno capaz de ser cultivado; por isso desabitada*¹¹³.

Esta obra influenciou por mais de cinquenta anos todos os tratadistas em Geografia, e, de acordo com a excelente análise de Caio Prado Júnior, só seria superada pelas traduções de Capistrano de Abreu, das obras de Sellin e Wappaeus, na década de 1890¹¹⁴.

¹¹² Francisco Iglésias. *Historiadores do Brasil: capítulos de historiografia brasileira*. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira; Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000.

¹¹³ Manuel Aires de Casal. *Corografia brasílica ou Relação histórico-geográfica do reino do Brasil*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1976. p. 213. Embora nem este autor, nem sua obra estejam resenhados ou comentados por Iglésias, Lacombe fornece a pista para essa omissão, uma vez que a compreende como um trabalho de natureza geográfica e histórica. Cf. Américo Jacobina Lacombe. *Introdução ao estudo da História do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional / Editora Universidade de São Paulo, 1974. p. 112.

¹¹⁴ Caio Prado Júnior. Aires de Casal, o pai da Geografia brasileira, e sua Corografia Brasílica. In: Caio Prado Júnior. *Evolução Política do Brasil e outros estudos (4ª ed.)*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1963. p. 165-186.

Dentro da mesma proposta de corte historiográfico, um segundo momento (de 1838 a 1931) inicia-se tendo como marco a fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e as obras de Martius, cientista e viajante alemão, e de Varnhagen, pioneiro e maior erudito à época nos estudos historiográficos do Brasil. Essa fase, conforme Iglésias ilustra, é marcada por privilegiar um pragmatismo nos estudos históricos, fundamentado na pesquisa de fontes, em consonância com o que ocorria nos centros acadêmicos europeus, onde a disciplina se afirmava enquanto Ciência, com métodos e instrumentos próprios¹¹⁵. É neste momento que surge o primeiro trabalho de pesquisa sobre a Ilha da Trindade, fase que assiste também a chamada *Questão da Trindade*.

A primeira memória histórica brasileira específica sobre a ilha, ilustrando claramente a linha de pesquisas proposta pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, é de autoria de Pedro Torquato Xavier de Brito (1877)¹¹⁶, Bacharel, Coronel do *Corpo de Engenheiros*, Arquivista do *Arquivo Militar*, membro do *Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Brasileiro*, sócio-fundador do *Instituto Politécnico*. Descreve, inicialmente, a *corografia*, ou seja, uma descrição em termos de localização geográfica, extensão, topografia e características de clima, flora e fauna¹¹⁷, para, em seguida, passar a relatar a notícia histórica sobre a ilha. Metódica, a sua narrativa, de natureza factual e descritiva como corrente à época, estabeleceu uma cronologia de eventos que, recuperada do trabalho de Abreu e Lima nos meados do século XIX¹¹⁸, foi adotada pelos pesquisadores que o

¹¹⁵ Francisco Iglésias. *Historiadores do Brasil: capítulos...* p. 60-65.

¹¹⁶ Pedro Torquato Xavier de Brito. Memória Histórica e Geográfica da Ilha da Trindade. *RIHGB...* p. 249-275.

¹¹⁷ Brito recorreu a diversos roteiros e manuais de navegação, ingleses, franceses e portugueses, que nomeia ao longo do trabalho.

¹¹⁸ José Ignácio de Abreu e Lima (Gen.). *Synopsis ou deducção chronologica dos factos mais notáveis da história do Brasil*. Pernambuco: Typ. de M. T. de Faria, 1845. p. 23. Este trabalho, fruto da proposta do IHGB para se determinar as *verdadeiras épocas* da História do Brasil, constitui-se na primeira tentativa prática de periodização no tema, tendo despertado grande polêmica. Ver: José Honório Rodrigues. *Teoria de História do Brasil: Introdução metodológica*. 5ª ed.. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978. p. 125-129. Abreu e Lima (1796-1869), militar, político e escritor pernambucano, serviu em Angola e também lutou, ao lado de Simon Bolívar, pela libertação da Venezuela. Com a morte de Bolívar, esteve nos Estados Unidos, na Europa e, em seguida, retornou ao Brasil, fixando residência no Rio de Janeiro.

sucederam, com tamanho sucesso que, com os devidos acréscimos, continua sendo repetida até os nossos dias. Quando da eclosão da *Questão da Trindade*, em julho de 1895, é a este trabalho que recorre o Chanceler Carlos Augusto de Carvalho para montar a primeira linha da defesa brasileira, conforme inferimos desde a menção comum à obra de Rapper¹¹⁹ até à de Larousse¹²⁰, na *Nota* de 22 de julho de 1895 ao *Ministro da Grã-Bretanha no Rio de Janeiro*¹²¹, peça-síntese da defesa brasileira no desenvolvimento da *Questão*.

Essa seqüência histórica pode ser analisada de acordo com as suas etapas componentes: primeiramente, cita Abreu e Lima (1845)¹²², para referir o descobrimento da ilha por João da Nova em 1501, informação que podemos remontar ao Roteiro de Pimentel (1692)¹²³, ao assumir: *ilha de Ascensão (hoje da Trindade) aos 20° ½ [de latitude] austral*¹²⁴. Prossegue, referindo o avistamento da ilha pela esquadra de Afonso de Albuquerque (1503) e as visitas à ilha efetuadas pelas expedições científicas de Edmond Halley (1700), também originalmente referidas por Abreu e Lima (1845), a de James Cook (1775), com base em Albert de Montmont¹²⁵, e, intercalada pelas ocupações britânica de

Em 1844 retornou a Pernambuco, onde aderiu à Revolta Praieira (1848), sendo, por isso, preso. Libertado, dedicou-se apenas à literatura ensaísta, defendendo idéias de inspiração socialista. Publicou, entre outros, os livros *Compêndio de História do Brasil* (1843) e *O Socialismo* (1855), tendo colaborado em vários jornais pernambucanos, entre os quais *Diário de Pernambuco*, *Diário Novo* e *Barca de São Pedro*. Por conta de suas idéias socialistas, o bispo Dom Francisco Cardoso Ayres não autorizou o seu sepultamento no Cemitério do Recife, tendo sido sepultado no Cemitério dos Ingleses.

¹¹⁹ Henry Rapper (Lieut[enant] R[oyal] N[avy]). *The practice of navigation and nautical astronomy* (7th. ed.). London, 1862. Apud: Pedro Torquato Xavier de Brito. *Memória Histórica e Geográfica da Ilha da Trindade. RIHGB...* Nota 1 à p. 249.

¹²⁰ Trindade. In: Pierre Larousse. *Dictionnaire universel du XIX siècle* (Tomo XV). apud: Pedro Torquato Xavier de Brito. *Memória Histórica e Geográfica da Ilha da Trindade. RIHGB...* p. 272.

¹²¹ A Ilha da Trindade. *RIGHB...* p. 253-258. Ver Anexo I.

¹²² José Ignácio de Abreu e Lima (Gen.). *Synopsis ou dedução chronologica...*

¹²³ Brito, a propósito da controvérsia geográfica sobre a suposta existência de duas ilhas (Trindade e Ascensão) cita a edição de 1692 (1762?) de Pimentel à p. 497. Pedro Torquato Xavier de Brito. *Memória Histórica e Geográfica da Ilha da Trindade. RIHGB...* p. 272. Comparar com os textos *Ilha da Trindade* e *Ilha da Ascensão* in: Manoel Pimentel. *Arte de Navegar (...)* e *Roteiro das viagens e costas marítimas...* p. 497.

¹²⁴ Pedro Torquato Xavier de Brito. *Memória Histórica e Geográfica da Ilha da Trindade. RIHGB...* p. 251. Pimentel declara exatamente a mesma latitude, tanto para a Ilha da Trindade, quanto para a Ilha de Ascensão, distintas entre si, essencialmente, pela longitude em uma distância de cerca de cinquenta léguas marítimas. Manoel Pimentel. *Arte de Navegar (...)* e *Roteiro das viagens e costas marítimas...* p. 497-498.

¹²⁵ Albert de Montmont. *Histoire universelle des voyages effectués par mer et par terre dans les cinq parties du monde*. v. 9. Apud: Pedro Torquato Xavier de Brito. *Memória Histórica e Geográfica da Ilha da Trindade. RIHGB...* p. 252.

1781-82 e portuguesa de 1782-95, a visita de La Pérouse (1785), com base em Millet de Mureau¹²⁶.

Edmond Halley (1656-1742), astrônomo inglês, visitou a ilha em abril de 1700, durante a sua segunda viagem (setembro de 1699 a setembro de 1700), quando percorreu o Oceano Atlântico determinando longitudes e variações do compasso náutico na preparação de uma carta de declinações magnéticas. Não consegui acesso ao seu Diário de Bordo, a fim de confirmar as informações que atribuem a esse cientista a reclamação de posse da Ilha para a Coroa britânica (15 de abril)¹²⁷, fato utilizado, à época da *Questão da Trindade* pela diplomacia britânica, para justificar sua pretensão imperialista; e nem a responsabilidade que lhe foi atribuída por haver introduzido as primeiras cabras (*Capra hircus*), que iniciaram a devastação da vegetação nativa e o desequilíbrio ambiental que marcaram a ilha até os nossos dias¹²⁸.

¹²⁶ Millet de Mureau. Relação da viagem de La Pérouse (4 vol). 1797. Apud: Pedro Torquato Xavier de Brito. Memória Histórica e Geográfica da Ilha da Trindade. *RIHGB...* p. 256-261. Compreendemos que uma citação mais apropriada seria: *Voyage de La Pérouse autour du monde* (4v.). Paris: Millet-Mureau, M. L. A., 1797. p. 26-29, v.2.

¹²⁷ Boas biografias de Halley podem facilmente ser encontradas na Internet. Ver, por exemplo, a página da School of Mathematics and Statistics da University of St. Andrews, na Escócia, em: <http://www-history.mcs.st-andrews.ac.uk/Mathematicians/Halley.html>, consultada em 30 nov. 2004. Um dado que reputo interessante é que a embarcação utilizada por Halley foi a primeira construída especificamente para a pesquisa científica. O histórico dela corrobora as informações de que Halley teria reclamado a posse da ilha para a Grã-Bretanha:

HMS Paramore Pink (3m). L/B/D: 64 od (52 keel) × 18 × 9.6 (19.5m (15.8m) × 5.5m × 2.9m). Tons: 89 bm. Hull: wood. Comp.: 24. Built: Fisher Harding, Deptford Dockyard, Eng.; 1694.

Edmond Halley, who would later have a comet named after him, was the first master and commander of HMS Pink Paramore, the first ship built specifically for surveying. The first of Halley's two expeditions "to improve the knowledge of the Longitude and the [magnetic] variations of the Compass" left Portsmouth on November 29, 1698. The ship visited Madeira, Fernando de Noronha, Brazil, Barbados, and Anguilla, and returned to England on June 22, 1699. After cashiering his refractory lieutenant, Halley sailed again on September 16. The second voyage ventured as far south as 52°24S, which was reached on February 1, 1700. There they encountered "great islands of ice, of so incredible a height and magnitude that I scarce dare write my thoughts about it." After sighting Tristan da Cunha, a landing was made at St. Helena (where Halley had spent from February 1677 to January 1678 cataloguing stars of the southern skies). They then sailed to Trinidad Island off Brazil (which Halley tried to claim for Britain), Pernambuco, and from there northward through the Caribbean to Newfoundland. Paramore returned to England on September 7, 1700... Apud: *Ships of the World: an Historical Encyclopaedia*. In: http://college.hmco.com/history/readerscomp/ships/html/sh_068900_hmsparamore.htm. Consultado em 30 nov. 2004.

¹²⁸ Ruy José Valka Alves. *Ilha da Trindade & Arquipélago Martin Vaz: um ensaio geobotânico*. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha, 1998. p. 113-114.

Na segunda metade do século XVIII foram efetuadas importantes expedições naturais para exploração e estudo do Oceano Pacífico. Entre elas, destacaram-se as do capitão inglês James Cook (1768-71, 1772-75 e 1776-79) e a do francês Jean-François de Galaup, Conde de La Pérouse (1785-88).

Cook (1728-79) aportou à Ilha da Trindade em 31 de maio de 1775, retornando de sua segunda viagem de exploração ao Pacífico Sul (1772-1775)¹²⁹, após haver reclamado para a Inglaterra a posse da ilha Geórgia do Sul, no Atlântico Sul.

O sucesso das viagens de Cook para a Inglaterra, levou a França a enviar La Pérouse¹³⁰ em uma expedição que durou de 1785 a 1788, tendo aportado à Ilha da Trindade a 18 de outubro de 1785, quando foi impedido de explorá-la pela guarnição portuguesa que então a ocupava. Conforme abordado por Brito na última parte da sua análise, ainda à época da viagem de La Pérouse se discutia acerca da existência ou não da Ilha de Ascensão/Trindade. Entre Atlas, Roteiros de Navegação e outras obras referentes ao mar disponíveis à época, Brito usou a edição de Millet de Mureau (1797)¹³¹. Na reedição crítica comentada de 1985 desse material de La Pérouse, encontra-se a confirmação de que essas dúvidas foram dirimidas pela expedição: ... *eu posso, pois, assegurar por mim próprio, que*

¹²⁹ Não conseguimos localizar o Diário de Bordo desta viagem. Para uma nota biográfica sobre este explorador, ver: James Cook. *Compton's Interactive Encyclopedia 2000*. The Learning Company, Inc. (CD-Rom). 2000.

¹³⁰ Jean-François de Galaup, Conde de La Pérouse (Albi, 1741 - Vanikoro, 1788), partiu de Brest (França) com as fragatas *Astrolabe* e *Boussole*, a 1º de agosto de 1785, encarregado pelo rei Luís XVI de uma viagem de exploração pelo Pacífico. Sua missão era a de completar as descobertas de Cook nas Ilhas Sandwich e Georgia; explorar as costas da Nova Zelândia, Austrália e Nova Guiné; explorar o Kamtchatka, a Ilha de Yeso e investigar a possibilidade da existência de uma passagem marítima entre o Atlântico e o Pacífico, ao longo da costa norte-americana. Em Kamtchatka, La Pérouse enviou o Barão de Lesseps à França, por terra, com toda a documentação da viagem até aquele ponto. Esse diário foi publicado por ordem do governo francês em 1797 (edição Millet-Mureau). La Pérouse e os sobreviventes da sua tripulação pereceram na continuação da viagem, quando o seu navio naufragou ao largo da Ilha Vanikoro (Austrália). Ver: La Pérouse. *Compton's Interactive Encyclopedia 2000*. The Learning Company, Inc. (CD-Rom). 2000.

¹³¹ Millet de Mureau. *Relação da viagem de La Pérouse (4 vol)*. 1797. apud: Pedro Torquato Xavier de Brito. Memória Histórica e Geográfica da Ilha da Trindade. *RIHGB...* p. 272-275. O material usado, da edição Millet-Mureau (1797), pode ser confrontado com a edição moderna, comentada de John Dunmore & Maurice de Brossard. *Le Voyage de Lapérouse: 1785-1788*. Paris: Imprimerie Nationale, 1985. p. 22-24. v. 2.

a ilha da Ascensão não existe.¹³², e ainda, no trecho referente à estada na Ilha de Santa Catarina, poucos dias mais tarde:

Enviei no dia seguinte [10 de novembro] minha canoa, comandada por M. Boutin, segundo-tenente, à vila de "Nostra-Señora-del-Destero", para agradecer em meu nome ao governador, da grande abundância em que nos encontrávamos devido aos seus cuidados. M.M. de Monneron, de Lamanon e o abade Mongés acompanharam este oficial, como também M. de la Borde Marchainville e o padre Receveur, que tinham sido enviados por M. de Langle com o mesmo objetivo; todos foram recebidos da maneira mais franca e cordial. Dom Francisco de Barros, governador desta capitania, falava perfeitamente o francês, e seus vastos conhecimentos inspiravam a maior confiança. Os nossos franceses jantaram em sua casa: o governador lhes falou, durante o jantar, que a Ilha de "Ascençaon" não existia; que no entanto, com o testemunho de M. Daprès, o governador geral do Brasil havia expedido no ano anterior, um navio para percorrer todas as posições assinaladas anteriormente nesta ilha; e como o capitão deste navio não tivesse encontrado nada, tinha riscado dos mapas esta ilha, a fim de não eternizar um antigo erro. Acrescentou que a Ilha de Trinidad sempre fez parte das possessões portuguesas e que os ingleses haviam se retirado dela à primeira requisição que lhes foi feita pela rainha de Portugal [D^a Maria I de Bragança (1777-1816)], tendo o ministro do rei da Inglaterra respondido que esta nação jamais havia dado sua confirmação a esta instituição, que não passava de um empreendimento de particulares.¹³³

Em sua seqüência narrativa, Brito é o primeiro a referir detalhes do naufrágio do bergantim francês *La Jeune Sophie* (agosto de 1817), com base em notícias veiculadas na *Gazeta do Rio de Janeiro* de 10 e 13 de setembro de 1817¹³⁴, também citadas na obra de Spix e Martius¹³⁵, e a utilizar informações geográficas acerca das ilhas da Trindade e

¹³² ... je puis dis-je assurer, que l'isle de l'Ascencion n'existe pas. Apud: John Dunmore & Maurice de Brossard. *Le Voyage de Lapérouse...* p. 25. v. 2.

¹³³ Trecho do relato do viajante Jean-François de Galaup, Conde de La Pérouse, sobre a sua visita à Ilha de Santa Catarina, em novembro de 1785. Apud: Afonso de Palma Haro Martim. *Ilha de Santa Catarina. Relato de Viajantes Estrangeiros no séc. XVIII e XIX (3^a ed., revisada)*. Florianópolis: Editora da UFSC/Editora Lunardelli, 1990. p. 109-117.

¹³⁴ Pedro Torquato Xavier de Brito. Memória Histórica e Geográfica da Ilha da Trindade. *RIHGB...* p. 261-265.

¹³⁵ Johann Baptist von Spix e Carl Friedrich Phillip von Martius. *Travels in Brazil in the years 1817-1820*. 1824. Apud: A Ilha da Trindade e os Rochedos de Martim Vaz. *RIGHB...* p. 185-198. O fato ocorreu de 12 para 13 de agosto, quando Spix e Martius, cientistas da missão austríaca (1817-20), encontravam-se no Rio de Janeiro. Ao citar informações ouvidas sobre a Ilha da Trindade, referem-se ao episódio e afirmam

Martim Vaz coletadas por outras missões científicas e de exploração estrangeiras que as visitaram de passagem ainda no século XIX, como as dos franceses Louis Duperrey (6 de outubro de 1825)¹³⁶ e Dumont d'Urville (31 de junho de 1829)¹³⁷. Relaciona ainda as comissões da Marinha Imperial brasileira à ilha: a da Corveta *Itaparica* (1825), sob o comando do Capitão-de-Mar-e-Guerra Diogo Jorge de Brito¹³⁸; a da Corveta *Sete de Abril* (1846), sob o comando do Capitão-de-Fragata Manoel Maria de Bulhões Ribeiro¹³⁹; a da Corveta Encouraçada *Nichteroy* (31 de janeiro de 1871), sob o comando do Capitão-de-Mar-e-Guerra Arthur Silveira da Motta¹⁴⁰; e a da Corveta *Bahiana* (1873), sob o comando do Capitão-de-Fragata João Antônio Alves Nogueira¹⁴¹.

A narrativa de Brito proporciona informações valiosas sobre o interesse britânico na Ilha ao longo dos séculos. Nesse particular, é ele quem dá as primeiras referências à ocupação inglesa (1781-82) e à ocupação portuguesa (1782-95), no contexto de um conflito entre a Inglaterra e a Espanha¹⁴², dado que me causou dificuldade inicial de entendimento, uma vez que não há referências explícitas a um conflito direto entre essas duas Coroas no período:

que a bandeira do navio que resgatou os náufragos era norte-americana, tendo os mesmos sido conduzidos ao Cabo da Boa Esperança.

¹³⁶ Albert de Montmont. *Histoire universelle des voyages...* v. 18, apud Pedro Torquato Xavier de Brito. Memória Histórica e Geográfica da Ilha da Trindade. *RIHGB...* p. 265. Compreendemos que a referência é feita à visita da Corveta francesa *La Coquille*, em viagem de circunavegação (1822), sob o comando do Capitão Louis Isidore Duperrey (1786-1865), quando o oficial Mr. Bérard procedeu ao levantamento hidrográfico da Ilha.

¹³⁷ Albert de Montmont. *Histoire universelle des voyages...*v. 18 apud Pedro Torquato Xavier de Brito. Memória Histórica e Geográfica da Ilha da Trindade. *RIHGB...* p. 266. A referência é feita a Jules-Sebastian-Cesar Dumont d'Urville (1790-1842).

¹³⁸ Pedro Torquato Xavier de Brito. Memória Histórica e Geográfica da Ilha da Trindade. *RIHGB...* p. 265.

¹³⁹ Idem. *Ibidem.* p. 266.

¹⁴⁰ Idem. *Ibidem.* p. 268-271.

¹⁴¹ Idem. *Ibidem.* p. 271.

¹⁴² Citado no Ofício do Vice-Rei [do Brasil] Luiz de Vasconcellos e Souza com a cópia da relação instrutiva e circunstanciada, para ser entregue ao seu sucessor [D. José Luiz de Castro], na qual mostra o estado em que deixa os negócios mais importantes do seu governo; sendo um deles a demarcação de limites da América Meridional [em 20 de agosto de 1789]. *RIHGB*, Rio de Janeiro, t. 4, p. 3-42; p. 129-131, 1842. Ver ainda: Pedro Torquato Xavier de Brito. Memória Histórica e Geográfica da Ilha da Trindade. *RIHGB...* p. 253-255.

Em 1781, achando-se o Governo da Grã-Bretanha em guerra com o da Espanha, mandou ocupar a Ilha da Trindade, a fim de estabelecer um entreposto para o contrabando que se fazia à sombra do seu comércio, com as províncias espanholas do rio da Prata, depois que o governo de Portugal cedeu ao da Espanha a colônia do SS. Sacramento pelo Tratado Preliminar de 1777. Em consequência deste pacto e das reiteradas reclamações do governo da Espanha ao de Portugal, ordenou-se ao vice-rei do Brasil que mandasse uma expedição, a fim de expelir os ingleses dessa ilha, que inquestionavelmente pertencia aos domínios portugueses da América Meridional.¹⁴³

O conflito mencionado encontra-se inserido no contexto da Guerra de Independência dos Estados Unidos da América (1776-83), quando a França formou uma coalizão com os Estados Unidos, a Espanha e a Holanda (1778), levando a Inglaterra a perder o controle das águas territoriais norte-americanas. O bloqueio da marinha francesa ao porto de Yorktown, na barra do rio Potomac, forçou o principal corpo do exército britânico em operação na América do Norte, a se render (1781). A Inglaterra, mesmo conseguindo manter suas possessões no Canadá e no Caribe, teve que reconhecer a independência norte-americana, no Tratado de Versalhes (1783), possibilitando à França recobrar o território africano do Senegal e, à Espanha, o território norte-americano da Flórida¹⁴⁴.

Acerca desse contexto, despertou-me a atenção o comentário crítico de Brito ao Ofício do Vice-Rei do Estado do Brasil, Luiz de Vasconcellos e Souza (1779-90), parcialmente transcrito da própria *RIHGB* de 1842¹⁴⁵:

Não se pode deixar de notar neste Ofício a reserva com que [o Vice-Rei] trata da ocupação da Ilha pelos ingleses, mostra ignorar as reclamações do governo da

¹⁴³ Pedro Torquato Xavier de Brito. Memória Histórica e Geográfica da Ilha da Trindade. *RIHGB*... p. 252. Grifo nosso.

¹⁴⁴ E. Cavaignac. *Chronologie de l'histoire mondiale*. 13^a ed.. Paris: Payot, 1946. p. 159.

¹⁴⁵ Ofício do Vice-Rei [do Brasil]... *RIHGB*... p. 3-42; p. 129-131.

*Espanha e pretende com subterfúgios encobrir o seu conhecido fim [do acaso da ocupação britânica], que estava longe de ser casual como se quer inculcar*¹⁴⁶.

Embora não seja a proposta declarada do trabalho do autor, uma análise tanto do Ofício citado, quanto das instruções da Coroa portuguesa ao Vice-Rei e Capitão-general de Mar-e-Terra do Estado do Brasil em 16 de setembro de 1782, que o autor consultou e refere, mas que só serão publicadas por Peixoto em 1904¹⁴⁷, dá ao estudioso uma panorâmica valiosa no que tange à política de colonização como praticada pela Coroa portuguesa ainda no final do século XVIII: determinando o levantamento dos recursos naturais, recomendando a introdução de espécies agrícolas, particularmente o trigo e o milho, ordenando a remessa de colonos (açoreanos neste caso), levantando as dificuldades impostas pelo meio físico e os meios de atender as comunicações e a defesa.

Brito também foi quem primeiro fez menção ao Relatório do Sargento-mór João de Abreu Pereira ao Vice-Rei do Estado do Brasil, em 09 de outubro de 1782¹⁴⁸. À época ainda não havia massa documental para compreender que essa fonte isolada se inseria numa conjuntura mais ampla, de preparação, por parte da Coroa portuguesa, de uma autêntica expedição de guerra e de ocupação militar, precedida inclusive de ação de inteligência - verdadeira finalidade deste Relatório -, uma vez que as forças só partiram a 16 de dezembro de 1782, conforme documentação publicada durante a *Questão da Trindade*, e que Peixoto daria à luz mais tarde, extensivamente, em 1904¹⁴⁹.

¹⁴⁶ Pedro Torquato Xavier de Brito. Memória Histórica e Geográfica da Ilha da Trindade. *RIHGB...* Nota 7 à p. 255.

¹⁴⁷ Citadas inicialmente por Pedro Torquato Xavier de Brito. Memória Histórica e Geográfica da Ilha da Trindade. *RIHGB...* p. 255-256, mas apenas transcritas em Eduardo Marques Peixoto. Ilha da Trindade: memória histórica completa. *Diário Oficial*, Rio de Janeiro, 4 mai. 1904 (em diante). Ver, ainda: Eduardo Marques Peixoto. *Ilha da Trindade: memória...* p. 371-372.

¹⁴⁸ Idem. *Ibidem*. p. 256.

¹⁴⁹ Para o estabelecimento da data citada, ver: Ofício do Vice-Rei do Brasil à Coroa portuguesa, em 20 de dezembro de 1782. Apud A Ilha da Trindade (continuação). *RIGHB...* p. 39-49. Não compreende os Mapas originalmente anexos, de 1 a 7. Para uma versão integral, ver: Eduardo Marques Peixoto. *Ilha da Trindade...* p. 380-381.

O autor encerra o trabalho com uma análise historiográfica a respeito da controvérsia sobre a existência das Ilhas de Ascensão, Trindade e Martim Vaz¹⁵⁰ e reproduzindo litografias do Arquivo Militar, da *Planta da Ilha da Trindade*, da *Planta do Forte da Rainha*, e um *Prospecto da Ilha da Trindade*, extraídas de originais portugueses de 1783, reproduções divulgadas pela imprensa quando da *Questão da Trindade*.

Após este trabalho, a Trindade voltaria a adormecer academicamente, sendo despertada violentamente pela eclosão da Questão, em meados de 1895. Este trabalho de 1877 foi utilizado, como vimos, na apresentação da primeira linha de defesa pela Chancelaria brasileira, mas agora, para fins de pesquisa documental, seriam essenciais tanto o Arquivo Público (atual Arquivo Nacional) como a Biblioteca Nacional, como reconhecido pelo próprio Carlos de Carvalho:

*...Apenas devo assinalar aqui os relevantes serviços prestados pelos Drs. Raul Pompéa e Joaquim [Pires Machado] Portella, diretores da Biblioteca Nacional e do Arquivo Público. Se, pela Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, tinha conhecimento dos nossos títulos à ilha da Trindade, foram aqueles dignos servidores da República os que me forneceram a prova irrecusável de direito e de fato.*¹⁵¹

E será com o auxílio desses órgãos, nas pesquisas efetuadas por conta do transe da Questão da Trindade, que despontarão, ainda nesta fase em historiografia de História do Brasil, os trabalhos de Manoel Francisco Corrêa, Manoel Duarte Moreira de Azevedo e, o mais monumental autor sobre a Ilha da Trindade, Eduardo Marques Peixoto¹⁵².

¹⁵⁰ Idem. *Ibidem*. p. 272-275.

¹⁵¹ Brasil. Relatório do Ministério das Relações Exteriores - 1895. p. 57 e 58 (digitalizado e disponibilizado pelo CRL - Center for Research Libraries, em: <http://www.crl-jukebox.uchicago.edu/bsd/bsd/hartness/relacoes.html>. Consultado em 10 nov. 2004.

¹⁵² Para uma relação dos trabalhos dos autores citados, ver Bibliografia.

Capítulo 2 – A *Questão da Trindade*: uma revisão historiográfica

2.1. Os acontecimentos

Uma curiosa adição ao Império Britânico foi feita há alguns meses atrás sem atrair muita atenção. Esta última anexação não aparenta constituir-se em um fardo na receita imperial, e certamente ela não contribuirá para aumentá-la. A ilha deserta da Trindade, ao largo da costa do Brasil, é a nova possessão. ... – Financial News, 4 de junho [de 1895].¹

O governo e a opinião pública brasileira foram surpreendidos, em meados de julho de 1895, pela informação de que a Ilha da Trindade, ao largo do Brasil, fora anexada aos domínios britânicos. Sem maiores detalhes na fonte², essa informação, veiculada inicialmente por um jornal de negócios do Rio de Janeiro, imediatamente passou a ser comentada pela grande imprensa em jornais como a *Gazeta de Notícias*, o *Jornal do Brasil*, o *Jornal do Comércio*, e outros, causando comoção popular.

Era Ministro das Relações Exteriores do governo do presidente Prudente José de Moraes Barros (1894-98), o jurisconsulto Carlos Augusto de Carvalho (1894-960). Tão logo o *Ministério das Relações Exteriores* tomou conhecimento do fato (a 18 de julho, à noite), comunicou-o no dia seguinte ao *Ministério da Marinha* e solicitou maiores informações por telegrama, à legação brasileira em Londres³. Sendo esse mesmo dia (19 de

¹ No original: *A curious addition to the British Empire was made a few months ago without attracting much attention. This latest annexation is not likely to be much of a burden on the imperial revenue, and it certainly will not add to it. The desert island of Trinidad, off the coast of Brazil, is the new possession. ... – Financial News, June 4. Apud: The Rio News, Rio de Janeiro, p. 4, 16 jul. 1895.*

² O periódico britânico *Financial News*. Londres, 4 jun. 1895. A informação foi transcrita, em nota, em outro periódico de língua inglesa, o *The Rio News*. Rio de Janeiro, p. 4, 16 jul. 1895.

³ Além da Legação em Londres, a de Lisboa também foi acionada, em busca de documentos históricos nos arquivos portugueses, que fundamentassem a defesa jurídica brasileira. Pedido de busca semelhante foi

julho), de recepção oficial do Corpo Diplomático, Carlos de Carvalho abordou o assunto com o Ministro britânico. No dia seguinte (20 de julho), tendo o periódico *O Paiz* denunciado a resolução do governo brasileiro de enviar uma embarcação da Marinha de Guerra para verificar o fato, o Ministro britânico procurou Carlos de Carvalho, confirmando a ocupação desde fevereiro de 1895⁴, por se tratar de território abandonado e sem marco de posse⁵, e sugerindo a conveniência de se suspender a remessa da embarcação de guerra brasileira à ilha. Solicitou, ainda, um prazo de 48 horas para retornar com instruções, por parte de seu governo, para a condução do assunto⁶.

Carlos de Carvalho, por sua parte, aproveitou essas 48 horas para preparar a defesa brasileira, apresentada pela Nota Diplomática datada de 22 de julho. Nela ratificou os entendimentos verbais preliminares com o Ministro britânico nos dias 19 e 20 de julho e comunicou a informação recebida, por telegrama de 21 de julho da legação brasileira em Londres, de que a ocupação remontava a janeiro de 1895, em nome do governo britânico, para o serviço de um cabo telegráfico submarino para a Argentina. Em seguida, passou a resumir os fatos históricos então conhecidos sobre a Ilha: descoberta pelos portugueses (1501); visitada por *Halley* (1700) e *Cook* (1775); ocupada por forças britânicas (1781-82) no contexto de um conflito com a Espanha; ocupada por forças portuguesas (1782-95), conforme constatado por *La Pérouse* (1785); após a Independência do Brasil (1822),

formulado ainda, na mesma data (19 jul.), ao Ministério da Indústria, ao Ministério da Viação e Obras, ao Ministério da Guerra, ao Ministério da Marinha, ao Ministério da Fazenda, ao Ministério da Justiça, ao Arquivo Público e à Biblioteca Nacional. Ver: Virgílio Caixeta Arraes. A República insegura: a disputa entre o Brasil e a Grã-Bretanha pela posse da Ilha da Trindade (1895-1896). *Cena Internacional*, Brasília, a. 2, nº 1, p. 10, jun. 2000.

⁴ Historiograficamente, a data de ocupação da Ilha é discutível. Esta pesquisa mostrou que, além da de janeiro de 1895, referida inicialmente pelo Ministro britânico no Rio de Janeiro pela Nota de 20 de julho e confirmada pelo Ministro brasileiro em Londres em telegrama de 21 de julho, são mencionadas, ainda, esta de fevereiro, e a de dezembro de 1894, conforme notícia no periódico *El Diario*, Buenos Aires, 24 jul. 1895, transcrita em: Bruno Lobo. Ilha da Trindade. *Arquivos do Museu Nacional*. Rio de Janeiro, v. 22, 1918. p. 123-124.

⁵ Essa ausência, aqui apontada, de um marco de posse, é que levaria à comissão do Cruzador Escola *Benjamin Constant* em janeiro de 1897, no desfecho da *Questão*.

⁶ Tanto a Nota Diplomática britânica de 20 de julho, quanto as brasileiras de 22 e 23 de julho, encontram-se em Anexo.

visitada pelas seguintes embarcações da Marinha de Guerra do Império: Corveta *Itaparica* (1825), Corveta *Dona Isabel* (1856), Corvetas *Bahiana* e *Nichteroy* (1871), Corveta *Nichteroy* (1884); após a proclamação da República, visitada pelo Transporte *Penedo* (1894). Carlos de Carvalho referiu ainda, como argumentos acerca do não-abandono daquele território insular brasileiro, os estudos e exames ordenados pela Regência para utilização da Ilha (1831); o Decreto Imperial nº 9.334, de 29 de novembro de 1884, concedendo permissão a *João Alves Guerra* para explorar minerais, extrair produtos naturais e estabelecer salinas na Ilha; e já no período da República, os Avisos do *Ministério da Justiça* de 11 de julho e 14 de outubro de 1891, no sentido do aproveitamento da Ilha para o serviço penitenciário. Citando autores coevos que, em suas obras computavam a Ilha da Trindade entre as terras pertencentes ao Brasil, Carlos de Carvalho passou a alinhar os argumentos jurídicos brasileiros, questionando a tese do abandono sustentada pela Grã-Bretanha, e concluindo:

Se o Brasil não manifestou por ato expresso a vontade de abandonar a ilha, que fora adjudicada ao continente brasileiro pelo fato da sua independência política, e se, e nisto há de convir o Sr. Phipps, não existe um estado de fato que o impedisse de dispor da ilha ou de utilizar-se dela, quando e como lhe aprouvesse, com o domínio conservou integra a posse e não sendo 'res proderelicto' sua ocupação, em nome do governo inglês, não é título legítimo de aquisição do domínio.⁷

Ao mesmo tempo em que Carlos de Carvalho preparava e expedia a Nota Diplomática acima, o Ministro britânico encaminhava com a data de Petrópolis de 20 de julho, mas apenas recebida por Carlos de Carvalho, às 12:35h do dia 23 de julho, uma Nota Diplomática, em que dava conta das observações por ele recebidas por parte do Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros da Grã-Bretanha sobre a matéria:

... Eu fui instruído a informar a Vossa Excelência que a posse da ilha em questão foi primeiramente, tomada pela Grã-Bretanha no ano de 1700. Nenhuma evidência foi

⁷ A Ilha da Trindade. *RIGHB*, Salvador, v. 2, nº 6, p. 247-260, dez. 1895.

*então encontrada da posse portuguesa e nenhum protesto foi feito por Portugal. Na opinião, portanto, do Marquês de Salisbury não pode existir nenhum título brasileiro à ilha superior ao da Grã-Bretanha. Quando o governo de Sua Majestade retomou a posse daquela ilha e da de Martim Vaz, em janeiro último, nenhum vestígio de ocupação estrangeira foi encontrado, e, como a Trindade é necessária como uma estação de cabo telegráfico, o governo de Sua Majestade não pode consentir a renunciar os direitos a ele.*⁸

E sobre a intenção do governo brasileiro de enviar uma embarcação da Marinha de Guerra, para verificar *in loco* a situação:

*... Eu estou convicto de que Vossa Excelência não deixará de perceber que não pode haver neste momento nenhuma cogitação de enviar uma embarcação para assegurar um direito de soberania sobre uma ilha na posse do governo de Sua Majestade.*⁹

Esse documento, que delineia formalmente a argumentação britânica, levou Carlos de Carvalho a redigir e expedir nova Nota Diplomática, a 23 de julho, citando informações documentais complementares à linha de defesa que iniciara, a saber, uma Carta-Régia ao Governador e Capitão-general da Capitania do Rio de Janeiro, datada de 22 de fevereiro de 1724¹⁰, a Ordem do Almirantado britânico, em 22 de agosto de 1782, para a evacuação e devolução da Ilha à Coroa portuguesa¹¹, e as Instruções do Vice-Rei do Estado do Brasil, em 7 de dezembro de 1782, para o Capitão-de-Mar-e-Guerra comandante da nau *Nossa*

⁸ No original: *...I am instructed to inform Your Excellency that the possession of the island in question was first, taken by Great Britain in the year 1700. No evidence was then found of Portuguese possession, and no protest was made by Portugal. In the opinion, therefore, of the Marquis of Salisbury there cannot be any Brazilian title to the island superior to that of Great Britain. When Her Majesty's Government resumed possession of that Island and of Martin Vaz, in January last, no trace of foreign occupation was found, and, as Trinidad is required as a telegraph cable station, Her Majesty's Government cannot consent to waive their rights to it.* Eduardo Marques Peixoto. *Ilha da Trindade: memória histórica*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1932. p. 97-101. Grifos nossos.

⁹ No original: *...I feel convicted that Your Excellency will not fail to perceive that there can now be no question of sending a ship to assert a right to sovereignty over an island in the possession of Her Majesty's Government.* Eduardo Marques Peixoto. *Ilha da Trindade: memória...* p. 97-101.

¹⁰ A fim de coibir a ação do tráfico de escravos da Companhia inglesa da Guiné, fortificando a Ilha da Trindade. Posteriormente publicada em: *A Ilha da Trindade (continuação)*. *RIGHB*, Salvador, v. 3, nº. 7, p. 39-49, mar. 1896. Ver ainda: Eduardo Marques Peixoto. *Ilha da Trindade: memória...* p. 105, 339-340.

¹¹ Publicada, à época, em inglês, pelo periódico *The Rio News*, Rio de Janeiro, p. 5, 30 jul. 1895. Uma versão em português foi posteriormente publicada em: *A Ilha da Trindade (continuação)*. *RIGHB*... p. 39-49. Peixoto transcreve o original em inglês e a versão em português. Eduardo Marques Peixoto. *Ilha da Trindade: memória...* p. 37-39, 104.

*Senhora dos Prazeres*¹². Na mesma Nota, Carlos de Carvalho protestou veementemente contra a sugestão britânica de que suspendesse, por parte do governo do Brasil, o envio de um vaso de guerra, ressaltando todos os direitos da República dos Estados Unidos do Brasil.

Essas e outras informações, devidamente acompanhadas da cópia de alguns documentos trocados até à data (dia 23 de julho), foram reportadas à *Câmara dos Deputados* em Sessão no dia seguinte¹³, tendo vindo a público pela imprensa na ocasião e pelos estudos históricos nos anos que se seguiram.

O mês de agosto de 1895 transcorreu sem grandes progressos na *Questão*: prosseguiram os debates no Legislativo e as notas na imprensa nacional e internacional. O foco das discussões deslocou-se para a questão da instalação do cabo telegráfico submarino, ventilando-se confidencialmente a possibilidade de submeter a *Questão* a negociação.

O *Relatório do Ministério das Relações Exteriores para o ano de 1895*¹⁴, apresentado ao Presidente da República em 30 de abril de 1896, resumiu em poucas palavras as circunstâncias pelas quais o Executivo e a nação tomaram ciência da anexação da Ilha, bem como as providências materializadas nas Notas Diplomáticas de 22 e 23 de julho, dando conta de que a proposta de submissão da *Questão* a arbitramento, transmitida pelo Ministro britânico no Rio de Janeiro em 16 de dezembro, havia sido declinada pela Presidência da República, o que foi comunicado ao Ministro britânico, por Nota Diplomática, em 7 de janeiro de 1896.

¹² Posteriormente publicada em: A Ilha da Trindade (continuação). *RIGHB...* p. 39-49. Ver, ainda: Eduardo Marques Peixoto. *Ilha da Trindade: memória...* 104, 394-396.

¹³ Brasil. Congresso. *Anais da Câmara dos Deputados: 1895*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1895. v. 3. p. 268-275.

¹⁴ Brasil. Relatórios do Ministério das Relações Exteriores: 1830-1960. Digitalizados e disponibilizados pelo CRL - Center for Research Libraries, em: <http://www.crl-jukebox.uchicago.edu/bsd/bsd/hartness/>

Diante do impasse criado pela negativa ao recurso de arbitramento de litígio por parte do governo brasileiro - prática usualmente adotada durante Império e continuada pela nascente República, prevista inclusive pela Constituição de 1891¹⁵ - e da necessidade de conciliação, no mês de maio de 1896, o Governo português ofereceu os seus préstimos, tanto ao Governo britânico, quanto ao Governo brasileiro:

Chegou ao conhecimento do governo de Sua Majestade [Fidelíssima¹⁶] que entre o governo de Sua Majestade Britânica e o da República dos Estados Unidos do Brasil se suscitou recentemente desacordo grave com respeito à ocupação da ilha da Trindade. ...

Acha-se por esse motivo o governo de Sua Majestade [Fidelíssima] nas condições de mais fácil e imparcialmente apreciar a justiça da causa que se debate. Entende pois, inspirando-se para isso nos sentimentos de cordial estima e amizade que estreitamente ligam Portugal às duas altas partes em litígio, oferecer os seus bons ofícios para uma solução mais pronta e amigável do incidente, no caso do governo de Sua Majestade Britânica, animado dos mesmos benévolos sentimentos, julgar conveniente, aceitá-los.¹⁷

e

Chegou ao conhecimento do governo de Sua Majestade [Fidelíssima] que entre o governo da República dos Estados Unidos do Brasil e o de Sua Majestade Britânica se suscitou recentemente desacordo grave com respeito à ocupação da ilha da Trindade.

Acha-se o governo de Sua Majestade [Fidelíssima], (...) nas condições de mais facilmente apreciar a justiça da causa que se debate. Entende pois, inspirando-se para isso nos sentimentos de cordial estima e amizade, que estreitamente ligam Portugal às duas altas partes em litígio, oferecer os seus bons ofícios para uma

[relacoes.html](#). Consultado em 10 nov. 2004. Ver, ainda: Manoel Francisco Corrêa. Ocupação da Ilha da Trindade pela Inglaterra e restituição ao Brasil. *RIHGB*, Rio de Janeiro, t. 59, parte II, 1896. p. 9.

¹⁵ Brasil. *Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1891. Art. 34, item 11. A diplomacia brasileira não adotou, para a condução desta questão, o princípio do arbitramento de litígio, pois, no seu entendimento jurídico, era flagrante a agressão britânica ao violar a soberania brasileira, cuja legitimidade de títulos e de direitos era incontestável.

¹⁶ D. Carlos de Saxe-Coburgo-Gotha-Kohari (1889-1909)

¹⁷ Nota do Ministro dos Negócios Estrangeiros de Sua Majestade Fidelíssima, ao Ministro de Sua Majestade Britânica em Portugal, em 1º de maio de 1896. In: Manoel Francisco Corrêa. *Ocupação da Ilha da Trindade... RIHGB...* p. 5-28. Ver: Eduardo Marques Peixoto. *Ilha da Trindade: memória...* p. 153-154.

*solução mais pronta e amigável do incidente, no caso do governo brasileiro, animado dos mesmos benévolos sentimentos, julgar conveniente aceitá-los.*¹⁸

Ambas as partes, o Governo britânico e o Governo brasileiro, aceitaram, ainda no mês de maio, os préstimos do Governo português. Deste modo, este último encaminhou ao encarregado dos Negócios de Portugal em Londres, Nota Diplomática, datada de 20 de julho, na qual ratificava os motivos do pleito do Brasil:

Desde que a ilha da Trindade foi, em princípios do século XVI, descoberta por João da Nova, então ao serviço destes reinos, e enquanto o Brasil se conservou parte integrante dos domínios portugueses, nunca para nós foi discutível a legitimidade da soberania de Portugal nessa ilha. Por ocasião da sua temporária ocupação pelo Comodoro Johnstone em 1782, foi essa soberania claramente reconhecida pelo governo britânico (junto do qual o de Sua Majestade [Fidelíssima] se deu pressa em afirmar), ordenando a sua evacuação com uma presteza e lealdade de que se encontra agradecido testemunho na correspondência trocada entre o representante de Sua Majestade [Fidelíssima] em Londres, Luiz Pinto de Souza, e o Ministro dos Negócios Estrangeiros, Ayres de Sá Mello. Quando, pelo Tratado do Rio de Janeiro de 29 de agosto de 1825, confirmou Portugal a independência da sua antiga colônia, transferiu-se a ilha da Trindade, com as do grupo a que pertence, para posse formal do novo império.

Não pode para o governo de Sua Majestade [Fidelíssima] existir dúvida a tal respeito, embora dessa transferência se não faça especial menção, estando, como estava, a ilha administrativamente anexa à Província do Espírito Santo, dependente da Capitania-mór do Rio de Janeiro.

É certo que, tendo sido infrutuosas todas as tentativas para a agricultar e povoar, sem exclusão da que se efetuou depois da temporária ocupação a que aludi, se tem conservado a ilha até nossos dias sem cultura e sem habitantes, portanto aparentemente abandonada.

Foi esse aparente estado que induziu à recente e menos exata suposição de abandono definitivo e real, esquecida como estava, e era natural que estivesse, a correspondência trocada em 1782, e o conseqüente reconhecimento da soberania portuguesa na Trindade pelo governo britânico; mas sendo esse abandono

¹⁸ Nota do Ministro dos Negócios Estrangeiros de Sua Majestade Fidelíssima ao encarregado de Negócios de Portugal no Rio de Janeiro, em 1º de maio de 1896. In: Manoel Francisco Corrêa. Ocupação da Ilha da

*transitório, determinado apenas pelas condições especiais da ilha, nunca tendo deixado o governo brasileiro de afirmar por atos o seu propósito de a possuir, pode esse estado tornar e torna de feito absolutamente explicável o engano sucedido; não pode porém, no conceito do governo de Sua Majestade, justificar e legitimar a ocupação e a posse levada a efeito por virtude desse engano.*¹⁹

Graças a essa articulação, a Grã-Bretanha, sem maiores questionamentos, desistiu de sua pretensão (3 de agosto de 1896), desocupando a ilha em litígio a 21 de agosto. Para encerrar o episódio, em janeiro de 1897 seguiu para a Trindade o Cruzador Escola *Benjamin Constant*, com a missão de ali colocar um marco de soberania brasileira²⁰. Esse marco com duas placas comemorativas, originalmente erguido na encosta do morro do Pão de Açúcar, hoje se encontra fronteiro à Casa do Comando do POIT, e traz inscrito em uma delas: *O direito vence a força*²¹.

Trindade... *RIHGB*... p. 5-28. Ver: Eduardo Marques Peixoto. *Ilha da Trindade: memória*... p. 154.

¹⁹ Nota do Ministro dos Negócios Estrangeiros de Sua Majestade Fidelíssima, ao encarregado dos Negócios de Portugal em Londres, em 20 de julho de 1896. In: Manoel Francisco Corrêa. *Ocupação da Ilha da Trindade*... *RIHGB*... p. 5-28. Ver: Eduardo Marques Peixoto. *Ilha da Trindade: memória*... p. 155-157.

²⁰ Documento nº 7. in: Anexo nº 1 - Documentos / Ilha da Trindade - Reconhecimento da soberania do Brasil. p. 8-9. Brasil. Relatórios do Ministério das Relações Exteriores: 1830-1960. Digitalizados e disponibilizados em: <http://www.crl-jukebox.uchicago.edu/bsd/bsd/hartness/relacoes.html>. Consultado em 10 nov. 2004. Ver: Manoel Francisco Correia. *Restituição da Ilha da Trindade ao Brasil*. *RIHGB*, Rio de Janeiro, t. 60, parte II, p. 165-169, 1897. Para o testemunho desta comissão ver também: Simbad [2º Tenente MB Augusto Carlos de Souza e Silva]. *A ilha da Trindade - a posse oficial*. *RIGHB*, Salvador: v. 11, p. 19-37, 1897. Ver, ainda: José Manoel Cardoso de Oliveira. *Actos diplomáticos do Brasil: Tratados do período colonial e vários documentos desde 1493 (ed. fac-sim.) (2 vol.)*. Brasília: Senado Federal, 1997. p. 234. O Cruzador Escola *Benjamin Constant*, recém-construído na França, integrava a Divisão de Instrução da Marinha do Brasil. Para um histórico dessa embarcação, ver: <http://www.naviosdeguerrabrasileiros/ngb-cruzadorescolabenjaminconstant.htm>. Consultado em 30 nov. 2004.

²¹ Conforme arquivo do *NF Almirante Graça Aranha* da Marinha do Brasil, referido por Lucas Cembranelli & Rogério Cassimiro. *História / Ilha da Trindade*. In: Folha Online. Disponível em: http://www1.folha.uol.com.br/folha/turismo/aventura/ilha_da_trindade-historia.shtml. Consultado em 30 nov. 2004.

2.2. A importância da *Questão* para a historiografia da Trindade

Embora a visita de Halley a serviço de Sua Majestade britânica esteja documentada na historiografia brasileira pelo menos desde 1845, de onde Brito a resgatou²², complementando-a com o registro da visita de Cook, para depois referir a ocupação britânica da ilha no período 1781-82, outros testemunhos históricos do interesse britânico pela posse da ilha no século XVIII só vieram à luz com a mobilização da opinião pública em torno da *Questão da Trindade*, a partir de junho de 1895.

Inicialmente registrou-se assim, já em 1896, a publicação da *Carta Régia ao Governador e Capitão-general da Capitania do Rio de Janeiro, para fortificar a Ilha da Trindade, em 22 de fevereiro de 1724*²³ e a da *Carta Régia ao Vice-Rei e Capitão-general de Mar-e-Terra do Estado do Brasil, sobre fortificar a Ilha da Trindade, em 22 de fevereiro de 1724*²⁴, complementada, a partir de 1904, pela publicação da *Carta do Governador e Capitão-general da Capitania do Rio de Janeiro ao Secretário de Estado, em 05 de dezembro de 1722*²⁵ e pela *Carta do Governador e Capitão-general da Capitania do Rio de Janeiro a Sua Majestade, em 9 de outubro de 1724*²⁶. Uma análise conjunta dessas quatro fontes demonstra por si só o interesse do capital comercial britânico no tráfico de escravos interatlântico entre a costa da Guiné e a do Brasil, a tentativa de utilização das ilhas oceânicas como base de apoio para esse comércio, bem como os esforços e motivações da Coroa portuguesa para coibi-lo e que se inscrevem em uma conjuntura do início do século XVIII bem definida por Caio Prado Júnior:

²² José Ignácio de Abreu e Lima (Gen.). *Synopsis ou deducção chronologica...* p. 26. Apud: Pedro Torquato Xavier de Brito. *Memória Histórica e Geográfica da Ilha da Trindade*. RIHGB... p. 249-275.

²³ A Ilha da Trindade (continuação). *RIGHB...* p. 39-49. Ver ainda: Eduardo Marques Peixoto. *Ilha da Trindade: memória...* p. 105, 339-340.

²⁴ A Ilha da Trindade (continuação). *RIGHB...* p. 39-49.

²⁵ Eduardo Marques Peixoto. Ilha da Trindade: memória histórica. In: Brasil. *Diário Oficial*. Rio de Janeiro, a. XLIII, nº 242, p. 4820-4823, 16 out. 1904. p. 4820-4821. Ver, ainda: Eduardo Marques Peixoto. *Ilha da Trindade: memória histórica*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1932. p. 337-339.

²⁶ Idem. *Ibidem*. p. 4820-4823, 16 out. 1904. p. 4821. Ver ainda: Eduardo Marques Peixoto. *Ilha da Trindade: memória...* p. 340-341.

*O interesse da metrópole pelo Brasil e o desenvolvimento conseqüente de sua política de restrições econômicas e opressão administrativa tomarão considerável impulso sobretudo a partir dos princípios do século XVIII, quando se fazem na colônia as primeiras grandes descobertas de jazidas auríferas*²⁷.

O mesmo ocorreu, mais tarde, para os eventos que caracterizam a pesquisa de campo portuguesa, em meados do século XVIII, pelas ilhas assinaladas cartograficamente na altura da latitude de 20° S, com a identificação e publicação das fontes pertinentes às comissões do piloto português José Alves Lima (setembro de 1756 e janeiro de 1757), incumbido pela Coroa portuguesa de levantar as sondas das ilhas da Ascensão, da Trindade e de Martim Vaz²⁸. Essa comissão foi inicialmente citada no contexto da *Questão da Trindade*, em 1898, em artigo publicado na *Revista do Instituto Histórico de São Paulo*²⁹, tendo uma expressiva quantidade de documentos – Instruções, Cartas e Ordens – sido incluída nos trabalhos publicados sobre a Ilha em 1904 e em 1932, fruto da pesquisa de Peixoto, iniciada à época da *Questão da Trindade*³⁰. Tivemos oportunidade de localizar a referência a uma outra fonte referente a essa expedição, no Arquivo Histórico Ultramarino, em Lisboa – *Planta da ilha a que uns chamam Ascensão, outros Trindade* (c. 1757)³¹. Compreendemos que os resultados negativos dessa comissão não foram divulgados pela Coroa portuguesa, uma vez que a dúvida ainda persistia ao tempo da viagem de La Pérouse (1785-88), como vimos anteriormente.

²⁷ Caio Prado Júnior. *História Econômica do Brasil*. São Paulo: Círculo do Livro, 1986. p. 57.

²⁸ O levantamento das sondas consistia na operação de sondagem da profundidade e da natureza do leito marinho em uma determinada área de navegação ou de atracação. Para esse fim, na recorrência da dúvida sobre a existência das diversas ilhas assinaladas nos mapas e roteiros de navegação à época, a Coroa portuguesa determinou a realização de uma expedição, equipada pelo Governador e Capitão-general da Capitania do Rio de Janeiro, e que se desenvolveu entre 22 de setembro e 16 de dezembro de 1756. Sem sucesso, pois encontrou apenas as ilhas da Trindade e de Martim Vaz, onde a cartografia e os roteiros de navegação, à época, ainda apontavam as três ilhas, uma nova expedição foi enviada, entre 12 de janeiro e 27 de abril de 1757, que também foi infrutífera.

²⁹ Manuel Duarte Moreira de Azevedo. A Ilha da Trindade. *RIHGSP*, São Paulo, v. 3, p. 9-27, 1898.

³⁰ Eduardo Marques Peixoto. Ilha da Trindade: memória... *Diário Oficial*... 4 mai. 1904 (em diante). Ver, ainda: Eduardo Marques Peixoto. *Ilha da Trindade: memória*...

³¹ Alberto Iria. Inventário geral da Cartografia brasileira existente no Arquivo Histórico Ultramarino (Elementos para a publicação da *Brasilae Monumenta Cartographica*). *Separata da Studia*. Lisboa, nº 17, abr. 1966. p. 76.

A publicação, por Peixoto, das *Instruções da Coroa portuguesa ao Vice-Rei e Capitão-general de Mar-e-Terra do Estado do Brasil, em 16 de setembro de 1782*, do mesmo modo permite perceber a atividade dos navios pesqueiros norte-americanos na região, relativa à atividade econômica complementar dos contratos das baleias:

*Deve igualmente informar o Comandante daquela Ilha dos portos [e] enseadas que ali houver, e das que são mais abrigadas e seguras, como também da pesca, particularmente dos cachalotes, que parece que é um dos sítios mais próprios para ela; sendo a prova demonstrativa disto o grande número de embarcações [norte-] americanas que nelas aí iam fazer antes da Guerra [de Independência (1776-83)], como é voz constante; e sendo assim também será preciso que V. Exa. persuada eficazmente aos que aí a seu cargo [exploram] o contrato das baleias, a que promovam com calor esta última pescaria dos cachalotes, a qual até agora se tem feito com suma lentidão e não poderá haver mais culpável negligência que deixarem os vassallos de Sua Majestade enriquecer os das outras nações, em os mares adjacentes aos domínios portugueses, sem se saberem, nem quererem aproveitar das vantagens que deles podem tirar, principalmente agora com a Ilha da Trindade que lhes pode servir de abrigo, entreposto, e de muitas outras comodidades.*³²

Poderia citar ainda, em complemento, dentro de uma linha de tempo, as referências documentais à Carta de Doação a Belchior Camacho (22 de agosto de 1539)³³, ao naufrágio da embarcação britânica *HMS Rattlesnake*, associado ao nome do Capitão [Phillip] D'Auvergne, oficial comandante da guarnição britânica de 50 homens deixada na Ilha da Trindade pelo Comodoro Johnstone entre 1781-82³⁴; a visita, em 1803, do comandante norte-americano Amaro Delano³⁵; a visita, em 1822, da Corveta francesa *La*

³² Eduardo Marques Peixoto. *Ilha da Trindade: memória...* p. 371-372.

³³ Transcrita da Chancelaria de D. João III, Livro 26, p. 191, na *Torre do Tombo*, em Portugal, pelo Conservador servindo de Diretor, Rafael Eduardo de Azevedo Bastos, em 9 de agosto de 1895. O respectivo Foral, datado de 25, encontra-se no Livro 26, p. 197v. Eduardo Marques Peixoto. *Ilha da Trindade: memória histórica. Diário Oficial...* p. 4753-4755.

³⁴ Conforme o verbete *Trindade e Martim Vaz* no Roteiro Findlay. Apud: A Ilha da Trindade e os Rochedos de Martim Vaz. *RIGHB...* p. 192-195.

³⁵ Conforme o verbete *Trindade e Martim Vaz* no Roteiro Findlay. Apud: A Ilha da Trindade e os Rochedos de Martim Vaz. *RIGHB...* p. 192-195.

*Coquille*³⁶; a visita, em 1839, da expedição polar antártica inglesa sob o comando de James Clark Ross (1800-62)³⁷; a visita, em 1876, da expedição oceanográfica inglesa de John Murray (1841-1914)³⁸; o Decreto imperial nº 9.334, de 29 de novembro de 1884, autorizando a João Alves Guerra a exploração de recursos minerais e naturais na Ilha da Trindade³⁹; a expedição, em 1885, de caça ao tesouro pelo britânico E. F. Knight, no navio *Alerte*, com a duração de três meses⁴⁰; o projeto brasileiro, em 1891, de aproveitamento da ilha para uso penitenciário⁴¹; a tentativa de ocupação, em 1892, pelo aventureiro *barão* Harden-Hickey, pretendendo ali fundar um principado, abortada ante os protestos diplomáticos brasileiros (1893)⁴²; a expedição de caça ao tesouro por José Alves Barbosa, em 16 de julho de 1912⁴³, eventos que passaram a fazer parte, desde esse momento, das narrativas históricas sobre a Ilha.

Com relação às referências às diversas expedições científicas que visitaram a Ilha no século XIX, nem a sua presença, e nem as suas observações científicas pesaram no desenvolvimento da *Questão da Trindade*, ficando à margem da pesquisa histórica.

³⁶ A Corveta, em viagem de circunavegação sob o comando do Capitão Duperrey, procedeu a um levantamento hidrográfico das águas da ilha (agosto de 1832) sob a responsabilidade do oficial M. Bérard. Conforme o verbete *Trindade e Martim Vaz* no Roteiro Findlay. Apud: A Ilha da Trindade e os Rochedos de Martim Vaz. *RIGHB*... p. 192-195. Ver: Louis Isidore Duperrey (1786-1865). *Voyage autour du monde executé par Ordre du Roi, La Corvette de La Majestè, La Coquille - Hydrographie*. Atlas. Paris. p. 22. Apud: Ruy José Valka Alves. *Ilha da Trindade & Arquipélago*... p. 89, 129.

³⁷ A expedição (1839-43), nos navios *HMS Erebus* e *HMS Terror*, conduziu a bordo o naturalista inglês Joseph Dalton Hooker (1817-1911), autor da obra *Genera Plantarum* (1862-1883). Ver: Ruy José Valka Alves. *Ilha da Trindade & Arquipélago*... p. 38.

³⁸ Ralph Copeland (1837-1905) coletou espécimes botânicos na ilha em 1874, a bordo do *HMS Venus*. Ruy José Valka Alves. *Ilha da Trindade & Arquipélago*... p. 38.

³⁹ A Ilha da Trindade (continuação). *RIGHB*... p. 39-49. Esse texto não contempla as Cláusulas anexas ao Decreto. Para uma versão integral ver: Eduardo Marques Peixoto. *Ilha da Trindade: memória*... p. 80-82.

⁴⁰ Antônio S. Cantuária Guimarães. A Ilha da Trindade. In: *Annaes do 5º Congresso Brasileiro de Geographia* (2 v.). Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1918. p. 698-710. Informação à p. 708, v. 2. A expedição de caça ao tesouro com o *Alerte*, na realidade, foi em 1889.

⁴¹ Manuel Duarte Moreira de Azevedo. A Ilha da Trindade. *RIHGSP*... p. 9-27.

⁴² Idem. *Ibidem*. p. 9-27. Ver ainda: Carlos Delgado de Carvalho. *História diplomática do Brasil (ed. fac-sim.)*. Brasília: Senado Federal, 1998. p. 184. O episódio do pseudo-Principado da Trindade se desenvolveu, na realidade, entre 1894-95. Ver Capítulo 3.

⁴³ Antônio S. Cantuária Guimarães. A Ilha da Trindade. *Annaes do 5º Congresso Brasileiro*... p. 708, v. 2. Ver ainda: *Jornal do Comércio*, 20 de agosto de 1913 (edição da tarde).

Somente mereceram registro, a partir do século XX, pelos pesquisadores de História Natural em particular, desde a *Expedição Bruno Lobo* (1916).

Se, com o encerramento da *Questão*, a ilha passou definitivamente para a posse do Brasil, em que pesem as comissões do Cruzador Escola *Benjamin Constant* (1897) e dos Cruzadores *Andrada e Barrozo* (1910), ela só entraria na modernidade do século XX, para os brasileiros, com a expedição do *Museu Nacional* sob a chefia do Prof. Bruno Álvares da Silva Lobo (maio a outubro de 1916), apoiada pela Marinha do Brasil. As suas impressões vieram a público com a publicação da Conferência que proferiu na *Biblioteca Nacional* em 18 de julho de 1918⁴⁴, fonte raramente utilizada historiograficamente.

Os trabalhos científicos dessa expedição foram referência para a retomada das pesquisas na década de 1950, visando o aproveitamento econômico da ilha, com a expedição coordenada por Lins de Barros (1897-1955)⁴⁵. Esta última visava verificar as condições de ocupação humana e de construção de uma base naval⁴⁶. Como parte do programa brasileiro para a participação no Ano Geofísico Internacional (1957-58), a ocupação concretizou-se a partir de 1957, com a criação da OM POIT (Posto Oceanográfico da Ilha da Trindade), subordinada à Diretoria de Hidrografia e Navegação (DHN) da Marinha do Brasil⁴⁷, cuja parceria resulta na colaboração entre ambas as instituições na conservação e recuperação do ecossistema da Ilha, até à atualidade.

⁴⁴ Bruno Lobo. Conferência sobre a Ilha da Trindade. *Arquivos do Museu Nacional*, Rio de Janeiro, v. 22, p. 106-164, 1918. Mapa, fotos.

⁴⁵ *Da expedição liderada por João Alberto Lins de Barros em 1950 participaram diversos cientistas, entre eles os geólogos J. R. de Andrade Ramos (1950) e R. V. Veltheim (1950), tendo este preparado o primeiro esboço geológico da ilha.* Fernando F. M. de Almeida. Ilha da Trindade. In: Comissão Brasileira de Sítios Geológicos e Paleobiológicos. SIGEP - *Sítios Geológicos e Paleobiológicos do Brasil*. Em: <http://www.unb.br/ig/sigep/sitio092/sitio092.htm>. Consultada em 25 nov. 2004. Para uma biografia de Lins de Barros, um dos tenentes de 1922, ver: http://www.cpdoc.fgv.br/nav_historia/htm/biografias/ev_bio_joaoalberto.htm. Consultado em 29 jan.2005.

⁴⁶ Lucas Cembranelli & Rogério Cassimiro. História / Ilha da Trindade. In: Folha Online. Disponível em: http://www1.folha.uol.com.br/folha/turismo/aventura/ilha_da_trindade-historia.shtml. Consultada em 30 nov. 2004.

⁴⁷ Serviço de Relações Públicas da Marinha. Ilha da Trindade: 100 anos de soberania nacional. *Correio Filatélico...* p. 30-31.

2.3. Para uma análise historiográfica

Há três anos que temos escrito e publicado pela imprensa, quer nas colunas do Jornal do Comércio, quer nas do Jornal do Brasil, diversos artigos chamando a atenção dos nossos governos para aquela ilha, que de direito nos pertence, mas na qual ainda não tremulou a bandeira brasileira. Temos publicado diversos relatórios de explorações feitas pelos nossos oficiais de marinha, como sejam os dos 1^{os}. Tenentes Antônio Carlos Ribeiro de Andrada e Caio Pinheiro de Vasconcellos, que amplas informações nos deram sobre a referida ilha.⁴⁸

Desde as primeiras notícias veiculadas pela *Gazeta de Notícias*, pelo *Jornal do Comércio* e pelo *O Paiz* (20 de julho de 1895), a *Questão da Trindade* despertou uma onda de interesse sem precedentes sobre a história da Ilha, não só nos círculos políticos e diplomáticos, mas também sobre a opinião pública brasileira, que pela primeira vez, no período republicano, se interessava pela política externa. A Câmara dos Deputados, por exemplo, imediatamente pediu esclarecimentos formais ao *Ministério das Relações Exteriores*⁴⁹; o *Jornal do Brasil* chegou a pedir a exoneração do Ministro do Brasil em Londres (23 de julho). No plano internacional, a notícia despertou interesse na Argentina e na França, tendo o *Jornal do Comércio* transcrito declaração do periódico argentino *Standarde* de 24 de julho de 1895 (a 1^o de agosto) e citado a revista francesa *Politique Coloniale* de que a ocupação britânica não valia a pena (19 de agosto). Além da atuação da imprensa, no meio acadêmico tal interesse refletiu-se, à época, por copiosa produção dos Institutos Históricos e Geográficos - o do Brasil, o da Bahia e ainda o de São Paulo⁵⁰ -, que podemos conhecer diretamente através de seus órgãos de divulgação, isto é, as suas

⁴⁸ Collatino Marques de Sousa (Capitão-tenente MB). *Jornal do Comércio*, jul. 1895. Apud: *A Ilha da Trindade e os Rochedos de Martim Vaz. RIGHB*, Salvador, v. 3, nº 8, p. 185-198, jun. 1896.

⁴⁹ Brasil. Congresso. *Anais da Câmara*.... p. 233-235.

revistas. Essas fontes iluminam, até os nossos dias, a pesquisa histórica não só sobre a *Questão*, como também sobre a própria Ilha.

Esta pesquisa identificou duas grandes linhas para a pesquisa historiográfica sobre a Trindade: uma, dentro da História do Brasil, debruçando-se sobre o que foi produzido acerca da história da Ilha, abordando episodicamente a *Questão da Trindade*; outra, dentro da História das Relações Internacionais do Brasil, abordando especificamente a *Questão*.

Dentro dessas linhas, uma primeira questão metodológica se impôs: a identificação dos recortes (periodizações) para a abordagem historiográfica de cada uma. De acordo com os autores mais atuais que se debruçaram sobre a matéria, esses recortes não são coincidentes.

Segundo Francisco Iglésias, para uma historiografia da História do Brasil⁵¹, três grandes momentos ou períodos podem ser identificados: uma 1ª Fase, de 1500 a 1838, compreendendo os trabalhos iniciais, de cunho histórico e/ou literário, que descreveram o Brasil na época e sob uma ótica colonial; uma 2ª Fase, de 1838 a 1931, a partir da fundação do IHGB, da edição da obra de Martius - cientista e viajante alemão -, e dos trabalhos de Varnhagen, pioneiro e grande erudito nos estudos historiográficos no Brasil; por fim, uma 3ª Fase de 1931 aos nossos dias, que se abriu com o início do ensino das Ciências Humanas na Universidade brasileira, pelas mãos da reforma de ensino do Ministro Francisco Campos, contextualizada na Revolução de 1930.

Os primeiros trabalhos sobre a *Questão da Trindade* inscrevem-se na 2ª Fase da produção historiográfica em História do Brasil: os trabalhos de Manoel Corrêa⁵² e de

⁵⁰ Ver Fontes / Instituto Histórico Geográfico e Brasileiro

⁵¹ Francisco Iglésias. *Historiadores do Brasil: capítulos de historiografia brasileira*. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira; Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000. p. 23-24. O autor deixa claro que este é apenas um esquema “com vistas a um modelo didático ou funcional”.

⁵² Manoel Francisco Corrêa. *Ocupação da Ilha da Trindade... RIHGB...* p. 5-28. O Conselheiro Manoel Francisco Corrêa de Oliveira foi Ministro e Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros no período de

Souza e Silva⁵³. Após o encerramento da *Questão*, mas ainda como fruto da pesquisa que ela originou, vêm a público os sucessivos trabalhos de pesquisa de Moreira de Azevedo, em 1898⁵⁴ e em 1901⁵⁵, e de Marques Peixoto, sócio do IHGB e funcionário do Arquivo Nacional, em 1904⁵⁶, 1911⁵⁷ e que culminam em 1932, com uma monumental publicação de fontes, pertinente, principalmente, à fase de ocupação portuguesa da ilha, ao final do século XVIII⁵⁸. Destaque-se, ainda, o trabalho do Capitão-tenente da Marinha do Brasil Antônio Sabino Cantuária Guimarães⁵⁹, que atualizou a matéria até à ocupação da Ilha durante a I Guerra Mundial (1914-18).

Para uma historiografia em História das Relações Internacionais do Brasil, também três momentos são sugeridos por Amado Cervo⁶⁰: uma 1ª Fase, do Manifesto às Nações Amigas (6 de agosto de 1822) - como um testamento político de José Bonifácio, em que se define o tipo de relações exteriores pretendidas pelo Brasil -, até meados dos anos 1950, marcada pelos trabalhos de Ponte Ribeiro (1840), Francisco Varnhagem (1850), Pereira Pinto (1860), Joaquim Nabuco e Oliveira Lima (final do século XIX e início do XX) e o mais importante, as obras de Pandiá Calógeras (1920)⁶¹; uma 2ª Fase, caracterizada a partir

1871 a 1873, tornando-se, a partir de 1874, Senador (vitalício) do Império. Foi fundador e presidente efetivo da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, desde sua fundação (25 de fevereiro de 1883).

⁵³ Simbad [2º Tenente MB Augusto Carlos de Souza e Silva]. A Ilha da Trindade... *RIGHB*... p. 19-37.

⁵⁴ Manuel Duarte Moreira de Azevedo. A Ilha da Trindade. *RIHGSP*, São Paulo, v. 3, p. 9-27, 1898.

⁵⁵ Manuel Duarte Moreira de Azevedo. A Ilha da Trindade. *RIHGB*, Rio de Janeiro, t. 62, parte II, p. 228-244, 1901. Trata-se do mesmo material publicado pela RIHGSP em 1898, sem que isso seja mencionado.

⁵⁶ Eduardo Marques Peixoto. Ilha da Trindade: memória histórica completa. *Diário Oficial*, Rio de Janeiro, 4 mai. 1904 (em diante). Este trabalho foi lido na 13ª sessão ordinária do IHGB, em 9 set. 1904: *Passando-se à Ordem do Dia, é dada a palavra ao Sr. Marques Peixoto, que lê um trabalho seu sobre a descoberta da Ilha da Trindade*. Atas das Sessões de 1904. *RIHGB*, Rio de Janeiro, t. 67, parte II, p. 451, 1906.

⁵⁷ Eduardo Marques Peixoto. A Ilha da Trindade: o seu descobrimento. *RIHGB*, Rio de Janeiro, t. 74, parte I, p. 219-227, 1911.

⁵⁸ Eduardo Marques Peixoto. *Ilha da Trindade: memória histórica*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1932.

⁵⁹ Antônio Sabino Cantuária Guimarães. A Ilha da Trindade. In: *Annaes do 5º Congresso Brasileiro de Geographia* (2 v.). Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1918. p. 698-710, v. 2.

⁶⁰ Amado Luiz Cervo (org.). *O desafio internacional: a política exterior do Brasil, de 1930 a nossos dias*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1994. p. 21-23.

⁶¹ João Pandiá Calógeras. *A política exterior do Império* (2v.). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1927-1928. 2v. (Tomos especiais da RIHGB). João Pandiá Calógeras. *Da regência à queda de Rosas*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1933. A mais notável, pela sua abrangência e erudição, é *A política exterior do Império*, cujo primeiro volume foi lançado em 1927, abordando o período das origens até à Independência, o segundo em 1928, cobrindo o primeiro reinado, e o terceiro, em 1933, cobrindo da

da criação do Instituto Rio Branco (1945), pela produção de uma história científica⁶² que se distinguiu pelos trabalhos de Renato de Mendonça⁶³, Teixeira Soares⁶⁴, Hélio Vianna⁶⁵, Delgado de Carvalho⁶⁶, Hildebrando Accioly⁶⁷ e Soares de Souza⁶⁸, a geração dos chamados *historiadores diplomatas*⁶⁹; uma 3ª Fase, em termos de mudança de enfoque e de métodos, pode ser estabelecida a partir de 1960, quando as pesquisas se deslocaram para as Universidades, com uma maior profissionalização em Relações Internacionais e um intercâmbio mais intenso de pesquisadores e de idéias com o exterior. São autores marcantes dessa fase, entre outros, o próprio Amado Cervo⁷⁰, Clodoaldo Bueno⁷¹, José Flávio Sombra Saraiva⁷², Paulo Roberto de Almeida⁷³ e Paulo Vizentini⁷⁴, entre outros.

Regência à queda de Rosas. O seu falecimento no ano seguinte impediu-o de atingir o período Republicano. Ver: Francisco Iglésias. *Historiadores do Brasil...* p. 160-161.

⁶² A história diplomática então produzida apresentava características comuns à dos países que a produziam até à II Guerra Mundial e mesmo depois: científica, de inspiração positivista, valorizando os dados empíricos, necessários à verificação das hipóteses, de preferência quantitativas. Os fatos da ação político-diplomática eram meramente descritos, segundo uma visão nacionalista.

⁶³ O diplomata Renato de Mendonça (1912-??) em *História da Política Exterior do Brasil, 1500-1825* (México: Instituto Panamericano de Geografia e História, 1945), dentro de uma linha de História Política, promove uma síntese da política externa brasileira do período colonial até ao reconhecimento da Independência.

⁶⁴ Delgado de Carvalho. *Relações Internacionais*. Rio de Janeiro; São Paulo: Distribuidora Record, s.d. Delgado de Carvalho; Therezinha de Castro (orgs.). *Atlas de Relações Internacionais*. Rio de Janeiro: IBGE, 1960. O diplomata Teixeira Soares em *Diplomacia do Império no Rio da Prata, até 1865* (Rio de Janeiro: Brand Editora, 1955), *História da Formação das Fronteiras do Brasil* (Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1973) e outras, ocupou-se da formação e geopolítica das fronteiras do Brasil.

⁶⁵ O historiador Hélio Vianna (1908-1972) foi um dos intelectuais de renome que ministrou cursos no Instituto Rio Branco, entre o final da década de 1940 e o início da de 1960.

⁶⁶ Geógrafo, historiador e sociólogo, Carlos Delgado de Carvalho (1884-1989), também ministrou cursos no Instituto Rio Branco, entre o final da década de 1940 e o início da de 1960.

⁶⁷ Hildebrando Accioly (1888-1962) foi Professor Catedrático da PUC/SP, Embaixador, Consultor Jurídico do Ministério das Relações Exteriores e associado do *Institut de Droit International*.

⁶⁸ Soares de Souza produziu várias monografias sobre o período monárquico, das quais a mais conhecida é: José Antônio Soares de Souza. *Um diplomata do Império: Barão da Ponte Ribeiro*. São Paulo: Ed. Nacional, 1952.

⁶⁹ Uma excelente análise da historiografia da História Diplomática do Brasil encontra-se em José Honório Rodrigues. *Teoria da História do Brasil. Introdução Metodológica*. 5ª ed.. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978. p. 169-174. Para uma referência às obras dos autores citados sobre o tema, ver Bibliografia.

⁷⁰ Amado Luiz Cervo é Professor Titular de História das Relações Internacionais da UNB e editor da Revista Brasileira de Política Internacional (RBPI). É Doutor em História pela Universidade de Strassburg, na Alemanha.

⁷¹ Clodoaldo Bueno é Mestre e Doutor em História Econômica pela Universidade de São Paulo e livre-docente e professor titular da Universidade Estadual Paulista (UNESP). É membro da Comissão Internacional de História das Relações Internacionais, com sede em Milão, na Itália.

⁷² José Flávio Sombra Saraiva é Doutor e Professor de Relações Internacionais na UnB onde lidera o grupo de pesquisas em Relações Internacionais Contemporâneas. É Diretor-Geral do Instituto Brasileiro de Relações Internacionais (IBRI), onde organizou a coleção Relações Internacionais (10v.), com escritos de

Paulo Roberto de Almeida, mais recentemente, propõe essa periodização em três grandes categorias analíticas: a colonial, entre 1530-50 até ao período de 1808-22; a independente, do período anterior até à Revolução de 1930; e a nacional, desde então até aos nossos dias. Esta última, para o autor ainda é passível de subdivisões em cortes menores, como a Era Vargas, a República Populista, a República Militar, e a redemocratização iniciada em 1985⁷⁵. Para fins deste trabalho, entretanto, adotei a sugestão de Amado Cervo.

diplomatas brasileiros e professores do primeiro curso de Relações Internacionais do Brasil, o da própria UnB.

⁷³ Doutor em Ciências Sociais pela Universidade de Bruxelas e mestre em Economia Internacional pela Universidade de Antuérpia, diplomata e professor. Ver página pessoal disponível em: <http://www.pralmeida.org>. Consultada em: 14 jan. 2005.

⁷⁴ Paulo G. Fagundes Vizontini é Mestre em Ciência Política, Doutor pela USP e Pós-Doutorado em Relações Internacionais pela *London School of Economics*. Especialista em Integração Européia, é Professor Titular de História Contemporânea no IFCH/UFRGS, coordenando o Núcleo de Estudos de Relações Internacionais e Integração do Instituto Latino-Americano de Estudos Avançados da UFRGS.

⁷⁵ Paulo Roberto de Almeida. *O estudo das Relações Internacionais do Brasil*. São Paulo: Unimarco Ed., 1999. p. 40-41. Ver, especialmente os quadros às p. 65-75. O autor havia abordado o tema anteriormente em artigo de periódico: Paulo Roberto de Almeida. Estudos de Relações Internacionais do Brasil: etapas da produção historiográfica brasileira (1927-1992). *Revista Brasileira de Política Internacional*, Brasília, nº 1, mês 1-6, 1993. Ver, ainda: Paulo Roberto de Almeida. *Relações Internacionais e política externa do Brasil: dos descobrimentos à globalização*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1998. O autor promove, nesta obra, uma análise historiográfica valiosa sobre o tema.

2.3.1. Para uma historiografia em História do Brasil

Embora o Chanceler Carlos Augusto de Carvalho tenha se valido, na primeira hora da defesa brasileira, do trabalho de 1877 de Xavier de Brito pelo *Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*⁷⁶, como vimos anteriormente, o primeiro comentário sobre a *Questão*, publicado academicamente fora da imprensa, se deveu ao *Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*. Esta instituição publicou através de sua *Revista* uma série de artigos e notas, que, a nosso ver, além da importância pelas fontes que transcrevem, devem ser ressaltados pelos comentários e posicionamentos críticos sobre o desenvolvimento da *Questão*.

O primeiro artigo intitula-se *A Ilha da Trindade*, constituindo-se, na realidade, nos comentários daquele Instituto seguidos por uma coletânea de documentos. Foi apresentado em duas partes - a primeira, em dezembro de 1895⁷⁷, resumiu como preâmbulo para o leitor, os principais eventos sobre a *Questão*: a ocupação pelo *HMS Barracouta*⁷⁸; a comoção popular a nível nacional causada pela notícia publicada originalmente pelo periódico britânico *Financial News*; o elogio à reação diplomática do Governo brasileiro, apoiada juridicamente em fontes históricas; a expectativa de que a Inglaterra, a pretexto de proteger uma empresa particular que ambicionava a Ilha para a instalação de uma estação de cabo (telegráfico) submarino, não desejava perturbar um interesse maior representado pelas relações comerciais e financeiras mantidas com o Brasil; e por fim a defesa da opção brasileira de não submeter a *Questão* a juízo arbitral internacional, uma vez que não se tratava de matéria litigiosa. Em seguida transcreveu informação histórica e geográfica

⁷⁶ Pedro Torquato Xavier de Brito. Memória Histórica e Geográfica da Ilha da Trindade. *RIHGB*, Rio de Janeiro, t. 40, parte II, p. 249-275. 1877. mapas. O autor foi Capitão de Engenheiros na década de 1850.

⁷⁷ A Ilha da Trindade. *RIGHB*... p. 247-260.

⁷⁸ Observe-se, a título de curiosidade, que este mesmo vaso de guerra britânico se encontrava fundeado na baía da Guanabara anteriormente, em setembro de 1893, quando da eclosão da Revolta da Armada (1893-95), sendo uma das vinte e duas embarcações estrangeiras que assumiram o papel de *observadores*

conforme publicado no periódico carioca a *Gazeta de Notícias* de 24 de julho; notícia geográfica extraída do verbete *Ilha da Trindade* no **Roteiro Geral dos mares, costas, ilhas e baixos reconhecidos no globo** (Academia Real das Ciências de Lisboa, 1846); notícia geográfica extraída da comunicação de Xavier de Brito na *RIHGB* em 1877; notícia geográfica extraída em um periódico do Recife, em julho de 1863. Prossegue reportando que, tendo aquele Instituto Geográfico e Histórico, em sessão de 11 de agosto de 1895, se ocupado da *Questão da Trindade*, deliberou oficialiar a Presidência da República, aplaudindo a atitude do governo; aclamou o Ministro das Relações Exteriores, Carlos Augusto de Carvalho, como sócio-honorário em reconhecimento pelos serviços prestados à pátria durante a *Questão* e deliberou a publicação das Notas, por ele encaminhadas, na *Revista* do Instituto. O artigo se encerra com a transcrição das *Informações prestadas pelo Ministério das Relações Exteriores à Câmara dos Deputados*, em 23 de julho, inclusive com seus anexos “a” (telegrama do MRE à legação brasileira em Londres, em 19 de julho), “b” (telegrama resposta da legação brasileira em Londres ao MRE, em 21 de julho), “c” (primeira Nota do MRE à legação britânica no Rio de Janeiro, em 22 de julho) e “e” (segunda nota do MRE à legação britânica no Rio de Janeiro, em 23 de julho).

A segunda parte (continuação), veio a público na *Revista* de março de 1896⁷⁹, prosseguindo a publicação de documentos históricos referidos pelo *Ministério das Relações Exteriores* na defesa da tese brasileira frente ao argumento britânico de que as ilhas da Trindade e Martim Vaz se encontravam abandonadas:

- a) Carta-Régia, de 22 de fevereiro de 1724, ao Governador e Capitão-General da Capitania do Rio de Janeiro para a fortificação da Ilha da Trindade;

internacionais na ocasião. Ver: Paulo de Oliveira Ribeiro. O Encouraçado Aquidabã. Em: <http://www.lbm.com.br/naval/Aquidaba.htm>. Consultada em 30 jan. 2004.

⁷⁹ A Ilha da Trindade (continuação). *RIGHB*, Salvador, v. 3, nº 7, p. 39-49, mar. 1896.

- b) Ordem, de 22 de agosto de 1782, do Almirantado britânico para evacuação da Ilha da Trindade;
- c) Instruções, de 7 de dezembro de 1782, do Vice-Rei do Estado do Brasil ao Capitão-de-Mar-e-Guerra José de Mello Brayner (no comando da Nau *Nossa Senhora dos Prazeres*), para a evacuação britânica da Ilha da Trindade;
- d) Ofício, de 20 de dezembro de 1782, do Vice-Rei do Estado do Brasil à Coroa portuguesa, dando conta das providências tomadas e da partida, a 16 de dezembro, da expedição portuguesa para a Ilha da Trindade;
- e) Decreto nº 9.334, de 29 de novembro de 1884, concedendo permissão a João Alves Guerra para explorar minerais, extrair os produtos naturais e estabelecer salinas na Ilha da Trindade⁸⁰;
- f) Ofício, de 1 de agosto de 1895, do Arquivo Público do Estado da Bahia ao Governador do Estado da Bahia, encaminhando cópia da Carta-Régia, de 22 de fevereiro de 1724 ao Vice-Rei do Estado do Brasil para a fortificação da Ilha da Trindade, e da Carta, de 7 de fevereiro de 1783, do Governador e Capitão-General da Capitania da Bahia à Coroa portuguesa, encaminhando a correspondência e documentos recém-chegados da Ilha da Trindade;
- g) Ofício, de 11 de janeiro de 1896, Arquivo Público do Estado da Bahia ao Governador do Estado da Bahia, encaminhando cópia da Carta, de 30 de janeiro de 1782, do Governador e Capitão-General da Capitania da Bahia à Coroa portuguesa, dando conta da ocupação da Ilha da Trindade por uma força de cinquenta ingleses, que a estavam fortificando, tendo inclusive levantado uma bateria.

Os documentos históricos transcritos, inclusive aqueles identificados no Arquivo Público da Bahia assumiam relevância no momento pelo seu ineditismo e por reforçarem o poder dos argumentos da diplomacia brasileira, na defesa jurídica de seus títulos.

O terceiro artigo da série, *A Ilha da Trindade e os Rochedos de Martim Vaz*, em junho de 1895⁸¹, prossegue a transcrição de relatos sobre a Ilha da Trindade e o Arquipélago de Martim Vaz, a saber, o Relatório do 2º Tenente Caio Pinheiro de Vasconcellos, comandante da Corveta *Dona Isabel*, em 22 de fevereiro de 1856; o Relatório do Capitão-de-Mar-e-Guerra Arthur Silveira da Motta (futuro Barão de Jaceguai), comandante da Corveta Encouraçada *Nichteroy*, em 31 de janeiro de 1871; o verbete sobre Trindade e Martim Vaz, constante do Roteiro inglês Findlay; a referência de Spix e Martius à Ilha da Trindade; a referência por carta, de um sócio daquele Instituto, recordando a redação do Art. 2º do Projeto para a Constituição do Brasil, de 1823, que citava nominalmente as ilhas oceânicas brasileiras como integrantes do território. Transcreve ainda o comentário de autoria do Capitão-Tenente Collatino Marques de Souza, no *Jornal do Comércio*, que abordou pela primeira vez o viés geo-estratégico, em termos de Atlântico Sul, da *Questão*:

*(...) Demos o grito de alarma, mostrando quão importante e estratégica seria esta localidade em poder dos ingleses para fecharem com seu quadrilátero de ferro, composto das ilhas de Ascensão, Santa Helena, Trindade e o Cabo da Boa Esperança, convenientemente armadas e abastecidas de combustível e sobressalentes de todas as espécies, como possuem nas Malvinas, o trajeto às esquadras das outras nações que pretendessem atacar as suas possessões da Índia e da Ásia Oriental.*⁸²

Com o desfecho favorável da *Questão da Trindade* em agosto de 1896, veio à luz a primeira manifestação sobre o assunto, no meio acadêmico da então Capital, pela *Revista*

⁸⁰ Foi publicado apenas o texto do Decreto. As cláusulas anexas só o serão em Eduardo Marques Peixoto. *Ilha da Trindade: memória...*

⁸¹ A Ilha da Trindade e os rochedos de Martim Vaz. *RIGHB...* p. 185-198.

⁸² Idem. *Ibidem.* p. 185-186.

do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – **Ocupação da Ilha da Trindade pela Inglaterra e Restituição ao Brasil**⁸³. Apresenta como contribuição um viés até hoje inexplorado na historiografia, quer em História do Brasil, quer em História das Relações Internacionais do Brasil, a saber, o interesse germânico no Atlântico Sul, ao historiar o incidente ocorrido no Rio de Janeiro, em 1871, envolvendo oficiais da Corveta alemã *Nymphe* e a correspondente reclamação do representante diplomático alemão Hermann Haupt⁸⁴. No contexto da vitória da Prússia na Guerra contra a França (1870-71), uma frota alemã teria sido armada para hostilizar o Brasil⁸⁵, como retaliação por esse incidente. Registra ainda uma comparação entre a *Questão da Trindade* e a das Malvinas: *O caso das ilhas Malvinas ali está para o atestar; e a Tribuna, de Buenos Aires, congratula-se porque a solução da questão da Trindade pode ser o prelúdio da devolução dessas ilhas à República Argentina*⁸⁶. Resumiu também os fatos de domínio público sobre a ocupação britânica da ilha da Trindade, sob a alegação de *préstimo para o serviço de uma companhia telegráfica transatlântica*, articulando a ligação deste fato com uma conjuntura política inglesa: a do Ministério Liberal, que devido à aposentadoria por idade de Lord Gladstone⁸⁷ passara a ser presidido por Lord Roseberry⁸⁸, e aos esforços do novo

⁸³ Manoel Francisco Corrêa. Ocupação da Ilha da Trindade... *RIHGB*... p. 5-28.

⁸⁴ Historiograficamente é mais conhecido o incidente da canhoneira alemã Panther, no litoral de Santa Catarina (1905-06), conduzido por Rio Branco à frente da Chancelaria brasileira. Ver: Álvaro Lins. *Rio Branco (O Barão do Rio Branco): biografia pessoal e história política*. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1996. p. 327-333.

⁸⁵ Manoel Francisco Corrêa. Ocupação da Ilha da Trindade... *RIHGB*... p. 5.

⁸⁶ Idem. *Ibidem*. p. 21. A Grã-Bretanha tomou posse das Ilhas Falkland/Malvinas desde 1833, mantendo-se na sua posse até aos nossos dias. Falkland Islands. *Compton's Home Library: The Complete Reference Collection (1998 Edition)*. The Learning Company, Inc. (CD-Rom). 1998.

⁸⁷ *William Gladstone (1809-98): British Liberal statesman. For 60 years he served the government almost continuously, achieving one of the most brilliant state careers in British history. Four times he was prime minister, during the reign of Queen Victoria (1837-1901): from 1868 to 1874; from 1880 to 1885; from February to July 1886; and from 1892 to 1894. When he was 85, approaching blindness forced him to retire from public life. Gladstone helped to bring about most of the great British social and political reforms of the late 19th century. He was responsible for the first state aid to public elementary schools, for opening Oxford and Cambridge universities to men of all religions, and for introducing the secret ballot.* Gladstone. *Compton's Home Library: The Complete Reference Collection (1998 Edition)*. The Learning Company, Inc. (CD-Rom). 1998.

⁸⁸ *Archibald Philip Primrose, earl of Rosebery (1847-1929): British Liberal statesman, orator, and writer; prime minister 1894-95; later a political power without office; wrote on Pitt, Peel, Cromwell, Napoleon,*

Ministério Conservador que o substituiu, presidido pelo Marquês de Salisbury⁸⁹, para contornar a situação da questão diplomática. Faz referências tanto ao argumento inglês da circunstância de desocupação da ilha, semelhante ao que lhe fora invalidado no século XVIII, quanto à proposta para o arbitramento da *Questão* (encaminhamento mais adequado em termos de direito internacional à época), reafirmando a negativa brasileira para o arbitramento, em função do motivo de que não se podia pôr em dúvida um direito já anteriormente reconhecido pela própria Grã-Bretanha. Valoriza o oferecimento dos préstimos do governo de Portugal, pelo qual se entendia que a *Questão* seria encaminhada a bom termo, informando sobre as providências inglesas para a desocupação. Esse artigo transcreve diversos documentos (notas diplomáticas, telegramas, sessões, notícias) associados ao desfecho da *Questão*.

Finalizando a série de artigos da *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*, encontra-se o texto **A Ilha da Trindade: Epílogo da Questão da Ilha da Trindade**⁹⁰, que descreve o monumento de granito, construído no Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro, a ser colocado na ilha para assinalar a posse do Brasil sobre o território deserto.

Na *Revista do Instituto Geográfico e Histórico Brasileiro*, foi o artigo **Restituição da Ilha da Trindade ao Brasil**⁹¹, que encerrou o ciclo de trabalhos sobre a *Questão da Trindade*, publicando o trecho pertinente, extraído do Relatório do Ministério das Relações

and Lord Randolph Churchill. Rosebery. *Compton's Home Library: The Complete Reference Collection (1998 Edition)*. The Learning Company, Inc. (CD-Rom). 1998.

⁸⁹ Robert Arthur Talbot Gascoyne-Cecil, 3d marquess of Salisbury (1830-1903): British statesman and Prime Minister (1885-86, 1886-92, and 1895-1902) noted for his advancement of British imperial interests in foreign affairs. Salisbury acted as his own foreign secretary. The Boer War (q.v.) was fought during his third ministry. Salisbury. *Compton's Home Library: The Complete Reference Collection (1998 Edition)*. The Learning Company, Inc. (CD-Rom). 1998

⁹⁰ A Ilha da Trindade: epílogo da Questão da Ilha da Trindade. *RIGHB*, Salvador, v. 3, nº 10, p. 627-628, dez. 1896.

⁹¹ Manoel Francisco Corrêa. Restituição da Ilha da Trindade ao Brasil. *RIHGB*, Rio de Janeiro, t. 60, parte II, p. 165-169, 1897.

Exteriores para o ano de 1896, o Termo de Posse deixado na ilha, em janeiro de 1897, pelo Cruzador Escola *Benjamin Constant* e telegramas da imprensa.

Outros artigos, ainda, podem ser mencionados como *A Ilha da Trindade: a posse oficial*⁹², publicado na *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*. Trata-se da narrativa testemunhal, pelo 2º Tenente da Marinha do Brasil, Augusto Carlos de Souza e Silva (sob o pseudônimo de *Simbad*, o marinheiro das lendas orientais das 1001 Noites), sobre a comissão do Cruzador Escola *Benjamin Constant* para a colocação do marco de posse brasileiro na ilha da Trindade, em janeiro de 1897. Complementa transcrevendo o Termo de Posse, colocado pela impossibilidade do desembarque do monumento de granito.

Na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, o trabalho **A Ilha da Trindade**⁹³ constitui-se numa revisão histórica, dentro de um enfoque historiográfico linear, factual, acrítico, da história da Ilha. Incorpora, à seqüência tradicional de fatos, os elementos proporcionados pela *Questão da Trindade*, declaradamente documentos do Arquivo Público Nacional, da Biblioteca Pública Nacional, das *RIHGB*, dos Relatórios do Ministério das Relações Exteriores para os anos de 1895 e 1896, documentos cedidos pelo Chanceler Carlos Augusto de Carvalho e a série de artigos publicados pelo periódico *A Gazeta de Notícias*, sob o título *A Ilha de Trindade*, em janeiro de 1897. Cita ainda documento encontrado na Torre do Tombo, em Portugal, para referir a doação da Ilha da Ascensão (Trindade) a Belchior Camacho (1539)⁹⁴. Apresenta como novidades, o projeto de aproveitamento penitenciário da Ilha (1891), bem como a tentativa de ocupação pelo

⁹² Simbad (2º Tenente MB Augusto Carlos de Souza e Silva). *A Ilha da Trindade - a posse oficial. RIHGB...* p. 19-37.

⁹³ Manuel Duarte Moreira de Azevedo. *A Ilha da Trindade. RIHGSP...* p. 9-27.

⁹⁴ A Carta de Doação de D. João III (1521-1557) não acarretou conseqüências práticas. Ela refere a *Ascensão situada a 75 léguas da costa do Brasil, na altura de 19º e 1/3 do meridiano*. Eurípedes Cardoso de Meneses. *A Ilha da Trindade... A Defesa Nacional...* p. 71.

aventureiro Harden-Hickey (1893). O mesmo material foi publicado na *RIHGB*, em 1901, sem que isso fosse nele mencionado ou referido⁹⁵.

Ao final do século XIX, com a publicação dos *Apontamentos para o Dicionario Geographico do Brasil*, encontra-se o verbete *Trindade*⁹⁶ que compila a informação mais completa disponível à época, ensaiando uma tentativa de crítica histórica. Ressalta a importância da Ilha para a navegação a vapor entre a Europa e a América do Sul, na hipótese de ser utilizada como depósito de água potável e de carvão. Destaca também o primeiro trabalho regular sobre o aproveitamento da ilha, com análise do terreno, etc., pelos oficiais da Corveta *Dona Isabel*, que apontou recursos de cal e barro para edificações, reforçou a importância geoestratégica e o potencial para aproveitamento de sal e pesca (1856), terminando por sugerir a construção de um porto na enseada da ponta Sudoeste da Ilha.

No século XX, as *Revistas* dos Institutos Históricos continuaram a ser o principal veículo de informações sobre a Ilha da Trindade. Destacam-se os ensaios Peixoto sobre o tema, iniciados com **Ilha da Trindade: memória histórica completa**⁹⁷. Esse ensaio, publicado no Diário Oficial (hoje DOU), estava subsidiado com publicação de quase uma centena de fontes, coligidas pela pesquisa iniciada pela *Questão*, a partir de julho de 1895. Ele foi aprofundado em trabalhos posteriores, como aquele lido em 1904 em Sessão do IHGB – **A descoberta da Ilha da Trindade**⁹⁸ -, e publicado, em 1911, pela *Revista* do mesmo Instituto, sob o título **A Ilha da Trindade: o seu descobrimento**⁹⁹. Nesse último, questiona a versão de João da Nova/1501, acatando nota de Capistrano de Abreu, que confirmava a descoberta da ilha a 18 de maio de 1502, por Estevão da Gama, companheiro

⁹⁵ Manoel Duarte Moreira de Azevedo. A Ilha da Trindade. *RIHGB*... p. 228-244.

⁹⁶ Trindade. In: Alfredo Moreira Pinto. *Apontamentos para o Dicionario Geographico do Brasil (v. P-Z)*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1899. p. 660-661.

⁹⁷ Eduardo Marques Peixoto. Ilha da Trindade: memória histórica completa. *Diário Oficial*. Rio de Janeiro, 4 mai. 1904 (em diante).

de Vasco da Gama, na sua segunda viagem à Índia. Capistrano teria utilizado, para chegar a essa conclusão o trabalho do alemão Hümmerich¹⁰⁰, publicado em 1898. A culminância da pesquisa de Peixoto foi **Ilha da Trindade: memória histórica**¹⁰¹, publicado pelo Arquivo Nacional em 1932, subsidiado pela documentação publicada desde 1904, revista e ampliada.

Ainda podemos citar o trabalho **A Ilha da Trindade** de autoria do Capitão-Tenente da Marinha do Brasil, Antônio Sabino Cantuária Guimarães, que aportou à Ilha em comissão em novembro/dezembro de 1914¹⁰². Nomeado comandante militar da Ilha, utilizou-a como tema, em agosto de 1916, para apresentação de trabalho monográfico ao 5º Congresso Brasileiro de Geografia, que teve lugar em Salvador, em setembro daquele ano. Descreve a geografia física da ilha e a história de sua ocupação, recordando as possibilidades para o seu aproveitamento econômico (presídio, pesca, sal e azeite de baleia), sugeridas, desde 1856, pelos oficiais da Corveta *Dona Isabel*. Ainda dentro de uma linha de história factual e descritiva, identifica as razões que levaram o Brasil a ocupá-la durante a I Guerra Mundial, após a notícia de que embarcações alemãs a teriam utilizado ainda em 1914¹⁰³. Esse artigo reveste-se de importância uma vez que se trata de testemunho das condições em que a Ilha se encontrava, em termos de estruturas remanescentes, não só anteriores à *Questão da Trindade* (ocupação portuguesa do final do

⁹⁸ Atas das Sessões [do IHGB] de 1904... *RIHGB*... p. 451.

⁹⁹ Eduardo Marques Peixoto. A Ilha da Trindade: o seu descobrimento. *RIHGB*... p. 219-227.

¹⁰⁰ Franz Hümmerich. *Vasco da Gama und die entdeckung des ostwegs nach ostindien*. München, 1898. p. 72. Essa informação é recuperada através de Duarte Leite em 1923 e de Moacyr Soares Pereira em 1984, a propósito da segunda viagem de Vasco da Gama e do descobrimento da ilha da Trindade por Estevão da Gama em 1502. Bouchon utiliza em sua bibliografia uma tradução portuguesa: Franz Hümmerich. *Estudo Crítico sobre o Roteiro da primeira viagem de Vasco da Gama*. Porto, 1945. Geneviève Bouchon. *Vasco da Gama*. Rio de Janeiro: Record, 1998.

¹⁰¹ Eduardo Marques Peixoto. *Ilha da Trindade: memória*...

¹⁰² Antônio Sabino Cantuária Guimarães. A Ilha da Trindade. In: *Annaes do 5º Congresso*... p. 698-710. Um comentário pessoal sobre este oficial da Marinha do Brasil é encontrado em Oswaldo Osiris Storino. Ilha da Trindade – uma contribuição histórica. *Revista Marítima Brasileira*, Rio de Janeiro, v. 106, nºs 7-9, p. 89-101, jul./set. 1986. II. p. 91-92.

¹⁰³ Idem. *Ibidem*. p. 707-708.

século XVIII), mas da *Questão* em si (os marcos de posse). Foi o primeiro a comentar, em trabalho de natureza acadêmica, o lendário tesouro da ilha da Trindade¹⁰⁴.

Ao mesmo tempo em que a Marinha do Brasil procedeu à guarnição da Ilha da Trindade, nela instalando um posto rádio-telegráfico no segundo semestre de 1916, o *Museu Nacional* ali executou a primeira missão científica, chefiada por Bruno Lobo, que publicou o resultado das suas observações de História Natural, em 1918, na *Revista dos Arquivos do Museu Nacional – Ilha da Trindade*¹⁰⁵. Essa pesquisa não circulou entre o meio acadêmico de História, permanecendo restrita aos profissionais de Ciências Naturais.

Entre o final da década de 1920 e o início da de 1930, registram-se os últimos trabalhos históricos específicos sobre a Ilha da Trindade. A publicação da *História Geral da Colonização Portuguesa*, a partir de 1923, e a publicação das fontes por Peixoto (1936), como se tivessem esgotado o tema, não tiveram seguidores.

A terceira fase da produção historiográfica em História do Brasil, ainda dentro do corte que privilegiei¹⁰⁶, iniciou-se a partir de 1931 com o início do ensino de Ciências Humanas na Universidade brasileira, pelas mãos da reforma de ensino do Ministro Francisco Campos, contextualizada na Revolução de 1930, vindo até ao final do século XX. Não identifiquei trabalhos específicos sobre a Ilha da Trindade, em História do Brasil, que possam ser inscritos nesta terceira fase, além de referências e notas de poucas linhas em livros didáticos, quer como um episódio na presidência de Prudente de Moraes, quer como uma referência na fixação das fronteiras da República Velha. Episodicamente a Ilha foi mencionada em verbetes de enciclopédias, dicionários históricos e geográficos, e periódicos de diversas áreas, sob aspectos como o contexto do tenentismo, o cenário da II

¹⁰⁴ Idem. *Ibidem*. p. 708.

¹⁰⁵ Bruno Lobo. Ilha da Trindade. *Arquivos do Museu Nacional*. Rio de Janeiro, v. 22, 1918.

¹⁰⁶ Francisco Iglésias. *Historiadores do Brasil...* p. 60-65.

Guerra Mundial, o do Ano Geofísico Internacional (1957-58), e como base permanente de pesquisas da Marinha do Brasil¹⁰⁷.

Entre estes, dois nos chamaram a atenção durante a pesquisa: a monografia de Ruy Vieira da Cunha¹⁰⁸, na área de Direito Internacional, que conquistou o primeiro lugar no 2º Concurso de Monografias Jurídicas do Centro Acadêmico Cândido de Oliveira (CACO) da Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil, em 1948, e o trabalho de levantamento do botânico do Museu Nacional, Ruy José Válka Alves¹⁰⁹, em colaboração com a Marinha do Brasil. O primeiro pelo nível e clareza de aprofundamento jurídico da *Questão*, de acordo com uma linha de Direito Internacional, e o segundo pela abrangência da pesquisa e da bibliografia, num trabalho verdadeiramente interdisciplinar.

¹⁰⁷ Ver Bibliografia.

¹⁰⁸ Ruy Vieira da Cunha. *A Ilha da Trindade e a desapropriação por utilidade internacional*. s.l.: Escola Técnica de Vitória, 1949.

¹⁰⁹ Ruy José Válka Alves. *Ilha da Trindade & Arquipélago Martin Vaz: um ensaio geobotânico*. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha, 1998.

2.3.2. Para uma historiografia em História das Relações Internacionais do Brasil

Dentro de uma linha de História das Relações Internacionais do Brasil, com a periodização sugerida por Amado Cervo¹¹⁰, a *Questão da Trindade* se inscreve inicialmente através do viés da História Diplomática. É característica desta primeira fase a compilação cronológica, linear e descritiva de fatos, baseada em uma história política organizada em torno da atuação das Chancelarias. De natureza apologética, incorpora as chamadas *razões de Estado*, em que predominam os interesses das próprias elites nacionais, na redação de uma história oficial. Entre as obras desta fase que abordam a *Questão da Trindade*, encontram-se os dois volumes dos *Actos Diplomáticos do Brasil*¹¹¹ - cujo autor trabalhou no Ministério das Relações Exteriores como colaborador de Carlos de Carvalho, Chanceler brasileiro que conduziu a *Questão da Trindade* e, mais tarde, com o próprio Barão do Rio Branco -, e a de Clóvis Beviláqua e Taumaturgo de Azevedo¹¹².

A partir da criação do Instituto Rio Branco (1945) e da organização da Academia Diplomática, inicia-se uma nova fase de estudos em História Diplomática no Brasil, alinhada com aquela que se produzia no exterior. Cervo define-a como científica (baseada no rigor método e da análise das fontes), superficial (restrita à descrição dos fatos), limitada (restrita à ação político-diplomática), sem explicações (admitindo que os fatos não se explicam por si), nacionalista ou apologética (recorria aos argumentos da própria

¹¹⁰ Amado Luiz Cervo (org.). *O desafio internacional...* p. 21-23.

¹¹¹ José Manoel Cardoso de Oliveira. *Actos diplomáticos do Brasil: Tratados do período colonial e vários documentos desde 1493 (2 v.)*. Rio de Janeiro: Typ. do Jornal do Comércio, 1912.

¹¹² Clóvis Beviláqua & Gregório Taumaturgo de Azevedo. *Relações Exteriores - Alianças, Guerras e Tratados, Limites do Brasil*. In: *Livro do Centenário (1500-1900)*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1902. v. 3, p. 63-64. O Livro do Centenário, em quatro volumes, foi publicado entre 1900 e 1910, como parte das comemorações pelo IV Centenário do Descobrimento. Reúne uma série de textos enciclopédicos sobre temas como História, Literatura, Artes, Ciências, Economia e outros, escritos por figuras ilustres e por especialistas. Ver: Lúcia Lippi Oliveira. *Imaginário Histórico e Poder Cultural: as comemorações do Centenário*. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 14, nº 26, p. 183-202, 2000.

Chancelaria), destacando que a produção historiográfica brasileira no período é marcada pela qualidade e pela *complexidade de fatores acionados na busca de explicação*¹¹³.

Entre as obras relevantes para este estudo, destaca-se, inicialmente, *A História Diplomática do Brasil* de Hélio Vianna. Aqui se reúnem, revistas e atualizadas, as notas de dois cursos ministrados pelo autor, um na Escola do Estado Maior do Exército (1947), versando sobre História das Fronteiras do Brasil, e outro, no Instituto Rio Branco (1950), sobre História Diplomática do Brasil. Publicada em 1958, esta obra que o consagrou, cobre os principais eventos das Relações Internacionais do Brasil desde a expansão marítima portuguesa até à II Guerra Mundial, encerrando-se com um capítulo sobre o pan-americanismo. Historiograficamente ainda apresenta características da fase anterior, com um minucioso levantamento factual, que associa a cada tema os pontos de vista da política externa oficial, especialmente no tocante às fronteiras. Embora a obra privilegie uma história político-diplomática do período colonial e monárquico, os pontos básicos da fase republicana estão cobertos principalmente no tocante às Questões de Limites na Era Rio Branco. Com relação à *Questão da Trindade*, a obra apresenta o seu essencial, citando a ocupação britânica em 1895 sob a justificativa de abandono; o protesto e a demonstração dos títulos pela diplomacia brasileira; a recusa brasileira ao recurso do arbitramento, pela legitimidade de seus títulos; a aceitação da mediação portuguesa e a vitória conjunta, em 1896, com a retirada dos marcos de posse inglesa¹¹⁴.

Outra obra relevante no período é *A História Diplomática do Brasil* de Delgado de Carvalho. Homônima da obra de Hélio Vianna, como ela, é fruto da compilação das aulas do autor para os alunos do Instituto Rio Branco, tendo também alcançado publicação comercial. Ambas seriam, por pelo menos três décadas, obras de referência não só para os

¹¹³ Amado Luiz Cervo (org.). *O desafio internacional...* p. 21-23.

¹¹⁴ Hélio Vianna. *História diplomática do Brasil*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora; São Paulo: Melhoramentos, 1958. p. 139.

aspirantes à carreira diplomática como para os candidatos aos exames vestibulares no Brasil. Ao contrário, entretanto, da obra de Hélio Vianna, que privilegia aspectos de história colonial e do Império, Delgado de Carvalho dá maior peso ao período republicano, que trabalha até à Operação Pan-Americana, exemplificando os seus tópicos com excertos de documentos significativos relativos a cada um. Embora ambas as obras careçam de uma Bibliografia (as poucas indicações bibliográficas são esparsas ao longo do texto), Delgado de Carvalho apresenta, em apêndice, uma relação dos Ministros de Estado dos Negócios Estrangeiros e das Relações Exteriores, de 1808 a 1955. A *Questão da Trindade* é abordada, de forma descritiva e factual, no seu Capítulo 13¹¹⁵.

Como uma terceira fase historiográfica em História das Relações Internacionais no Brasil, Cervo registra contemporaneamente, a partir da década de 1960, com o deslocamento da pesquisa em História das Relações Internacionais para as Universidades, a expansão do ensino superior e a criação de cursos de Mestrado e de Doutorado, além do intercâmbio de pesquisadores com a Europa e os Estados Unidos, o que ele denomina de *aggiornamento* (atualização) da pesquisa¹¹⁶. Podemos avaliar o aumento na produção intelectual brasileira no quadro elaborado por Paulo Roberto de Almeida - *Relações internacionais, política externa e produção especializada no Brasil, 1945-1999*¹¹⁷. Ele é útil para acompanharmos o recrudescimento do interesse pelo tema Relações Internacionais no mundo a partir do pós-II Guerra e a evolução da Guerra Fria, mas principalmente a partir da Nova Ordem Mundial, que se afirma dinamicamente a partir da queda do Muro de Berlim e da dissolução da antiga URSS. Nessa produção, nas últimas

¹¹⁵ Tive a oportunidade de compulsar a reedição fac-similar, uma vez que não consegui um exemplar da primeira edição, já esgotada. Carlos Delgado de Carvalho. *História diplomática do Brasil (ed. fac.-sim.)...* A Questão da Trindade encontra-se às p. 183-188.

¹¹⁶ Amado Luiz Cervo (org.). *O desafio internacional...* p. 21-23.

¹¹⁷ Paulo Roberto de Almeida. *O estudo das Relações Internacionais...* p. 171-185. Ver Nota 71, acima.

duas décadas, destacam-se os trabalhos de revisão de Amado Cervo, Clodoaldo Bueno, José Flávio Sombra Saraiva, Paulo Roberto de Almeida e Paulo Vizentini, entre outros¹¹⁸.

No início da década de 1990 que vêm a público dois trabalhos póstumos, que, embora não se inscrevam propriamente nesta fase historiográfica, são de valor para esta análise.

O primeiro, ainda com traços de uma História Diplomática, narrativa e factual, mas já explorando um viés crítico, é da autoria do diplomata Heitor Lyra (1893-1973): *A diplomacia brasileira na primeira República (1889-1930) e outros ensaios*¹¹⁹, publicado pelo IHGB em 1992. A sua narrativa sobre a *Questão da Trindade*¹²⁰ inicia-se com o conhecimento da notícia da anexação da Ilha (4 de junho de 1895), então desocupada, pela Inglaterra, e o imediato protesto brasileiro. Descreve os argumentos jurídicos britânicos da posse em 1700 e do *abandono* em que aquele território insular se encontrava, rebatidos pela defesa brasileira que argumentou a respeito da *ocasionalidade* da posse de 1700, reconhecida pela ordem de evacuação da ilha, expedida pelo Almirantado britânico¹²¹. O argumento do *abandono* foi rebatido pela defesa brasileira, que o qualificou como *equivoco*, de vez que mesmo efetivamente desocupada, a ilha jamais deixara de pertencer ao Brasil que sempre intentara mantê-la em seu domínio: *O abandono, declarou então o governo brasileiro, não pode ser presumido, bastando que o proprietário conserve a coisa à sua livre disposição, sem necessidade de detê-la materialmente.*¹²² Lyra atribui à solidez da argumentação jurídica brasileira a causa que levou a Inglaterra a propor o arbitramento

¹¹⁸ Para uma referência às obras dos autores citados, sobre o tema, ver Bibliografia.

¹¹⁹ Heitor Lyra. *A diplomacia brasileira na primeira República (1889-1930) e outros ensaios*. Rio de Janeiro: IHGB, 1992.

¹²⁰ Idem. *Ibidem*. p. 25-26.

¹²¹ Nesta análise, Lyra não distingue as diversas seqüências intermediárias de eventos entre a tomada de posse por Halley em 1700 e a ocupação da ilha pelo Comodoro Johnstone em 1781, contestada pela diplomacia portuguesa à época, e que levou à ordem do Almirantado para a desocupação, em 22 de agosto de 1782. Idem. *Ibidem*. p. 25.

¹²² Idem. *Ibidem*. p. 25. Ver Nota do Ministério das Relações Exteriores ao representante britânico no Rio de Janeiro, em 22 de julho de 1895.

como forma de solucionar a Questão. Ante a recusa brasileira do arbitramento, *convicto que estava do fundamento de suas razões*¹²³, surgiu o oferecimento dos bons ofícios do governo português, que aceito por ambas as partes, concluiu pela *legitimidade dos direitos que o governo brasileiro se atribui*¹²⁴. O autor finaliza a sua narrativa concluindo que este recurso à mediação portuguesa salvaguardou o *decoro* (sic) do governo inglês, que assim desistiu oficialmente, a 3 de agosto de 1896, de sua pretensão sobre a ilha, reconhecendo a soberania do Brasil¹²⁵.

O segundo trabalho, com características semelhantes ao anteriormente analisado, é de autoria de José Honório Rodrigues (1913-87). Diretor da Divisão de Obras Raras e Publicações da Biblioteca Nacional (1946-1958), da Seção de Pesquisas do Instituto Rio Branco, do Ministério das Relações Exteriores (1948-51) e do Arquivo Nacional do Rio de Janeiro (1958-1964), lecionou, entre outras instituições, no Instituto Rio Branco desde a criação da Academia Diplomática (1946-56). Com acesso aos mais ricos acervos documentais do país, no preparo das suas aulas escreveu uma história diplomática do Brasil, que não chegou a publicar. Essa lacuna foi preenchida postumamente, a partir de 1995, com a publicação de *Uma História Diplomática do Brasil*¹²⁶, obra genérica que abrange o período de 1531 a 1945. O trabalho analisa a *Questão da Trindade* dentro do capítulo que aborda as presidências constitucionais¹²⁷, trazendo um novo enfoque, o da população brasileira como ator: *A ocupação da Ilha da Trindade pela Grã-Bretanha e o seu posterior reconhecimento da nossa soberania compensaram, aos olhos do povo, as*

¹²³ Idem. *Ibidem*. p. 26.

¹²⁴ Idem. *Ibidem*. p. 26.

¹²⁵ Idem. *Ibidem*. p. 26.

¹²⁶ José Honório Rodrigues & Ricardo A. Seitenfus. *Uma História Diplomática do Brasil: 1531-1945*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995. Ricardo Seitenfus é Doutor em Relações Internacionais pelo *Institut Universitaire de Hautes Études Internationales* da Universidade de Genebra, Suíça. Professor Titular de Direito Internacional Público e de Relações Internacionais no Departamento de Direito e no Mestrado em Integração Latino-Americana da Universidade Federal de Santa Maria. Ver: <http://www.fadisma.com.br/professores/seitenfus/>. Consultado em 15 jan. 2001.

¹²⁷ Idem. *Ibidem*. p. 222-228.

afrentas recebidas durante a intervenção da Armada no Rio de Janeiro (...).¹²⁸ Uma das melhores análises sobre a *Questão da Trindade*, o maior mérito da obra, entretanto, é a raridade da fonte consultada: um volume intitulado *Correspondência e Documentos Diplomáticos sobre a Ocupação da Ilha da Trindade*¹²⁹.

O interesse renovado pelo tema, no Brasil, leva, ainda, ao final da década de 1990, à reedição de obras clássicas que haviam se tornado raridades bibliográficas como, por exemplo, os *Atos Diplomáticos do Brasil*, de 1912¹³⁰ e a *História Diplomática do Brasil*, de 1959¹³¹.

Pertencem à fase historiográfica contemporânea, as análises de Amado Cervo, Clodoaldo Bueno e, mais recentemente, as de Virgílio Arraes sobre a *Questão*.

Ela se inicia com *A História da Política Exterior do Brasil*¹³², dividida em duas partes: a primeira, a cargo de Amado Cervo, cobre o período entre a Independência e a queda do Império, analisando a evolução das Relações Internacionais do Brasil, da hegemonia da Inglaterra até ao alinhamento com os Estados Unidos e o pan-americanismo; a segunda, sob a responsabilidade de Clodoaldo Bueno, engloba o período republicano, desde a sua gênese até 1964. A conclusão, na pena do primeiro autor, analisa a política exterior em uma fase de nacionalismo pragmático pós-1964, cobrindo o tema até à década de 1980. A obra completa-se com uma bibliografia de cerca de três centenas de títulos, essencial à compreensão da temática. Com relação especificamente à *Questão da Trindade*, a obra apenas cita o episódio, no bojo da transição da política externa da recém-implantada República, à época orientada para uma aproximação com os Estados Unidos,

¹²⁸ Idem. *Ibidem*. p. 223.

¹²⁹ *Correspondência e Documentos Diplomáticos sobre a ocupação da Ilha da Trindade*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1896. Apud: José Honório Rodrigues & Ricardo A. Seitenfus. *Uma História Diplomática...*

¹³⁰ José Manoel Cardoso de Oliveira. *Actos diplomáticos do Brasil...*

¹³¹ Carlos Delgado de Carvalho. *História diplomática do Brasil (ed. fac.-sim.)...*

ao norte, e a Argentina, ao sul. Refere-se, mais demoradamente, ao episódio da ruptura de relações com Portugal, durante a Revolta da Armada (1893-94), e ao período clássico da diplomacia do Barão do Rio Branco (1902-1912). Este recorte, entre 1889 e 1902, será melhor explorado, pelo próprio Clodoaldo Bueno, em 1998.

Em *A República e sua Política Exterior (1889 a 1902)*¹³³, Bueno debruça-se sobre os documentos existentes no Arquivo Histórico do Itamaraty e nos Anais do Poder Legislativo para analisar como as Relações Exteriores da recém-implantada República brasileira se movimentaram, no período, num cenário internacional entre o imperialismo europeu e o expansionismo norte-americano. É neste trabalho que se apresenta a primeira análise moderna, em termos de História das Relações Internacionais do Brasil, sobre a *Questão da Trindade*¹³⁴. Considerada como um problema causado pelo imperialismo, o autor chama a atenção para a indignação popular suscitada pela notícia da anexação, *provocando uma questão diplomática que agravou ainda mais o quadro dos problemas nacionais, no qual se sobressaíam a divisão política interna e o endividamento*.¹³⁵ A análise concentra-se nas manifestações do Legislativo e do Executivo, particularmente no tocante à proposta de arbitramento e as suas implicações em termos de política externa, em que estavam envolvidos interesses norte-americanos para um encaminhamento similar para a pendência que, à época, se mantinha entre a Venezuela e a Inglaterra. O recorte analisado pelo autor vai de 25 de junho de 1895 a 5 de agosto de 1896.

O trabalho de pesquisa de fontes de Bueno é retomado pelo de Virgílio Arraes que, complementarmente, em sua dissertação de mestrado defendida na UnB em 1998¹³⁶, se

¹³² Amado Luiz Cervo & Clodoaldo Bueno. *História da Política Exterior do Brasil*. São Paulo: Editora Ática, 1992. A referência à Questão da Trindade encontra-se à p. 139.

¹³³ Clodoaldo Bueno. *A República e sua política exterior (1889 a 1902)*. São Paulo: UNESP; Brasília: IPRI, 1998.

¹³⁴ Idem. *Ibidem*. p. 332-340.

¹³⁵ Idem. *Ibidem*. p. 333.

¹³⁶ Virgílio Caixeta Arraes. *A República e o Imperialismo: a posse pela Ilha da Trindade (1895-1896)*. Brasília: UnB, 1998.

debruça sobre os principais periódicos da então Capital Federal: a *Gazeta de Notícias*, o *Jornal do Brasil* e o *Jornal do Comércio*. Em junho de 2000, vem a público o trabalho *A República insegura: a disputa entre o Brasil e a Grã-Bretanha pela posse da Ilha da Trindade (1895-1896)*¹³⁷, em que analisa as participações dos diversos atores na Questão, com destaque para a atuação de Portugal. No mês seguinte, em *A opinião pública e a Questão da posse da Ilha da Trindade (1895-96)*¹³⁸, analisa a participação da opinião pública - o Legislativo e a imprensa do Rio de Janeiro - no incidente. Finalmente, em *A presença britânica na Ilha da Trindade: a reação do Parlamento brasileiro*¹³⁹, a análise do papel da atuação do Legislativo seria aprofundada.

A obra mais recente que tive oportunidade de compulsar, referindo o tema, foi *Depois das Caravelas: as relações entre Portugal e o Brasil (1808-2000)*, publicação conjunta em Portugal e no Brasil, que resulta do esforço de dois nomes consagrados na área – Amado Luiz Cervo, acadêmico brasileiro, e José Calvet de Magalhães, diplomata português. A *Questão* é abordada como preâmbulo à segunda parte da obra, as relações Portugal-Brasil no século XX, apresentada episodicamente, com destaque para a ação diplomática portuguesa, que havia sofrido reveses tanto nas relações com a Grã-Bretanha – o ultimato de 1890, no desenvolvimento da questão do mapa laranja, relativo à partilha imperialista da África –, como com o Brasil – a Questão da Armada, em 1895. Essa menção reveste-se de interesse, por utilizar as fontes do Arquivo Histórico e Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal, inéditas na pesquisa brasileira¹⁴⁰.

¹³⁷ Virgílio Caixeta Arraes. *A República insegura: a disputa entre o Brasil e a Grã-Bretanha pela posse da Ilha da Trindade (1895-1896)*. *Cena Internacional*, Brasília, a. 2, nº 1, p. 5-29, jun. 2000.

¹³⁸ Virgílio Caixeta Arraes. *A opinião pública e a Questão da posse da Ilha da Trindade*. *Revista Múltipla*, Brasília, a. 5, v. 6, nº 8, p. 145-155, jul. 2000.

¹³⁹ Virgílio Caixeta Arraes. *A presença britânica na Ilha da Trindade: a reação do Parlamento brasileiro*. *Revista de Informação Legislativa*, Brasília, a. 38, nº 153, p. 241-253, jan./mar. 2002.

¹⁴⁰ Amado Luiz Cervo & José Calvet de Magalhães. *Depois das Caravelas: as relações entre Portugal e o Brasil (1808-2000)*. Lisboa: Instituto Camões, 2000. A Questão da Trindade apresenta-se às p. 205-206.

2.4. A Trindade nas Constituições brasileiras do século XIX

Este capítulo estaria incompleto sem algumas palavras a respeito do tratamento dado pelas Constituições brasileiras à Ilha da Trindade, durante o século XIX.

Após a independência em 1822, a Assembléia Nacional Constituinte reuniu-se a partir de maio de 1823. Nomeada a Comissão que devia organizar o projeto de Constituição para o Império do Brasil, na Sessão do dia 5, ficou essa comissão composta por Antônio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva (relator), José Bonifácio de Andrada e Silva, Pereira da Cunha, Bittencourt Sá, Araújo Lima, Aguiar de Andrade e Muniz Tavares: - sete dos mais eminentes nomes do Brasil¹⁴¹.

Na Sessão do dia 1º de setembro foi apresentado o projeto de Constituição, que chegou a ser discutido e aprovado até ao Art. 24, quando a Assembléia foi cercada e dissolvida pela tropa, por decreto do Imperador D. Pedro I (1822-31), a 12 de novembro de 1823.

O Art. 2º (aprovado) do Projeto de Constituição então em discussão dispunha:

(...) Título I - Do Império do Brasil

(...) Art. II. Compreende [o Império do Brasil] as Províncias do Pará, Rio Negro, Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe d'El-Rei, Bahia, Espírito Santo, Rio de Janeiro, S. Paulo, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso, as Ilhas de Fernando Noronha, e Trindade, e outras adjacentes; e por federação o Estado Cisplatino.

Art. III. A Nação brasileira não renuncia ao direito, que possa ter a algumas possessões não compreendidas no Art. 2º. ¹⁴²

¹⁴¹ A Ilha da Trindade e os Rochedos de Martim Vaz. *RIGHB...* p. 185-198.

¹⁴² *Idem. Ibidem.* p. 197-198. Ver ainda: BRASIL. *Projeto de Constituição para o Império do Brasil.* Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1823. p. 3-4.

A nova Carta, outorgada à nação pelo Imperador, em 25 de março de 1824, perdeu em precisão na definição territorial, estabelecendo apenas:

(...) *Título I - Do Império do Brasil, seu Território, Governo, Dinastia e Religião*

(...) *Art. 2. O seu território é dividido em Províncias na forma em que atualmente se acha, as quais poderão ser subdivididas, como pedir o bem do Estado.*¹⁴³

O mesmo quadro perdurou na Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, promulgada em fevereiro de 1891, mais preocupada com o Distrito Federal:

(...) *Título Primeiro - Da organização federal*

Disposições preliminares

(...) *Art. 2º - Cada uma das antigas Províncias formará um Estado, e o antigo Município Neutro constituirá o Distrito Federal, continuando a ser a capital da União, enquanto não se der execução ao disposto no artigo seguinte.*¹⁴⁴

O problema da definição do território nas Cartas Magnas brasileiras foi observado à época da *Questão da Trindade*, fixado na *RIGHB*, como acima. Embora historiograficamente não tenha sido aprofundado posteriormente¹⁴⁵, e sem julgar o mérito em torno dos textos constitucionais de 1823 e de 1824, a imprecisão apontada na definição do território nacional no texto que vigorou como lei maior, dava margem, juridicamente, a diversas interpretações. Ela foi mantida pelo legislador de 1891, e cobrou o seu tributo, em termos de Questões Internacionais, nas primeiras décadas da República Velha. O Poder Executivo tinha consciência da extensão do problema, desde a Questão de Palmas (1890-95) e da Questão do Amapá (1894-1900), ambas tendo tido a participação do futuro Barão do Rio Branco. É especificamente com relação à condução desta última, que o Chanceler Carlos de Carvalho registra:

¹⁴³ BRASIL. *Constituição Política do Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Seignot-Plancher, 1834. p. 3.

¹⁴⁴ O Art. 3º tratava da destinação de uma zona de 14.400 Km² no Planalto Central, que ficava pertencendo à União para o futuro estabelecimento da Capital Federal. BRASIL. *Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1891. p. 3.

¹⁴⁵ Arraes procede a uma breve revisão das atribuições e competências constitucionais, pela Carta de 1891, do Congresso Nacional (Art. 34) e do Poder Executivo (Art. 48) no tocante à política externa. Virgílio

... Para completar a coleção de documentos relativos aos limites da República, incumbi a Biblioteca Nacional e o Arquivo Público de tirar cópia dos que possuísem. Idêntico serviço prestará o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

*É meu intuito fazer imprimir o que mais interessante for, preparando assim prontos elementos de consulta e formando o que se poderia denominar: o arquivo da fronteira. Uma parte do que se refere aos limites com a Guiana francesa já se acha impressa simplesmente para uso oficial.*¹⁴⁶

É nesse contexto que, em 1895, a notícia da ocupação da Ilha da Trindade pela Grã-Bretanha, conduziu a uma busca em regra, nos arquivos do Brasil e do exterior, por fontes históricas documentais que sustentassem a defesa jurídica dos títulos brasileiros. O Brasil teria que aprofundar, entretanto, esse trabalho, pelas mãos do Barão do Rio Branco, para consolidar as suas fronteiras na década seguinte.

Caixeta Arraes. A presença britânica na Ilha da Trindade: a reação do Parlamento brasileiro. *Revista de Informação Legislativa*, Brasília, a. 38, nº 153, p. 241-253, jan./mar. 2002.

¹⁴⁶ Colecionamento de Documentos. In: Brasil. Relatório do Ministério das Relações Exteriores – 1896. p. 22-23 (digitalizado e disponibilizado em: <http://www.wcrj-jukebox.uchicago.edu/bsd/bsd/hartness/relacoes.html>. Consultado em 10 nov. 2004).

Capítulo 3 - Para uma releitura da *Questão da Trindade (1895-96)*

O espaço é uma realidade objetiva e a história nele se inscreve através de uma relação complexa. Os fatos geográficos têm uma influência real, concreta; eles modelam a evolução, orientam-na e limitam-na. Essa influência da geografia é 'relativa' a um modo de produção dado, ela só atua no interior dos mecanismos característicos desse modo de produção ...¹

Procurei demonstrar historiograficamente, ao longo desse trabalho, que as narrativas acerca da Ilha da Trindade em História do Brasil, aprofundaram-se em meados do século XIX, no desenvolvimento dos trabalhos do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, mesma instituição que, durante a *Questão da Ilha da Trindade (1895-96)*, tem papel fundamental no estabelecimento de uma versão narrativa dos acontecimentos, utilizada, em grandes linhas, até à atualidade, quer em História das Relações Internacionais, quer em mídia impressa e/ou eletrônica.

Fixei ainda que a *Questão*, embora tendo sido um tema relativamente relegado a segundo plano na historiografia em História do Brasil, durante o século XX, foi resgatada contemporaneamente pela historiografia em História das Relações Internacionais do Brasil, quando foi reabordada incorporando os modernos conceitos de forças profundas, cenários e atores, tão caros à historiografia francesa sobre Relações Internacionais².

Entretanto, a Trindade, quer como tema em Relações Internacionais do Brasil, quer como tema recorrente em setores especializados da mídia contemporânea, em nossa avaliação ainda apresentava interrogações, *frangas*, que me despertaram a atenção. Se,

¹ Jean Chesneaux. A inserção da história no espaço: a geopolítica. In: _____. *Devemos fazer tábula rasa do passado? Sobre a história e os historiadores*. São Paulo: Ática, 1995. p. 168.

² Para o conceito de forças profundas ver: Pierre Renouvin & Jean-Baptiste Duroselle. *Introdução à História das Relações Internacionais*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1967. p. 6ss.

inicialmente, o tema carecia de uma análise historiográfica, quer em História do Brasil, quer em História das Relações Internacionais do Brasil - o que desenvolvi -, outras indagações sobre a *Questão da Trindade* se colocaram ao longo do presente trabalho. Uma delas diz respeito à conjuntura internacional, e outra à teoria geopolítica vigente à época, no que tange, neste trabalho, principalmente ao Atlântico Sul.

Os documentos trazidos à luz pela *Questão* iluminam trechos pouco explorados, no Brasil, da história da Ciência (as viagens de Halley, de Cook, de La Pérouse e outros), do tráfico de escravos no Atlântico Sul (a ligação entre a Feitoria de Ajudá, os comerciantes da praça de Salvador e a mineração nas Minas Gerais) e da prática do chamado *pacto colonial* (as determinações para interrupção daquele tráfico, por prejudicial aos interesses da Coroa), das Relações Internacionais nos séculos XVIII e XIX (a inserção das ilhas do Atlântico Sul no quadro geopolítico da bacia do rio da Prata), da expansão capitalista e imperialista ao final do século XIX (o quadro geopolítico do Atlântico Sul diante do expansionismo imperialista do capital financeiro), vindo até aos nossos dias com os Tratados sobre a exploração do continente antártico e até mesmo a Questão das Malvinas/Falkland (a geopolítica do Cone Sul frente à da Antártica).

Por fim, não compreendemos por que foram relegadas a segundo plano, pela historiografia oficial, as narrativas sobre os supostos tesouros na Ilha, sobre o pseudo-Principado da Trindade, e sobre a ação do movimento positivista inglês. Quase que inteiramente suprimidas da narrativa oficial da *Questão da Trindade*, em nosso entendimento elas foram relevantes à época, não só por inflamar o imaginário público através da imprensa, como, no caso específico dos primeiros, por envolver capitais privados e públicos (oficialmente ou não) na sua busca, o que jamais foi adequadamente documentado.

3.1. Do concerto europeu à sociedade internacional europeia

*O mundo está mais difícil, mais belicoso, mais egoísta; também mais do que nunca, é agora uma grande unidade em que tudo interage e afeta todas as outras coisas, mas na qual também tudo colide e se entrechoca.*³

Os trabalhos mais recentes em História das Relações Internacionais do Brasil - de Bueno⁴, Arraes⁵ e Cervo⁶ - já compreendem a *Questão da Ilha da Trindade (1895-96)* como um episódio que se inscreve na expansão imperialista das potências europeias após 1870. Como exemplo, o texto ilustrativo sobre a *Questão* no catálogo da exposição permanente sobre História Diplomática do Brasil no Palácio do Itamaraty, apresenta um resumo adequado:

Devido às dissensões internas do início da era republicana, entre 1885 e 1894 tivemos, efetiva ou interinamente, 13 ministros das Relações Exteriores. Só com a eleição de Prudente de Moraes (1894) seria fortalecido o poder nacional, pacificado o país e restabelecida a ordem política e econômica. (...)

Um dos mais sérios problemas diplomáticos da Primeira República foi o contencioso com a Grã-Bretanha em torno da questão da ilha da Trindade. (...)

A nova ocupação da ilha pelos ingleses em 1895, desta vez com a intenção de estabelecer um posto telegráfico que pusesse a Europa em contato com a América do Sul sem passar pelo Brasil (em vista do projeto de lei brasileiro reivindicando controle de todos os cabos telegráficos da costa), suscitou intensa troca de notas entre o ministro das Relações Exteriores do Brasil, Carlos Augusto de Carvalho, e o ministro inglês no Rio de Janeiro. Apesar dos argumentos bem fundados do chanceler brasileiro, que encomendou pesquisa detalhando o histórico da questão, a Grã-Bretanha se mostrou irredutível, recusando-se a reconhecer o direito do Brasil à ilha.

³ E. Marcks. *Die Imperialistische Idee in der Gegenwart*. Dresden, 1903. Apud: Geoffrey Barraclough. *Introdução à História Contemporânea*. São Paulo: Círculo do Livro, s.d.. p. 48.

⁴ Clodoaldo Bueno. *A República e sua política exterior (1889 a 1902)*. São Paulo: UNESP; Brasília: IPRI, 1998.

⁵ Virgílio Caixeta Arraes. *A República insegura: a disputa entre o Brasil e a Grã-Bretanha pela posse da Ilha da Trindade (1895-1896)*. *Cena Internacional*, Brasília, a. 2, n° 1, p. 5-29, jun. 2000.

Lord Salisbury, procurou justificar a atitude do seu governo com o argumento de que seria uma espécie de desapropriação em função da utilidade internacional. (...).⁷

Os principais eventos que integram a história da Ilha ocorreram, em linhas gerais, dentro de um cenário de expansão do Modo de Produção Capitalista: no século XVIII, as ocupações inglesa e portuguesa, após a eclosão da Revolução Industrial; e com a intensificação da mesma, no último quartel do século XIX, a ocupação inglesa. Como atores internacionais, temos as potências européias, debatendo-se na defesa de interesses, no século XVIII, de comércio marítimo internacional, e, no último quartel do século XIX, de aplicação de capital financeiro.

Leopold Ranke foi o primeiro historiador a fazer um recorte temporal abrangente para história das relações diplomáticas entre as potências européias, o denominado *sistema político europeu* ou *concerto europeu*⁸. Esse recorte era compreendido desde os Tratados de Westfália até à sua própria época, e que autores posteriores, de forma geral, estendem até ao final da I Guerra Mundial (1914-18). Após vários triunfos franceses na Guerra dos Trinta Anos (1618-48), a paz assinada em Westfália, entre católicos e protestantes, reconhecia a existência, na Alemanha, de ambos os credos religiosos. Esses Tratados tiveram ampla repercussão (européia e mundial), tendo em vista que acabaram com a política de hegemonia dos Habsburgos e impediram, provisoriamente, a idéia de uma

⁶ Amado Luiz Cervo & José Calvet de Magalhães. *Depois das Caravelas: as relações entre Portugal e o Brasil (1808-2000)*. Lisboa: Instituto Camões, 2000.

⁷ A consolidação da República e a questão da ilha da Trindade In: *De Tordesilhas ao Mercosul: uma exposição da História Diplomática brasileira*. [Rio de Janeiro]: [Ministério das Relações Exteriores], s.d. p. 22-23.

⁸ *Com a Paz de Westfália, pelos tratados de Munster e de Osnabrück, em 1648, surge uma nova ordem mundial, que Leopold von Ranke (*1795-1886), em obra fundadora da história diplomática, denominou de “o concerto europeu”. Por meio dos mecanismos oriundos da Paz de Westfália, o Santo Império Romano da Nação Alemã tornava-se uma frouxa federação de Estados livres, garantidos num “jus foederationis”, que protegia a autonomia dos príncipes alemães em face do imperador Habsburgo de Viena. Estabelecia-se também a ampla liberdade de culto para as diferentes confissões religiosas – mantendo os privilégios dos príncipes por meio do princípio “cujus regio, hujus religio” – e, pela primeira vez, um sistema continental que envolvia a Europa desde a Rússia até à Inglaterra, baseando-se em um frágil equilíbrio de poderes (balance of power) entre as potências européias.* Francisco Carlos Teixeira da Silva & Alexander Martins Vianna. Pirataria e tradição no concerto das nações. In: René

unidade imperial da Europa. O *sistema político europeu* introduzia, em seu lugar, um equilíbrio de poderes (*balance of powers*) entre as cinco grandes potências européias – Inglaterra, França, Rússia, Áustria e Prússia. Apesar da abrangência desse conceito, Ranke não considerava a história da expansão européia de grande interesse⁹, não tendo se aprofundado além da análise do cenário e dos atores europeus, seu real interesse profissional.

Contemporaneamente, Adam Watson, diplomata britânico e teórico das relações internacionais, discute o conceito de sistema ou *concerto europeu* de Ranke, identificando, no processo de evolução das relações internacionais européias do final século XIX e início do século XX, uma etapa de expansão particularmente dinâmica, propondo o conceito de *sociedade internacional européia*¹⁰. Este sistema constituiu-se num amálgama cultural que permitiu a construção de padrões de conduta idênticos no tabuleiro das relações internacionais do período, a partir da hegemonia coletiva exercida pelas potências nas relações internacionais, intra e extra-européias. Dessa forma, a expansão européia, materializada na corrida neocolonial na África e na Ásia, e pela prática imperialista na América, por exemplo, a partir da segunda metade do século XIX, exportou os princípios sociais, econômicos, políticos e culturais europeus para o resto do mundo, na missão de *civilizar* os povos não-europeus. Mais recentemente, James Joll caminha no mesmo sentido, com a idéia de *balance of power*:

Após 1870 a Alemanha, a França, a Inglaterra, a Áustria-Hungria e a Rússia eram indubitavelmente as maiores potências da Europa, com a Itália engatilhando a pretensão de ser considerada como uma delas. O equilíbrio do poder na Europa consistiu na alternância entre elas e os vários alinhamentos que adotaram – a Aliança

Duguay-Trouin. *Memórias do senhor Duguay-Trouin*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional; Brasília: Ed. UNB; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2003. p. 10-11.

⁹ Idade Moderna. In: Waldemar Besson (coord.). *História*. Lisboa: Editora Meridiano, 1965 (Enciclopédia Meridiano Fischer v. 3). p. 266.

*Dual entre a Áustria-Hungria e a Alemanha em 1879, a aliança Franco-Russa em 1893 e a Entente Cordial entre a França e a Inglaterra em 1904, por exemplo.*¹¹

Outros autores contemporâneos particularizam as últimas décadas do século XIX, como um período *sui generis* em termos históricos. Barraclough contextualiza-o em função dos progressos tecnológicos advindos com segunda Revolução Industrial:

*... A segunda Revolução Industrial foi diferente (...) foi mais profundamente científica e menos dependente das “invenções” de homens “práticos”, cujo treino científico básico era escasso, se é que o possuíam. Foi também mais rápida em seu impacto, mais prodigiosa em seus resultados, mais revolucionária em seus efeitos sobre a vida e perspectivas das pessoas. E, embora o carvão e o ferro ainda fossem a base, já não se lhe poderia chamar a revolução do carvão e do ferro. A idade do carvão e do ferro fora substituída, depois de 1870, pela era do aço, da eletricidade, do petróleo e dos produtos químicos.*¹²

Essas transformações, que se refletem em termos sociais até os nossos dias, alteraram (e ainda alteram) o padrão das relações internacionais, uma vez que contemporaneamente é inconcebível a civilização sem a ciência e a tecnologia que se inauguraram no período:

... Até no nível mais baixo da vida prática cotidiana é certamente significativo que muitos dos objetos correntes que hoje encaramos como concomitâncias normais da existência civilizada – o motor a explosão, o telefone, o microfone, o gramofone, a radiotelegrafia, a lâmpada elétrica, os transportes públicos mecanizados, os pneus, a bicicleta, a máquina de escrever, a circulação maciça de notícias impressas a baixo custo, as primeiras fibras sintéticas, a seda artificial, os primeiros plásticos sintéticos,

¹⁰ Adam Watson. *The evolution of international society: a comparative historical analysis*. London; New York: Routledge, 1992. pp. 238-250.

¹¹ *After 1870 Germany, France, Britain, Austria-Hungary and Russia were undoubtedly the great powers of Europe, with Italy staking a claim to be regarded as one of them. The balance of power in Europe consisted in the shifting balance between them and in the various alignments they adopted – the Dual Alliance between Austria-Hungary and Germany in 1879, the Franco-Russian alliance of 1893 and the Entente Cordiale between France and Britain in 1904 for example.* James Joll. *Europe since 1870: an international history*. London: Penguin Books, 1990. p. 22.

¹² Geoffrey Barraclough. *Introdução à História Contemporânea*. São Paulo: Círculo do Livro, s.d.. p. 40.

*a baquelite -, todos apareceram no decurso desse período, e muitos deles nos quinze anos entre 1867 e 1881; ...*¹³

É dentro deste contexto tecnológico, de expansão industrial, comercial e financeira, em escala planetária, que a *Questão da Trindade* se inscreve, ao envolver modernos vasos de guerra – determinantes do poder naval como veremos adiante –, e a necessidade de instalação de novas linhas telegráficas:

... o apetite voraz do novo industrialismo, incapaz, por sua própria natureza de extrair suficiente sustento dos recursos locais, rapidamente engoliu o mundo inteiro.

*Foi uma transformação fundamental, ... afetando todas as áreas do mundo. ... O resultado, em qualquer caso, foi uma transformação das condições mundiais sem paralelo no passado. A zona exterior de produtores primordiais ampliou-se dos Estados Unidos, da Romênia e da Rússia para as terras tropicais e subtropicais, indo mais longe ainda, até atingir a Austrália, a Argentina e a África do Sul; ... Os melhoramentos na construção naval, o declínio de tarifas de frete marítimo e a possibilidade de movimentar artigos em massa fizeram nascer, pela primeira vez na história, um mercado mundial governado por preços mundiais. No final do século XIX, a maior parte do mundo estava mais estreitamente interligada, econômica e financeiramente, do que em qualquer época anterior. Em termos de história mundial – mesmo em termos da expansão européia, tal como se manifestou até os anos intermédios do século XIX – era uma situação inteiramente nova, produto não de um lento e contínuo progresso, mas de forças subitamente libertas e com efeito revolucionário, dentro do âmbito de vida de uma curta geração.*¹⁴

Visão semelhante sobre o período é apresentada pelo mais conhecido historiador britânico, Eric Hobsbawm, em sua trilogia mapeando a ascensão do capitalismo¹⁵.

¹³ Idem. *Ibidem*. p. 41.

¹⁴ Geoffrey Barraclough. *Introdução à História* ... p. 49-50.

¹⁵ Historiador de linha marxista, seus trabalhos iniciais sobre a história social de bandidos, revolucionários e trabalhadores influenciou toda uma geração de historiadores nas décadas de 1960 e 1970. A trilogia referida constitui-se por *The Age of Revolution* (1962), *The Age of Capital* (1975) e *The Age of Empire* (1987), cobrindo o chamado longo século XIX, compreendido entre 1789 e 1914. Para um perfil do historiador ver o periódico britânico Guardian (Guardian Unlimited Network) em: <http://education.guardian.co.uk/higher/artsandhumanities/story/0,12241,791760,00.html>. Consultado em 03 dez. 2004.

Especificamente acerca do papel da Grã-Bretanha no processo, ele ilustra uma das causas do alargamento do império:

Após a década de 1870, o crescimento de um amplo comércio internacional de alimentos acrescentou vários outros países a esse império econômico [da Grã-Bretanha]; principalmente a Argentina (trigo, carne de boi), Nova Zelândia (carne, laticínios), o setor agrário da economia dinamarquesa (laticínios, toucinho) e outros.¹⁶

O estadista francês Jules Ferry (1832-1893), nos últimos anos de sua vida, afirmou que *La politique coloniale est fille de la politique industrielle*¹⁷. Sem nos aprofundarmos acerca de uma relação entre neomercantilismo e a figura de Joseph Chamberlain (1836-1914) no período¹⁸, em nossa análise delinea-se assim, uma das causas do interesse britânico no Atlântico Sul, em particular em um incremento das comunicações com a Argentina, fomentado pelo crescimento apontado no comércio de alimentos, particularmente trigo e carne de boi. Por si só, essa conjuntura não levaria a uma nova anexação territorial britânica no Atlântico Sul, porém esta pesquisa indica um período de depressão econômica na Europa entre 1873 e 1896, momento em que soluções criativas para a aplicação de capitais e manutenção dos lucros, são tentadas. Hobsbawm denomina esse momento de *grande depressão*¹⁹. Para Barraclough:

... O impacto da prolongada depressão entre 1873 e 1896 agiu no mesmo sentido [um incitamento às potências para procurarem compensações e pontos de apoio no resto do mundo, visando a um reequilíbrio]. A indústria viu-se confrontada por razões imperativas para buscar novos mercados, a finança para obter saídas mais seguras e mais lucrativas para o capital, no estrangeiro, e a ereção de novas barreiras alfandegárias (...). Ainda que só uma proporção marginal do investimento ultramarino fosse para territórios coloniais, as somas envolvidas de maneira alguma

¹⁶ Eric J. Hobsbawm. *Da Revolução Industrial Inglesa ao Imperialismo*. 5ª ed.. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000. p. 126.

¹⁷ Jules Ferry. Apud: François-Charles Mougel & Séverine Pacteau. *Histoire des relations internationales – XIXe et XXe siècles*. Paris: Presses Universitaires de France, 2002. p. 36.

¹⁸ Geoffrey Barraclough. *Introdução à História* ... p. 54-55.

¹⁹ Eric J. Hobsbawm. *Da Revolução Industrial* p. 128.

eram insignificantes e é evidente que a finança britânica encontrou âmbito para investimento e lucro em alguns, pelo menos, dos territórios tropicais recentemente adquiridos pela Grã-Bretanha.²⁰

Vários autores em História do Brasil viram na ocupação da Ilha da Trindade pela Grã-Bretanha entre 1895-96, um exemplo demonstrativo das práticas imperialista daquela nação no período. Como exemplo, podemos citar:

A Questão da Ilha da Trindade (1895 – Governo de Prudente de Moraes) - A ocupação desta ilha oceânica brasileira, como parte do projeto expansionista inglês de controle do Atlântico Sul, se fez sob a alegação de não existência de povoamento brasileiro e de nela instalar um cabo submarino. Graças à mediação do Governo português, que reforçou a alegação brasileira, os ingleses abandonaram a ilha no ano seguinte.²¹

No Brasil, em termos de periodização histórica, Paul Singer²² considera que, embora a República Velha esteja muito bem delimitada entre os anos de 1889 e 1930, esse mesmo corte não pode ser aplicado à história do capitalismo mundial. Em linhas gerais, a periodização deste último tem sido recortada a partir da origem do capitalismo industrial, fase que se identifica com a Revolução Industrial, iniciada na Inglaterra a partir da segunda metade do século XVIII, e que se estende até cerca de 1870. Uma nova fase se inicia deste momento em diante, prolongando-se até à I Guerra Mundial, quando se considera, que, de fato, o século XIX termina. Finalmente, a partir de 1918, inicia-se um terceiro período, considerado como o contemporâneo do capitalismo mundial²³.

Durante o primeiro período (1770-1870), que se caracterizou por uma divisão internacional do trabalho, liderada pelo capitalismo inglês à frente da oficina do mundo (e

²⁰ Geoffrey Barraclough. *Introdução à História ...* p. 53-54.

²¹ Manoel Maurício de Albuquerque. *Pequena História da Formação Social Brasileira*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1984. p. 694.

²² Professor aposentado da Universidade de São Paulo e pesquisador do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP).

também com as funções de banco, segurador e transportador), as ex-colônias espanholas, portuguesa e mesmo inglesas na América foram inseridas no sistema capitalista internacional, como produtores de gêneros primários (açúcar, algodão, café, fumo, salitre, cobre, prata, etc.), trocados por produtos manufaturados, com valores agregados consideravelmente maiores.

A partir de 1870, o panorama capitalista mundial vivencia profundas mudanças: na Rússia, o Édito de Emancipação do Czar Alexandre II aboliu a servidão (1861); nos Estados Unidos, a Guerra de Secessão (1861-65) trouxe a abolição da escravidão e o predomínio dos estados industrializados na União; no Japão, a coroação do Imperador Meiji (1868) inicia o salto desenvolvimentista da industrialização; na Europa ocidental, entre 1868 e 1870 ocorrem a unificação italiana e a alemã, incrementando a industrialização de ambas as nações, mas principalmente a ascensão do Império Germânico. Buescu ratifica que a tendência secular da economia mundial foi ascendente a partir de 1895 até 1920, para os países de Centro, mas com reflexos para os de Periferia, e complementa: *Entre 1890 e 1929 a produção mundial de hulha cresceu quase 3 vezes, a de ferro-gusa quase 3,5 vezes, a de petróleo bruto mais de 20 vezes*²⁴. Neste cenário, as nações industrializadas iniciam a disputa por territórios coloniais: *Este período [de hegemonia do capitalismo industrial] marca também o fim da hegemonia britânica e o início das rivalidades interimperialistas, cujos principais protagonistas seriam a Grã-*

²³ Paul Singer. O Brasil no contexto do Capitalismo Internacional 1889-1930. In: Fernando Henrique Cardoso [et al.]. *O Brasil republicano. Tomo III: estrutura de poder e economia (1889-1930)*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1977. p. 347.

²⁴ Mircea Buescu. A primeira República e o sistema econômico internacional. *RIHGB*, Rio de Janeiro, v. 154, nº 379, p. 350-363, abr./jun. 1993. p. 354. Neste trabalho, apresentado em conferência no curso *Política Exterior da Primeira República*, ministrado no IHGB em abril-maio de 1993, o autor - que trabalha predominantemente com história econômica, moeda e teoria do desenvolvimento econômico - associa as inflexões na política de Relações Exteriores do Brasil na primeira República à evolução e crises no sistema econômico internacional no período.

*Bretanha, a Alemanha e os Estados Unidos*²⁵. Essa rivalidade se mostrou uma das causas da I Guerra Mundial (1914-18), e o fim de uma era.

O período que se abre a partir de 1918 caracterizou-se por uma reordenação interna da economia capitalista. A atividade industrial, até então limitada às principais potências (países centrais do sistema), que delegavam aos países periféricos a produção do setor primário, se expandiu através de empresas transnacionais. Originalmente dos Estados Unidos, e depois da Europa Ocidental e do Japão, essas empresas passaram a estar presentes em diversos ramos ou setores econômicos e em diversos países, flexibilizando a divisão internacional do trabalho, sem que os novos países ora industrializados deixassem de ser periféricos ou dependentes, só que doravante em termos de capitais ou de tecnologias.

O descompasso cronológico entre as datas de 1870 e de 1918, importantes em termos das transformações capitalistas mundiais, mas sem correspondente no Brasil, permite entrever que *o Brasil estava longe de desempenhar um papel de relevância na dinâmica do capitalismo mundial e que a influência desta dinâmica sobre nossa evolução tampouco era decisiva*²⁶.

Ao final do período as tecnologias que se afirmam, como a universalização do emprego do diesel em lugar do carvão, a telefonia, a aviação, e o deslocamento do eixo do capitalismo mundial da Grã-Bretanha para os Estados Unidos, irão definir outra geopolítica, nascida de um novo choque político-ideológico a nível global: a II Grande Guerra (1939-45).

²⁵ Paul Singer. O Brasil no contexto do Capitalismo Internacional 1889-1930. In: Fernando Henrique Cardoso [et al.]. *O Brasil republicano ...* p. 348.

²⁶ Uma data marcando um momento de apogeu do Segundo Império e outra, uma espécie de apogeu da República Velha no Brasil. Paul Singer. O Brasil no contexto do Capitalismo Internacional 1889-1930. In: Fernando Henrique Cardoso [et al.]. *O Brasil republicano* p. 349.

3.2. A Trindade geopolítica: um *glacis*²⁷ defensivo no Atlântico Sul

Aquele que comanda o mar, comanda todas as coisas (Temístocles)

O mar é fonte de poder nacional (Ratzel)

Quem domina os mares, domina o mundo (Mahan)

*Para algunos estados (...) la seguridad consiste únicamente en la defensa del territorio metropolitano. Para otros, la seguridad incluye la defensa de intereses fuera del territorio de la metrópoli que se consideran esenciales para la existencia y el bienestar de la población estatal.*²⁸

Um outro viés, pouco explorado acerca da *Questão da Trindade* é o da Geopolítica para o período em tela. Se para os territórios terrestres de um Estado-nação pontifica a teoria do *lebensraum*, do alemão Friedrich Ratzel (1844-1904)²⁹, para as massas oceânicas irá se afirmar a teoria do poder marítimo, formulada pelo norte-americano Alfred Mahan (1840-1914).

Oficial da *US Navy*, Mahan mergulhou nos estudos de História para demonstrar que o controle dos mares, militar ou economicamente, foi decisivo em todos os conflitos desde o século XVII. Impressionado com a constatação da presença militar britânica ao longo das principais rotas marítimas, compreendeu a alteração no jogo das posições estratégicas navais, a partir da abertura do Canal de Suez (1869), reunindo as suas impressões em obra que o consagraria internacionalmente: *The influence of sea power upon History, 1660-1783* (Boston, 1890). Nela, Mahan conclui que um Estado-nação necessita de uma forte

²⁷ Revelim, estrutura defensiva em arquitetura de fortificações. Ver *Glacis* em: <http://www.hyperdictionary.com/dictionary/glacis>. Consultado em: 06 dez. 2004.

²⁸ Phillip A. Reynolds. *Introducción al estudio de las relaciones internacionales*. Madrid: Editorial Tecnos, 1977. p. 61.

²⁹ A teoria do espaço vital foi apresentada por Ratzel em sua obra *Os Estados Unidos da América* (1880), aprofundando-se em dois trabalhos posteriores: *Leis do crescimento territorial dos Estados Unidos*

base industrial e de uma poderosa marinha de forma a adquirir supremacia militar e ampliar o seu comércio a nível mundial³⁰.

Embora não plenamente compreendida à época pela marinha norte-americana, a obra foi admirada e adotada pelas marinhas britânica, germânica e japonesa, em um momento de inflexões decisivas em termos de poder marítimo e relações internacionais – a ascensão do Japão e dos Estados Unidos como potências navais, a renovação da esquadra alemã de von Tirpitz, a transição dos cascos de ferro e das caixas de rodas para os cascos de aço e as hélices nas embarcações a vapor e a introdução da artilharia de alma raiada³¹.

Therezinha de Castro define que só os Estados capacitados para garantir a sua segurança são considerados como *grandes potências*, relacionando oito às vésperas da I Guerra Mundial: Grã-Bretanha, França, Alemanha, Rússia, Áustria-Hungria e Itália, na Europa, os Estados Unidos, na América, e o Japão, na Ásia³². Acerca da Inglaterra e do desenvolvimento do seu poder marítimo, Mahan considerava que para compensar a sua pouco expressiva expansão territorial, esta havia adquirido *glacis* defensivos, inicialmente no Mediterrâneo e posteriormente no Atlântico. Política semelhante, de obtenção de posições estratégicas, havia sido adotada no passado, por Portugal e pela Espanha, à época da Expansão Marítima (séculos XV e XVI), e o era, à época (c. 1890), pelo próprio Estados Unidos. Vencedores da guerra hispano-americana (1898), dominaram Cuba (Caribe), as Filipinas e Guam (Pacífico Sul)³³ e, ainda, o Hawai (Pacífico Norte, 1898),

(1896), e *Geografia Política* (1897). Ver: Therezinha de Castro. Geopolítica: propósitos e teorias do poder. *A Defesa Nacional*, Rio de Janeiro, a. 69, n° 699, p. 63-78, jan./fev. 1982.

³⁰ Para uma nota sobre a vida e obra do autor ver: Mahan. *Compton's Home Library: The Complete Reference Collection (1998 Edition)*. The Learning Company, Inc. (CD-Rom). 1998.

³¹ João Carlos Gonçalves Caminha. Mahan: sua época e suas idéias. *Revista Marítima Brasileira*, Rio de Janeiro, v. 106, n°s 7-9, p. 15-70, jul./set. 1986. Ver, ainda: Marco Polo Áureo Cerqueira de Souza. A teoria geopolítica de Mahan e sua validade atual. *Revista Marítima Brasileira*, Rio de Janeiro, v. 107, n°s. 4-7, p.96.

³² Therezinha de Castro. Geopolítica: propósitos e teorias... *A Defesa Nacional*... p. 76.

³³ O cenário das Relações Internacionais em 1895 foi dominado pelo movimento pela independência de Cuba, duramente reprimido pela Espanha, o que foi oportunisticamente explorado pela imprensa norte-americana, culminando na guerra hispano-americana de 1898.

consolidando essa política com uma enérgica diplomacia (1889-1903) que o levou à conclusão e operação do Canal do Panamá, assegurando os seus interesses no Golfo do México, e tornando-o também uma potência imperialista, com interesses que se estendiam do mar do Caribe ao Extremo Oriente.

A Grã-Bretanha, desde o início da segunda Revolução Industrial, com a transição da navegação à vela para o vapor, passou a necessitar de bases e depósitos de carvão no trajeto de suas principais rotas marítimas, principalmente em pontos firmemente controlados pela sua diplomacia. É dessa forma que passam a se revestir de nova importância antigos domínios coloniais como as ilhas de Malta (Mediterrâneo, 1814), o estreito de Gibraltar (Mediterrâneo, 1830), ilhas Malvinas/Falklands (Atlântico Sul, 1833), Adem (Mar Vermelho, 1839), Trincomalee (Índico, 1796), Singapura (Estreito de Málaca, 1867), Hong Kong (Sudeste da China, 1842, 1860, 1898) ou zonas de influência, como a do Canal de Suez (Próximo Oriente, 1875), e outras. Embora houvesse outras razões para a manutenção de domínios coloniais na mesma conjuntura, o argumento de segurança era mais do que suficiente para justificar essa política de dominação: *Las colonias eran necesarias, en parte, para la seguridad de las bases, y las bases eran necesarias, también en parte, para proteger las comunicaciones con las colonias*³⁴.

A obra de Mahan foi publicada um ano após o governo britânico ter aprovado o *British Defense Act* (1889), reforçando os argumentos daqueles que defendiam a expansão do poder da *Royal Navy*. Essa lei previa o desenvolvimento daquele corpo naval até que o mesmo dispusesse de um poder de combate equivalente ao das marinhas francesa e russa combinadas, nações que ocupavam, à época, o segundo e o terceiro lugares entre as potências navais³⁵. Compreendo que as suas lições tenham sido apreendidas, à época,

³⁴ Phillip A. Reynolds. *Introducción al estudio ...* p. 61.

³⁵ João Carlos Gonçalves Caminha. Mahan: sua época... *Revista Marítima Brasileira...* p. 21.

também pela Marinha do Brasil, cuja excelente observação técnica do panorama internacional era veiculada através da *Revista Marítima Brasileira*. Não é de estranhar, portanto, que uma das únicas vozes a salientar o viés geoestratégico da importância da Ilha no Atlântico Sul tenha sido um Capitão da Marinha do Brasil, Collatino Marques de Souza, que pelo *Jornal do Comércio* afirmava em 1895:

Demos o grito de alarme, mostrando quão importante e estratégica seria esta localidade em poder dos ingleses para fecharem com o seu 'quadrilátero de ferro', composto das ilhas de Ascensão, Santa Helena, Trindade e o Cabo da Boa Esperança, convenientemente armadas e abastecidas de combustível e sobressalentes de todas as espécies, como possuem nas Malvinas, e trajeto às esquadras das outras nações que pretendessem atacar as suas possessões da Índia e da Ásia Oriental.

Em Suez já não podem passar para o Mar das Índias as esquadras inimigas, quando os ingleses não o quiserem. Desde que não possam também ir ali pelos cabos da Boa Esperança e de Horn, o acesso lhes ficaria perpetuamente interdito.

Sabe-se que o poder ofensivo dos atuais cruzadores, desses 'varredores' dos mares ou 'corsários' de nova espécie, depende exclusivamente da capacidade de suas carvoeiras. Sem combustível não há cruzador por mais veloz e melhor artilhado que seja que possa tornar-se temido das outras nações marítimas na guerra moderna.³⁶

Essa evolução no pensamento estratégico brasileiro, entretanto, só seria sentida, em particular a partir da I Guerra Mundial, diante da constatação de que as águas da ilha serviram de palco de combates entre as forças navais britânica e alemã em operação no Atlântico Sul. Tornou-se, a partir de então, definitivamente impossível ignorar o valor estratégico defensivo da Ilha para a segurança do Brasil que, na atualidade, adquiriu *...maior importância com a reativação da rota do Cabo: a gradativa obsolescência do Canal de Suez a posicionou bem na rota Atlântico - Cabo - Europa.³⁷*

³⁶ A Ilha da Trindade e os Rochedos de Martim Vaz. *RIGHB*, Salvador, v. 3, nº 8, p. 185-198, jun. 1896. p. 184-187.

³⁷ Therezinha de Castro. Atlas-texto de Geopolítica do Brasil. Apud: Eurípedes Cardoso de Meneses. A Ilha da Trindade: posto avançado no Atlântico Sul. *A Defesa Nacional*, Rio de Janeiro, a. 69, nº 701, p. 71-76, mai./jun. 1982. p. 73. Para uma proposta contemporânea de criação de um sistema defensivo que permitisse a cobertura aeronaval sobre o Atlântico Sul e a construção de uma base aeronaval na Ilha da

3.3. Por Trindade: um olhar em língua inglesa

Com a eclosão da *Questão da Trindade*, em julho de 1895, a partir de nota veiculada pelo periódico carioca *The Rio News*, o assunto tomou as páginas dos principais periódicos não só da Capital Federal, mas das capitais dos principais Estados brasileiros, ganhando foro popular. Apesar de estudos contemporâneos em História das Relações Internacionais do Brasil, como os de Virgílio Arraes, cobrirem adequadamente a ação da *Gazeta de Notícias*, do *Jornal do Comércio* e do *Jornal do Brasil*³⁸, outras fontes, historiograficamente menos exploradas sobre o tema, merecem atenção neste estudo.

Inicialmente chamou-nos a atenção o material publicado pelo próprio *The Rio News*, cuja análise revela um ator mais dinâmico e participante no desenvolvimento da *Questão* do que um simples estopim da mesma, conforme as abordagens tradicionais, em História do Brasil e em História das Relações Internacionais do Brasil, fazem crer. O aprofundamento dessa análise nos levou aos arquivos do *The New York Times*, um dos principais periódicos norte-americanos, que nos revelou informações historiograficamente inéditas sobre a *Questão*.

Como ator, durante o desenvolvimento da *Questão*, entre junho de 1895 e agosto de 1896, o *The Rio News* constituiu-se na expressão da visão da comunidade anglo-americana³⁹ sobre o assunto, a sua condução pelos atores estatais, a abordagem pelos

Trindade, ver: Carlos Meira Mattos. *Estratégias Militares Dominantes: sugestões para uma estratégia militar brasileira*. Rio de Janeiro: Bibliex, 1986.

³⁸ Virgílio Caixeta Arraes. A República insegura: a disputa entre o Brasil e a Grã-Bretanha pela posse da Ilha da Trindade (1895-1896). *Cena Internacional* Ver, também: Virgílio Caixeta Arraes. A opinião pública e a Questão da posse da Ilha da Trindade. *Revista Múltipla*, Brasília, a. 5, v. 6, nº 8, p. 145-155, jul. 2000. Para uma relação de outras obras do autor sobre o tema, ver Bibliografia.

³⁹ Embora se possa observar que essa visão não era monolítica ou homogênea, conforme se avalia pela leitura das cartas ao Editor e das suas réplicas, que, no calor da polêmica, chegou a afirmar: *If our correspondent is still dissatisfied, then he must console himself with the reflection that The Rio News expresses the opinions of its editor and no one else*. *The Rio News*, Rio de Janeiro, 7 jan. 1896. p. 5.

demais órgãos da imprensa, e seu impacto no cotidiano social e dos negócios dessa comunidade, principalmente no Rio de Janeiro e em São Paulo.

Esse periódico de negócios, do proprietário e editor A. J. Lamoureaux⁴⁰, estabelecido à Rua Sete de Setembro 79/2º andar, circulou no Rio de Janeiro no último quartel do século XIX, passando de quinzenal a semanal no ano de 1895⁴¹. Atendia aos interesses dos homens de negócios ingleses operando na América do Sul, com ênfase para o mercado de café brasileiro mas voltado também para a bacia do Prata (Argentina, Uruguai), a América Andina (Chile, Peru, Bolívia) e Central, oferecendo em paralelo informações de cotações de câmbio e das bolsas de mercadorias, do movimento dos navios nos portos, do movimento e efetivo de forças militares, notícias policiais, de esportes, da sociedade e outros. Além disso, fazia uma análise política e econômica dos principais fatos e conjunturas da região. Nas suas próprias palavras:

*Contém um sumário das notícias e uma revisão dos negócios brasileiros, uma lista de partidas e chegadas de navios estrangeiros, o relatório comercial e dos preços correntes no mercado, tabelas de cotações de compra e venda, uma tabela de fretes e viagens, um resumo da Associação Comercial sobre a cotação diária do café e todas as outras informações necessárias para um correto julgamento sobre o comércio brasileiro.*⁴²

⁴⁰ O norte-americano Andrew Jackson Lamoureaux (1850-1928), iniciou as suas atividades jornalísticas na Cornell University (turma de 1874), que necessitou abandonar, sem se graduar, por problemas de saúde. Vindo eventualmente para o Rio de Janeiro, tornou-se Editor e, subseqüentemente, proprietário do *The British and American Mail*. O periódico mais tarde passou a se denominar *The Rio News*, e, graças à habilidade de Lamoureaux, obteve proeminência política na defesa do liberalismo, o que lhe trouxe várias ameaças, inclusive tendo que deixar o país por alguns meses em uma ocasião. Em 1902, uma série de reveses e um agravamento no seu estado de saúde, obrigaram-no a retornar aos Estados Unidos. Considerado uma autoridade nos estudos da América do Sul, foi escolhido para preparar uma série de dezessete artigos sobre países deste continente, para a 11ª edição da *Enciclopaedia Britannica*. Em 1908 tornou-se Bibliotecário de Referência na *College of Agriculture* em Cornell, posição que ocupou até sua morte, em 1928. Nesta fase final de sua vida, aprofundou-se nos estudos genealógicos de sua família. Era casado, desde 1887, com Sarah Cross, enfermeira no *Stranger's Hospital* no Rio de Janeiro, o qual o próprio Lamoureaux havia ajudado a estabelecer como um dos primeiros hospitais modernos no Brasil. Ver: Charlie Griffith. Lamoureaux. Disponível no The Mail Archive em: <http://www.mail-archive.com/lamoureaux-1@rootsweb.com/msg00100.html>. Consultado em 20 jan. 2005.

⁴¹ À época o jornal saía semanalmente, às terças-feiras.

⁴² No original: *Contains a summary of news and a review of Brazilian affairs, a list of the arrivals and departures of foreign vessels, the commercial report and price current of the market, tables of stock quotations and sales, a table of freights and charters, a summary of the daily coffee report from the*

Nesse papel, cobria os principais eventos do Legislativo brasileiro (Senado e Câmara dos Deputados), dos Estados (ainda sob o título *Provincial Notes*), da Capital Federal, além de os negócios com ferrovias, resenhando semanalmente as notícias dos principais periódicos em línguas inglesa, portuguesa e espanhola, entremeadas com curiosidades, comentários e anúncios, de propriedades, produtos e serviços. Refletindo as posições liberais de seu Editor, o periódico era considerado independente, merecendo o seguinte comentário em seu meio: *um jornal que é freqüentemente extremado em seus discursos, nós devemos observar, mas um [dos] que tem a feliz faculdade de dizer verdades desagradáveis*⁴³. Teve vigorosa atuação pró-abolicionismo durante a década de 1880, que culminaria na Abolição (1888) e, indiretamente, na proclamação da República (1889). Ainda à época da *Questão* posicionava-se em defesa da figura de Saldanha da Gama, um dos líderes da Revolta da Armada (1893-94), destacando a prática bárbara, de parte a parte em conflito na região Sul, de não fazerem prisioneiros⁴⁴.

Embora historiograficamente não seja considerada na íntegra, quer em História do Brasil, quer em História das Relações Internacionais do Brasil, a notícia original *do Financial News*, transcrita pelo *The Rio News*, e que deu início à *Questão*, foi a seguinte:

Uma curiosa adição ao Império Britânico foi feita há alguns meses atrás sem atrair muita atenção. Esta última anexação não aparenta constituir-se em um fardo na receita imperial, e certamente ela não contribuirá para aumentá-la. A ilha deserta da Trindade, ao largo da costa do Brasil, é a nova possessão. Seus únicos habitantes são caranguejos terrestres, tartarugas e aves marinhas, mas a ilha é interessante devido à crença de que ela abriga a provisão escondida de alguns piratas de há muito esquecidos. Muitas expedições tem sido armadas para recuperar o suposto tesouro, mas em vão. A última foi conduzida em bases cooperativas pelo Sr. E. F. Knight, o

Associação Comercial and all other information necessary to a correct judgement on Brazilian trade. The Rio News. Rio de Janeiro, 1 jan. 1895. p. 3.

⁴³ No original: ... *a journal that is often extreme in its utterances, we must remark, but one that has a happy faculty of telling disagreeable truths.* The Nation. v. 53, nº 1372, 15 out. 1891. Disponível em: http://nationarchive.com/summaries/v053i1372_02.htm . Consultado em 20 jan. 2005.

⁴⁴ Ver, por exemplo: *The Rio News*. Rio de Janeiro, 23 jul. 1895. p. 4.

bem-conhecido correspondente de guerra, que descreveu a tentativa no 'The Cruise of Alert'. Talvez o governo deseje fazer outra tentativa ao tesouro. – *Financial News*, 4 de junho⁴⁵

Anteriormente à notícia de 16 de julho do *The Rio News*, entretanto, uma extensa notícia sobre a ocupação britânica da Ilha da Trindade já havia vindo a público pelo periódico diário nova-iorquino *The New York Times*, desde 18 de junho⁴⁶, conforme salientaria o próprio *The Rio News* em sua edição de 20 de agosto⁴⁷, e que será objeto de análise mais detalhada adiante.

Conforme apontado pelos estudos mais recentes em História das Relações Internacionais do Brasil, a divulgação da notícia causou imediata comoção popular e na imprensa, o que é confirmado no Editorial da edição seguinte, que procurava minimizar tanto a importância do fato, quanto a da Ilha em si:

Com relação à *alegada* anexação britânica da Ilha da Trindade,... nós fomos solicitados a declarar que o assunto foi comunicado à legação brasileira em Londres, e será considerado pelo governo de Sua Majestade tão logo as eleições [Parlamentares inglesas] cheguem ao fim. É antecipado que não haverá dificuldade quanto à colocação da questão satisfatoriamente para ambas as partes. A Trindade é uma ilha deserta ... sem valor para qualquer país exceto numa coleção miscelânea de ilhas imprestáveis. ... O Brasil nunca a ocupou e nunca a ocupará. Não vale a pena a agitação que se levantou em torno dela durante a última semana, e não haverá disputa sobre ela.⁴⁸

⁴⁵ No original: *A curious addition to the British Empire was made a few months ago without attracting much attention. This latest annexation is not likely to be much of a burden on the imperial revenue, and it certainly will not add to it. The desert island of Trinidad, off the coast of Brazil, is the new possession. Its sole inhabitants are land crabs, turtles, and sea-birds; but the island is interesting owing to the belief that it holds the hidden hoard of some long-forgotten pirates. Many expeditions have been fitted out to recover the supposed treasure; but in vain. The last was conducted on cooperative principles by Mr. E. F. Knight, the well-known war correspondent, who described the attempt in 'The Cruise of Alert'. Perhaps the government means to have another shy at the treasure.* – *Financial News*, June 4. Apud: *The Rio News*. Rio de Janeiro, 16 jul. 1895. p. 4. Grifo nosso. A obra de Knight citada, publicada inicialmente em Londres em 1890, descreve a expedição do autor, num Cutter de 64 pés, à Ilha da Trindade no Atlântico Sul, em busca de um tesouro enterrado. Ver Bibliografia.

⁴⁶ *The New York Times*, New York, 18 jun. 1895. p. 3.

⁴⁷ *The Rio News*, Rio de Janeiro, 20 ago. 1895. p. 4.

⁴⁸ No original: *Regarding the alleged British annexation of Trinidad island,... we are requested to state that the subject has been referred to the Brazilian legation in London, and will be considered by Her Majesty's government as soon as the elections are at an end. It is anticipated that there will be no*

A mesma edição, na coluna *Notas Locais*, refere mais dois informes sobre a Ilha. O primeiro, citando a proposta de aproveitamento econômico formulada, à época, por Collatino Marques de Souza:

*O Jornal do Comércio ouviu que cerca de um mês atrás, o Capitão [MB] Collatino Marques de Souza endereçou uma petição ao Senado para o arrendamento perpétuo da Ilha da Trindade, com o fim de ali criar uma estação de pesca, e para uma escola prática de pesca oceânica. Ele pretende capturar baleias, tartarugas e peixes pequenos, contanto que ele possa pegar inicialmente um pequeno capital para fazê-lo*⁴⁹.

Este oficial da Marinha do Brasil, recorde-se, foi o autor que destacou o viés geoestratégico da *Questão* à época, denominando de "quadrilátero de ferro" a área oceânica compreendida entre as ilhas de Ascensão, Santa Helena, Trindade e o Cabo da Boa Esperança, e referindo-se às questões dos estreitos e das Malvinas, ambas sensíveis dentro do quadro de expansão imperialista e neocolonial britânico, como vimos acima.

O segundo informe ratificava a reverberação que a notícia da anexação causou nas ruas da então Capital:

O item copiado em nossa última edição do Financial News com relação à aquisição da Ilha da Trindade pela Grã-Bretanha, criou muitos comentários na cidade. Como o Brasil reivindica a Ilha, a qual é desabitada, se não inabitável, existe naturalmente não pouca indignação entre aqueles que sustentam que o território nacional é sagrado, e que nem mesmo um banco de areia ou uma rocha estéril possa ser tocada por um pé estrangeiro sem causar ofensa mortal à dignidade, honra, patriotismo (e vaidade) da nação. Nós duvidamos se a Inglaterra quer a Trindade, e nós estamos convencidos que o Brasil não tem utilidade para ela. Todavia, existe muita excitação

difficulty in setting the question satisfactorily to both parties. Trindade is a desert island..., valueless to any country except in a miscellaneous collection of worthless islands. ... Brazil has never occupied it, nor ever will. It is not worth the excitement which has arisen over it during the past week, and there will be no dispute about it. The Rio News. Rio de Janeiro, 23 jul. 1895. p. 5. Grifos nossos.

⁴⁹ No original: *The Jornal do Comércio hears that about a month ago Cap. Collatino Marques de Souza addressed a petition to the Senate for the perpetual lease of Trinidad island, for the purpose of create a fishing station here, and for a practical school in marine fishing. He intends to catch whales, turtles and little fish, providing he can first catch a little capital to do it with. The Rio News. Rio de Janeiro, 23 jul. 1895. p. 6. Ver, ainda: A Ilha da Trindade e os Rochedos de Martim Vaz. RIGHB, Salvador, v. 3, nº 8, p. 185-198, jun. 1896. p. 184-187.*

na [Rua do] Ouvidor acerca disso, e o incidente é agora o principal tópico da conversação.⁵⁰

A dimensão dessa comoção popular também chamou a atenção da imprensa internacional à época, como podemos avaliar pela manchete do *The New York Times*: **BRASIL DESAFIA A INGLATERRA; Invasão da Ilha da Trindade excita a indignação popular. CARTA DO CHANCELER LIDA NO CONGRESSO; Resposta apaixonada do Deputado Belisário - Os edifícios consulares excitam expressões de hostilidade.**⁵¹

E, sem título, ainda na primeira página: *LONDRES, 25 de julho - O Times irá publicar amanhã um despacho especial do Rio de Janeiro, informando que a agitação contra a Grã-Bretanha está aumentando diariamente. O governo apresentou os documentos relativos à matéria à Câmara dos Deputados.*⁵²

De acordo com a mesma fonte, já se protestava nas ruas, no Brasil, contra o uso da Ilha como estação de controle para o cabo telegráfico submarino direto para a Argentina: *LONDRES, 26 de julho - O Times irá publicar amanhã um despacho do Rio de Janeiro, informando que um protesto foi realizado contra a aterrisagem, na Ilha da Trindade, do cabo direto para a Argentina. ...*⁵³

O *The Rio News*, em Editorial na edição seguinte, de 30 de julho, atualizou a semana, transcrevendo, em inglês, as Notas Diplomáticas trocadas entre o Ministério das

⁵⁰ No original: *The item copied in our last issue from The Financial News regarding the acquisition of Trinidad island by Great Britain, has created much comment in the city. As Brazil claims the island, which is uninhabited, if not uninhabitable, there is naturally no slight indignation among those who hold that national territory is sacred, and that not even a sand-bank or a barren rock can be touched by an alien foot without giving mortal offence to the dignity, honour, patriotism (and egotism) of the nation. We doubt whether England wants Trinidad, and we are convinced that Brazil has no use for it. Nevertheless there is much excitement on the Ouvidor about it, and the incident is now the principal topic of conversation. The Rio News, Rio de Janeiro, 23 jul. 1895. p. 6.*

⁵¹ No original: *BRAZIL DEFIES BRITAIN; Invasion of Trinidad Island Excites Popular Indignation. ENVOY'S LETTER READ IN CONGRESS; Passionate Reply of Deputy Belisario - The Consular Buildings Excite Expressions of Hostility. The New York Times, New York, 26 jul. 1895. p. 1.*

⁵² No original: *LONDON, July 25. -- The Times will tomorrow publish a special dispatch from Rio Janeiro, saying that the agitation against Great Britain is daily increasing. The Government has presented the documents relating to the subject to the Chamber of Deputies. Idem. Ibidem. 26 jul. 1895. p. 1.*

Relações Exteriores e a legação britânica no Rio de Janeiro entre 20 e 23 de julho, bem como os documentos históricos, anexados pelo Chanceler Carlos de Carvalho na sua segunda Nota, a saber: (a) Ordem, expedida pelo Almirantado da Grã-Bretanha em 22 de agosto de 1782, para a desocupação da Ilha da Trindade; (b) Instruções do Vice-Rei do Brasil Luiz de Vasconcelos e Souza ao Capitão de Mar-e-Guerra José de Mello Brayner, em 7 de dezembro de 1782, para a desocupação inglesa da Ilha da Trindade; e (c) Ofício do Vice-Rei do Brasil Luiz de Vasconcelos e Souza à Coroa portuguesa, em 20 de dezembro de 1782, dando conta da partida da expedição⁵⁴. Na coluna *Notas do Legislativo*, o periódico referiu, na sessão do dia 22 da Câmara dos Deputados, a apresentação, votação e aprovação da moção do Deputado Belisário de Souza (e mais quatro outros Deputados) indagando se era verdade que uma potência européia havia ocupado a Ilha da Trindade⁵⁵. Com relação à sessão do dia 24 da Câmara dos Deputados, a mesma coluna refere-se à fala do Deputado Érico Coelho, abençoando estudantes que ofereceram os seus préstimos para a defesa dos direitos do Brasil nas questões da Trindade e do Amapá. A mesma fonte registrou que o Deputado justificou, na ocasião, que não desejaria ver a juventude do país sujeita à vontade de professores os quais classificou como *burros*, e que apesar da Mesa ter afirmado que a expressão não era própria para um parlamentar, o orador declinou de se retratar. Referindo-se à recepção dos esclarecimentos enviada pelo Chanceler Carlos de Carvalho à Câmara, o periódico salientou a fala e o forte aplauso recebidos pelo Deputado Belisário de Souza que *veemente protestou contra a conduta do governo britânico*, comparado, na conclusão da fala, a um *leopardo*⁵⁶. Mais adiante, na coluna *Notas Provinciais*, esta edição dava, ainda, a medida das manifestações populares contra a atitude

⁵³ No original: LONDON, July 26. - *The Times* will tomorrow publish a dispatch from Rio Janeiro, saying that a protest has been raised against landing the direct Argentine cable on the Island of Trinidad. ... Idem. *Ibidem*. 27 jul. 1895. p. 1.

⁵⁴ *The Rio News*, Rio de Janeiro, 30 jul. 1895. p. 4-5. Esses documentos seriam, mais tarde, apresentados ao público norte-americano pelo *The New York Times*, elogiando a perícia do Chanceler Carlos de Carvalho. *The New York Times*, New York, 29 ago. 1895. p. 9.

inglesa, permitindo visualizar mais claramente a extensão da comoção popular, de norte a sul no país, e no exterior:

... *Uma demonstração popular contra a ocupação britânica da Trindade ocorreu em Campinas [no interior do Estado de São Paulo] no dia 28 [de julho].*

... *É digno de nota que Queimados [no interior do Estado do Rio de Janeiro] tem confiança no patriotismo do governo e espera que ele mantenha o território nacional intacto.*

... *Um telegrama [de Belém] do Pará do dia 28 informa que um comício teve lugar ali, naquela data, para protestar contra a ocupação britânica da Trindade. É dito que 35 mil pessoas [nele] tomaram parte, o que certamente é um grande exagero.*

Um correspondente informa-nos que quando ocorria a demonstração [contra a ocupação britânica] da Trindade em São Paulo no dia 25 do corrente, um grupo de estudantes e de indivíduos descontentes atacou a única loja inglesa da cidade - a Victoria Store - na cidade, derrubando o seu letreiro e manchando o [seu] nome com alguma substância preta. Deve ser tido em mente que uma tentativa de insulto à idosa rainha da Grã-Bretanha está muito distante de ser um honrado e digno protesto. É correto e apropriado que os brasileiros devam protestar contra esta ocupação da Ilha da Trindade pelo governo britânico mas não é certo e nem aceitável que eles cometam atos de vandalismo como este.

Manifestações contra a ocupação britânica da Ilha da Trindade foram reportadas de São Paulo, Santos, Porto Alegre, [Belém do] Pará, [Salvador da] Bahia, [Recife de] Pernambuco, Curitiba, etc., e das colônias brasileiras em Buenos Aires e Montevideu⁵⁷.

Além da agressão contra a *Victoria Store* em São Paulo, no dia 25 de julho⁵⁸, o *The Rio News* noticiou, na mesma edição, a agressão da população carioca ao *Café de Londres*, conceituado estabelecimento comercial na Rua do Ouvidor, que, na mesma data, teve os

⁵⁵ *The Rio News*, Rio de Janeiro, 30 jul. 1895. p. 5.

⁵⁶ *The Rio News*, Rio de Janeiro, 30 jul. 1895. p. 5.

⁵⁷ *The Rio News*, Rio de Janeiro, 30 jul. 1895. p. 5. Ainda no contexto da *Questão*, um protesto na Bahia teria resultado no apedrejamento do consulado britânico em Salvador. Ver: William Bryk. Nota biográfica de Harden-Hickey. Disponível em: <http://www.nypress.com/15/50/news&columns/oldsmoke.cfm>. Consultado em 29 dez. 2004.

⁵⁸ Observe-se que essa loja era a representante comercial, na cidade de São Paulo, do *The Rio News*, conforme informado no Editorial a cada edição do periódico: *Subscriptions and advertisements will be received by ... and the Victoria Store. São Paulo.*

globos de vidro da iluminação a gás do seu salão, decorados com a palavra Londres, quebrados⁵⁹.

A comunidade de negócios estrangeira, por sua vez, indignada com as manifestações populares brasileiras, expressava-se, na mesma data, pela coluna *Notas de Negócios*:

Um furioso estrangeiro tem perguntado por que os brasileiros estão tão prontos a abusar dos ingleses, quando eles sempre vão a Londres pedir empréstimos e capital para as suas empresas? Se eles têm tantas suspeitas [a respeito] de John Bull e lhe têm tanta repugnância, por que não vão a qualquer outro lugar pedir por dinheiro? Nós desistimos⁶⁰.

Ao mesmo tempo, a versão do cabo telegráfico submarino para a Argentina também começava a ser esquadrinhada:

Um telegrama do Rio [de Janeiro] para o [jornal] Nacion de Buenos Aires, do dia 23, afirma que os britânicos pretendem ocupar a Trindade apenas até que o cabo [telegráfico submarino] para as [Ilhas Malvinas/]Falklands possa ser lançado, e então a ilha será abandonada ao Brasil.⁶¹

Na coluna *Notas de Negócios* os protestos também estão associados aos desdobramentos do cabo telegráfico:

O primeiro de uma série de protestos contra o lançamento de um cabo [telegráfico submarino] argentino na Ilha da Trindade apareceu no Jornal do Comércio a 26 [de julho]. Pode-se esperar que a Brazilian Submarine, a Western & Brazilian, a South American, a American direta, a West Coast e as linhas estaduais brasileiras,

⁵⁹ *The Rio News*, Rio de Janeiro, 30 jul. 1895. p. 6.

⁶⁰ No original: *An indignant estrangeiro has been asking why the Brazilians are so ready to abuse the ingleses, when they are always going to London for loans and capital for their companies? If they are so suspicious of John Bull and dislike him so much, why do they not go elsewhere for money? We give it up. The Rio News*, Rio de Janeiro, 30 jul. 1895. p. 6.

⁶¹ No original: *A telegram from Rio to the Buenos Aires Nacion of the 23rd says that the British intend to occupy Trindade only until the cable for the Falklands can be landed, and then the island will be surrendered to Brazil. The Rio News*, 30 jul. 1895. p. 6.

irão todas se opor à [ligação com a] Argentina direta. Esta deve ser a razão pela qual o governo britânico decidiu tomar posse da Ilha⁶².

Enquanto isso, nos Estados Unidos, o *The New York Times* anunciava aos leitores acerca das informações dadas pela Chancelaria brasileira à Inglaterra, apresentando dados históricos resumidos⁶³ e uma entrevista com J. C. Redman, de acordo com o periódico nova-iorquino, um dos homens mais bem informados em Washington [DC], a respeito da política Sul-Americana, cunhado do Ministro brasileiro nos Estados Unidos, Salvador de Mendonça. Essa entrevista é interessante quer por sua manchete - RECEIO DE PROBLEMA SÉRIO -, quer pela referência indireta de Redman a uma tentativa de colonização da Ilha, promovida em Nova Iorque:

... Eu me lembro de ter lido, há alguns anos atrás, sobre um esforço que estava sendo feito na cidade de Nova Iorque para preparar uma colônia a ser estabelecida nesta Ilha, que foi descrita como um paraíso. O esquema de colonização era um embuste, é claro, e nunca nada veio daí, após o que foi falado nos jornais. ...

e o redator completava, finalizando a entrevista:

Se o esquema de colonização que o Sr. Redman descreve como um embuste for o do Barão Harden-Hickey, o Sr. Redman pode ser persuadido de que está equivocado. O esquema do Barão Harden-Hickey é sério. Existem selos postais do Principado da Trindade. Nenhum deles exhibe carimbos de qualquer Correio no mundo, é verdade, mas tem sido comprados por filatelistas.⁶⁴

Na seqüência dessa notícia, o diário nova-iorquino trouxe para o seu público, no dia seguinte, o ponto de vista do terceiro ator - para o público norte-americano em geral, e

⁶² No original: *The first of a series of protests against the landing of an Argentine cable on Trindade island, appeared in the Jornal do Comércio on the 26th. It may be expected that the Brazilian Submarine, the Western and Brazilian, the South American, the direct American, the West Coast and the Brazilian state lines, will all be opposed to the direct Argentine. This may have been the reason why the British government decides to take possession of the island. The Rio News, Rio de Janeiro, 30 jul. 1895. p. 6.*

⁶³ *The New York Times*, New York, 31 jul. 1895. p. 1.

⁶⁴ No original: *... I remember reading, a few years ago, of an effort that was being made in New-York City to get up a colony to be planted on this island, which was pictured as a paradise. The colonization scheme was a hoax, of course, and nothing ever came from it, further than the talk in the newspapers. ... If the colonization scheme which Mr. Redman describes as a hoax is Baron Harden-Hickey's, Mr. Redman may be persuaded that he is mistaken. Baron Harden-Hickey's scheme is serious. There are*

nova-iorquino em particular - envolvido na *Questão da Trindade*: o Principado da Ilha da Trindade. Transcrevendo o protesto diplomático formal, encaminhado pela Chancelaria do Principado ao Departamento de Estado norte-americano, o periódico publicou entrevista na qual o Grande Chanceler do Principado, Monsieur le Comte de la Boisière, informava que enviou cópia do protesto aos representantes de todas as potências, queixando-se do tratamento depreciativo dado pela grande imprensa ao pleito de reconhecimento do Principado, mas satisfeito, ao mesmo tempo, pela divulgação dessa forma recebida. De acordo com o Grande Chanceler, a neutralidade do Principado, a ser garantida pelos Estados Unidos dentro do espírito da **Doutrina Monroe**⁶⁵, era interessante para o Brasil, pois evitava os perigos estratégicos de um enclave britânico tão próximo de suas costas⁶⁶. Esta notícia traz ainda uma afirmação curiosa da redação, no sentido de que o Brasil mandou o Cruzador *Newark* à Ilha para enfatizar a sua declaração de posse do território. Na edição do dia anterior, o periódico já havia dado a notícia de que o Cruzador estava deixando o porto de Nova Iorque rumo à Trindade, desejando-lhe boa-sorte⁶⁷. Nada nos permite, entretanto, localmente, compreender que este navio de guerra norte-americano tenha navegado sob a bandeira brasileira, ou atendendo a interesses brasileiros.⁶⁸

postage stamps of the Principality of Trinidad. There are none bearing marks of any Post Office in the world, it is true, but philatelists have bought them. The New York Times, New York, 31 jul. 1895. p. 1.

⁶⁵ A *Doutrina Monroe* foi expressa pelo presidente norte-americano James Monroe (1817-25), em mensagem dirigida ao Congresso de seu país no dia 2 de dezembro de 1823, com base em três pontos:

1. o continente americano não pode ser objeto de futura colonização por parte de nenhuma potência européia;
2. é inadmissível qualquer intervenção européia nos negócios internos de qualquer país americano;
3. os Estados Unidos da América não devem, absolutamente, intervir nos negócios pertinentes aos países europeus.

Essas proposições representavam não apenas um desejo de não-intervenção dos Estados Unidos nos negócios europeus à época, mas também uma preocupação com a pretensão russa de ocupar uma parte da costa noroeste da América do Norte e com as tendências intervencionistas da Santa Aliança. Hildebrando Accioly. *Manual de Direito Internacional Público (11ª ed.)*. São Paulo: Saraiva, 1980. p. 48-49.

⁶⁶ *The New York Times*, New York, 1 ago. 1895. p. 1. A íntegra da carta encontra-se no Anexo.

⁶⁷ No original: *Enthusiastic cheers greeted the cruiser Newark as it left this port to-day for Trinidad. The New York Times*, New York, 31 jul. 1895. p. 1.

⁶⁸ O *USS Newark (C-1)* foi o primeiro Cruzador moderno na frota norte-americana. Comissionado a 2 de fevereiro de 1891 e descomissionado em 16 de junho de 1912, operou no Atlântico Norte, nas Índias Ocidentais e, posteriormente, integrou o *South Atlantic Squadron*. Partiu a 20 de setembro de 1893 de Norfolk para o Rio de Janeiro a fim de proteger os interesses norte-americanos durante a II Revolta da

No Brasil, a primeira quinzena de agosto de 1895 trouxe poucas novidades sobre a *Questão* para a Imprensa. Uma pequena nota, ao final do Editorial da edição do dia 13 do *The Rio News*, lamentava:

*Nada de novo tem transpirado com relação à ocupação britânica da Trindade. É conhecido que a publicação de tudo o pertinente à negociação não é considerado apropriado por muitos diplomatas estrangeiros e isto pode ser a razão do por que tão pouca coisa tem sido dita acerca dela.*⁶⁹

O editor do jornal, entretanto, não perdera o tempo dos seus leitores: desde a edição anterior vinha publicando, em partes, as aventuras de E. F. Knight⁷⁰ em sua primeira incursão à Ilha da Trindade, em dezembro de 1881. Recorde-se que se trata do mesmo Knight que havia sido mencionado, desde a primeira Nota, sobre a anexação da Ilha pela Grã-Bretanha no *Financial News* londrino, envolvido na caça ao tesouro da Trindade em 1889.

A edição de 20 de agosto é marcada pela publicação de longa carta ao editor, datada de 7 de agosto, e assinada sob o pseudônimo *Nicodemus Dewdrop*. Em linhas gerais, ela denuncia (com humor britânico) o *non-sense* da frágil situação brasileira diante do poderio econômico e militar britânico, justificando a ocupação da Ilha abandonada, protestando contra os incidentes contra cidadãos e estabelecimentos comerciais ingleses no Brasil (exemplificando a retirada à força de um letreiro onde se inscrevia *chapelaria inglesa* - talvez a *Victoria Store* anteriormente mencionada, durante as manifestações de 25 de julho

Armada (6 de setembro de 1893 a 13 de março de 1894), chegando a 20 de outubro e permanecendo até 1 de abril de 1894. Então, operou na costa Sul Americana com o *South Atlantic Squadron*, fazendo um cruzeiro à África do Sul de agosto a outubro de 1894 e outro, no mesmo período no ano seguinte, antes de retornar a Norfolk, em 27 de abril de 1896. Ver: [http://www.searchspaniel.com/index/php/USS_Newark_\(C-1\)](http://www.searchspaniel.com/index/php/USS_Newark_(C-1)). Consultado em: 11 de janeiro de 2005.

⁶⁹ No original: *Nothing new has transpired in regard to the British occupation of Trinidad. It is known that the publication of everything pertaining to the negotiation was not considered proper by many foreign diplomats, and this may be the reason why so little is now said about it.* *The Rio News*, Rio de Janeiro, 13 ago. 1895. p. 6.

⁷⁰ *The Cruise of the 'Falcon', a voyage to South America in a 30-ton Yacht*. Publicada inicialmente em Londres por volta de 1883, a obra descreve as experiências do autor em sua viagem de 20 meses à América do Sul (1880-82), subindo o curso dos rios Paraná e Paraguai, e cruzando os pampas até Tucuman. Para uma nota biográfica sobre este aventureiro vitoriano, ver supra nota 51, capítulo 1.

em São Paulo⁷¹ -, e a quebra dos globos de luz com a palavra *Londres* no salão do *Café de Londres*, na mesma data, no Rio de Janeiro). Retomava também uma linha de considerações anteriormente utilizada em 30 de julho, na nota citada acima, de que, em que pesassem os protestos dos brasileiros, um novo empréstimo era contraído pela nação em Londres⁷². Ao mesmo tempo, as demonstrações da hostilidade brasileira contra a comunidade britânica assumiam proporções anedóticas na imprensa platina:

Os numerosos amigos do Dr. Von Wedekind, anteriormente da canhoneira [USS] Yantic dos Estados Unidos, mas recentemente transferido para a [USS] Newark, irão se deleitar em saber que um dia na semana passada, enquanto caminhava pela Rua do Ouvidor no Rio de Janeiro, o doutor foi tido como um inglês e compelido a tirar o seu chapéu para saudar a bandeira brasileira. - Buenos Aires Herald⁷³.

Essa nota, no Brasil, tem o mérito de associar, uma vez mais, o nome do Cruzador *USS Newark* à *Questão da Trindade* que, conforme as referências anteriormente citadas, partira a 31 de julho de Nova Iorque⁷⁴, devendo ter feito a viagem em cerca de quinze dias.

Mais interessante do que o ponto de vista britânico sobre o desgaste, a nível local, da *Questão* são as informações que o periódico apresenta sobre outro mistério historiográfico sobre a Ilha: o principado pretensamente constituído pelo *barão Harden-Hickey* na Trindade. A primeira referência que localizei acerca do assunto, no Brasil, encontra-se na transcrição da sessão de 15 de julho de 1895 do Senado Federal, na qual o Senador Coelho Rodrigues refere-se à notícia, em matutino carioca naquela data, sobre a

⁷¹ A leitura do Editorial de uma edição posterior confirma que *Nicodemus Dewdrop* denomina um cidadão britânico residente em São Paulo. Seria o titular da *Victoria Store*? *The Rio News*, Rio de Janeiro, 3 dez. 1895. p. 6.

⁷² *The Rio News*, Rio de Janeiro, 20 jul. 1895. p. 2.

⁷³ No original: *The numerous friends of Dr. Von Wedekind formerly of the United States gunboat Yantic but some time ago transferred to the Newark, will be amused to learn that one day last week while walking along Rua do Ouvidor in Rio de Janeiro, the doctor was taken for an Englishman and was made to take off his hat to salute the Brazilian flag. - Buenos Aires Herald*. Apud: *The Rio News*, Rio de Janeiro, 20 ago. 1895. p. 5.

⁷⁴ *The New York Times*, New York, 31 de julho de 1895. p. 1. *The New York Times*, New York, 1 de agosto de 1895. p. 1.

constituição de um *principado* na Ilha da Trindade⁷⁵, o que evidencia que, à época, a ilha era disputada por outro ator. O *The Rio News* auxilia a resgatar este viés da *Questão*, na medida em que transcreveu duas das entrevistas do *The New York Times*, dando uma visão abrangente, aos seus leitores, das pretensões do Barão Harden-Hickey sobre a Ilha da Trindade. A primeira entrevista, que já referimos acima, constituía-se na comunicação da *invasão* do reino do Sr. Hickey, resumindo-lhe a biografia, descrevendo sucintamente as riquezas da Ilha (inclusive a existência do tesouro oculto) e os títulos nos quais baseava sua posse sobre aquele território. Refere-se ainda ao Diário de Bordo de Halley e à indicação geográfica de Alexander Dalrymple (1775)⁷⁶. Mais tarde publicaria outra entrevista, na qual se descrevem as tratativas diplomáticas do Principado no sentido de tentar obter o reconhecimento pelo Departamento de Estado norte-americano, apresentando-se como uma saída para a solução pacífica do conflito, num momento de tensão em que se denunciava o perigo de uma possível articulação entre o Brasil (Ilha da Trindade) e a Argentina (Ilhas Malvinas) contra a Grã-Bretanha.⁷⁷

Partindo do que extraímos desses documentos, e com o auxílio de outras fontes⁷⁸, podemos reconstruir uma história do efêmero **Principado da Ilha da Trindade** (1894-95), episódio obscuro no Brasil, citado historiograficamente em língua inglesa, mais em tom de folclore anedótico do que histórico propriamente dito.

⁷⁵ Eduardo Marques Peixoto. *Ilha da Trindade: memória histórica*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1932. p. 85-89. Grifo nosso.

⁷⁶ The New York Times, New York, 18 jun. 1895. p. 3. Apud: *The Rio News*, Rio de Janeiro, 20 ago. 1895. p. 4. Observe-se que a data de publicação informada do Diário (1698) está incorreta.

⁷⁷ The New York Times, New York, 24 jan. 1896. p. 9. Apud: *The Rio News*, Rio de Janeiro, 25 fev. 1896. p. 5-6. Uma aliança da Argentina com o Brasil, com fins defensivos, havia sido noticiada sem maiores detalhes, em Nova Iorque, dias antes. *The New York Times*, New York, 22 jan. 1896. p. 1.

⁷⁸ O *The New York Times* e a biografia do Barão James Harden-Hickey na obra *Real Soldiers of Fortune* (1906) de Richard Harding Davis (1864-1916). Esta última foi consultada como texto eletrônico, disponibilizado pelo Project Gutenberg em: <http://www.gutenberg.org/etext/3029>. Consultado em 16 de janeiro de 2005. O próprio Davis usou extensivamente o material do *The New York Times*, referindo: *...of all the New York papers, the Times, for a brief period, became the official organ of the Government of James the First, ...*. Ver, ainda: Joseph McMillan. Pseudo-Principality of Trinidad, 1894-95. Disponível em: <http://flagspot.net/flags/br-trin.html>. Consultado em 29 dez. 2004. William Bryk. Nota biográfica de

O nome do aventureiro era James Aloysius Harden-Hickey (08/dez/1854-09/fev/1898). Nascido em São Francisco (Califórnia), cidade que vivia os agitados dias da Corrida do Ouro da Califórnia desde 1849, foi levado por sua mãe, francesa, para ser criado em Paris. Educado pelos jesuítas em Namur (Bélgica), estudou Direito na Universidade de Leipzig (atual Alemanha). Aos 19 anos de idade, ingressou na academia militar francesa de Saint-Cyr, onde se graduou com honras, em 1875. Pouco depois perdeu o pai, herdando um pequeno rendimento. Imbuído de idéias católicas, desfrutou de reputação como exímio espadachim, tendo preterido a carreira das armas em favor da vida literária parisiense, publicou onze novelas entre 1876 e 1880. Em todas transpirava um pensamento monarquista e antidemocrata. Como polemista, sua veemente defesa do Catolicismo lhe valeria o título de nobreza de Barão do Sacro Império Romano, por ordem do Supremo Pontífice. Casou-se com a Condessa de Saint-Pery (1878), que lhe deu um filho e uma filha, embora tenha perdido seu título de nobreza, após dela ter se divorciado.

A agitação política da III República Francesa e a liberdade de imprensa, então vivida, permitiram uma efervescência jornalística. Harden-Hickey representou os interesses dos monarquistas ao lançar, a 10 de novembro de 1878, o periódico semanal ilustrado *Le Triboulet* - nome de um famoso bobo da corte de Luís XII. Polêmico e de linguagem vigorosa, no segundo ano passava a ser diário, circulando até 1887, quando os fundos dos monarquistas se encerraram. Harden-Hickey havia se envolvido em 42 processos por calúnia e disputado, pelo menos, 12 duelos⁷⁹.

Iniciava-se agora uma nova fase na sua vida: divorciou-se da esposa, renunciou ao catolicismo, aproximou-se da teosofia, do hinduísmo e do budismo. Indo para Londres,

Harden-Hickey. Disponível em: <http://www.nypress.com/15/50/news&columns/oldsmoke.cfm>. Consultado em 29 dez. 2004.

⁷⁹ Esta informação parece estar em contradição com duas notícias nos arquivos do *The New York Times*, que indicam a expulsão da França, por ofensas políticas, do Barão Harden-Hickey, editor do *Le Triboulet*

partiu para a Índia a bordo do navio mercante britânico *Astoria* (1888). No percurso, a embarcação fez uma pequena parada na desabitada Ilha da Trindade, a qual Harden-Hickey afirmaria, mais tarde, ter reclamado para si na ocasião, fundamentado no fato de os ingleses jamais terem colonizado a Ilha e de os portugueses terem-na abandonado.

Na Índia, passou um ano estudando sânscrito e os ensinamentos de Buda e, segundo ele próprio afirmou, viajando ao Tibete. Retornou a Paris em 1890, onde conheceu Anne Flagler, filha de John Henry Flagler, financista norte-americano, um dos principais sócios de John D. Rockefeller na *Standard Oil Co.*. No ano seguinte, no dia de São Patrício, casaram-se na Igreja Presbiteriana da 5ª Avenida, em Nova Iorque, onde passaram a residir nos dois anos seguintes, com os Flagler, sem preocupações materiais. Nesta fase, Harden-Hickey viajou ao México, onde adquiriu um rancho com recursos do sogro.

Em fins de 1893, o *New York Tribune* concedeu-lhe a primeira página com uma história exclusiva de seu projeto para transformar a Trindade em um país independente. Harden-Hickey alegava que *...os platôs interiores são ricos com vegetação luxuriante... O oceano circundante pulula com peixe... Golfinhos, garoupas, peixes-porco e pescadas-pretas podem ser pegos tão rapidamente como eles podem ser puxados... a exportação de guano por si só pode fazer meu pequeno país próspero...*⁸⁰

Dando continuidade ao seu projeto, a 8 de dezembro de 1893, Harden-Hickey instituiu a Ordem da Trindade, uma ordem de cavalaria com quatro classes, destinada a recompensar a distinção em Literatura, nas Artes e nas Ciências. Ao mesmo tempo

(*The New York Times*, New York, 13 ago. 1880. p. 2.), e logo após, a supressão do *Le Triboulet* em Paris (*The New York Times*, New York, 29 ago. 1880. p. 1.).

⁸⁰ *...the inland plateaux are rich with luxuriant vegetation... The surrounding seas swarm with fish... Dolphins, rock-cod, pigfish, and blackfish may be caught as quickly as they can be hauled out...the exportation of guano alone should make my little country prosperous...* New York Tribune. 5 nov. 1893. Apud: William Bryk. Nota biográfica de Harden-Hickey. Disponível em: <http://www.nypress.com/15/50/news&columns/oldsmoke.cfm>. Consultado em 29 dez. 2004. A leitura de Davis nos leva a crer que essa informação consta do prospecto lançado por Harden-Hickey, mencionado pelo *The New York Times* apenas em meados de 1894, quando anunciou a autoproclamação do mesmo como James I da Trindade. *The New York Times*, New York, 10 jun. 1894. p. 23.

encomendou uma Coroa Real a um joalheiro. Para levantar fundos, iniciou a venda de títulos por 1.000 francos ou 200 dólares norte-americanos, dando direito, a quem adquirisse 10 títulos, a uma passagem grátis para a Ilha. Emitiu também um conjunto multicolorido de selos postais - hoje conhecidos no mercado filatélico como os *falsos* da Trindade. Em São Francisco, adquiriu uma Escuna para transportar colonos, suprimentos e correio entre a Trindade e o Brasil. Contratou um agente para negociar a construção de docas, cais e casas e contratou trabalhadores chineses (cules) de São Francisco para trabalharem na Ilha.

Para a função de Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros, Harden-Hickey trouxe um velho amigo de Paris, o Conde E. G. de la Boissière, tendo a *Chancelaria* inicialmente, funcionado na residência dos Flagler, na 18 W. 52nd. St., e, posteriormente, transferida para a 217 W. 36th. St., uma sala numa casa no West Side nova-iorquino.

Em meados de 1895, vinha a público, pela imprensa, a notícia de que a Grã-Bretanha desembarcara tropas na Ilha da Trindade, com base no seu abandono e na reivindicação de Halley em 1700, com o fim de usá-la para uma estação de cabo telegráfico submarino. Ao tomar ciência do fato, Harden-Hickey acreditou que o mesmo chamaria a atenção internacional, necessária ao reconhecimento do seu reino. O Conde de la Boissière, na qualidade de Grande Chanceler do Principado, encaminhou, em 30 de julho, protesto formal ao Secretário de Estado norte-americano Richard Olney, declarando que Harden-Hickey, em duas ocasiões⁸¹, havia notificado as potências de que ele havia tomado posse da ilha desabitada da Trindade. Nenhuma potência havia objetado ou se oposto a essas notificações. Solicitava, assim, ao governo dos Estados Unidos que reconhecesse o Principado da Trindade e garantisse a sua neutralidade.

⁸¹ Em setembro de 1893 e em janeiro de 1894. Nota diplomática de 30 de julho de 1895. Apud: *The New York Times*, New York, 1 ago. 1895. p. 1.

Perseguindo esse objetivo, o Grande Chanceler fez uma visita a Washington (DC) onde, na ausência do Secretário de Estado Richard Olney (6 de agosto), tentava uma audiência com o Adido em exercício, para renovar, pessoalmente, o pleito de reconhecimento de neutralidade do Principado pelos Estados Unidos⁸². Retornaria em janeiro do ano seguinte, declarando, em entrevista ao mesmo periódico, publicada em 24 de janeiro de 1896, ser triplamente interessante o reconhecimento, pelo governo norte-americano, da soberania do Principado da Trindade: em primeiro, porque daria força para os títulos reivindicados por James I (Harden-Hickey); em segundo, porque acalmaria as preocupações brasileiras em ter uma posição britânica tão perto de suas costas em caso de uma guerra; e, em terceiro, por oferecer à Grã-Bretanha uma solução para a sua necessidade de possuir uma estação para o cabo telegráfico submarino. Aquele Chanceler entendia ainda que, de acordo com o Direito Internacional, era passível de reconhecimento a validade da assunção de um território apenas quando fosse seguida de uma ocupação efetiva (o conhecido 'uti possidetis'), o que não havia verdadeiramente ocorrido nem com relação à pretensão britânica, nem com a brasileira, invalidando-lhes, na prática, os títulos. Além disso, a Ilha encontrava-se a uma distância de 750 milhas náuticas da costa brasileira, quando o mar territorial brasileiro era de apenas 3 milhas⁸³.

Em um episódio pouco claro, em agosto de 1895, Olney teria fornecido cópias da Nota de Protesto do Conde de la Boissière à imprensa. A partir desse material, os periódicos nova-iorquinos imprimiram histórias, em tom galhofeiro, acerca do Príncipe James, da Chancelaria e do Chanceler, enfatizando o inglês imperfeito deste último, as suas maneiras cortesias - em desacordo com sua figura esquelética - e mesmo as suas roupas. Foi neste transe que o repórter Richard H. Davis, então a serviço do *The Evening Sun*, foi

⁸² *The New York Times*, New York, 7 ago. 1895. p. 1. *The New York Times*, New York, 9 ago. 1895. p. 5. À época, o Principado também obteve cobertura do *The London Standard*, também transcrita pelo periódico nova-iorquino. *The New York Times*, 8 ago. 1895. p. 8.

chamado à Chancelaria do Principado, iniciando-se seu interesse pela figura de Harden-Hickey, a quem dedicaria um capítulo no *Real Soldiers of Fortune*⁸⁴.

Sem ser levado a sério pelos poderes constituídos, ridicularizado em público pela imprensa⁸⁵, nos dois anos seguintes Harden-Hickey mergulhou em depressão. Em 1897 completava planos para invadir a Inglaterra a partir da Irlanda, tendo solicitado fundos ao seu sogro para esse fim, que os recusou. No início de 1898, tentava vender as suas terras no México para levantar os fundos de que necessitava, quando, em depressão profunda, hospedou-se no *Hotel Pierson* em El Paso (Texas), onde cometeu suicídio com morfina (9 de fevereiro). Uma carta para sua esposa estava espetada numa cadeira, e no seu baú de viagem encontrava-se a Coroa da Trindade⁸⁶.

Em que pese o aspecto rocambolesco desse ator, desacreditado pelos seus próprios contemporâneos, o material do *The New York Times*, em parte transcrito pelo *The Rio News*, no Brasil, confirma-nos aspectos da *Questão*, a saber, a participação do *HMS Barracouta* na anexação, a divulgação dessa notícia entre os meses de junho e julho de 1895, a expectativa de Harden-Hickey de que o episódio o ajudasse na sua pretensão, mas, principalmente, em nosso entender, a fundamentação, em língua inglesa, dos títulos invocados à época pela Grã-Bretanha: a referência feita ao Diário de Bordo de Halley e à obra de Alexander Dalrymple (1737-1808), geógrafo escocês que se distinguiu a serviço da

⁸³ *The New York Times*, New York, 24 jan. 1896. p. 9. Esta matéria foi transcrita pelo *The Rio News*, Rio de Janeiro, 25 fev. 1896. p. 5-6.

⁸⁴ As palavras de Davis, a respeito deste episódio são duras: *At that time Richard Olney was Secretary of State, and in his treatment of the protest, and of the gentleman who wrote it, he fully upheld the reputation he made while in office of lack of good manners. Saying he was unable to read the handwriting in which the protest was written, he disposed of it in a way that would suggest itself naturally to a statesman and a gentleman. As a "crank" letter he turned it over to the Washington correspondents. You can imagine what they did with it.* Richard Harding Davis. *The Real Soldiers of Fortune*.

⁸⁵ Comportamento que o *The New York Times* também partilhou, ao caracterizar Harden-Hickey como régulo de uma ópera bufa. *The New York Times*, New York, 18 ago. 1895. p. 2.

⁸⁶ *The New York Times*, New York, 11 fev. 1896. p. 1. Davis transcreve o bilhete do suicídio para a esposa, indicativo dos sentimentos e motivações de Hickey: *My DEAREST,--No news from you, although you have had plenty of time to write. Harvey has written me that he has no one in view at present to buy my land. Well, I shall have tasted the cup of bitterness to the very dregs, but I do not complain. Good-by. I*

East India Company e a quem foi confiada a direção do primeiro serviço hidrográfico da *Royal Navy*. Pela forma como este último se encontra citado, certamente foi uma das fontes de Alexander Findlay, cuja primeira edição lhe é posterior em um século (1874). Há, portanto, uma continuidade historiográfica nas fontes em língua inglesa.

Um outro aspecto relevante, que se encontra citado às páginas do *The Rio News*, diz respeito à Carta de Saúde apresentada pelo *HMS Barracouta* ao aportar a Montevideú, em janeiro de 1895, vindo da Trindade:

A ridícula questão da Trindade ainda está obtendo alguma atenção, e a legação brasileira [em Montevideú] está solicitando ao governo uruguaio, com urgência, uma cópia da Carta de Saúde apresentada pelo HMS Barracouta quando ele retornou da Trindade em janeiro último. Eles estão tentando inferir deste [documento] que existem autoridades britânicas estabelecidas nesta rocha estéril e desabitada. Se for este o caso, se os brasileiros souberem onde a sua propriedade está (o que nos duvidamos) por que eles não vão procurar por ela imediatamente[?]. Um telegrama de Londres informa que o governo britânico não está dispensando nenhuma atenção urgente à matéria, considerando-a muito insignificante. É muito provável para o governo ter algo mais importante a pensar durante a mudança do Ministério e as eleições. - Montevideo Times, Aug. 8⁸⁷.

O editor do *The Rio News* comenta a notícia do *Montevideo Times* afirmando que a mesma está superdimensionada:

Com relação à supracitada carta de saúde, o assunto é absurdo demais para a importância que lhe é atribuída. Nós estamos informados que nenhum oficial foi

forgive you your conduct toward me and trust you will be able to forgive yourself. I prefer to be a dead gentleman to a living blackguard like your father. Richard Harding Davis. The Real Soldiers of Fortune.

⁸⁷ Grifo no original. Ainda no original: *The ridiculous Trindade question is still occupying some attention, and the Brazilian legation has applied to the Uruguayan government, with urgency, for a copy of the bill on health presented by HMS Barracouta when it returned from Trindade last January. They are trying to make out from this that there were British authorities established on this barren and uninhabited rock. If that is the case, if the Brazilians know where their property is (which we rather doubt) why do they not go to see into on the spot. A London telegram says that the British government is not paying any urgent attention to the matter considering it too trifling. This is highly probable, for the government has something far more important to think about in the change of ministry and the elections. Montevideo Times. Aug 8. Apud: The Rio News, Rio de Janeiro, 20 ago. 1985. p. 5. A Questão vinha assumindo contornos de pitoresco na imprensa internacional, de acordo com o *The New York Times*, que afirmava: *The question arising out of the seizure of Trinidad by England has been discussed in this country almost**

*deixado na Ilha, e que os documentos, etc., foram apenas alguma daquelas pequenas inofensivas alegorias úteis em insignificantes emergências e que não causam prejuízos a ninguém. Aparentemente o Brasil está dando muita importância a estas insignificâncias*⁸⁸.

É interessante confrontar esta notícia de um periódico uruguaio e o comentário do editor do periódico carioca sobre a mesma, com o testemunho de Bruno Lobo, que reporta uma conversa pessoal, transcorridos cerca de vinte anos, em Buenos Aires, com Luiz Agote, Professor da Faculdade de Medicina, naquela capital. O Prof. Agote referiu que, em 1895, no cargo de Diretor da Saúde Pública, examinou os papéis de um navio que chegara ao porto de Buenos Aires, com escala anterior em Montevideú, no Uruguai. Ao verificar o porto de origem, constatou que o mesmo era procedente da Trindade, com documentos passados por autoridades inglesas. Estranhando o fato, o Prof. Agote, na ocasião, afirma, denunciou-o à Legação brasileira na Argentina, a qual, imediatamente, telegrafou nesse sentido ao Governo da República. De acordo com o que o Prof. Agote assegurou a Bruno Lobo, esta teria sido a primeira notícia dada ao Brasil sobre a ocupação inglesa da Trindade⁸⁹. Lobo transcreve ainda duas outras notícias de periódicos argentinos sobre o fato à época da *Questão*:

Uma esquadilha inglesa, a 24 de dezembro de 1894, por ordem do Almirantado efetuou desembarque no ancoradouro da praia da Chapada [em Montevideú] e, ato contínuo, com o cerimonial de costume, o comandante do Cruzador [HMS] Barracouta, acompanhado de um tenente, dois guardas-marinhas, um médico e doze marinheiros, tomou posse da Ilha, em nome de Sua Majestade Britânica, e assim que realizaram esse ato arvoraram na Ilha um mastro apropriado, no qual içaram o pavilhão inglês, firmando todos uma ata de posse.

entirely as a joke. Citou ainda o periódico parisiense Paris Temps: ...the Paris Temps, while by no means insensible to the comic aspects of the question... The New York Times, New York, 23 ago. 1895. p. 4.

⁸⁸ No original: *With regard to the aforesaid bill of health, the matter is too absurd for the importance attached to it. We are informed that no officials were left on the island, and that the documents, etc. were only some of those harmless little fictions which serve in trifling emergencies and harm no one. It would seem that Brazil is attaching too much importance to these trifles. The Rio News, Rio de Janeiro, 20 ago. 1895. p. 5.*

⁸⁹ Bruno Lobo, *Ilha da Trindade. Arquivos do Museu Nacional*. Rio de Janeiro, v. 22, 1918. p. 123-124.

Depois, [o] comandante nomeou autoridades inglesas, médico e o Sr. Fishburn para comandante do porto [da ilha], onde ficou uma pequena guarnição armada e equipada.

O Cruzador, a fim de transmitir [telegraficamente?] a comunicação ao Ministério da Marinha, seguiu para Montevideú, aonde chegou nos primeiros dias de janeiro, época em que estavam interditas as procedências do Brasil para o Rio da Prata.

O Cruzador Barracouta foi posto em livre prática [dispensado de quarentena?], porque trazia Carta de Saúde assinada por autoridades inglesas do porto da Ilha da Trindade.

Esse documento se acha em Montevideú, assinado, afirma El Diario, por Fishburn, capitão do porto.

Esta narrativa foi feita por um tripulante da esquadilha que se acha em Buenos Aires⁹⁰.

e

O Ministério da Guerra e da Marinha enviou ao das Relações Exteriores cópia autenticada da patente sanitária apresentada à Capitania do Porto [de Buenos Aires] pelo Cruzador [HMS] Barracouta. Foi remetida à Legação do Brasil de Montevideú, que a remeteu imediatamente ao Rio de Janeiro. Assinava o documento em questão, como autoridade marítima da Ilha, o mesmo médico do navio acima, e que estava a bordo quando o navio chegou a Montevideú, procedente do porto indicado.⁹¹

Referindo-se ao pronunciamento do dia 22 de julho de 1895 na Câmara dos Deputados, de Belisário de Souza⁹², criticando o Ministro brasileiro em Londres, Souza Corrêa, que fora informado da notícia da ocupação no *Financial News* (4 de junho), por

⁹⁰ *El Diario*, Buenos Aires, 24 jul. 1895. Apud: Bruno Lobo, Ilha da Trindade. *Arquivos do Museu Nacional*. Rio de Janeiro, v. 22, 1918. p. 123-124. Acredito que a fonte de Lobo tenha sido: Eduardo Marques Peixoto. Ilha da Trindade: memória histórica completa. *Diário Oficial*, Rio de Janeiro, 4 mai. 1904 (em diante).

⁹¹ *La Razón*, Buenos Aires, 8 ago. 1895. Apud: Bruno Lobo, Ilha da Trindade. *Arquivos do Museu ...* p. 124. Acredito que a fonte de Lobo tenha sido novamente: Eduardo Marques Peixoto. Ilha da Trindade ... *Diário Oficial ...*

⁹² A atuação do Deputado Belisário de Souza, pela sua veemência, despertaria, em várias ocasiões, a atenção da imprensa internacional. Após a manchete do *The New York Times* em 26 de julho de 1895 anteriormente referida, figuraria ainda em citação da *The Pall Mall Gazette* do Times londrino, graças à sua intenção *de arrancar e lançar longe as garras do leão britânico desta parte do país que é sagrada para o Brasil*. *The New York Times*, New York, 17 ago. 1895. p. 2.

telegrama do Ministério das Relações Exteriores (19 de julho)⁹³, Bruno Lobo conclui, pelo testemunho do Prof. Luiz Agote e das notícias acima transcritas, que a notícia da ocupação havia sido transmitida ao Ministério das Relações Exteriores no Brasil, pelas autoridades argentinas, anteriormente a julho de 1895. Vemos ainda que, conforme a notícia do periódico uruguaio em agosto daquele ano, havia movimentação por parte da legação brasileira em Montevideu, para a obtenção de transcrição (cópia) do documento. E, a crer, na notícia de 8 de agosto do *La Razón*, a Legação brasileira em Montevideu não só teria recebido os documentos equivalentes da Argentina, como os haveria remetido ao Rio de Janeiro.

Os meses de setembro e outubro transcorreram sem maiores incidentes, tendo o periódico iniciado a apresentação aos leitores, em partes (de duas a quatro colunas por edição), dos extratos da segunda obra de E. F. Knight sobre a Trindade: *The Cruise of the 'Alerte'*, que, como vimos anteriormente, narra a busca ao tesouro na Ilha por aquele aventureiro em 1889⁹⁴. As poucas notas transcritas da imprensa internacional mostravam pouca objetividade, atendo-se a aspectos pitorescos da *Questão*, como por exemplo, um comentário na coluna *Notas de Negócios*:

*A questão da Trindade está certamente destinada à perpétua lembrança, por que o nome está sendo aplicado a toda a sorte de fins. Em São Paulo, um moinho de moer café recentemente foi batizado com ele e o número de cafés e confeitarias Trindade através do país é também legião. Brevemente os bebês florescerão como Trindade, e então este ponto abandonado e desabitado terá feito mais do que sua humilde cota na confecção da história do mundo*⁹⁵.

⁹³ Este foi um dos documentos anexos aos Esclarecimentos do Ministério das Relações Exteriores à Câmara dos Deputados em 24 de julho de 1895. A Ilha da Trindade. *RIGHB*, Salvador, v. 2, nº 6, p. 247-260, dez. 1895. p. 253.

⁹⁴ Estas aventuras de Knight ilustrariam as edições semanais até 18 de fevereiro de 1896.

⁹⁵ No original: *The Trinidad question is destined to perpetual remembrance surely, for the name is being applied to all sorts of purposes. In São Paulo a mill for grinding coffee has recently been baptised with it and the number of Trindade cafes and confeitarias throughout the country is already legion. Soon the babies will blossom out as Trindades, and this abandoned and uninhabitable spot will be doing even*

No início de outubro, o *The New York Times* estampava na primeira página a notícia de que se dizia que o governo britânico estava negociando a compra da Ilha da Trindade ao Barão Harden-Hickey⁹⁶. Nesse momento, vem a público, pelo diário nova-iorquino, a insatisfação de Sir John Pender:

Londres, 20 de outubro - Sir John Pender, presidindo uma reunião dos Diretores da Brazilian Submarine Telegraph Company hoje, afirmou que a posição da empresa em suas negociações com o governo brasileiro era insatisfatória. ...

Foi quando ele percebeu que o Brasil não iria negociar com justiça com a empresa que ela tentou assumir o tráfego com a República Argentina. A empresa já havia colocado um cabo através dos Andes juntamente com a West Brazilian Company, e, a fim de impedir o Brasil de interferir com este tráfego, procurou por uma outra estação, e argumentou acerca da Ilha da Trindade, a qual não estava ocupada, e tinha uma excelente localização.

*O Brasil, ele disse, está agora tentando fazer da matéria uma questão política, mas a empresa não objetará a que o Brasil possua a Ilha, desde que permita que a companhia telegráfica a use como estação de telégrafo.*⁹⁷

Evidencia-se aqui, para o público norte-americano, o inequívoco interesse e ação da empresa de Sir John Pender, no desenvolvimento da *Questão da Trindade*, o que seria ratificado no dia seguinte ao ler: *Manchester, 11 de outubro - O [periódico britânico] Guardian assegura que o incidente da Trindade está encerrado e que o governo do Brasil não mais irá disputar o título da Brazilian Submarine Telegraph Company ao uso da ilha*

more than its humble share in the history-making of the world. The Rio News, Rio de Janeiro, 15 out. 1895. p. 8.

⁹⁶ *The New York Times*, New York, 4 out. 1895. p. 1.

⁹⁷ No original: *London, Oct. 20. - Sir John Pender, M. P., presiding at a meeting of the Directors of the Brazilian Submarine Telegraph Company to-day said that the position of the company in its dealings with the Brazilian Government was unsatisfactory. ...*

It was when they had found that Brazil would not deal fairly with them that they had tried to carry on traffic with the Argentine Republic. They had laid a cable across the Andes jointly with the West Brazilian Company, and, with a view of preventing Brazil from interfering with that traffic, they had looked out for a fresh station, and had pitched upon the Island of Trinidad, which was not occupied, and was an excellent station.

Brazil, he said, was now trying to make the matter a political question, but the company would not object to Brazil possessing the island if she permitted the telegraph company to use it as a telegraph station. The New York Times, New York, 31 out. 1895. p. 5. Grifo nosso.

como estação de cabo [telegráfico].⁹⁸ Anunciava-se a proximidade do final da *Questão*, com o retorno do assunto à primeira página: ***O BRASIL TERÁ A TRINDADE; A Questão acerca do Principado de Harden-Hickey aproxima-se de uma solução nem favorável a ele nem à Inglaterra.***⁹⁹

No Brasil, entre o final de outubro e o início de novembro, a *Questão da Trindade* voltou a dominar a imprensa: a *Gazeta de Notícias* em editorial denunciou as arbitrariedades do imperialismo, etc., defendendo o pan-americanismo¹⁰⁰ e, poucas semanas mais tarde, o *Jornal do Brasil* pediu um protesto internacional¹⁰¹. Em parte do Editorial da edição de 12 de novembro, o *The Rio News* destacou esse nervosismo de *alguns de nossos colegas da imprensa nacional*, protestando acerca da manipulação da opinião pública contra a Inglaterra pelos jornais. Advertiu sobre o poder britânico e argumentou que o governo inglês não cometeria o erro de afrontar deliberadamente o brasileiro dessa forma. Recordando que a posse da ilha havia sido objeto de disputa entre a Grã-Bretanha e Portugal, no passado, mas nunca efetivamente ocupada ou explorada, poderia facilmente ter acontecido que um ministro britânico se considerasse justificado a

⁹⁸ No original: MANCHESTER, Oct. .11. - *The Guardian asserts that the Trinidad incident is closed. and that the Government of Brazil no longer disputes the title of the Brazilian Submarine Telegraph Company to the use of the island as a cable station. The New York Times*, New York, 1 nov. 1895. P. 5.

⁹⁹ No original: BRAZIL WILL HAVE TRINIDAD; *Question About Harden Hickey's Principality Nearing a Solution Not Favorable to Him or Britain. The New York Times*, New York, 15 nov. 1895. p. 1.

¹⁰⁰ 23 de outubro de 1895. Virgílio Caixeta Arraes. A República insegura: a disputa entre o Brasil e a Grã-Bretanha pela posse da Ilha da Trindade (1895-1896). *Cena Internacional* p. 15. O *Gazeta de Notícias*, fundado por Manuel Carneiro, Ferreira de Araújo e Elísio Mendes, circulou no Rio de Janeiro a partir de agosto de 1875. Inovador em seu tempo, abriu espaço para a literatura (que publicava em folhetins) e debatia os grandes temas nacionais. Anti-monarquista e abolicionista, foi em suas páginas que José do Patrocínio (sob o pseudônimo de Prudhome) iniciou a campanha pela Abolição (1879). Machado de Assis, Capistrano de Abreu, e os portugueses Eça de Queiróz e Ramalho Ortigão, entre outros, também escreveram em suas páginas.

¹⁰¹ 12 de novembro de 1895. Virgílio Caixeta Arraes. A República insegura: a disputa entre o Brasil e a Grã-Bretanha pela posse da Ilha da Trindade (1895-1896). *Cena Internacional* ... p. 15-16. O *Jornal do Brasil*, fundado por Rodolfo Epifânio de Souza Dantas, com a colaboração de José Veríssimo, Joaquim Nabuco, Ulisses Viana e outros (1891), inovou por sua estrutura empresarial, parque gráfico, pela distribuição em carroças e a participação de correspondentes estrangeiros. Defendeu a monarquia, até que Rui Barbosa (1849-1823) assumiu a função de redator-chefe (1893). Floriano Peixoto (1891-94) fechou o jornal e mandou caçar Rui Barbosa, "vivo ou morto". Em 1894, circulou sob a direção da família Mendes de Almeida. José Maria da Silva Paranhos Jr., o Barão do Rio Branco (1845-1912), escreveu em suas páginas a célebre coluna "Efemérides".

dela tomar posse, de forma a proteger uma estação de cabo telegráfico, que uma empresa britânica propusesse estabelecer nela. E complementava que, se um erro foi cometido com isso, o governo britânico se retiraria, promovendo plenas satisfações. Esse objetivo, entretanto, não seria alcançado por meio de ameaças ou de abusos, e que, ao contrário, caso os colegas da imprensa nacional continuassem com o procedimento inadequado [de ataques], Lord Salisbury se sentiria assegurado para não ter pressa com a matéria. Recomendando que o assunto fosse deixado para os diplomatas, o Editor denunciava ainda que:

*...o Brasil não pode parar o carro do progresso mundial, e se os interesses do comércio e o de outras nações o requerer, ele não pode deter o lançamento do cabo projetado através do Atlântico Sul até ao Rio da Prata. ...A fiscalização arbitrária do cabo na sua costa e a compra projetada deste cabo pelo governo [brasileiro] tem compelido outros governos a procurar por um cabo alternativo. O Brasil deve reclamar de si mesmo esta situação, pois é pelos abusos praticados por suas próprias autoridades que ela existe. ...*¹⁰²

A tônica da delicadeza da discussão acerca dos fatores externos à *Questão*, especificamente àqueles referentes às comunicações, transparece no Editorial da edição seguinte:

*Nós não somos apologistas nem advogados de Sir John Pender; nós não negamos o direito legal do governo brasileiro em desapropriar o cabo da Western & Brazilian; nós não negamos o direito técnico do governo brasileiro de fiscalizar mensagens telegráficas; mas criticamos o princípio de tal fiscalização e iremos continuar a fazê-lo enquanto nós publicarmos um jornal neste ou em qualquer outro país. Podemos também afirmar que nós não somos a favor de permitir que ressentimentos pessoais influenciem a nossa opinião em tais assuntos públicos.*¹⁰³

¹⁰² No original: *...Brazil can not stop the car of the world's progress, and if the interests of commerce and of other nations require it, she can not stop the laying of the projected cable across the South Atlantic to the River Plate. ...The arbitrary fiscalization of the cable on this coast ant the projected purchase of this cable by the government have compelled other governments to seek for an alternative cable. Brazil must blame herself for this situation, for it is to the abuses practised by her own authorities that it exists. ... The Rio News, Rio de Janeiro, 12 nov. 1895. p. 6.*

¹⁰³ No original: *We are not apologists nor advocates of Sir John Pender; we have not denied the legal right of the Brazilian government to disappropriate the Western and Brazilian cable; we have not denied the*

Esse momento marca também um rompimento de relações do periódico com o *Jornal do Comércio*, devido a um editorial deste, a 15 de novembro, sobre a *Questão*, no calor da discussão, equiparado depreciativamente a um periódico de menor expressão como o *Cidade do Rio*:

*A maneira pela qual esse importante diário [o Jornal do Comércio] discutiu o nosso último editorial na questão da Trindade coloca-o no mesmo nível do que o Cidade do Rio e deve merecer a mesma consideração. Ele está evidentemente em busca de popularidade barata, e não tem escrúpulos em perverter e falsificar as opiniões contrárias para alcançar esse fim.*¹⁰⁴

A polêmica com o *Jornal do Comércio*, por outro lado, rendeu elogios do Editor à *Gazeta de Notícias*, declarada como justa e ponderada na discussão sobre a Trindade e sobre os pontos correlatos concernentes ao cabo telegráfico, ... *os quais ainda estão causando discussão muito excitada na imprensa nativa*¹⁰⁵. A próxima polêmica seria, justamente, com o *Cidade do Rio*¹⁰⁶, agora sobre pontos referentes à discussão da proposta britânica e recusa brasileira, sobre o arbitramento então ventilado¹⁰⁷. O ponto defendido

technical right of the Brazilian government to fiscalize telegraph messages; but we have criticised the principle of such fiscalization and will continue to do so as long as we publish a paper in this or in any other country. We might also say that we are not in favour of permitting private resentments to influence our opinion on such public questions. The Rio News, Rio de Janeiro, 19 nov. 2004, p. 6.

¹⁰⁴ No original: *The manner in which that important journal discussed our last editorial on the Trinidad question puts it on a par with the Cidade do Rio and it is entitled to just about the same consideration. It is evidently bidding for cheap popularity, and does not scruple to pervert and falsify contrary opinions to achieve that end. The Rio News, Rio de Janeiro, 19 nov. 1895, p. 6.* O *Jornal do Comércio*, mais antigo diário em circulação ininterrupta na América Latina até aos nossos dias, teve origem no *Diário Mercantil* (1824), de Francisco Manuel Ferreira & Cia.. Adquirido por Pierre Plancher-Seignot por 1:000\$000 (um conto de réis), teve o seu nome mudado para *Jornal do Comércio* (31/ago/1827). No período de 1890 a 1915, sob a direção de José Carlos Rodrigues, contou em suas páginas com os nomes de Rui Barbosa, Visconde de Taunay, Alcindo Guanabara, Araripe Junior, Afonso Celso e outros. Era então editorialista José Maria da Silva Paranhos Jr., Barão do Rio Branco (1845-1912). O *Cidade do Rio*, diário fundado pelo abolicionista José do Patrocínio (1853-1905), circulou no Rio de Janeiro entre 1887 e 1893, quando foi interdito pela publicação de um manifesto do chefe da esquadra sublevada durante a Revolta da Armada. Os redatores foram perseguidos pela polícia e Patrocínio, preso e desterrado para Cucuí, no alto Rio Negro (AM). Com o final do Estado de Sítio, o periódico voltou a circular, de 1895 a 1902. Foi o primeiro a publicar regularmente uma caricatura sobre o destaque do dia na primeira página.

¹⁰⁵ No original: *...wich are still exciting so much discussion in the native press. The Rio News, Rio de Janeiro, 26 nov. 1895, p. 6.*

¹⁰⁶ O papel deste periódico carioca também jamais foi estudado historiograficamente no contexto da *Questão da Trindade*, de acordo com esta pesquisa.

¹⁰⁷ A idéia, embora não houvesse sido oficializada, vinha sendo ventilada internamente no Brasil, a partir de proposta do Ministro brasileiro em Londres, Souza Corrêa, em duas ocasiões: a primeira, sugerida em 17 de outubro, rejeitada pelo MRE no dia imediato; a segunda, novamente proposta em 19 de novembro,

pelo Editorial do *The Rio News* era claro: *Se o Brasil tem se inclinado a usar a arbitragem nas questões das Missões [com a Argentina] e do Amapá [com a França], então por que rejeitá-la no caso da Trindade?* E denunciava, extraindo as próprias conclusões:

Nenhum brasileiro foi morto na Trindade, nem esta ilha desabitada foi invadida por uma força armada, como foi o caso no Amapá. Dos dois casos, o último realmente deu a maior causa para indignação. Mas em um caso, os agressores eram franceses, e no outro ingleses; e atrás disto reside a causa real de toda esta denúncia histórica deste, enquanto se formulam protestos gentis ao outro. Em nossa opinião não haverá nenhuma perda de dignidade, ou "honra", de ambos os lados na submissão desta disputa a arbitragem. Pelo contrário, a aquiescência nas exigências de chauvinistas e uma recusa em submeter o caso a tão honrado recurso, seria decididamente desonroso para este país¹⁰⁸.

Ainda com relação ao arbitramento e à Questão do Amapá, o *The Rio News* criticava os colegas da imprensa mais exaltada, na coluna *Notas do Café*:

Foi reportado que a França declinou de submeter a questão do Amapá à arbitragem, porque envolve um ato de sua Marinha o qual não pode ser submetido a tal recurso. Como tal desculpa irá servir ao Cidade [do Rio] e [O] Paíz?¹⁰⁹

E, em outra nota, dava a medida dessa exaltação:

registrando-se pronunciamento de Quintino Bocaiúva no Senado, rejeitando esse recurso, no dia seguinte. Ver: Virgílio Caixeta Arraes. *A República insegura: a disputa entre o Brasil e a Grã-Bretanha pela posse da Ilha da Trindade (1895-1896)*. *Cena Internacional* ... p. 14 e 16. Quintino Bocaiúva (1836-1912), jornalista, republicano histórico, maçom, Ministro das Relações Exteriores (1889-90, 1890-91), dirigiu o periódico *O Paíz*.

¹⁰⁸ No original: *If Brazil has been willing to use arbitration in the Missiones and Amapá disputes, then why reject it in the Trindade case? No Brazilian has been killed on Trindade, nor has that uninhabited island has been invaded by an armed force, as was the case at Amapá. Of the two cases, the latter really gave the most cause for indignation. But in one case, the aggressors were French, and in the other English; and behind this lies the real cause of all this hysterical denunciation of the one, while formulating polite protests to the other. In our opinion there will be no loss of dignity, or 'honor', on either side in the submission of this dispute to arbitration. On the contrary, acquiescence in the demands of chauvinists and a refusal to submit the case to so honorable a recourse, would be decidedly discreditable to this country.* *The Rio News*, Rio de Janeiro, 3 dez. 1895. p. 6.

¹⁰⁹ No original: *It is reported that France declines to submit the Amapá question to arbitration, because it involves an act of her navy which can not be submitted to such a resource. How will such an excuse suit the Cidade and Paíz?* *The Rio News*, Rio de Janeiro, 10 dez. 1895. p. 8. *O Paíz*, matutino fundado pelo português João José dos Reis Júnior, mais tarde agraciado com o título de Conde S. Salvador de Matosinhos, circulou entre 1884 e 1930. Quintino Bocayuva (1836-1912) foi seu redator-chefe de 1885 até ao início do século XX. Principal periódico republicano do Brasil, chegou a vender, em 1890, 32 mil exemplares. Apesar de atuar como órgão oficioso do governo, considerava-se independente. Escreveram em suas páginas, entre outros, Rui Barbosa, Fernando Lobo, Joaquim Serra, Alcino Guanabara, Urbano Duarte e Joaquim Nabuco.

Tem sido dito que a proposta de Lord Salisbury de submeter a disputa da Trindade a arbitragem, chegará aqui no dia 11 pelo SS Liguria. O redator comedor-de-fogo do Cidade do Rio exige que os passaportes do ministro britânico lhe sejam devolvidos imediatamente no recebimento desta proposta.¹¹⁰

Em outra nota ainda, aponta o nome de um dos autores da agitação:

A imprensa local ainda tenta forçar o Ministro do Exterior [Ministro das Relações Exteriores] ao disparate de um rompimento das relações diplomáticas com a Grã-Bretanha. Com Nilo Peçanha na Câmara [dos Deputados] e todo este escrevinhar irresponsável na imprensa diária, será quase que um milagre se o Presidente conseguir governar a salvo de algumas complicações embaraçosas. E não é apenas um patriotismo qualquer que está por detrás desta agitação; existem alguns rancores e ressentimentos particulares na escalada.¹¹¹

E mantém o fogo de suas baterias contra o Deputado Nilo Peçanha, denunciando-o ao Corpo Diplomático em geral:

Desejamos chamar a atenção do corpo diplomático para a linguagem usada pelo Deputado Nilo Peçanha, na sessão do último dia 4 [de dezembro], na Câmara [dos Deputados]. Embora sempre tenha sido costume ministros estrangeiros apresentarem certos tipos de reivindicações ao ministro do exterior e advogar a colocação de tais reivindicações, este deputado chauvinista considera a si mesmo privilegiado para caracterizar essa prática como 'assalto ao Tesouro brasileiro'. Se os representantes estrangeiros são insultados desta maneira, seria bom deixar o Brasil saber quais conseqüências terão lugar.¹¹²

¹¹⁰ No original: *It is said that the proposal from Lord Salisbury to submit the Trindade dispute to arbitration, will arrive here on the 11th per SS Liguria. The fire-eating editor of the Cidade do Rio demands that the British minister's passports shall be sent immediately on receipt of this proposal. The Rio News, Rio de Janeiro, 10 dez. 1895. p. 8.*

¹¹¹ No original: *The local press is still trying to force the foreign minister into the blunder of a rupture of diplomatic relations with Great Britain. With Nilo Peçanha in the Chamber and all this irresponsible scribbling in the daily press, it will be almost a miracle if the President manages to steer clear of some embarrassing complications. And it is not all patriotism either which is behind this agitation; there are some private grudges and resentments in the scale. The Rio News, Rio de Janeiro, 10 dez. 1895. p. 8.* Recorde-se que o Deputado Nilo Peçanha, à época, era opositorista. Clodoaldo Bueno. *A República e sua política exterior...* p. 333.

¹¹² No original: *We desire to call the attention of the diplomatic corps to the language used by Deputy Nilo Peçanha in the Chamber on the 4th inst. Although it has always been the custom of foreign ministers to present certain classes of claims to the foreign minister and to advocate the settlement of such claims, this chauvinist deputy considers himself privileged to characterize the practice as 'robbing the Brazilian treasury'. If foreign representatives are to be insulted in this manner, it would be well to let Brazil know what consequences will be. The Rio News, Rio de Janeiro, 10 dez. 1895. p. 8.*

No dia 19 de dezembro, a Grã-Bretanha formalizou oficialmente a sua proposta de submeter a *Questão* a arbitramento, condenada pelo Deputado Nilo Peçanha, na sessão do dia 23, e declinada pelo Ministério das Relações Exteriores, formalmente, durante o mês de janeiro de 1896¹¹³. A respeito do declínio dessa proposta, o *The Rio News*, em Editorial, mantinha a sua posição:

*Essa decisão é, em nossa opinião, um erro sério, porque não apenas fecha o caminho para um acordo honrado, mas desfere um golpe traiçoeiro no princípio de arbitragem em si. ... Esse governo permitiu-se, entretanto, ser influenciado por preconceitos chauvinistas, sendo a arbitragem recusada.*¹¹⁴

A *Questão* chegara a um impasse, o que era percebido claramente também pela imprensa internacional que, na falta de devolução da Ilha ao Brasil, antecipava um rompimento diplomático¹¹⁵. Teciam-se, ainda, suposições e paralelos com a questão das Malvinas/Falklands, referindo-se a uma possível aliança militar defensiva entre a Argentina e o Brasil, vendo no cancelamento da concessão argentina para o cabo submarino britânico uma ação articulada entre ambos os países. Comentava-se também a entrevista especial mantida entre o Ministro brasileiro Salvador de Mendonça e o Secretário de Estado norte-americano Richard Olney (20 de janeiro), o desmentido da Chancelaria brasileira de que o Cruzador *Benjamin Constant* estivesse sendo enviado para tomar posse da Ilha. Citava-se uma nova entrevista com o Grande Chanceler do Principado, apresentando uma saída diplomática para o impasse.¹¹⁶

¹¹³ Virgílio Caixeta Arraes. A República insegura: a disputa entre o Brasil e a Grã-Bretanha pela posse da Ilha da Trindade (1895-1896). *Cena Internacional* ... p. 17.

¹¹⁴ No original: *This decision is, in our opinion, a serious error, for it is not only closes the way to an honorable settlement, but it deals a treacherous blow to the principle of arbitration itself. ... This government has permitted itself to be influenced by chauvinist prejudices, however, and arbitration is refused.* *The Rio News*, Rio de Janeiro, 14 jan. 1896. p. 6.

¹¹⁵ *The New York Times*, New York, 21 jan. 1896. p. 1.

¹¹⁶ *The New York Times*, New York, 22 jan. 1896. p. 1. *The New York Times*, New York, 23 jan. 1896. p. 4. *The New York Times*, New York, 24 jan. 1896. pp. 1 e 9. O Cruzador Escola *Benjamin Constant* era o mais novo integrante da esquadra. Recém-construído na França, integrava a Divisão de Instrução da Marinha do Brasil. Para um histórico dessa embarcação, ver: <http://www.naviosdeguerrabrasileiros/ngb-cruzadorescolabenjaminconstant.htm>. Consultada em 30 nov. 2004.

No Brasil, a percepção da imprensa transformava-se em matéria de honra, mas, na argumentação do Editorial do periódico, a Grã-Bretanha passava de agressora à vítima, como se depreende da citação abaixo:

A reivindicação britânica é simplesmente aquela de tomar posse de uma ilha abandonada, e como o Governo Brasileiro não provou o seu direito à ilha por ocupação ou outro ato de soberania durante o presente século, e assim mesmo declinou de submeter a disputa a arbitragem, a questão fica justamente onde estava no começo. Foi nossa opinião que o Governo Brasileiro tinha cometido um erro quando declinou de aceitar a arbitragem, não deixando assim ao governo britânico outra alternativa senão aquela de manter a posse, ou a de se retirar e assim admitir-se em erro. De modo geral nenhum governo gosta de admitir o próprio erro em questões deste jaez. ... render-se voluntariamente e admitir o próprio erro é mais do que qualquer governo gostaria de fazer. Se a reivindicação do Brasil é firme e segura de vitória, seria, então, generoso de sua parte aceitar a arbitragem e permitir ao outro sair da controvérsia honradamente.¹¹⁷

Simultaneamente, a imprensa da Grã-Bretanha também fazia o seu trabalho, creditando parte da responsabilidade, do que considerava um *imbróglio* para o Gabinete, a Sir John Pender. A *Westminster Gazette*, de Londres, citada pelo *Liverpool Post*, reputava a *Questão da Trindade* como *uma das divertidas pequenas comédias que integram a figuração do drama do desenvolvimento imperial*. O *Post* apresentava uma versão peculiar dos fatos:

A sugestão de Sir John Pender encontrou abrigo em Downing Street [tradicional residência do 1º Ministro britânico], ou em Whitehall [o Parlamento], e o próximo navio-de-guerra que fez aquela rota desembarcou a tripulação de um bote, erguendo a bandeira britânica, e em seguida reportou formalmente, no curso costumeiro do

¹¹⁷ No original: *The British claim is simply that of taking possession of an abandoned island, and as the Brazilian government has not proved its right to the island by occupation or other act of sovereignty during the present century, and likewise declines to submit the dispute to arbitration, the matter stands just were it did at the outset. It was our opinion that the Brazilian government had made a mistake when it declined to accept arbitration, for it left the British government no other alternative than that of either retaining possession, or withdrawing and thus admit itself in error. As a rule no government likes to admit itself at fault in questions of this kind. ...to yield voluntarily and admit that it was wrong is more than any government likes to do. If Brazil's claim is good and if she is sure of winning, then it would be the generous part to accept arbitration and thus permit the other party to escape from the controversy honorably. The Rio News, Rio de Janeiro, 18 fev. 1896. p. 6.*

*negócio, que eles adicionaram a rocha ao império britânico. Quando a notícia atingiu Londres ninguém podia afirmar onde a Trindade ficava, e ninguém fora do Almirantado e do escritório de Sir John Pender tinha sombra de idéia de onde procurá-la no mapa. ... Mas quando a notícia alcançou o Rio [de Janeiro] encontrou uma recepção muito diferente. É verdadeiro que eles [os brasileiros] nunca a tinham ocupado, nem noticiaram a sua pretensão a ela, ou fizeram o mais leve uso dela, mas do mesmo modo eles quiseram dançar loucamente sobre ela. As reuniões de massa dos cidadãos visavam denunciar a avareza insaciável de John Bull, e passaram com aclamação e unanimidade de resoluções impetuosas, prometendo a si mesmos arrancar as patas do leão britânico desta jóia preciosa do oceano, a qual deve brilhar eternamente no diadema de república brasileira.*¹¹⁸

Aqui, mais uma vez conectam-se o nome e o interesse de John Pender à *Questão da Trindade*, embora não esteja mencionado o subsequente desinteresse do mesmo sobre o assunto, o que seria justificado pela recente análise em *Historiografia em História das Relações Internacionais do Brasil* como decorrente do desinteresse do Capital transnacional na Ilha¹¹⁹, a que se somaria, na mesma época, a doença e falecimento daquele empresário. O mesmo material do *Post* referia-se aos interesses do Secretário de Estado norte-americano, Richard Olney, na solução arbitral para a *Questão da Trindade*, o que abriria um precedente para a pendência norte-americana com a mesma Grã-Bretanha, a

¹¹⁸ No original: *Sir John Pender's suggestion met with favour at Downing Street [tradicional residência do 1º Ministro britânico], or at Whitehall [o Parlamento], and the next man-of-war that passed that way landed a boat's crew, hoisted the British flag, and in due course formally reported, in the ordinary course of business, that they added the rock to the British empire. When the news reach London nobody could tell where Trinidad lay, and no one outside the Admiralty and Sir John Pender's office had the ghost of an idea where to look for it on the map. ... But when news reached Rio it met with a very different reception. It is true that they had never occupied it, or advertised their claim to it, or made the slightest use of it, but all the same they went dancing mad over it. Mass meetings of the citizens met to denounce the insatiable greed of John Bull, and passed with acclamation and unanimity passionate resolutions pledging themselves to tear the paws of the British lion from this precious gem of the ocean, which must shine forever in the coronet of Brazilian republic.* Liverpool Post, Liverpool (Grã-Bretanha), 22 jan. 1896. Apud: *The Rio News*, Rio de Janeiro, 17 mar. 1896. p. 2.

¹¹⁹ O cabo telegráfico submarino passaria da Ilha de Ascensão para a de Santa Helena e daí para as Ilhas Malvinas, todas britânicas. Virgílio Caixeta Arraes. *A República insegura: a disputa entre o Brasil e a Grã-Bretanha pela posse da Ilha da Trindade (1895-1896)*. *Cena Internacional* ... p. 20.

respeito de fronteiras entre a Venezuela e a Guiana Inglesa, assunto estudado por Arraes com base em fontes do Ministério das Relações Exteriores¹²⁰.

A Questão da Trindade só voltaria a ser abordada pelo *The New York Times*, quando do seu encerramento, de maneira lacônica, referindo a insistência do Brasil em seus direitos e a *agressiva determinação* da Inglaterra em nada conceder. O periódico afirmou que a prontidão com que a Inglaterra reconheceu a decisão do governo de Portugal era *agradavelmente surpreendente* para aqueles que aguardavam a atitude do governo britânico na questão venezuelana.¹²¹

Não localizei material complementar, nas páginas do *The Rio News*, sobre a fase final da *Questão*, na qual o governo português se ofereceu para a mediação (a 1º de maio), aceita primeiramente pela Grã-Bretanha (a 10 de maio) e, em seguida, pelo Brasil (a 20 de maio). Não encontrei, ainda, qualquer informação mais qualificada na Nota Diplomática portuguesa de 20 de julho de 1896, pela qual se procedeu a defesa dos títulos brasileiros, do que a informação das Notas Diplomáticas de Carlos de Carvalho de 22 e de 23 de julho de 1895. Mesmo diante do desfecho da *Questão*, em início de agosto de 1896, a posição do *The Rio News*, em Editorial, foi tanto crítica, quanto representativa da visão imperialista:

A posição assumida pelos jacobinos na condução da disputa da Trindade e das reclamações dos italianos podem ser consideradas uma indicação clara do espírito que os anima. Eles não escutariam a sugestão de arbitragem na disputa da Trindade, mas quando perceberam que Grã-Bretanha nem seria intimidada e nem forçada a uma retirada indigna e incondicional da Ilha, então eles ficaram bastante dispostos a aceitar o 'mediação amigável' de outro poder - que não é nada mais do que a arbitragem em outra forma e sob outro nome. ... Tivesse lhes sido permitido trilhar o próprio rumo, eles teriam suprimido a legação Brasileira em Londres, devolvido ao ministro britânico os seus passaportes, atacado residentes britânicos nas ruas e repudiado todas as suas obrigações com credores britânicos. Eles não teriam sido

¹²⁰ Virgílio Caixeta Arraes. A República insegura: a disputa entre o Brasil e a Grã-Bretanha pela posse da Ilha da Trindade (1895-1896). *Cena Internacional* ... p. 17.

¹²¹ *The New York Times*, New York, 7 ago. 1896. p. 1.

*detidos por nada de forma a gratificar a sua maldade pueril e teatral. ... Nós estamos certos de que o melhor julgamento da população brasileira não deixará de condenar tal política [miserável?], mas isso deve ser feito imediatamente e antes que o dano esteja feito. Os jacobinos não são numerosos; são simplesmente barulhentos e turbulentos. Eles devem ser prontamente silenciados, e os negócios públicos do Brasil devem ser administrados de acordo com o uso dos países civilizados.*¹²²

Essa visão de que a mediação portuguesa nada mais foi do que uma espécie de saída de honra para a *Questão* foi repetida na obra de Heitor Lyra (1893-1973), que afirma textualmente que o recurso à mediação portuguesa visou salvaguardar o *decoro* [sic] do governo inglês¹²³.

¹²² No original: *The position assumed by the jacobins in the settlement of the Trindade dispute and the Italian claims, may be considered a fair indication of the spirit which animates them. They would not listen to the suggestion of arbitration in the Trindade dispute, but when they found that Great Britain was neither to be frightened nor forced into an unconditional and undignified surrender of the island, then they were quite ready to accept the 'friendly mediation' of another power - which is nothing but arbitration in another form and under another name. ...Had they been permitted to have their own way, they would have suppressed the Brazilian legation in London, handed the British minister his passports, mobbed British residents in the streets and repudiated all their obligations to British creditors. They would stopped at nothing in order to gratify their theatrical and puerile spite. ...We feel certain that the better sense of the Brazilian people will not fail to condemn such a baggart policy, but it should be done at once and before harm is done. The jacobins are not numerous; they are simply noise and turbulent. They should be promptly silenced, and the public affairs of Brazil should be administered according to the usages of civilized countries. The Rio News, Rio de Janeiro, 18 ago. 1896. p. 6.*

¹²³ Heitor Lyra. *A diplomacia brasileira na primeira República (1889-1930) e outros ensaios*. Rio de Janeiro: IHGB, 1992. p. 25-26.

3.4. A Questão da Trindade: outros atores

Apesar de terem sido caracterizados como atores na *Questão da Trindade*, além dos Executivos dos Estados-nação envolvidos (Brasil, Inglaterra e Portugal)¹²⁴, o Legislativo brasileiro (Câmara dos Deputados e Senado Federal)¹²⁵, o Legislativo britânico (Parlamento), a imprensa e a opinião pública brasileiras¹²⁶, outros atores são relativamente pouco explorados, como por exemplo, as empresas transnacionais de comunicações britânicas (nas quais, Sir John Pender possuía significativos interesses) e o movimento positivista, enquanto organização supranacional.

Embora a *Questão da Trindade* esteja ligada à história das comunicações globais ao final do século XIX, historiograficamente esse aspecto teve pouco peso nas análises, quer em História do Brasil, quer em História das Relações Internacionais. Apenas recentemente é que esse viés começou a ser explorado:

*A companhia inglesa 'Telegraph Construction [& Maintenance Co.]' necessitava de um lugar no meio do Atlântico para amarração do cabo submarino que deveria ligar Buenos Aires à Europa, sem passar pelo Brasil. Apossando-se inopinadamente da ilha da Trindade, quis o governo inglês, desse modo, coadjuvar a empresa projetada por Sir John Pender, seu diretor.*¹²⁷

Graças à invenção do norte-americano Samuel Morse (1791-1872), o telégrafo elétrico difundiu-se rapidamente a partir da década de 1840, nos Estados Unidos e na

¹²⁴ Virgílio Caixeta Arraes. A República insegura: a disputa entre o Brasil e a Grã-Bretanha pela posse da Ilha da Trindade (1895-1896). *Cena Internacional ...*. Virgílio Caixeta Arraes. A República e o Imperialismo: a posse pela Ilha da Trindade (1895-96). In: *III Simpósio Internacional – Estados Americanos: Relações Continentais e Intercontinentais – 500 anos de História*, 1999, Brasília. Virgílio Caixeta Arraes. *A República e o Imperialismo: a posse pela Ilha da Trindade (1895-1896)*. Brasília: UnB, 1998. 117p.

¹²⁵ Virgílio Caixeta Arraes. A presença britânica na Ilha da Trindade: a reação do Parlamento brasileiro. *Revista de Informação Legislativa*, Brasília, a. 38, nº 153, p. 241-253, jan./mar. 2002.

¹²⁶ Virgílio Caixeta Arraes. A opinião pública e a Questão da posse da Ilha da Trindade. *Revista Múltipla ...* p. 145-155.

¹²⁷ A Ilha da Trindade. In: Ildefonso Escobar. *Formação dos Estados Brasileiros*. Rio de Janeiro: A Noite Editora, s.d. [c. 1938]. p.175-176.

Europa. Seriam necessárias apenas duas décadas para unir os dois continentes através do Oceano Atlântico, e menos tempo ainda, para que cabos submarinos, partindo de Portugal, via Ilha da Madeira e Ilha de São Vicente (Cabo Verde), colocassem o Brasil em contato com a Europa (1872-74). O Brasil tornou-se signatário da **Convenção de São Petersburgo** (1877), a partir de quando se iniciaram os seus compromissos internacionais para com as comunicações. Daqui, os cabos foram estendidos para o Uruguai (1879) e para a Argentina (1883)¹²⁸, estreitando as relações econômicas da bacia do Prata com o império britânico.

Na segunda metade do século XIX, John Pender (1815-1896), próspero empresário no ramo de algodão e têxteis, percebeu o alcance e as potencialidades da velocidade nas comunicações, o que o levou à criação da maior rede mundial de comunicações, à época, a transnacional que conhecemos hoje como *Cable & Wireless*.

A partir de um investimento inicial na *Anglo-Irish Magnetic Telegraph Company* (1852), primeiro passo que o envolveria pelo resto da vida com as comunicações internacionais, Pender se envolveu, no que o escritor de ficção-científica Arthur C. Clarke (1917-) descreveu como o equivalente, na Era Vitoriana, ao *Projeto Apolo*, que colocou o Homem na Lua: a colocação do cabo telegráfico submarino atlântico, que foi completada com sucesso em julho de 1866.

O envolvimento iniciou-se desde quando se tornou diretor da *Atlantic Telegraph Company* (1856). Em 1864, diante do desafio tecnológico de se fabricar um cabo suficientemente forte e resistente para permanecer no leito do Oceano, ele formou a empresa Telcon (*Telegraph Construction and Maintenance Company*), para produzir um cabo mais leve e mais resistente do que os cabos anteriormente tentados, sem sucesso. No

¹²⁸ Para referências acerca do telégrafo e dos aspectos tecnológicos envolvidos nessa forma de telecomunicação, ver: Telegraph. LoveToKnow 1911 Online Encyclopedia. Em: <http://81.1911encyclopedia.org/t/te/telegraph.htm>. Consultado em 17 dez. 2004. Para uma história das comunicações telegráficas no Brasil ver: O telégrafo elétrico no Brasil. *Correio Filatélico*, Brasília, a. 2, nº 15, p. 7-10, mai. 1978.

ano seguinte (1865), Pender tornou-se co-fundador da *Anglo-American Telegraph Company*, empresa que finalmente teria sucesso no lançamento do cabo telegráfico submarino para os Estados Unidos. Já participando da política de seu país, Pender fundou ainda a *British Indian Submarine Telegraph Company* (1869), para lançar um cabo inteiramente submarino para a Índia e a *Eastern Telegraph Company* (1872), a qual presidiu até à sua morte¹²⁹. Foram formadas em seguida (1873), a *Brazilian Submarine Telegraph Company* e a *Western & Brazilian Telegraph Company*, ambas com o fim de conectar à Inglaterra e à Europa os principais portos no litoral do Brasil. A primeira detinha a concessão para o cabo telegráfico submarino com a Europa, e a segunda para os cabos costeiros entre as capitais brasileiras. Ambas se fundiram mais tarde, formando a *Western Telegraph Company* (1899), que sobreviveu até 1973, quando perdeu a concessão no Brasil.

Historiograficamente, no Brasil, atribui-se algum grau de envolvimento de John Pender e da *Brazilian Submarine Telegraph Company* na *Questão da Trindade* entre 1895 e 1896, devido a ligações políticas com o governo britânico. Entretanto, além do que foi veiculado pela grande imprensa brasileira e das referências às fontes diplomáticas consultadas por Virgílio Arraes, no Arquivo Histórico do Itamaraty, e por esta pesquisa na imprensa em língua inglesa, não consegui obter informações mais objetivas que liguem diretamente o fundador ou a empresa à *Questão*. Em vista disso, entendo ser necessário investigar a documentação da empresa, identificada no *The National Archives*, em Londres, sob a referência catalográfica *NRA 21652 Cable & Wireless*¹³⁰.

Um outro ator apenas referido de passagem na *Questão* é o movimento positivista. Após a morte de Auguste Comte (1798-1857) na França, Richard Congreve (1818-1899),

¹²⁹ Ver página da *Cable & Wireless*. Disponível em: <http://www.cw.com.new>. Consultada em 11 dez. 2004.

liderou um dos ramos em que o movimento se dividiu, na Inglaterra. Foi descrito por contemporâneos como pessoa de elevado caráter, maneiras corteses e grande capacidade intelectual¹³¹. Em 1874, publicou um grande volume com ensaios, nos quais compartilhava a visão de Comte de que a Grã-Bretanha deveria renunciar às suas possessões ultramarinas. É dentro desse espírito, que, em nome do grupo que representava, enviou ao Ministro britânico a seguinte missiva, com data de 26 de novembro de 1895, com relação à *Questão da Trindade*:

“A S. Exa. o Marquês de Salisbury, principal Secretário de Estado de Sua Majestade para os Negócios Estrangeiros.

Exmo. Sr.:

Ousamos dirigir-nos respeitosamente a V. Exa. acerca da contestação levantada entre a Grã-Bretanha e o Brasil a propósito da pequena ilha da Trindade, afastada da costa da América do Sul, ilha que o Brasil reclama como parte do território. Dirigimo-nos a V. Exa. como ingleses interessados em saber se o nosso país procede bem ou mal em relação a outro Estado independente.

A referida ilha foi ocupada, com a de Martim Vaz, em janeiro último sob a administração de Lord Rosebery, por uma Companhia telegráfica inglesa.

No mês de julho, o Governo do Brasil, tendo sabido da ocupação, protestou imediatamente e apresentou ao enviado inglês no Rio de Janeiro os fundamentos do seu protesto. Julgamos que essas alegações não foram satisfatoriamente respondidas.

Na resposta dada, o nosso direito sobre a ilha é baseado em uma efêmera ocupação que se reconhece não ter deixado de si nenhum vestígio. Entretanto, é aí considerada como uma tomada de posse da ilha, alegando-se que nenhum protesto foi feito por Portugal.

Sob o fundamento dessa passageira ocupação, o Ministro inglês recebeu instruções de V. Exa. para declarar que, como a ilha é precisa para estação de um cabo telegráfico, o Governo de Sua Majestade não pode abrir mão do seu direito.

¹³⁰ *Brazilian Submarine Telegraph Co Ltd (1873-1903): board and shareholders' minute books, annual reports, articles of association, ledgers, balance sheets, agreements, papers.* National Register of Archives (UK). Disponível em: <http://www.nationalarchives.gov.uk>. Consultado em 27 dez. 2004.

¹³¹ Para informação complementar ver: Richard Congreve. *LoveToKnow 1911 Online Encyclopedia*. Em: http://1.1911encyclopedia.org/c/co/congreve_richard.htm. Consultado em 17 dez. 2004.

O Governo brasileiro opõe e sustenta com documentos: 1º, que em 1724 o rei de Portugal exercia soberania sobre a ilha sem nenhuma dúvida sobre a validade dos seus títulos (o que em si mesmo constitui um protesto contra as pretensões da Grã-Bretanha); 2º, que no ano de 1782 o governo de então da Inglaterra ordenou a evacuação da ilha pelos ingleses que a esse tempo estavam de posse dela, reconhecendo assim o direito dos portugueses; 3º, que quando a colônia se separou de Portugal em 1822, a ilha passou para o domínio do Brasil; 4º, que de então para cá a ilha tem sido, de tempos a tempos, visitada por navios brasileiros, em 1825, 1831, 1856, 1871, 1884 e 1894, como uma possessão indisputada do Estado novamente constituído; 5º, que nunca foi abandonada; 6º, que, finalmente, os viajantes estrangeiros e autoridades geográficas mais eminentes têm reconhecido que a referida ilha é propriedade do Brasil. A essas autoridades citadas na Nota do Ministro brasileiro do Rio, poderíamos ajuntar o testemunho de uma obra geográfica alemã de valor, que afirma expressamente ser a Trindade uma dependência brasileira.

Nem Portugal então, nem o Brasil depois tiveram dúvidas sobre a validade dos seus direitos; nem parece que tivessem qualquer suspeita da existência de uma pretensão em contrário por parte da Grã-Bretanha.

À vista destas considerações instamos com V. Exa. para que reveja a decisão comunicada ao governo do Brasil, decisão que, segundo cremos, foi tomada precipitadamente pelo vosso predecessor, sem haver suficientemente inquirido a quem pertencia a soberania da referida ilha. Julgamos que não basta dizer que precisamos da ilha e que por isso havemos de ficar com ela. Pedimos que se evite a alteração das relações amistosas entre a Inglaterra e o Brasil, que será a consequência se tal resolução for mantida. Que isto não poderá deixar de dar-se, sabemos-lo, por termos recebido vigorosa manifestação de opinião, oriunda de uma porção influente e altamente inteligente da sociedade do Rio de Janeiro.

Pedimos que se poupe ao nosso país a desonra de reter em suas mãos sobre fundamentos inconsistentes, aquilo que é reclamado por outro poder, cujos direitos não foram refutados. Semelhante ato do nosso governo seria, ao nosso ver, uma simples afirmação da superioridade de nossa força com indébito menosprezo das mútuas obrigações dos países independentes.

Richard Congreve,

55, Palace Gardens Terrace

Henry Crompton¹³²

42, Meckleburgh Square¹³³

Esta missiva, prefaciada por Miguel Lemos¹³⁴, foi divulgada no Brasil em fins de dezembro de 1895, sob a forma de folheto do *Apostolado Positivista do Brasil*. Poderia este documento indicar que o grupo positivista brasileiro agiu proativamente no sentido de sensibilizar com argumentos os seus companheiros britânicos, que sabiam serem contrários ao expansionismo britânico do modo como se afirmava? Em que medida esta missiva contribuiu ou não no desfecho final do processo, trata-se de outra indagação que também carece de aprofundamento de pesquisas complementares, em arquivos positivistas brasileiros e mesmo britânicos.

¹³² Henry Crompton, a leader in the Positivist Community; authority on Trades Union law, and author of "Industrial Conciliation". Disponível em: http://www.mugu.com/browse/galton/search/essays/pages/galton-1905-socpapers-eugenics-definition-scope-aims_24.htm. Consultado em 27 dez. 2004.

¹³³ Folheto nº 160, publicado pelo Apostolado Positivista do Brasil em 30 dez. 1895. In: Eduardo Marques Peixoto. Ilha da Trindade: memória histórica completa. *Diário Oficial*. Rio de Janeiro, p. 4151, 9 set. 1904. Ver, ainda: Richard Congrève. *A Questão da Ilha da Trindade: carta dirigida a Lord Salisbury pelos Srs. Ricardo Congreve e Henrique Crompton*. Rio de Janeiro: Igreja Positivista do Brasil, 1896. 8p.

¹³⁴ Miguel Lemos (1854-1917), estudante de medicina, tomou contato em Paris com o Positivismo ortodoxo (1877). Ao retornar ao Brasil (1881), intitulando-se apóstolo da Religião da Humanidade, fundou o Apostolado Positivista do Brasil. Para um panorama do Positivismo no Brasil, ver: Alessandro Silva, Ana Gilda Benvenuti e Fabio M. Said. *Visões do Positivismo no Brasil*. Disponível em: <http://www.geocities.com/positivismonobrasil/>. Consultado em: 29 jan. 2005.

Considerações finais: o valor de uma revisão historiográfica

A história não pode ser apenas o estudo do "porquê", mas também o do "como".

Américo Jacobina Lacombe¹

É indispensável ler a imprensa e estar em dia com as questões mundiais, buscando aprimorar também idiomas, não apenas em cursos, mas lendo periódicos e jornais renomados de outras nacionalidades (Foreign Affairs, Le Monde Diplomatique, etc). Importante criar o hábito de frequentar bibliotecas e livrarias, utilizando a internet como um complemento na busca de conhecimento, e não como ferramenta principal. Um estudante que deseja se tornar um profissional competente, capaz de ocupar funções relevantes, deve ter isto em mente. Mais ainda, alunos que decoram informações e teorias, sem compreender o sentido das RI como processo dinâmico, estão condenados a exercer funções subalternas como profissionais. Quem consegue entender como funcionam as RI é capaz de antecipar-se aos fatos e ultrapassar as aparências enganosas dos acontecimentos globais, convertendo-se num profissional sênior. E tudo isto pode ser realizado de forma agradável, se houver paixão pela área e vontade de aprender.

Paulo Fagundes Vizentini²

Um ensaio historiográfico presume um olhar crítico sobre os autores e obras que abordaram o tema proposto, as fontes, linhas e argumentos que usaram, os fins que pretendiam e o contexto em que foram produzidas. Também supõe, *at last, but not least*, buscar interrogações que foram deixadas de lado ou permaneceram em aberto na narrativa. Amaral Lapa considerou que: ... *a Historiografia de um país pode ser um dos melhores sintomas do amadurecimento ou não da sua ciência histórica*³, visão que partilhei, pois a

¹ Américo Jacobina Lacombe. *Introdução ao estudo da História do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional/ Editora Universidade de São Paulo, 1974. p. 205.

² Paulo Fagundes Vizentini. Relações internacionais: o estudo e a profissão. In: Relações Internacionais. Disponível em: <http://educaterterra.com.br/vizentini/artigos/index.htm> . Consultado em 20 jan. 2005.

³ José Roberto do Amaral Lapa. *Historiografia brasileira contemporânea: a História em questão*. 2^a ed.. Petrópolis: Vozes, 1981. p. 17.

compreensão da construção das diversas narrativas históricas torna-se essencial para reinterpretar e reconstruir a própria História.

Compreendendo as Relações Internacionais como um processo dinâmico das questões mundiais contemporâneas, com as quais o profissional da área deve estar em sintonia, conforme exposto pelo historiador Paulo Vinentini, imaginei inicialmente que seria paradoxal trabalhar com a *Questão da Trindade (1895-96)*. Afinal, à primeira vista ela pode ser percebida como um evento pontual, historiograficamente já exaurido e de menor importância frente a questões de maior complexidade, como as enfrentadas pelo Barão do Rio Branco à frente da Chancelaria brasileira, poucos anos mais tarde.

É certo que, ao longo dos últimos três séculos, relativamente poucos trabalhos originais foram produzidos, quer em língua portuguesa, quer em língua estrangeira sobre a Ilha da Trindade. No entanto, o mergulho numa revisão historiográfica da *Questão* permitiu-me compreender, inicialmente, as linhas e respectivas fases nas quais se inscreve, e em seguida, como que em camadas, os autores, obras, objetivos e argumentos que utilizaram, dentro de cada linha/fase, ao mesmo tempo em que, no processo dialético, respostas levaram a perguntas e vice-versa, na construção do conhecimento.

À medida que uma reconstrução das fontes históricas se desenhou durante esse processo, tornou-se fácil compreender, por exemplo: a fundamentação britânica de títulos durante a *Questão*, alicerçada em gerações de antigos compêndios geográficos em língua inglesa; o interesse geoestratégico secular sobre essa ínsula no Atlântico Sul; a mobilização popular dos antigos *bestializados* da República... Entre as linhas de História do Brasil e de História das Relações Internacionais, a pesquisa me permitiu abrir páginas de História Política, Contemporânea, Econômica, da Ciência, descortinadas diante de mim a partir das lacunas nas narrativas de cada época.

Como vislumbrado no início deste trabalho, é em boa parte graças à *Questão*, que

se torna possível, hoje, documentar a história da Trindade até ao final do século XIX e mesmo após. A polémica suscitada, quer junto ao Legislativo Federal (Câmara dos Deputados e Senado), quer junto à opinião pública, pela imprensa, complementada com a documentação então aberta (parcialmente) pelo Ministério das Relações das Relações Exteriores, iniciaram, à época, essa tarefa. Desse modo, nos anos que se seguiram, os ecos da *Questão* e a publicação da farta documentação até então pesquisada (em meu entendimento, não devidamente estudada até os nossos dias), alimentaram trabalhos de natureza histórica que sedimentaram uma narrativa linear, factual, que privilegiou o ponto de vista da Chancelaria brasileira, quer em História do Brasil, quer em História das Relações Internacionais do Brasil. Apenas recentemente, neste último campo, iniciou-se a discussão, por exemplo, do efetivo papel do capital transnacional na *Questão*, a saber, a disputa que se percebe, pelas fontes, entre os interesses de Sir John Pender e os do Governo Brasileiro em torno das comunicações telegráficas da América do Sul. Elas merecem ser aprofundadas em outros arquivos no Brasil, em Portugal e, particularmente, na Inglaterra.

Visando contribuir com essa linha mais recente de pesquisa, trouxe à luz fontes, até hoje, ou pouco exploradas, ou mesmo inéditas, quer na historiografia da História do Brasil, quer na da História das Relações Internacionais do Brasil, como, por exemplo, os *Relatórios da Presidência da República*, os do *Ministério da Marinha*, as páginas do *The Rio News* e as do *The New York Times*. Mesmo sem ter esgotado todas as indagações suscitadas ao longo da pesquisa, disponho agora de elementos para reconstituir uma narrativa histórica melhor fundamentada, mais consistente e mais abrangente sobre esta Ilha e a geopolítica do Atlântico Sul no último quartel do século XIX. Nesse viés de contemporaneidade da pesquisa, por paradoxal que pareça, uma das análises mais lúcidas

da *Questão*, em todas as fases historiográficas que estudei, foi a da própria Presidência da República à época:

Quanto ao ato da ocupação da ilha da Trindade, efetuada sob o gabinete presidido por Lord Rosebery, o atual gabinete inglês entendeu que o não podia desfazer e, em despacho, ordenou ao representante britânico entre nós acreditado que propusesse o arbitramento para solução do caso. Havendo, porém, esse representante, logo que foi conhecida a ocupação, proposto o arrendamento da Ilha e mais tarde insistido para obter do Governo do Brasil a declaração de que, uma vez restituída ela, não teria dúvida em consentir, resguardados os direitos fiscais e as obrigações resultantes de contratos, em seu aproveitamento para um serviço telegráfico, - fatos esses que importavam na confissão dos direitos soberanos do Brasil, a proposta de arbitramento, contradizendo essa confissão, não podia ser aceita.

Em longa exposição deu o Governo Brasileiro, em 7 de janeiro último, as razões da rejeição da proposta tendo, contudo, fundados motivos para supor que este incidente nas relações entre o Brasil e a Inglaterra se resolverá dignamente.⁴

Esse discurso, revelador das pressões do capital britânico, é coerente com as leituras que efetuei nos periódicos em língua inglesa, o *The Rio News*, na então capital federal do Brasil, e no, até hoje polêmico, *The New York Times*, nos Estados Unidos. Graças a eles podemos compreender, hoje, a necessidade de uma futura investigação dessas ligações específicas entre as empresas transnacionais de comunicações e os Governos, não apenas da Grã-Bretanha, mas também do Brasil. Foram esses periódicos, ainda, que nos demonstraram os ecos da comoção popular despertada pela *Questão* no Brasil e nos trouxeram luz sobre o *pseudo-Principado da Trindade*, episódio marginalizado historiograficamente no Brasil, e que nos levanta outras indagações, por exemplo, acerca da participação da Legação brasileira nos Estados Unidos.

Gostaria, por fim, de ter aprofundado mais as conexões entre o movimento positivista (o Apostolado Positivista Brasileiro de Miguel Lemos, e o ramo liderado por

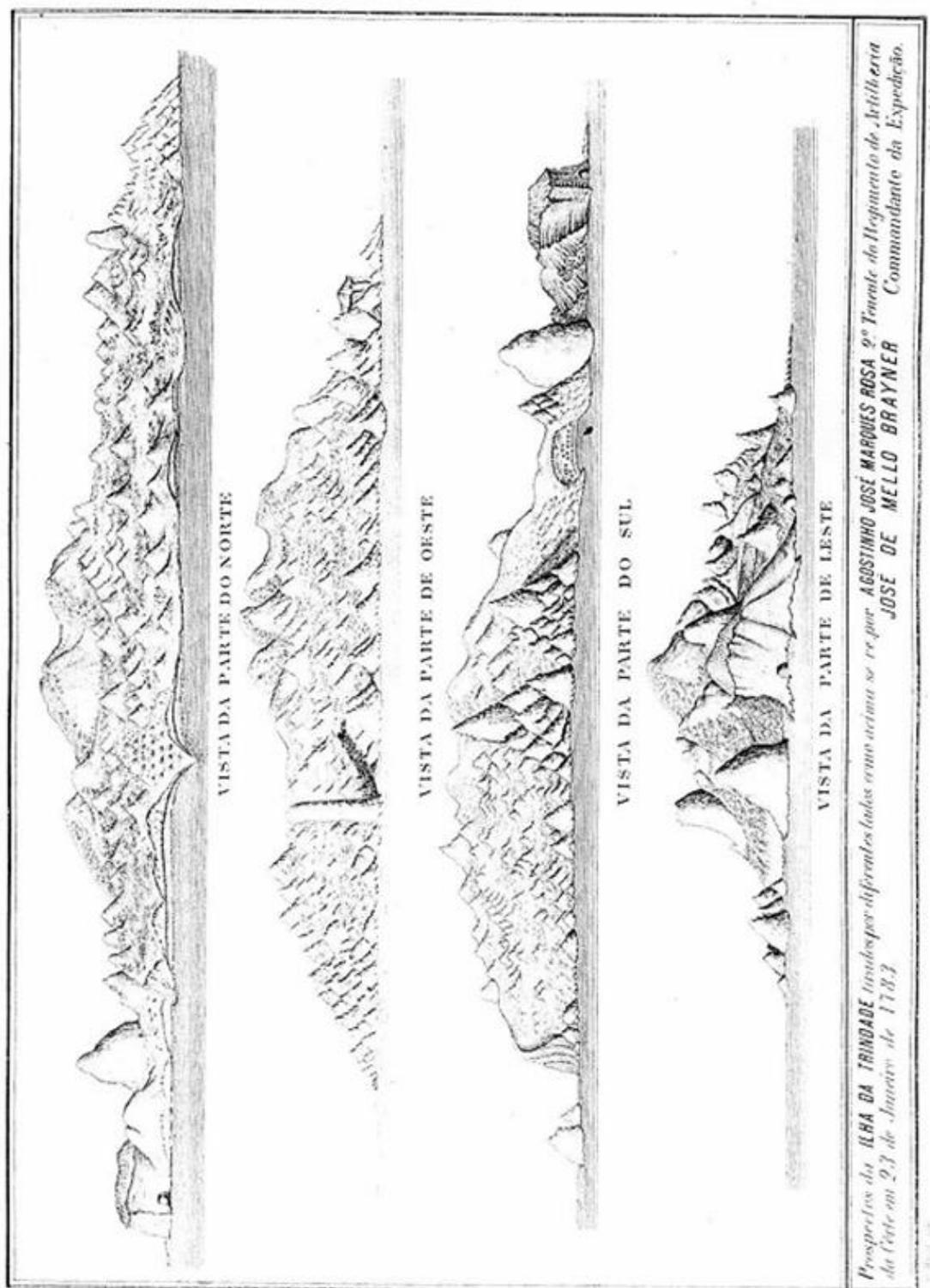
Congreve na Grã-Bretanha) e a *Questão*, um ator transnacional ainda pouco estudado. Compreendo que tal análise se justifica, pois, à época, diversos elementos influentes na política da República recém-implantada partilhavam dos ideais positivistas, e alguns apresentavam vivência em História Diplomática, como por exemplo, o jurista Clóvis Beviláqua (co-autor da memória *Relações Exteriores - Alianças, Guerras e Tratados, Limites do Brasil*, 1902), o próprio Miguel Lemos (autor de *A Questão de Limites entre o Brasil e a República Argentina*, 1884), e o jurista Carvalho de Mendonça (autor de *A Intevenção e a Doutrina de Monroe*, 1899).

As narrativas sobre a *Questão* despertaram no poder público, particularmente junto à Marinha do Brasil durante a I Guerra Mundial (1914-18), após suas águas terem sido teatro de combate naval (setembro de 1914), a consciência da necessidade de integração dessa fronteira avançada ao território brasileiro, o que só teve continuidade, entretanto, a partir do *Ano Geofísico Internacional (1957-58)* e da discussão posterior ao *Tratado das Doze Nações (1959)*. Como resultante, formou-se uma valiosa parceria com a comunidade científica brasileira, compreendendo-se a necessidade inicial de estudar para compreender e explorar (período entre-guerras), de aprofundar os estudos para integrar e afirmar direitos (período da Guerra Fria), e finalmente de estudar para preservar e recuperar enquanto patrimônio (período contemporâneo). Destaque-se que a Marinha do Brasil, através do comando do POIT, está consciente de que a Ilha ainda é, em nossos dias, objeto da cobiça de potências e empresas internacionais, atuando ativamente para estudá-la, preservá-la e divulgá-la, enquanto posto avançado do Brasil no Atlântico Sul.

⁴ BRASIL. *Mensagem Presidencial: 1895*. Digitalizada e disponibilizada pelo CRL – Center for Research Libraries em: <http://www.wcrl-jukebox.uchicago.edu/bsd/bsd/hartness/prestoc.htm>. Consultada em 10 nov. 2004. Grifo nosso.

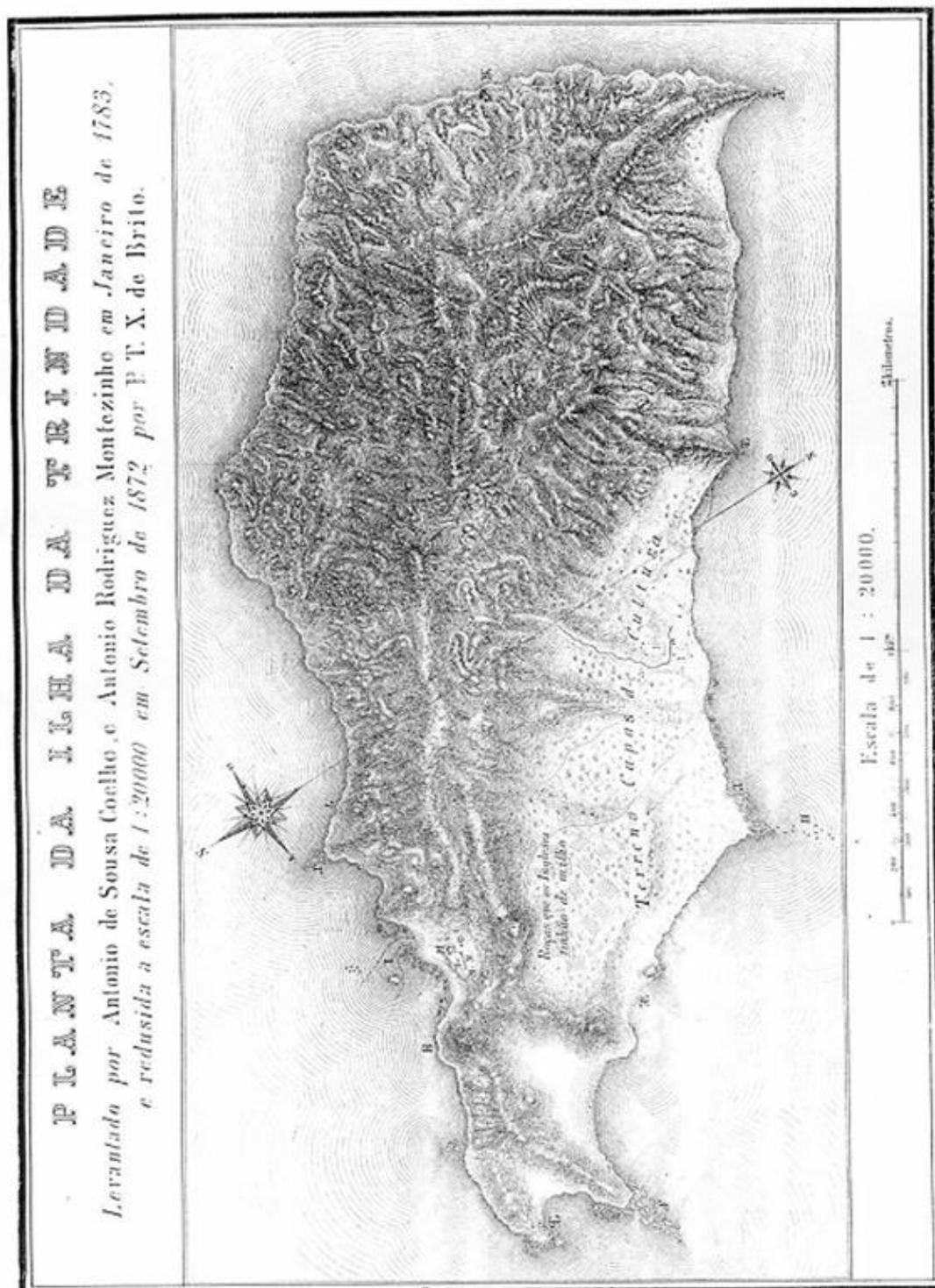
Iconografia

Prospectos da Ilha da Trindade, tirados por diferentes lados como acima se vê, por Agostinho José Marques Rosa, 2º Tenente do Regimento de Artilharia da Corte, em 23 de janeiro de 1783¹



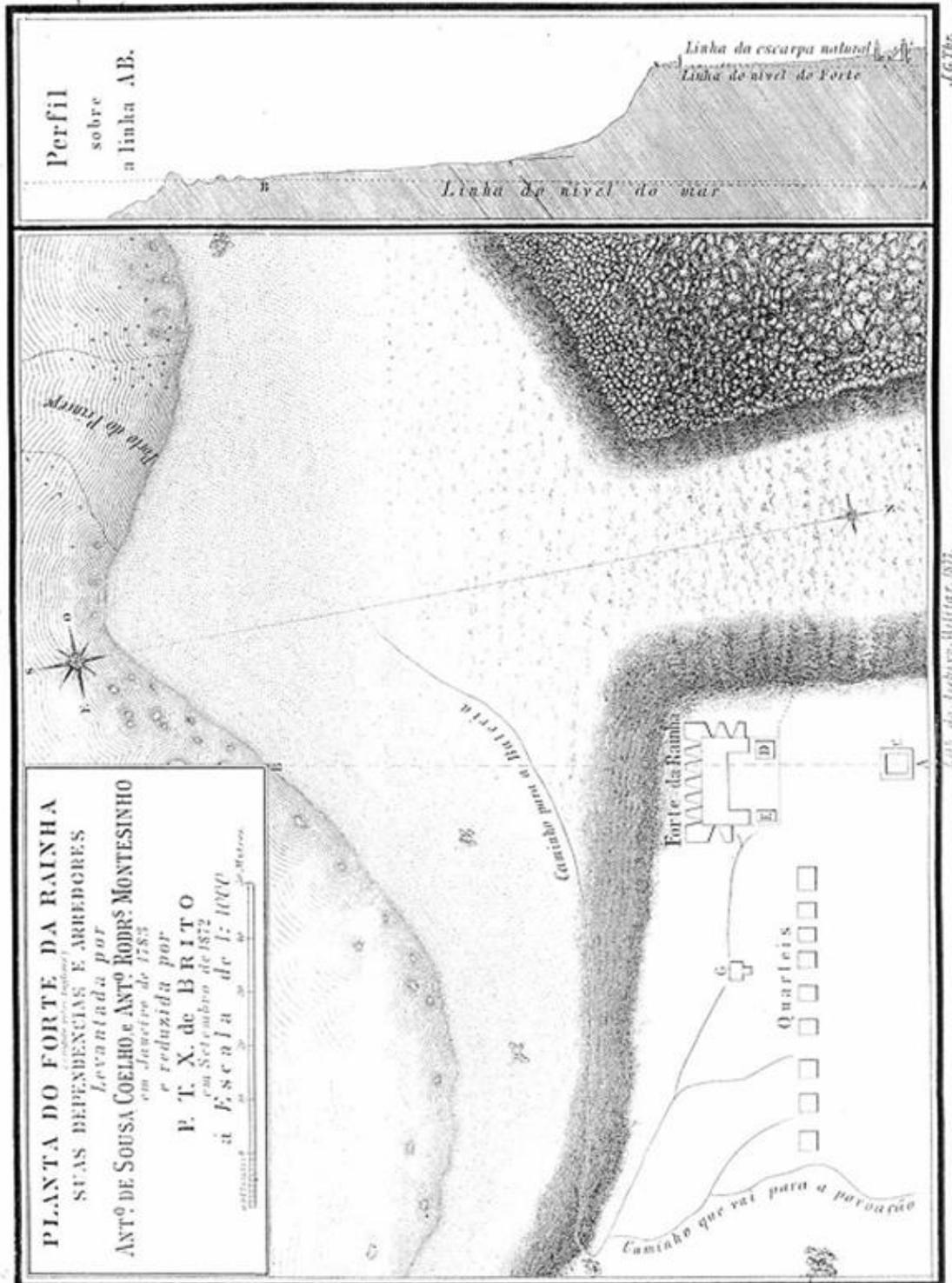
¹ Pedro Torquato Xavier de Brito. Memória Histórica e Geográfica da Ilha da Trindade. *RIHGB*, Rio de Janeiro, t. 40, parte II, p. 249-275, 1877.

Planta da Ilha da Trindade – levantada por Antônio de Sousa Coelho e Antônio Rodriguez Montezinho em janeiro de 1783¹



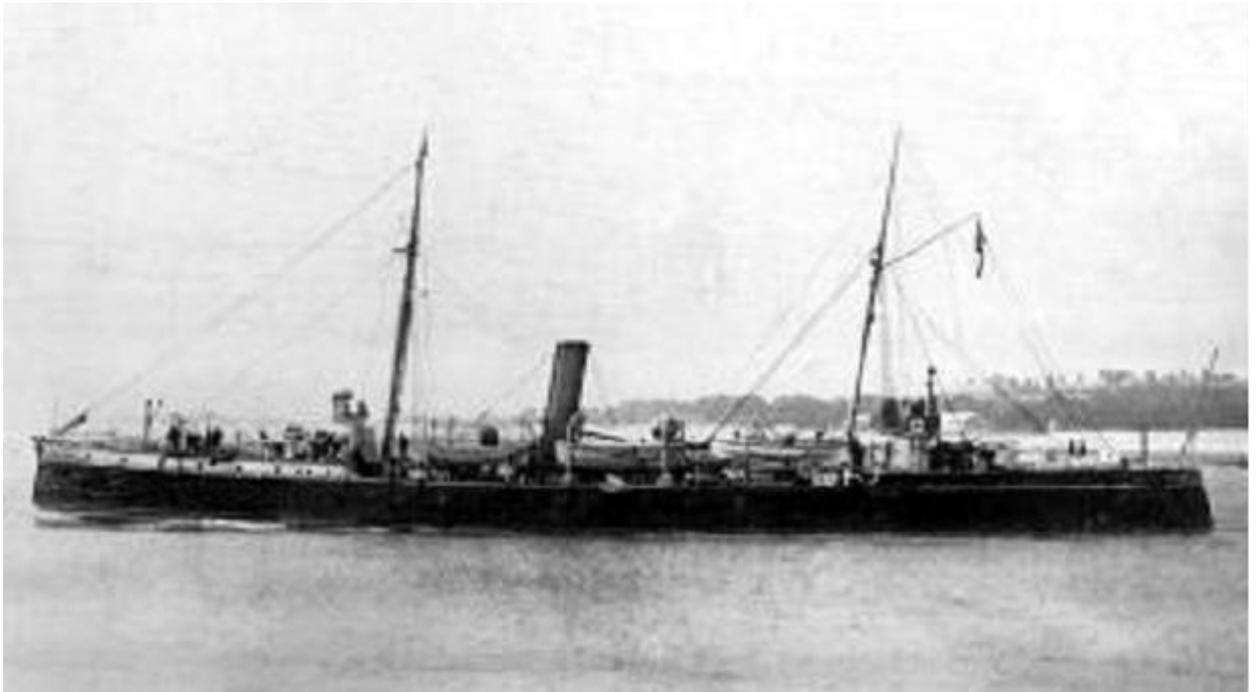
¹ Pedro Torquato Xavier de Brito. Memória Histórica e Geográfica da Ilha da Trindade. *RIHGB*, Rio de Janeiro, t. 40, parte II, p. 249-275, 1877.

Planta do *Forte da Rainha* (ocupado pelos ingleses), suas dependências e arredores. Levantada por Antônio de Sousa Coelho e Antônio Rodriguez Montezinho em janeiro de 1783¹



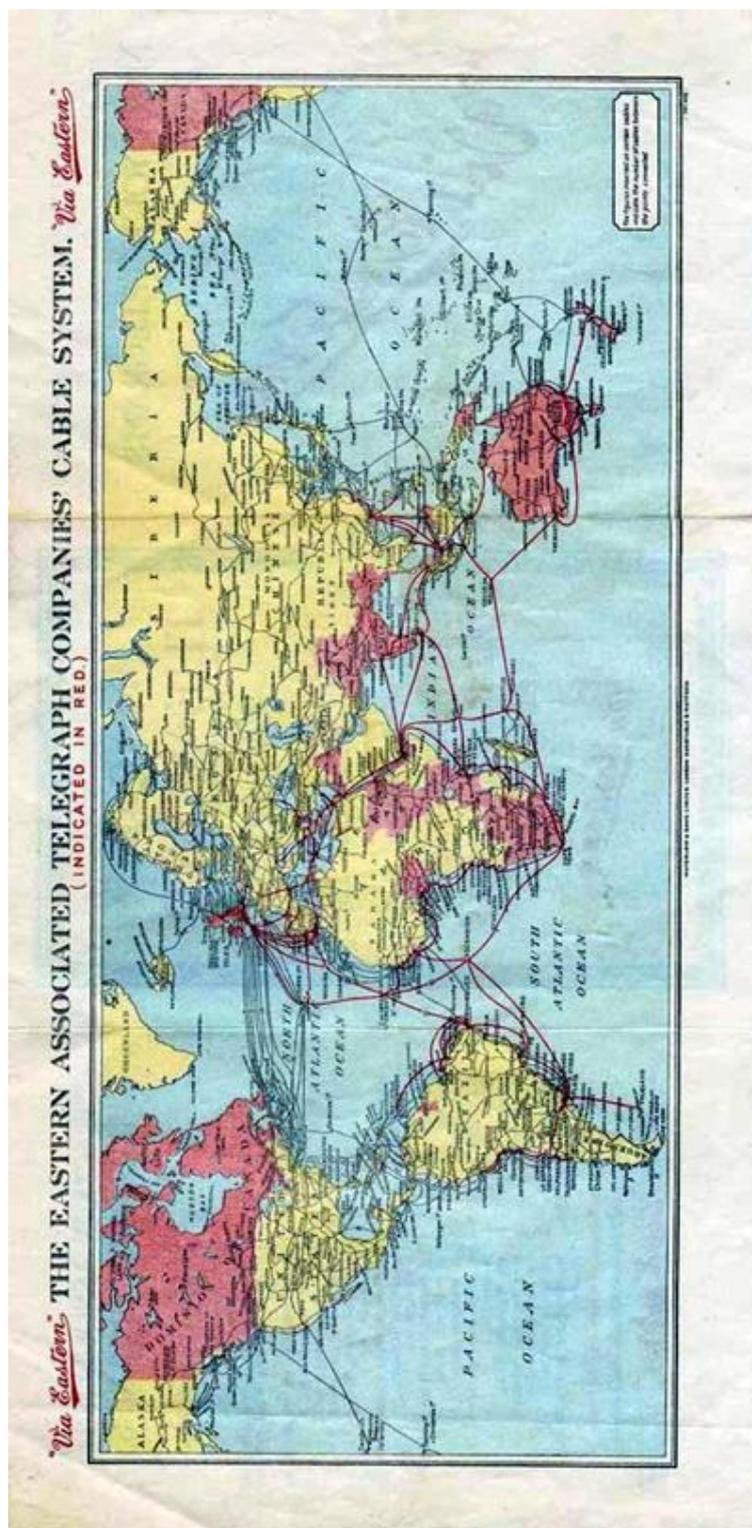
¹ Pedro Torquato Xavier de Brito. Memória Histórica e Geográfica da Ilha da Trindade. *RIHGB*, Rio de Janeiro, t. 40, parte II, p. 249-275, 1877.

Foto do Cruzador *HMS Barracouta*, em fevereiro de 1897¹



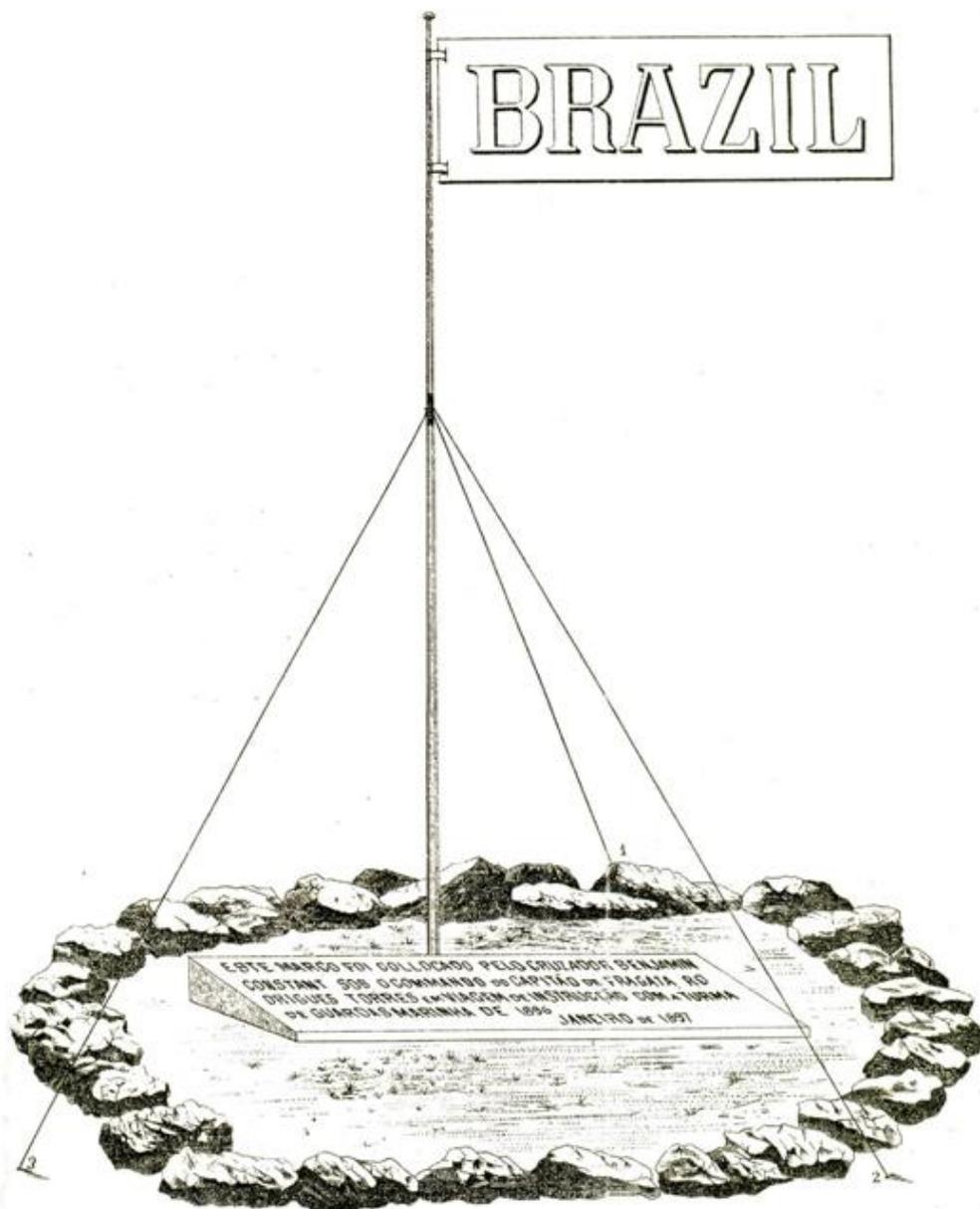
¹ *HMS Barracouta*, February, 1897. Propriedade de Cranston Fine Arts. Disponível em http://www.battleships-cruisers.co.uk/new_page_2.htm. Consultado em 30 jan. 2005. Os Cruzadores de 3ª. Classe Barracouta foram projetados para o serviço em bases longínquas, não obstante terem servido principalmente em águas domésticas da Grã-Bretanha e no Mediterrâneo. O *HMS Barracouta*, construído em 1888, lançado ao mar em 16 de maio do ano seguinte e considerado apto para o serviço ativo em 1890, foi vendido em 1905. Para uma ficha técnica, ver *Barracouta 3rd Class Cruisers* em: http://www.battleships-cruisers.co.uk/new_page_2.htm#HMS%20Barracouta. Consultado em 30 de nov. 2004.

Esquema das rotas de cabo telegráfico da Eastern Telegraph em 1924¹



¹ Mapa do sistema de cabos das empresas associadas à Eastern Telegraph, em 1924. Disponível na página *History of the Atlantic Cable & Submarine Telegraphy / Submarine Cable Route Maps* em: <http://www.atlantic-cable.com/Maps/>. Consultado em 30 jan. 2005.

Marco de Posse provisório, colocado pelo Cruzador Escola *Benjamin Constant* na Ilha da Trindade, em 24 de janeiro de 1897¹



Marco Territorial Provisorio - Ilha da Trindade

Escala = 1 : 12

- 1 Cota ao N E
- 2 S E
- 3 S O

¹ Eduardo Marques Peixoto. Ilha da Trindade: memória histórica completa. In: *Diário Oficial*. Rio de Janeiro, a. LXIII, nº 235, p. 4662(a), 7 out. 1904.

FONTES

◆ ARQUIVO NACIONAL

Publicações do Arquivo Nacional

Série Instrumentos de Trabalho

17. Publicações do Arquivo Nacional (1886-1990)

Série Publicações Históricas

28. PEIXOTO, Eduardo Marques (1871-1945). *Ilha da Trindade: memória histórica*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1932. 610p. il.

◆ ARQUIVO DA MARINHA

Obras Raras:

ALMEIDA, Antônio Lopes da Costa. *Roteiro geral dos mares, costas, ilhas e baixios reconhecidos no globo, extraído das descrições e diários dos mais célebres e acreditados navegadores e hidrógrafos, por ordem da Real Academia das Sciencias*. Lisboa: Academia Real das Sciencias, 1835-1849. 11v.

FINDLAY, Alexander George (1812-1875). *A sailing directory for the coasts of Brazil from the river Pará to the Rio de la Plata, inclusive. (9th. ed.)*. London: Richard Holmes Laurie, 1882. 252p. il.

FINDLAY, Alexander George (1812-1875). *A sailing directory for the Ethiopic or South Atlantic Ocean including a description of the coasts of South America and Africa (9th. ed.)*. London: Richard Holmes Laurie, 1883. 868p. il. mapas. (1^a edição: 1874)

HORSBOURGH, James. *India directory or directions for sailings to and from the East Indies, China, Australia, Cape of the Good Hope, Brazil and the interfacent ports compiled chiefly from original journals of the Company's ships and from observations and remarks made during twenty-one years experience navigating*

in those seas (4th. ed.). London: W. H. Laurie, 1836.

KNIGHT, E[dward]. F[rederick]. (1852-1925). *The cruise of the 'Alerte': the narrative of a search for treasure on the desert island of Trinid* (3rd. ed.). London: Longmans, Green, and C^o, 1892. 328p. il.

◆ BIBLIOTECA NACIONAL

CONGRÉVE, Richard (1818-1899). *A Questão da Ilha da Trindade: carta dirigida a Lord Salisbury pelos Srs. Ricardo Congreve e Henrique Crompton*. Rio de Janeiro: Igreja Positivista do Brazil, 1896. 8p.

Divisão de Periódicos

The Rio News. Rio de Janeiro, 16 jul. 1895.

The Rio News. Rio de Janeiro, 23 jul. 1895.

The Rio News. Rio de Janeiro, 30 jul. 1895.

The Rio News. Rio de Janeiro, 6 ago. 1895.

The Rio News. Rio de Janeiro, 13 ago. 1895.

The Rio News. Rio de Janeiro, 20 ago. 1895.

The Rio News. Rio de Janeiro, 3 set. 1895.

The Rio News. Rio de Janeiro, 17 set. 1895.

The Rio News. Rio de Janeiro, 1^o out. 1895.

The Rio News. Rio de Janeiro, 8 out. 1895.

The Rio News. Rio de Janeiro, 15 out. 1895.

The Rio News. Rio de Janeiro, 22 out. 1895.

The Rio News. Rio de Janeiro, 29 out. 1895.

The Rio News. Rio de Janeiro, 5 nov. 1895.

The Rio News. Rio de Janeiro, 12 nov. 1895.

The Rio News. Rio de Janeiro, 19 nov. 1895.

The Rio News. Rio de Janeiro, 26 nov. 1895.

The Rio News. Rio de Janeiro, 3 dez. 1895.

The Rio News. Rio de Janeiro, 10 dez. 1895.
The Rio News. Rio de Janeiro, 17 dez. 1895.
The Rio News. Rio de Janeiro, 24 dez. 1895.
The Rio News. Rio de Janeiro, 1º jan. 1896.
The Rio News. Rio de Janeiro, 7 jan. 1896.
The Rio News. Rio de Janeiro, 14 jan. 1896.
The Rio News. Rio de Janeiro, 21 jan. 1896.
The Rio News. Rio de Janeiro, 28 jan. 1896.
The Rio News. Rio de Janeiro, 4 fev. 1896.
The Rio News. Rio de Janeiro, 11 fev. 1896.
The Rio News. Rio de Janeiro, 18 fev. 1896.
The Rio News. Rio de Janeiro, 25 fev. 1896.
The Rio News. Rio de Janeiro, 17 mar. 1896.
The Rio News. Rio de Janeiro, 18 ago. 1896.

◆ INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO

Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia:

A Ilha da Trindade. *RIGHB*, Salvador, v. 2, nº 6, p. 247-260, dez. 1895.
A Ilha da Trindade (continuação). *RIGHB*, Salvador, v. 3, nº 7, p. 39-49, mar. 1896.
A Ilha da Trindade e os rochedos de Martim Vaz. *RIGHB*, Salvador, v. 3, nº 8, p. 185-198, jun. 1896.
A Ilha da Trindade: epílogo da Questão da Ilha da Trindade. *RIGHB*, Salvador, v. 3, nº 10, p. 627-628, dez. 1896.
SIMBAD [2º Tenente MB Augusto Carlos de Souza e Silva]. A Ilha da Trindade - a posse oficial. *RIGHB*, Salvador, v. 4, nº 11, p. 19-37, mar. 1897.

Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro:

Atas das Sessões [do IHGB] de 1898. Nota complementar de Manoel Francisco Corrêa sobre a ilha da Trindade. *RIHGB*, Rio de Janeiro, t. 61, parte II, p. 711-712,

1898.

Atas das Sessões [do IHGB] de 1904. Nota da comunicação de Eduardo Marques Peixoto sobre a descoberta da Ilha da Trindade durante a 13^a sessão ordinária, em 9 set. 1904. *RIHGB*, Rio de Janeiro, t. 67, parte II, p. 451, 1906.

AZEVEDO, Manoel Duarte Moreira de. A Ilha da Trindade. *RIHGB*, Rio de Janeiro, t. 62, parte II, p. 228-244, 1901.

BRITO, Pedro Torquato Xavier de (1822-1880). Memória Histórica e Geográfica da Ilha da Trindade. *RIHGB*, Rio de Janeiro, t. 40, parte II, p. 249-275, 1877. Mapas.

CORRÊA, Manoel Francisco. Ocupação da Ilha da Trindade pela Inglaterra e restituição ao Brasil. *RIHGB*, Rio de Janeiro, t. 59, parte II, p. 5-28, 1896.

CORRÊA, Manoel Francisco. Restituição da Ilha da Trindade ao Brasil. *RIHGB*, Rio de Janeiro, t. 60, parte II, p. 165-169, 1897.

Ofício do Vice-Rei [do Brasil] Luiz de Vasconcellos e Souza com a cópia da relação instrutiva e circunstanciada, para ser entregue ao seu sucessor [D. José Luiz de Castro], na qual mostra o estado em que deixa os negócios mais importantes do seu governo; sendo um deles a demarcação de limites da América Meridional [em 20 ago. 1789]. *RIHGB*, Rio de Janeiro, t. 4, p. 3-42; p. 129-131, 1842.

PEIXOTO, Eduardo Marques (1871-1945). A Ilha da Trindade: o seu descobrimento. *RIHGB*, Rio de Janeiro, t. 74, parte I, p. 219-227, 1911.

Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo:

AZEVEDO, Manuel Duarte Moreira de. A Ilha da Trindade. *RIHGSP*, São Paulo, v.3, p. 9-27, 1898.

◆ DOCUMENTOS OFICIAIS

BRASIL. Congresso. *Anais da Câmara dos Deputados: 1895*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1895. v. III. 410p.

BRASIL. Congresso. *Anais da Câmara dos Deputados: 1895*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1896. v. IV. 854p.

- BRASIL. Congresso. *Anais da Câmara dos Deputados: 1895*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1896. v. V. 676p.
- BRASIL. Congresso. *Anais da Câmara dos Deputados: 1895*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1896. v. VI. 768p.
- BRASIL. Congresso. *Anais da Câmara dos Deputados: 1895*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1896. v. VII. 692p.
- BRASIL. Congresso. *Anais da Câmara dos Deputados: 1895*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1896. v. VIII e apêndice. 468p. (+110p.)
- BRASIL. Congresso. *Anais da Câmara dos Deputados: 1896*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1896. v. I. 126p.
- BRASIL. Congresso. *Anais da Câmara dos Deputados: 1896*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1895. v. II. 532p.
- BRASIL. Congresso. *Anais da Câmara dos Deputados: 1896*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1896. v. III. 624p.
- BRASIL. Congresso. *Anais da Câmara dos Deputados: 1896*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1896. v. IV. 586p.
- BRASIL. *Constituição da República dos Estados Unidos do Brazil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1891.
- BRASIL. *Constituição Política do Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Seignot-Plancher, 1834.
- BRASIL. *Mensagens Presidenciais: 1889-1993*. Digitalizadas e disponibilizadas pelo CRL – Center for Research Libraries em: <http://wwwcrl-jukebox.uchicago.edu/bsd/bsd/hartness/prestoc.htm>. Consultadas em 10 nov. 2004.
- BRASIL. *Projeto de Constituição para o Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1823.
- BRASIL. *Relatórios do Ministério da Marinha: 1827-1959*. Digitalizados e disponibilizados pelo CRL – Center for Research Libraries em: <http://wwwcrl-jukebox.uchicago.edu/bsd/bsd/hartness/marinha.html>. Consultados em 10 nov. 2004.
- BRASIL. *Relatórios do Ministério das Relações Exteriores: 1830-1960*. Digitalizados e disponibilizados pelo CRL – Center for Research Libraries em: [172](http://wwwcrl-</p></div><div data-bbox=)

jukebox.uchicago.edu/bsd/bsd/hartness/relacoes.html. Consultados em 10 nov. 2004.

- BRASIL. *Diário Oficial*. Rio de Janeiro, a. XLIII, nº 102, p. 2057-2060, 4 mai. 1904.
- BRASIL. *Diário Oficial*. Rio de Janeiro, a. XLIII, nº 141, p. 2883-2884, 19 jun. 1904.
- BRASIL. *Diário Oficial*. Rio de Janeiro, a. XLIII, nº 142, p. 2910-2913, 21 jun. 1904.
- BRASIL. *Diário Oficial*. Rio de Janeiro, a. XLIII, nº 144, p. 2960, 23 jun. 1904.
- BRASIL. *Diário Oficial*. Rio de Janeiro, a. XLIII, nº 148, p. 3029-3031, 28 jun. 1904.
- BRASIL. *Diário Oficial*. Rio de Janeiro, a. XLIII, nº 151, p. 3077-3078, 1 jul. 1904.
- BRASIL. *Diário Oficial*. Rio de Janeiro, a. XLIII, nº 152, p. 3107-3108, 2 jul. 1904.
- BRASIL. *Diário Oficial*. Rio de Janeiro, a. XLIII, nº 178, p. 3562-3565, 3 ago. 1904.
- BRASIL. *Diário Oficial*. Rio de Janeiro, a. XLIII, nº 183, p. 3690-3692, 9 ago. 1904.
- BRASIL. *Diário Oficial*. Rio de Janeiro, a. XLIII, nº 188, p. 3781-3785, 14 ago. 1904.
- BRASIL. *Diário Oficial*. Rio de Janeiro, a. XLIII, nº 189, p. 3801-3805, 16 ago. 1904.
- BRASIL. *Diário Oficial*. Rio de Janeiro, a. XLIII, nº 211, p. 4150-4151, 9 set. 1904.
- BRASIL. *Diário Oficial*. Rio de Janeiro, a. XLIII, nº 213, p. 4180-4183, 11 set. 1904.
- BRASIL. *Diário Oficial*. Rio de Janeiro, a. XLIII, nº 216, p. 4238-4239, 15 set. 1904.
- BRASIL. *Diário Oficial*. Rio de Janeiro, a. XLIII, nº 219, p. 4310-4311, 18 set. 1904.
- BRASIL. *Diário Oficial*. Rio de Janeiro, a. XLIII, nº 231, p. 4580-4581, 2 out. 1904.
- BRASIL. *Diário Oficial*. Rio de Janeiro, a. XLIII, nº 235, p. 4662(a), 4666-4670, 7 out. 1904.
- BRASIL. *Diário Oficial*. Rio de Janeiro, a. XLIII, nº 237, p. 4702-4704, 9 out. 1904.
- BRASIL. *Diário Oficial*. Rio de Janeiro, a. XLIII, nº 239, p. 4752-4755, 12 out. 1904.
- BRASIL. *Diário Oficial*. Rio de Janeiro, a. XLIII, nº 242, p. 4820-4823, 16 out. 1904.
- BRASIL. *Diário Oficial*. Rio de Janeiro, a. XLIII, nº 245, p. 4903-4904, 20 out. 1904.
- BRASIL. *Diário Oficial*. Rio de Janeiro, a. XLIII, nº 248, p. 4976-4978, 23 out. 1904.
- BRASIL. *Diário Oficial*. Rio de Janeiro, a. XLIII, nº 251, p. 5046-5049, 27 out. 1904.
- BRASIL. *Diário Oficial*. Rio de Janeiro, a. XLIII, nº 254, p. 5112-5113, 30 out. 1904.
- BRASIL. *Diário Oficial*. Rio de Janeiro, a. XLIII, nº 256, p. 5180-5182, 2 nov. 1904.
- BRASIL. *Diário Oficial*. Rio de Janeiro, a. XLIII, nº 259, p. 5216[5246]-5250, 6 nov. 1904.

BRASIL. *Diário Oficial*. Rio de Janeiro, a. XLIII, nº 262, p. 5341-5342, 10 nov. 1904.
BRASIL. *Diário Oficial*. Rio de Janeiro, a. XLIII, nº 265, p. 5405-5408, 13 nov. 1904.
BRASIL. *Diário Oficial*. Rio de Janeiro, a. XLIII, nº 270, p. 5513-5515, 20 nov. 1904.
BRASIL. *Diário Oficial*. Rio de Janeiro, a. XLIII, nº 273, p. 5602-5604, 11 dez. 1904.

◆ PÁGINAS DE INTERNET

BRASIL. Ministério da Ciência e Tecnologia. *Plataforma Lattes (CNPq)*. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br>. Consultada em 26 nov. 2004.

BRASIL. Ministério da Defesa. Marinha do Brasil. *Comando do 1º Distrito Naval. POIT - Posto Oceanográfico da Ilha da Trindade*. Disponível em: <http://www.com1dn.mar.mil.br/main/poit/index.htm>. Acesso em 15 jan. 2005.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Disponível em: <http://www.mre.gov.br>. Consultado em 27 nov. 2004.

BRASIL. Senado Federal. Disponível em: <http://www.senado.gov.br>. Consultado em 27 nov. 2004.

National Register of Archives (UK). Disponível em: <http://www.nationalarchives.gov.uk>. Consultado em 27 dez. 2004.

The New York Times on Web. *Arquivo histórico (1857-atual)*. Disponível em: <http://www.nytimes.com>. Consultado em 14 jan. 2005.

The New York Times. New York, p. 2, 13 ago. 1880.

The New York Times. New York, p. 1, 29 ago. 1880.

The New York Times. New York, p. 23, 10 jun. 1894.

The New York Times. New York, p. 3, 18 jun. 1895.

The New York Times. New York, p. 1, 26 jul. 1895.

The New York Times. New York, p. 1, 27 jul. 1895.

The New York Times. New York, p. 1, 31 jul. 1895.

The New York Times. New York, p. 1, 1 ago. 1895.

The New York Times. New York, p. 1, 7 ago. 1895.

The New York Times. New York, p. 8, 8 ago. 1895.

The New York Times. New York, p. 5, 9 ago. 1895.

The New York Times. New York, p. 2, 17 ago. 1895.
The New York Times. New York, p. 2, 18 ago. 1895.
The New York Times. New York, p. 4, 23 ago. 1895.
The New York Times. New York, p. 9, 29 ago. 1895.
The New York Times. New York, p. 1, 4 out. 1895.
The New York Times. New York, p. 5, 31 out. 1895.
The New York Times. New York, p. 5, 1 nov. 1895.
The New York Times. New York, p. 1, 15 nov. 1895.
The New York Times. New York, p. 2, 18 dez. 1895.
The New York Times. New York, p. 1, 21 jan. 1896.
The New York Times. New York, p. 1, 22 jan. 1896.
The New York Times. New York, p. 4, 23 jan. 1896.
The New York Times. New York, p. 1, 24 jan. 1896.
The New York Times. New York, p. 9, 24 jan. 1896.
The New York Times. New York, p. 1, 7 ago. 1896.
The New York Times. New York, p. 1, 2 jan. 1898.
The New York Times. New York, p. 1, 11 fev. 1898.
The New York Times. New York, p. 1, 13 fev. 1898.
The New York Times. New York, p. 1, 6 ago. 1907.

◆ CDs

Coletânea dos Anais do Museu Histórico Nacional. Vol. I (1940 a 1998). Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 1999 (CD-Rom).

◆ OUTRAS

CASAL, Manuel Aires de. *Corografia brasílica ou Relação histórico-geográfica do reino do Brasil*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1976. 342p.

PIMENTEL, Manoel (1650-1719). Ilha da Trindade. *Arte de Navegar (...) e Roteiro das viagens e costas marítimas (...)*. Lisboa: Oficina de Miguel Manescal da Costa, 1762. 606p. il.. (1ª. edição: 1699, 2ª. edição revisada: 1712)

Roteiro de todos os sinais (...) que há na costa do Brasil (...) - Edição fac-similada do manuscrito na Biblioteca da Ajuda. Lisboa: Tagol, 1988. 124p. mapas.

BIBLIOGRAFIA

◆ LIVROS

- ABREU E LIMA, José Ignácio de (Gen.). *Synopsis ou deducção chronologica dos factos mais notáveis da história do Brasil*. Pernambuco: Typ. de M. T. de Faria, 1845. 26p.
- ALBUQUERQUE, Manoel Maurício de. *Pequena História da Formação Social Brasileira (3a. ed.)*. Rio de Janeiro: Graal, 1984. 736p.
- ALMEIDA, Paulo Roberto de. *O estudo das Relações Internacionais do Brasil*. São Paulo: Unimarco Ed., 1999. 304p.
- ALMEIDA, Paulo Roberto de. *Relações Internacionais e política externa do Brasil: dos descobrimentos à globalização*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1998. 360p.
- ALVES, Ruy José Valka. *Ilha da Trindade & Arquipélago de Martin Vaz: um ensaio geobotânico*. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha, 1998. 144p. il.
- ANDRADE, Antônio Alberto Banha de. *Mundos Novos do Mundo*. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar, 1971. 2v.
- ANÍSIO, Pedro & LLAMPAYAS, Ramón. *Rui Barbosa – Águia de Haia (Edição Especial da Revista Epopéia)*. Rio de Janeiro: Editora Brasil-América, 1973. 20p. il.
- ARRAES, Virgílio Caixeta. *A República e o Imperialismo: a posse pela Ilha da Trindade (1895-1896)*. Brasília: UnB, 1998. 117p.
- AVELLAR, Hélio de Alcântara. *História administrativa e econômica do Brasil (2ª ed.)*. Rio de Janeiro: FENAME, 1976. 432p. il.
- AVILA, Antônio d'. *O tesouro da Ilha da Trindade*. São Paulo: Paulinas, 1989. 151p. il.
- BARRACLOUGH, Geoffrey. *Introdução à História Contemporânea*. São Paulo: Círculo do Livro, s.d.. 244p.
- BARRETO, Aníbal (Cel.). *Fortificações no Brasil (Resumo Histórico)*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1958. 368p. il.

- BARROSO, Gustavo. Esquematização da História Militar do Brasil. *Anais do Museu Histórico Nacional*. v. 3. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945.
- BEVILÁQUA, Clóvis & AZEVEDO, Gregório Taumaturgo de (Cel.). Relações Exteriores - Alianças, Guerras e Tratados, Limites do Brasil. In: *Livro do Centenário (1500-1900)*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1902. v. 3, 74p., p. 2-136.
- BOUCHON, Geneviève. *Vasco da Gama*. Rio de Janeiro: Record, 1998. 338p.
- BUENO, Clodoaldo. A proclamação da República no Brasil e seus efeitos nas Relações com a Argentina: um interlúdio na rivalidade. In: CARDIM, Carlos Henrique & HIRS, Mônica (orgs.). *A visão do outro: seminário Brasil-Argentina*. Brasília: FUNAG, 2000. 743p.
- BUENO, Clodoaldo. *A República e sua política exterior (1889 a 1902)*. São Paulo: UNESP; Brasília: IPRI, 1998. 380p.
- BUENO, Eduardo. *Náufragos, traficantes e degradados: as primeiras expedições ao Brasil, 1500-1531*. Rio de Janeiro: Objetiva, 1998. 204p. il.
- CALÓGERAS, João Pandiá. A política exterior do Império (2v.) In: *Tomos especiais da RIHGB*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1927-1928.
- CALÓGERAS, João Pandiá. *Da regência à queda de Rosas*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1933.
- CARDOSO, Fernando Henrique [et al.]. O Brasil Republicano, tomo III: estrutura de poder e economia (1889-1930). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. 416p. il. (História Geral da Civilização Brasileira; v. 1, t.3)
- CARNEIRO, Carlos. Ilhas Oceânicas do Brasil. In: *Diccionario Historico, Geographico e Ethnographico do Brasil (Vol. I, Parte I)*. Rio de Janeiro: IHGB, 1922. p. 47-48.
- CARVALHO, Carlos Delgado de (1884-1989). *História diplomática do Brasil (ed. facsim.)*. Brasília: Senado Federal, 1998.
- CARVALHO, Delgado de & CASTRO, Therezinha de (orgs.). *Atlas de Relações Internacionais*. Rio de Janeiro: IBGE, 1960. 162p. il..
- CARVALHO, Delgado de (1884-1989). *Relações Internacionais*. Rio de Janeiro; São Paulo: Distribuidora Record, s.d.. 280p. mapas.

- CASTRO, Eugênio de (Cmte.). *Diário de Navegação de Pero Lopes de Souza (1530-32): estudo crítico*. 2ª ed.. Rio de Janeiro: Comissão Brasileira dos Centenários Portugueses de 1940, 1940. 2v.
- CASTRO, Luiz Augusto de Araújo. *O Brasil e o Novo Direito do Mar: Mar Territorial e Zona Econômica Exclusiva*. Brasília: FAG/IPRI, 1989. 92p.
- CAVAIGNAC, E.. *Chronologie de l'histoire mondiale*. 13ª ed.. Paris: Payot, 1946. 240p.
- CERVO, Amado Luiz & BUENO, Clodoaldo. *História da Política Exterior do Brasil*. São Paulo: Editora Ática, 1992. 432p.
- CERVO, Amado Luiz & BUENO, Clodoaldo. *História da Política Exterior do Brasil*. Brasília: Editora da UNB, 2002. 526p.
- CERVO, Amado Luiz & MAGALHÃES, José Calvet de. *Depois das Caravelas: as relações entre Portugal e o Brasil (1808-2000)*. Lisboa: Instituto Camões, 2000. 308p.
- CERVO, Amado Luiz & MAGALHÃES, José Calvet de. *Depois das Caravelas: as relações entre Portugal e o Brasil (1808-2000)*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000. 398p.
- CERVO, Amado Luiz (org.). *O desafio internacional: a política exterior do Brasil de 1930 a nossos dias*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1994. 359p.
- CHESNEAUX, Jean. A inserção da história no espaço: a geopolítica. In: _____. *Devemos fazer tábula rasa do passado? Sobre a história e os historiadores*. São Paulo: Ática, 1995. p. 166-177.
- COSTA, Sérgio Corrêa da. *Brasil, Segredo de Estado: incursão descontraída pela história do país*. 5ª edição. Rio de Janeiro: Record, 2002. 394p.
- CUNHA, Ruy Vieira da (1926-2003). *A Ilha da Trindade e a desapropriação por utilidade internacional*. s.l.: Escola Técnica de Vitória, 1949. 22p.
- De Tordesilhas ao Mercosul: uma exposição da História Diplomática brasileira*. [Rio de Janeiro]: [Ministério das Relações Exteriores], s.d.. 76p. il. mapas.
- DIAS, Carlos Malheiros. A expedição de 1503. in: DIAS, Carlos Malheiros (Coord.). *História da Colonização Portuguesa do Brasil*. Porto: Litografia Nacional, 1923. p. 283-314.

- DUNMORE, John & BROSSARD, Maurice de. *Le Voyage de Lapérouse: 1785-1788*. Paris: Imprimerie Nationale, 1985. 2v.
- DUROSELLE, Jean-Baptiste. *Todo o império perecerá. Teoria das relações internacionais*. Brasília: Editora Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000.
- ESCOBAR, Ildefonso. A Ilha da Trindade. *Formação dos Estados Brasileiros*. Rio de Janeiro: A Noite Editora, s.d. [c. 1938]. 224p. il. mapas.
- FERREIRA, José Ignácio. *Em defesa das Ilhas de Trindade e Martim Vaz*. Brasília: s.n., 1985. 13p.
- FONTANA, Josep. *História depois do fim da História*. Bauru, SP: EDUSC, 1998. 40p.
- GARCIA, Eugênio Vargas. *Cronologia das relações internacionais do Brasil*. São Paulo: Editora Alfa-Ômega; Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2000.
- GARRIDO, Carlos Miguez. Fortificações do Brasil. *Separata do Vol. III dos Subsídios para a História Marítima do Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Naval, 1940. 182p.
- GUEDES, Max Justo. *A Ilha da Trindade: a força do Direito (Catálogo da Exposição Ilha da Trindade, comemorativa do Centenário da Questão da Ilha da Trindade - 1895-96, nas instalações da Diretoria de Hidrografia e Navegação, na Ponta da Areia, Niterói, RJ, em 7 mai. 1997)*. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha, s.d. [1997?].
- GUIMARÃES, Antônio Sabino Cantuária. A Ilha da Trindade. In: *Annaes do 5º Congresso Brasileiro de Geographia (2v)*. Salvador: Imprensa Oficial do Estado, 1918. p. 698-710. v. 2.
- GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. Debaixo da imediata proteção de Sua Majestade Imperial: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889). *RIHGB*, Rio de Janeiro, v. 156, nº 388, p. 459-613, jul./set. 1995.
- GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. O "Tribunal da Posteridade". In: Maria Emília Prado (org.). *O Estado como vocação*. Rio de Janeiro: Access Editora, 1999. p. 33-57.
- HANDELMANN, [Gottfried] Heinrich (1827-91). *História do Brasil*. 2ª ed. São Paulo: Melhoramentos; [Brasília]: INL, 1978. 2v.

- HOBSBAWM, Eric J.. *A Era dos Impérios: 1875-1914 (3ª ed.)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. 548p. il. Mapas.
- HOBSBAWM, Eric J.. *Da Revolução Industrial Inglesa ao Imperialismo (5ª ed.)*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000. 328p. tabelas, gráficos.
- HOBSON, J. A.. *Imperialism: a study*. S.l. [EUA]: Ann Arbor Paperbacks; The University of Michigan Press. 2000. 388p. tabelas, gráficos.
- IGLÉSIAS, Francisco. *Historiadores do Brasil: capítulos de historiografia brasileira*. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira; Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000. 256p.
- Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. *Índice dos Anais dos Congressos e Simpósios realizados pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1914-2000)*. Rio de Janeiro: IHGB, 2003. 283p.
- IRIA, Alberto. Inventário geral da Cartografia brasileira existente no Arquivo Histórico Ultramarino (Elementos para a publicação da *Brasilae Monumenta Cartographica*). *Separata da Studia*. Lisboa, nº 17, abr. 1966. 116p.
- JAGUARIBE, Hélio. Brasil-Argentina: breve análise das relações de conflito e cooperação. In: *O novo cenário internacional: conjunto de estudos*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1986. p. 164-192.
- JOLL, James. *Europe since 1870: an international history*. London: Penguin Books, 1990. 550p. mapas.
- La Pérouse autour du monde, Voyage de (4 v.)*. Paris: M. L. A. Millet-Mureau, 1797.
- LACOMBE, Américo Jacobina. *Introdução ao estudo da História do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional/Editora Universidade de São Paulo, 1974. 210p.
- LAPA, José Roberto do Amaral. *Historiografia brasileira contemporânea: a História em questão*. 2ª ed.. Petrópolis: Vozes, 1981. 256p.
- LE GOFF, Jacques & NORA, Pierre (dir). *Faire de l'histoire: nouvelles approches*. Paris: Gallimard, 1974.
- LEITE, Duarte. A exploração do litoral do Brasil na cartografia da primeira década do século XVI. In: DIAS, Carlos Malheiros (Coord.). *História da Colonização Portuguesa do Brasil*. v. 2. Porto: Litografia Nacional, 1923. p. 391-440.
- LEITE, Duarte. O mais antigo mapa do Brasil. in: Carlos Malheiros Dias (Coord.). *História da Colonização Portuguesa do Brasil*. v. 2. Porto: Litografia Nacional, 1923. p. 223-281.

- LINS, Alvaro. *Rio Branco (O Barão do Rio Branco): biografia pessoal e história política*. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1996. 516p.
- LOPES, Marco Antônio. *Para ler os clássicos do pensamento político: um guia historiográfico*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002. 104p.
- LYRA, Heitor (1893-1973). *A diplomacia brasileira na primeira República (1889-1930) e outros ensaios*. Rio de Janeiro: IHGB, 1992.
- Mapas Históricos Brasileiros. In: *Grandes Personagens da Nossa História*. São Paulo: Abril Cultural, 1969-1970.
- MARTIM, Afonso de Palma Haro. *Ilha de Santa Catarina. Relato de Viajantes Estrangeiros no séc. XVIII e XIX. 3ª ed., rev.* Florianópolis: Ed. da UFSC/Editora Lunardelli, 1990.
- MARTINEZ, Pedro Soares. *História diplomática de Portugal. 2ª ed.*. Lisboa: Ed. Verbo, 1992.
- MATTOS, Carlos de Meira. *Geopolítica e Modernidade: geopolítica brasileira*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2002. 160p. il.
- MATTOS, Carlos Meira (Gen.). *Estratégias Militares Dominantes: sugestões para uma estratégia militar brasileira*. Rio de Janeiro: Bibliex, 1986. 102p.
- MAYER, Emérico Samassa. *Trindade, ilha misteriosa nos trópicos*. Rio de Janeiro: Tupã, 1958(?). 159p. il.
- MELLO, Celso D. de Albuquerque. *Direito Internacional Público: Convenções e textos legais. 2ª Edição*. Rio de Janeiro: Renes, 1972. 398p.
- MELLO, Leonel Ituassu Almeida. O Brasil na geopolítica do Cone Sul. In: DEL PRIORE, Mary et al.. *500 anos de Brasil: histórias e reflexões*. São Paulo: Editora Scipione, 1999. p. 64-77.
- MENDONÇA, Mário F. & VASCONCELOS, Alberto. Repositório de nomes dos navios da esquadra brasileira. 3ª ed.. *Separata dos Subsídios para a História Marítima do Brasil*. s.l.: Serviço de Documentação Geral da Marinha, 1959. 272p.
- MENDONÇA, Renato de. *História da Política Exterior do Brasil (1º Tomo - 1500-1825): do período colonial ao reconhecimento do império*. México: Instituto Panamericano de Geografia e Historia, 1945. 212p. mapas.

- MILZA, Pierre. Política interna e política externa. In: René. Rémond. (dir.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/Ed. FGV, 1996. p. 365-399.
- MORAES, Antonio Carlos Robert. *Território e História no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 2002. 200p.
- MOUGEL, François-Charles & PACTEAU, Séverine. *Histoire des relations internationales – XIX^e et XX^e siècles*. Paris: Presses Universitaires de France, 2002. 128p. (Collection Que sais-je? V. 2423)
- NEVES, Tarcísio. Trindade, a ilha maldita: onde o diabo perdeu as botas. Rio de Janeiro: Pallas, 1986. 126p;
- NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. In: *Projeto História*. São Paulo, nº 10, p. 7-28, dez. 1993.
- OLIVEIRA, José Manoel Cardoso de. *Actos diplomáticos do Brasil: Tratados do período colonial e vários documentos desde 1493 (ed. fac-sim.) (2 vol.)*. Brasília: Senado Federal, 1997.
- PAUWELS (Pe.), Geraldo José. *Atlas Geográfico*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora; São Paulo: Melhoramentos, 1999. p. 11.
- PEREIRA, Moacyr Soares. *A navegação de 1501 ao Brasil e Américo Vespúcio*. Rio de Janeiro: ASA Artes Gráficas Ltda, 1984. 332p. il.
- PEREIRA, Paulo Roberto. *Os três únicos testemunhos do Descobrimento do Brasil*. Rio de Janeiro: Lacerda Ed., 1999. 108p. il.
- PRADO JÚNIOR, Caio [da Silva] (1907-1990). Aires de Casal, o pai da Geografia brasileira, e sua Corografia Brasília. In: Caio Prado Júnior. *Evolução Política do Brasil e outros estudos (4^a ed.)*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1963. 270p. p. 165-186.
- PRADO JÚNIOR, Caio [da Silva] (1907-1990). *História Econômica do Brasil*. São Paulo: Círculo do Livro, 1986. 406p.
- RÉMOND, René (dir.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ / Ed. FGV, 1996.
- RÉMOND, René. *O século XIX: 1815-1914*. São Paulo: Cultrix, 2002.
- RENOUVIN, Pierre & DUROSELLE, Jean-Baptiste. *Introdução à História das Relações Internacionais*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1967.

- RENOUVIN, Pierre (org.). *Les Crises du XXe. Siècle - I. de 1914 à 1929* Paris: Librairie Hachette, 1957. 376p. (Col. Histoire des Relations Internationales, v.7).
- REYNOLDS, Phillip. A. *Introducción al estudio de las relaciones internacionales*. Madrid: Editorial Tecnos, 1977. 278p.
- RODRIGUES, Gilberto Marcos Antonio. *O que são Relações Internacionais*. São Paulo: Brasiliense, 1994. 134p. (Coleção Primeiros Passos; 296).
- RODRIGUES, José Honório & SEITENFUS, Ricardo A. S.. *Uma História Diplomática do Brasil: 1531-1945*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995. 516p.
- RODRIGUES, José Honório. *Teoria de História do Brasil: Introdução metodológica*. 5ª ed.. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978. 502p. il.
- SARAIVA, José Flávio Sombra (org.). *Relações Internacionais Contemporâneas: da construção do mundo liberal à globalização – de 1815 a nossos dias*. Brasília: Paralelo 15, 1997.
- SARAIVA, José Flávio Sombra (org.). *Relações Internacionais: dois séculos de História (2v.) - Entre a preponderância européia e a emergência americano-soviética (1815-1947)*. Brasília: IBRI, 2001. 268p. (v. 1).
- SILVA, Francisco Carlos Teixeira da & VIANNA, Alexander Martins. Pirataria e tradição no concerto das nações. In: René Duguay-Trouin. *Memórias do senhor Duguay-Trouin*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional; Brasília: Ed. UNB; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2003. 223p. il. p. 9-29.
- SMITH, W. H. C. (Ph. D.). *Anglo-portuguese relations (1851-1861)*. Lisboa: Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1970. 180p.
- TREDINNICK, Felipe. *Política Internacional y Expansion Geopolítica*. s.l. (Bolívia): Raul Matos Quesada, 1995. 330p.
- TREVISAN, Leonardo. *O que todo o cidadão precisa saber sobre o pensamento militar brasileiro*. São Paulo: Global, 1985. 96p. il.
- VÁRZEA, Virgílio. *O brigue flibusteiro: lenda sobre a ilha de Trindade*. Porto (Portugal): Liv. Lello, Ltd. Eds., 1931. (Biblioteca Lello, v. 12)
- VIANNA, Hélio (1908-1972). *História das fronteiras do Brasil*. Rio de Janeiro: Biblioteca Militar, 1948.
- VIANNA, Hélio (1908-1972). *História diplomática do Brasil*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora; São Paulo: Melhoramentos, 1958. 212p. il.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. *A política externa do regime militar brasileiro*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1998.

WATSON, Adam. *The evolution of international society: a comparative historical analysis*. London; New York: Routledge, 1992.

WENDZEL, Robert L.. *Relações Internacionais*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1985. 321p. il.

◆ PERIÓDICOS

Arquivo da Marinha

- A Marinha e o Ano Geofísico Internacional. *A Marinha em Revista*, Rio de Janeiro, a. XII, nº 128, p. 44, fev. 1958.
- A Marinha no Ano Geofísico. *A Marinha em Revista*, Rio de Janeiro, a. XII, nº 127, p. 31, jan. 1958.
- AMARAL, Walter Paulo do. Impressões de uma viagem à Trindade por um rotariano. *Revista Marítima Brasileira*, Rio de Janeiro, v. 117, nºs. 7-9, p. 19-23, jul./set. 1997.
- Ano Geofísico Internacional: A Ilha da Trindade dos nossos dias. *A Marinha em Revista*, Rio de Janeiro, a. XII, nº 129, p. 26-29, 46, mar. 1958.
- CAMINHA, João Carlos Gonçalves. Mahan: sua época e suas idéias. *Revista Marítima Brasileira*, Rio de Janeiro, v. 106, nºs 7-9, p. 15-70, jul./set. 1986. Mapas.
- CARVALHO, Roberto de Guimarães. A Amazônia Azul. *Nomar*, Brasília, a. XL, nº 742, p. 4, 29 fev. 2004.
- CARVALHO, Roberto de Guimarães. Amazônia Azul: uma outra Amazônia, ignorada por boa parte dos brasileiros. *Revista do Clube Naval*, Rio de Janeiro, a. 113, nº 329, p. 12-13, jan./fev./mar. 2004.
- CASTRO, Therezinha de. Geopolítica: propósitos e teorias do poder. *A Defesa Nacional*, Rio de Janeiro, a. 69, nº 699, p. 63-78, jan./fev. 1982. Mapas.
- Comando do 1º Distrito Naval. [texto sobre o histórico e a situação da Ilha da Trindade em abr. 1997]. *Revista Marítima Brasileira*, Rio de Janeiro, v. 117, nºs. 7-9, p. 14-18, jul./set. 1997.
- Comando do 1º Distrito Naval. Trindade – 100 anos de soberania brasileira. *Revista Marítima Brasileira*, Rio de Janeiro, v. 117, nºs. 7-9, p. 9-12, jul./set. 1997. II.
- GUEDES, Max Justo. A Ilha da Trindade: a força do Direito. *Revista Marítima Brasileira*, Rio de Janeiro, v. 117, nºs. 7-9, p. 12-14, jul./set. 1997.
- Ilha da Trindade [Nota sobre a comissão do Oyapock]. *Revista Marítima Brasileira*, Rio de Janeiro, a. XLIV, nº 3, p. 427-428, set. 1924.
- Ilha da Trindade [Nota sobre a Conferência de Bruno Lobo]. *Revista Marítima*

- Brazileira*, Rio de Janeiro, a. XXXVIII, nº 1-2, p. 149-151, jul./ago. 1918.
- IVANA, Andrés. Trindade: impressões de uma artista. *Revista Marítima Brasileira*, Rio de Janeiro, v. 114, nºs 4-6, p. 57-65, abr./jun. 1994.
- MAGALHÃES, Carlos Joaquim. A Ilha da Trindade (Conto). *A Marinha em Revista*, Rio de Janeiro, a. XIII, nº 142, p. 32-34, abr. 1959 (parte 1 de 5).
- MAGALHÃES, Carlos Joaquim. A Ilha da Trindade (Conto). *A Marinha em Revista*, Rio de Janeiro, a. XIII, nº 143, p. 30-32, mai. 1959 (parte 2 de 5).
- MAGALHÃES, Carlos Joaquim. A Ilha da Trindade (Conto). *A Marinha em Revista*, Rio de Janeiro, a. XIII, nº 144, p. 33-34, jun. 1959 (parte 3 de 5).
- MAGALHÃES, Carlos Joaquim. A Ilha da Trindade (Conto). *A Marinha em Revista*, Rio de Janeiro, a. XIII, nº 145, p. 32-34, jul. 1959 (parte 4 de 5).
- MAGALHÃES, Carlos Joaquim. A Ilha da Trindade (Conto). *A Marinha em Revista*, Rio de Janeiro, a. XIII, nº 146, p. 35-36, ago. 1959 (parte 5 de 5).
- MENEZES. Eurípedes Cardoso de. A Ilha da Trindade: posto avançado no Atlântico Sul. *A Defesa Nacional*, Rio de Janeiro, a. 69, nº 701, p. 71-76, mai./jun. 1982.
- Nossa Capa [Editorial]. *Revista Marítima Brasileira*, Rio de Janeiro, v. 117, nºs. 7-9, p. 9, jul./set. 1997. II.
- O Navio de Instrução ‘Benjamin Constant’. *Revista Marítima Brasileira*, Rio de Janeiro, p. 161-166, jan. 1895.
- Operou na Ilha da Trindade a Corveta ‘Forte de Coimbra’. *A Marinha em Revista*, Rio de Janeiro, a. XII, nº 134, p. 49, ago. 1958.
- Serviço de Relações Públicas da Marinha. “Sírius” participa do Projeto Tamar em Trindade. *Nomar*, Brasília, a. XXXIX, nº 732, p. 6, 30 abr. 2003.
- Serviço de Relações Públicas da Marinha. “Sírius” substitui a bandeira nacional na Ilha Martin Vaz e recebe a Soamar em Itajaí. *Nomar*, Brasília, a. XXXVIII, nº 725, p. 7, 30 set. 2002.
- Serviço de Relações Públicas da Marinha. 20 anos da Estação Antártica Comandante Ferraz. *Nomar*, Brasília, a. XL, nº 742, p. 5, 29 fev. 2004.
- Serviço de Relações Públicas da Marinha. A nossa Amazônia Azul. *Nomarzinho*, Brasília, a. V, nº 12, p. 2, jun. 2004.
- Serviço de Relações Públicas da Marinha. Brasil protocola proposta na ONU. *Nomar*,

- Brasília, a. XL, nº 746, p. 3, 30 jun. 2004.
- Serviço de Relações Públicas da Marinha. Chegada do Navio de Apoio Oceanográfico ‘Ary Rongel’. *Nomar*, Brasília, a. XL, nº 743, p. 7, 31 mar. 2004.
- Serviço de Relações Públicas da Marinha. CIRM – 30 anos de ciência e tecnologia no mar e na Antártica. *Nomar*, Brasília, a. XL, nº 748, p. 4, 31 ago. 2004.
- Serviço de Relações Públicas da Marinha. Contratorpedeiro “Pernambuco” realiza evacuação aeromédica na Ilha da Trindade. *Nomar*, Brasília, a. XXXIX, nº 733, p. 7, 31 mai. 2003.
- Serviço de Relações Públicas da Marinha. Expedição de radioamadores à Ilha da Trindade. *Nomar*, Brasília, a. XXXVIII, nº 720, p. 6, 30 abr. 2002.
- Serviço de Relações Públicas da Marinha. NF “Almirante Graça Aranha” realiza comissão ao POIT. *Nomar*, Brasília, a. XXXVIII, nº 721, p. 8, 30 mai. 2002.
- Serviço de Relações Públicas da Marinha. Programa Arquipélago de São Pedro e São Paulo realiza sua 100ª expedição científica. *Nomar*, Brasília, a. XXXVIII, nº 718, p. 3, 28 fev. 2002.
- Serviço de Relações Públicas da Marinha. Projeto “Casa do Saber” participa do reflorestamento da ilha da Trindade. *Nomar*, Brasília, a. XL, nº 748, p. 6, 31 ago. 2004.
- Serviço de Relações Públicas da Marinha. Reativação do sistema de reabastecimento da Ilha da Trindade por balsa. *Nomar*, Brasília, a. XXXVIII, nº 726, p. 2, 30 out. 2002.
- Serviço de Relações Públicas da Marinha. Substituição da Bandeira Nacional na ilha Martin Vaz. *Nomar*, Brasília, a. XL, nº 743, p. 8, 31 mar. 2004.
- SOUZA, Marco Pólo Áureo Cerqueira de. A teoria geopolítica de Mahan e sua validade atual. *Revista Marítima Brasileira*, Rio de Janeiro, v. 107, nºs. 4-7, p. 95-100, abr./jun. 1987.
- STORINO, Oswaldo Osíris. Ilha da Trindade – uma contribuição histórica. *Revista Marítima Brasileira*, Rio de Janeiro, v. 106, nºs 7-9, p. 89-101, jul./set. 1986. II.
- STORINO, Oswaldo Osíris. Ilha da Trindade – uma contribuição histórica (parte II). *Revista Marítima Brasileira*, Rio de Janeiro, v. 108 [107], nºs 1-3, p. 43-52, jan./mar. 1987. II.
- VILELA, Carmelio. O Combate da Ilha da Trindade ou os porcos da Ilha da Trindade.

Revista Marítima Brasileira, Rio de Janeiro, v. 121, n°s 7-9, p. 61-63, jul./set. 2001.

Outras instituições de pesquisa

ALCURE, Lenira. Aventuras de um menino na Antártica. *Revista Geográfica Universal*, n° 153, p. 76-83, ago. 1987.

ALMEIDA, Paulo Roberto de. Estudos de Relações Internacionais do Brasil: etapas da produção historiográfica brasileira (1927-1992). *Revista Brasileira de Política Internacional*, Brasília, n° 1, mês 1-6, 1993.

ALVES, Clara. Os mistérios de Trindade. *Ecologia e Desenvolvimento*, v. 5, n° 57, p. 44-51, nov./dez. 1995.

AMORIM, Annibal. História das fortificações do Brasil (II Capítulo). *Boletim Mensal do Estado Maior do Exército*, Rio de Janeiro, v. 10, n° 1, jul. 1915.

ARRAES, Virgílio Caixeta. A opinião pública e a Questão da posse da Ilha da Trindade (1895-96). *Revista Múltipla*, Brasília, a. 5, v. 6, n° 8, p. 145-155, jul. 2000.

ARRAES, Virgílio Caixeta. A presença britânica na Ilha da Trindade: a reação do Parlamento brasileiro. *Revista de Informação Legislativa*, Brasília, a. 38, n° 153, p. 241-253, jan./mar. 2002.

ARRAES, Virgílio Caixeta. A República e o Imperialismo: a posse pela Ilha da Trindade (1895-96). In: *III Simpósio Internacional – Estados Americanos: Relações Continentais e Intercontinentais – 500 anos de História*, 1999, Brasília.

ARRAES, Virgílio Caixeta. A República insegura: a disputa entre o Brasil e a Grã-Bretanha pela posse da Ilha da Trindade (1895-1896). *Cena Internacional*, Brasília, a. 2, n° 1, p. 5-29, jun. 2000.

BITTENCOURT, Agnello Uchôa. O Brasil e a Conferência de Haia. *RIHGB*, Rio de Janeiro, v. 154, n° 379, p. 215-230, abr./jun. 1993.

BRANCATO, Sandra M. L.. As relações do Brasil com as nações do sul do continente. *RIHGB*, Rio de Janeiro, v. 154, n° 379, p. 269-279, abr./jun. 1993.

BRANDÃO FILHO, José Geraldo. Trindade. *Ícaro*, São Paulo, a. 8, n° 78, p. 58-70, 1991.

- BUENO, Clodoaldo. Do Idealismo ao Realismo: Brasil e Cone Sul no início da República (1889-1902). *Contexto Internacional*, Rio de Janeiro, n° 12, p. 71-82, jul./dez. 1990.
- BUESCU, Mircea. A primeira República e o sistema econômico internacional. *RIHGB*, Rio de Janeiro, v. 154, n° 379, p. 350-363, abr./jun. 1993.
- FERRAZ, Sílvio. Ilha dos Extremos. *Veja*, São Paulo, v. 31, n° 19, p. 78-79, mai. 1998.
- FERREIRA, João. Antártica ou Antártida? – Uma questão de terminologia. *Correio Filatélico*, Brasília, a. 6, n° 72, p. 15-21, fev. 1983.
- FILIPPINI, Alexandre. As tartarugas da Trindade. *Ciência Hoje*, Rio de Janeiro, v. 8, n° 45, p. 26-35, ago. 1988.
- FONSECA, Vitor M. Marques; NAVES, Santuza C.. Capitão Cook sob suspeita. *Ciência Hoje*, Rio de Janeiro, v. 6, n° 32, p. 38-48, jun. 1987.
- FREIRE, Oneida (Coordenadora Geral da Zona Costeira). Programa REVIZEE e PROARQUIPÉLAGO. *Correio Filatélico*, Brasília, a. 23, n° 177, p. 28-32, mai.1999.
- GUEDES, Max Justo. Os mapas da mina. *Nossa História*, Rio de Janeiro, a. 1, n° 4, p. 38-44, fev. 2004.
- LOBO, Bruno [Prof. Álvares da Silva]. Conferência sobre a Ilha da Trindade [feita na Biblioteca Nacional em 18 jun. 1918]. *Arquivos do Museu Nacional [Separata comemorativa do Centenário do Museu]*, Rio de Janeiro, v. 22, p. 103-172, 1918. Mapa, fotos.
- MONSERRAT FILHO, José. O Brasil no mundo antártico. *Ciência Hoje*, Rio de Janeiro, v. 4, n° 24, p. 56-57, mai./jun. 1986.
- MOURA, Gérson. Historiografia e Relações Internacionais. *Contexto Internacional*, Rio de Janeiro, n° 10, p. 67-86, jul./dez. 1989.
- O telégrafo elétrico no Brasil. *Correio Filatélico*, Brasília, a. 2, n° 15, p. 7-10, mai. 1978.
- PEIXOTO, Eduardo Marques (1871-1945). Ilha da Trindade: memória histórica completa. *Diário Oficial*, Rio de Janeiro, 4 mai. 1904 (em diante).
- Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar. Programa Antártico Brasileiro – PROANTAR. *Correio Filatélico*, Brasília, a. 21, n° 166, p. 24-25, jul. 1997.

- Serviço de Relações Públicas da Marinha. Casa do Trem: duzentos e vinte anos bem vividos. *Correio Filatélico*, Brasília, a. 6, nº 63, p. 13-20, mai. 1982.
- Serviço de Relações Públicas da Marinha. Ilha da Trindade: 100 anos de soberania nacional. *Correio Filatélico*, Brasília, a. 21, nº 166, p. 30-31, jul. 1997.
- SILVA, José Luiz Werneck da. Historiografia das Relações Exteriores. *RIHGB*, Rio de Janeiro, v. 154, nº 379, p. 154-178, abr./jun. 1993.
- SOUTO MAIOR, Luiz A. P. O pan-americanismo e o Brasil. *RIHGB*, Rio de Janeiro, v. 154, nº 379, p. 331-349, abr./jun. 1993.
- SOUZA, Augusto Fausto de. Fortificações no Brazil. *RIHGB*, Rio de Janeiro, t. 68, parte II, p. 5-140, 1885.
- TONELLI, Nicélio Cesar. A dimensão da ocupação britânica na ilha brasileira de Trindade (1895-1896). *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 38, nº 2, p. 112-132, 1995.
- VAT, Odulphus van der. Capelães militares na Ilha da Trindade (séc. XVIII). *Revista Eclesiástica Brasileira*, s.l., v. 4, nº 3, set. 1944.
- VILLELA, Rubens Junqueira. Viagem no tempo da Antártida. *Ciência Hoje*, Rio de Janeiro, v. 4, nº 24, p. 42-55, mai./jun. 1986.
- VINHOSA, Francisco Luiz Teixeira. As relações Brasil-Estados Unidos durante a primeira República. *RIHGB*, Rio de Janeiro, v. 154, nº 379, p. 280-294, abr./jun. 1993.
- YAZAKI, Koki. O Brasil marca sua presença na Antártida. *Correio Filatélico*, Brasília, a. 7, nº 84, p. 21-22, fev. 1984.

◆ VERBETES DE DICIONÁRIOS / ENCICLOPÉDIAS

- Antarctica – Political and International Relations. *Compton's Interactive Encyclopedia 2000*. The Learning Company, Inc. (CD-Rom). 2000.
- Antartic Exploration. *Compton's Home Library: The Complete Reference Collection (1998 Edition)*. The Learning Company, Inc. (CD-Rom). 1998.
- Cook. *Compton's Interactive Encyclopedia 2000*. The Learning Company, Inc. (CD-Rom). 2000.
- Edmund Hillary. *Compton's Home Library: The Complete Reference Collection (1998 Edition)*. The Learning Company, Inc. (CD-Rom). 1998.
- Falkland Islands. *Compton's Home Library: The Complete Reference Collection (1998 Edition)*. The Learning Company, Inc. (CD-Rom). 1998.
- Gladstone. *Compton's Home Library: The Complete Reference Collection (1998 Edition)*. The Learning Company, Inc. (CD-Rom). 1998.
- Idade Moderna. In: Waldemar Besson (coord.). *História*. Lisboa: Editora Meridiano, 1965 (Enciclopédia Meridiano Fischer v. 3).
- La Pérouse. *Compton's Interactive Encyclopedia 2000*. The Learning Company, Inc. (CD-Rom). 2000.
- Little America. *Compton's Home Library: The Complete Reference Collection (1998 Edition)*. The Learning Company, Inc. (CD-Rom). 1998.
- Mahan. *Compton's Home Library: The Complete Reference Collection (1998 Edition)*. The Learning Company, Inc. (CD-Rom). 1998.
- Mar brasileiro, O. In: SILVA, Paulo de Castro Moreira da. *Enciclopédia Ilustrada do Brasil (Vol. I)*. Rio de Janeiro: Bloch Editores, 1982. p. 141.
- Rosebery. *Compton's Home Library: The Complete Reference Collection (1998 Edition)*. The Learning Company, Inc. (CD-Rom). 1998.
- Salisbury. *Compton's Home Library: The Complete Reference Collection (1998 Edition)*. The Learning Company, Inc. (CD-Rom). 1998.
- Trindade. In: PINTO, Alfredo Moreira. *Apontamentos para o Dicionario Geographico do Brasil (v. P-Z)*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1899. p. 660-661.

◆ PÁGINAS DE INTERNET

- Alexsandro Silva, Ana Gilda Benvenuti e Fabio M. Said. Visões do Positivismo no Brasil. Disponível em: <http://www.geocities.com/positivismonobrasil/>. Consultado em: 29 jan. 2005.
- ALMEIDA, Fernando F. M. de. Ilha da Trindade. In: Comissão Brasileira de Sítios Geológicos e Paleobiológicos. SIGEP - *Sítios Geológicos e Paleobiológicos do Brasil*. Disponível em: <http://www.unb.br/ig/sigep/sitio092/sitio092.htm>. Consultado em 25 nov. 2004.
- BARROS, João Alberto Lins de. Disponível em: http://www.cpdoc.fgv.br/nav_historia/htm/biografias/ev_bio_joaoalberto.htm. Consultado em 29 jan.2005.
- BRASIL. Ministério da Ciência e Tecnologia. Portal CAPES. Banco de Teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES. Disponível em: <http://www.periodicod.capes.gov.br/>. Consultado em 18 jan. 2005.
- BRYK, William. Nota biográfica de Harden-Hickey. Disponível em: <http://www.nypress.com/15/50/news&columns/oldsmoke.cfm>. Consultado em 29 dez. 2004.
- Cable & Wireless. Disponível em: <http://www.cw.com.new>. Consultado em 11 dez. 2004.
- CAVALCANTE, Cleide. Ilha – Trindade, o paraíso esquecido. Folha da Manhã on-line. 24 ago. 1999. Disponível em: <http://www.folhadamanha.com.br/08/29/vt23tuu.htm>. Consultado em: 13 jul. 2004.
- CEMBRANELLI, Lucas & CASSIMIRO, Rogério. Lendas e Tesouros / Ilha da Trindade. In: Folha Online. Disponível em: http://www1.folha.uol.com.br/folha/turismo/aventura/ilha_da_trindade-lendas.shtml. Consultado em 30 nov. 2004.
- CEMBRANELLI, Lucas & CASSIMIRO, Rogério. POIT / Ilha da Trindade. In: Folha Online. Disponível em: http://www1.folha.uol.com.br/folha/turismo/aventura/ilha_da_trindade-posto.shtml. Consultado em 30 nov. 2004.
- Edmond Halley. School of Mathematics and Statistics da University of St. Andrews (Scotland). Disponível em: <http://www-history.mcs.st-andrews.ac.uk/>

- [Mathematicians/Halley.html](#). Consultada em 30 nov. 2004.
- Eric Howbsbawm Profile. Disponível em *Guardian Unlimited Network*: <http://education.guardian.co.uk/higher/artsandhumanities/story/0,12241,791760,00.html>. Consultado em 03 dez. 2004.
- GASPARINI, João Luiz Gasparini & FLOETER, Sérgio Ricardo. *Ilha da Trindade: um pedaço do Brasil cercado pelo Atlântico*. Disponível em: <http://www.horta.uac.pt/projectos/msubmerso/200208/trindade.htm>. Consultado em 30 nov. 2004.
- Glacis. Disponível em: <http://www.hyperdictionary.com/dictionary/glacis>. Consultado em: 06 dez. 2004.
- GRIFFITH, Charlie. Lamoreaux. Disponível no *The Mail Archive* em: <http://www.mail-archive.com/lamoreaux-1@rootsweb.com/msg00100.html>. Consultado em 20 jan. 2005.
- Grupo de Estudos Ufológicos da Baixada Santista. Disponível em: http://www.geubs.com.br/paginas/pagina_03_02_01_04.htm. Consultado em 30 nov. 2004.
- Grupo de Pesquisas Ufológicas de Americana (SP). Disponível em: http://www.gpua.ubbi.com.br/casos_famosos/caso_ilha_trindade.htm. Consultado em 30 nov. 2004.
- Henry Crompton. Disponível em: http://www.mugu.com/browse/galton/search/essays/pages/galton-1905-socpapers-eugenics-definition-scope-aims_24.htm. Consultado em 27 dez. 2004.
- Ignacio Aronovich. *Ilha de Trindade: aonde você não pode ir*. Disponível em: <http://www.lost.art.br/trindade.htm>. Consultado em 30 nov. 2004.
- JOHN, Liana & VIÉGAS, Sérgio. *Ilhas ao largo: o Brasil de Alto Mar*. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/ext/ciencia/ilhas>. Consultado em 1º dez. 2004.
- Joseph McMillan. *Pseudo-Principality of Trinidad, 1894-95*. Disponível em: <http://flagspot.net/flags/br-trin.html>. Consultado em 29 dez. 2004.
- KNIGHT, E[duard]. F[rederick].. *The cruise of the 'Alerte': in search of treasure*. Disponível em *The Arthur Ransome Site*: http://arthur-ransome.org/ar/literary/al_idx.htm. Consultado em 17 dez. 2004.
- KNIGHT, Edward Frederick. Disponível em *Books of Zimbabwe On-line*:

- <http://www.booksofzimbabwe.com/rag4.html>. Consultado em 17 dez. 2004.
- Murillo Novaes. *A última fronteira*. Disponível em: <http://www.revistanauticaonline.com.br/materias/colunistas/murilonovaes/013/013.html>. Consultado em 30 nov. 2004.
- Museu Nacional/UFRJ. Departamento de Botânica. *Subprojeto Flora e Vegetação da Ilha da Trindade – Recuperação e Manejo*, em: <http://acd.ufrj.br/~mndb/tripo2.html>. Consultado em 30 nov. 2004.
- Navios de Guerra Brasileiros (1822-hoje). Disponível em: <http://www.naviosdeguerrabrasileiros.hpg.ig.com.br>. Consultado em 30 nov. 2004.
- Paulo Roberto de Almeida. Página pessoal disponível em: <http://www.pralmeida.org>. Consultada em: 14 jan. 2005.
- POIT – Posto Oceânico da Ilha da Trindade. Disponível em: <http://www.militar.com.br/fmar/historiamar/ilhadatrindade/> Acesso em 20 jul. 2004.
- Projeto Tamar. Disponível em: <http://www.tamar.org.br>. Consultado em 30 nov. 2004.
- Regata Eldorado Brasilis. BL3 - Escola de Regatas. Disponível em: http://bl3.com.br/velareg_vit04.htm. Consultada em 30 nov. 2004.
- Relnet. Portal brasileiro de referência sobre Relações Internacionais. Disponível em: <http://www.relnet.com.br>. Consultado em 26 nov.2004.
- RIBEIRO, Paulo de Oliveira. O Encouraçado Aquidabã: <http://www.lbm.com.br/naval/Aquidaba.htm> . Consultada em: 30 jan. 2004.
- Ricardo Seitenfus. Perfil biográfico disponível em: <http://www.fadisma.com.br/professores/seitenfus/>. Consultado em 15 jan. 2001.
- Richard Congreve. *LoveToKnow 1911 Online Encyclopedia*. Disponível em: http://1.1911encyclopedia.org/c/co/congreve_richard.htm. Consultado em 17 dez. 2004.
- Ships of the World: an Historical Encyclopaedia. Disponível em: http://college.hmco.com/history/readerscomp/ships/html/sh_068900_hmsparamore.htm . Consultado em 30 nov. 2004.
- SINAU – Sistema de Informações de Naufrágios (banco de dados), na página Naufrágios do Brasil, em: <http://www.naufragiosdobrasil.com.br>. Consultada em 30 nov. 2004.

Telegraph. In: *LoveToKnow 1911 Online Encyclopedia*. Disponível em: <http://81.1911encyclopedia.org/t/te/telegraph.htm>. Consultado em 17 dez. 2004.

The Nation. v. 53, n° 1372, 15 out. 1891. Disponível em: http://nationarchive.com/summaries/v053i1372_02.htm . Consultado em 20 jan. 2005.

Anexos

Anexo I - Nota Diplomática do Ministério das Relações Exteriores ao Ministro da Grã-Bretanha no Rio de Janeiro, em 22 de julho de 1895¹:

Rio de Janeiro - Ministério das Relações Exteriores, 22 de julho de 1895.

No dia 19 do corrente mês tive a honra de ouvir do Sr. [E.] Constantine [Henry] Phipps, enviado extraordinário e ministro plenipotenciário de S. M. Britânica [no Rio de Janeiro], a propósito da notícia dada por alguns jornais da ocupação da ilha da Trindade, no Oceano Atlântico, entre a América Meridional e a costa ocidental da África, por súditos de Sua Majestade [Britânica], que não lhe parecia destituída de fundamento. Imediatamente observei que, estando essa ilha no domínio da República dos Estados Unidos do Brasil, uma tal ocupação seria ilegítima e não poderia prevalecer; afirmei-lhe que tal domínio era inequívoco, do que em tempo oportuno deduziria a demonstração; anunciei-lhe, não só haver ordenado, por telegrama, à legação brasileira em Londres que me prestasse informações a esse respeito, como também a agitação que no espírito público produziria nesta ocasião em que outros fatos de ordem internacional estavam fermentando e exaltando o natural e nobre sentimento de nacionalidade².

Tendo [o periódico] 'O País' do dia seguinte denunciado a resolução do governo federal de mandar aquela ilha um navio de guerra verificar o fato da ocupação, o Sr. Constantine Phipps teve a gentileza de procurar-me às 3 horas da tarde, para, melhor informado, comunicar-me que era verdadeiro o fato da ocupação em nome da Coroa da Inglaterra, desde fevereiro último, por se tratar de território abandonado e nele não haver vestígio algum de posse de qualquer outra nação.

Não dissimulei a surpresa, senão desgosto, que isso me causava, renovando as minhas afirmativas da véspera, apoiadas nos antecedentes históricos e nos testemunhos dos geógrafos.

Desvanecidas as dúvidas quanto à efetividade da ocupação, disse-me o Sr. Phipps que conviria suspender a ordem relativa à saída do navio de guerra, por isso que levaria as minhas observações ao conhecimento do seu governo e que dentro de 48 horas teria naturalmente instruções para tratar deste incidente desagradável às relações em que felizmente se mantêm os dois países, o Brasil e a Inglaterra.

Cumpro agora o dever de consignar aqui como prometi ao Sr. Phipps, as razões em que me fundei para qualificar de ilegítima a recente ocupação da ilha da Trindade; antes, porém, permita-me comunicar-lhe que, por telegrama ontem recebido, a legação brasileira em Londres disse-me ter sido informada no Foreign Office que esta ocupação data de janeiro último, em nome do governo inglês, para o serviço do cabo submarino argentino, não se tendo dado publicidade a esse ato nem se feito notificação alguma.

¹ Cópia do documento "c" dos Esclarecimentos do Ministério das Relações Exteriores à Câmara dos Deputados, em 24 jul. 1895. - Nota. A Ilha da Trindade. *RIGHB*, Salvador, v. 2, nº 6, p. 247-260, dez. 1895. p. 253-258. Este documento foi inicialmente dado a público, em inglês, pelo periódico nova-iorquino *The New York Times*, em 29 ago. 1895. p. 9, e pelo carioca *The Rio News*, em 30 jul. 1895. p. 4. Ver, ainda: Eduardo Marques Peixoto. *Ilha da Trindade: memória histórica*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1932. p. 97-101. Contemporaneamente, Oliveira utilizou como fonte: Suplemento ao Anexo I do Relatório do Ministério das Relações Exteriores de 1896: Correspondência e Documentos Diplomáticos sobre a ocupação da ilha da Trindade. José Manoel Cardoso de Oliveira. *Actos diplomáticos do Brasil: Tratados do período colonial e vários documentos desde 1493 (ed. fac-sim.)* (2 vol.). Brasília: Senado Federal, 1997. p. 218-219.

² A invasão da fronteira norte, no Amapá, por forças francesas, por exemplo.

A Ilha da Trindade, como o Sr. Phipps sabe, está situada em 20° 31' de latitude Sul e 13° 47' de longitude Este do meridiano do Rio de Janeiro, e dista, segundo 'The practice of navigation and nautical astronomy', de H[enry]. Rapper (Lieut R[oyal] N[avy]. 7th [ed.,] London, 1862) 651 milhas geográficas do ponto da costa do Estado do Espírito Santo, situado na mesma latitude³. Descoberta pelos portugueses em 1501, só em 15 de abril de 1700 a ela aportou o capitão inglês Edmundo Halley e, em 31 de Maio de 1775, J. Cook, em sua segunda viagem.

Em 1781, achando-se o governo da Grã-Bretanha em guerra com o da Espanha, mandou ocupar a ilha, para hostilizar o comércio espanhol com as colônias do Prata, o que motivou sérias reclamações da Espanha a Portugal e ordenar este ao Vice-Rei do Brasil que mandasse uma expedição desocupá-la. Formou-se então, no ano de 1782, um estabelecimento militar português, tendo recebido ordem, em 16 de setembro desse ano, o Vice-Rei para promover comunicações regulares com a Ilha.

Na viagem de La Pérouse, em 1785, foi avistada a bandeira portuguesa sobre uma montanha, e somente por ordem de 6 de fevereiro de 1795 foram retirados o destacamento e o armamento que ali se achavam, sendo transportados pela fragata 'Príncipe da Beira', que chegou ao Rio de Janeiro em 11 de outubro do mesmo ano.

Com a independência do Brasil a ilha da Trindade deixou de pertencer a Portugal.

Em 1825 a corveta brasileira 'Itaparica', comandada pelo Capitão de Mar-e-Guerra Diogo Jorge de Brito, ali esteve em comissão do governo brasileiro; mandando em 1831 a regência, em nome do imperador, proceder a estudos e exame para a utilização dessa ilha. Em comissão do governo, ainda nela estiveram a corveta 'D. Isabel', em 1856, a corveta 'Bahiana', em 1871, a corveta 'Nichteroy' nesse mesmo ano e em 1884, e ultimamente o transporte de guerra 'Penedo', em abril de 1894, sob o comando do 1° Tenente da Armada Joaquim Sarmanho.

Antes da comissão confiada em 1894 ao transporte 'Penedo', o governo da República iniciara trabalhos no sentido de aproveitamento da ilha para serviço penitenciário, o que consta dos Avisos de 11 de julho e 14 de outubro de 1891 do Ministério da Justiça. Malte-Brun e Elisée Réclus (este ainda em 1894) entre as terras pertencentes ao Brasil, enumeram a ilha da Trindade, para não invocar Pierre Larousse (Dict. Univ. T. XV).

Devo também ponderar ao Sr. Phipps que, sob o regime do Império, o governo brasileiro, por Decreto nr. 9.334 de 29 de novembro de 1884, concedeu permissão ao cidadão João Alves Guerra para explorar minerais, extrair produtos naturais e o estabelecer salinas na ilha da Trindade, considerando-a acessória da então Província do Espírito Santo. Tudo isso é decisivo.

A ocupação é modo legítimo de adquirir domínio somente com relação às coisas que não tem dono - 'res nullius' -, e são tais as que não estão no domínio alheio, ou porque nunca pertenceram a pessoa alguma ou porque foram abandonadas por seu antigo dono.

O abandono não se presume pela regra - 'nemo suum jactare proesumitur' -; depende da intenção de renunciar e da cessação do poder físico sobre a coisa, não se confundindo com o simples desamparo ou deserção.

O proprietário pode deixar a coisa 'deserta' ou ao desamparo e, no entretanto conservar o domínio. O fato da posse legal não consiste em reter realmente a coisa, mas

³ Referência extraída de nota à p. 249 em Pedro Torquato Xavier de Brito. Memória Histórica e Geográfica da Ilha da Trindade. *RIHGB*, Rio de Janeiro, t. 40, parte II, p. 249-275, 1877.

em tê-la à sua livre disposição. A ausência do proprietário, o desamparo ou deserção não excluem a livre disposição, e daí 'animus retinetur possessio'.

Gaio (Inst. C.4 § 154) ensina: "... quoniam possidemus animo solo quum volumus retinere possessionem' - 'Neque vero deseri locum aliquem satis est, ut pro derelicto habendus sit, sed manifestis appareat indicus derelinquendi affectio' - acrescenta Muhlebruck, *Doctrina Pandect.* §§ 241 e 251.

O abandono não pode decorrer senão de manifestação expressa da vontade, por isso que o 'animus' é a possibilidade de reproduzir a primeira vontade da aquisição da posse e, como ensina Savigny (§ 32), nem há necessidade de ter constantemente a consciência da posse. Para o abandono é preciso um ato novo de vontade, dirigido em sentido contrário da primeira vontade - 'animus in contrarium actus'.

'Pro derelicto autem habetur quod dominus ea mente adjecerit ut id rerum suarum est nolit' exprime-se a Instituta.

Quando a coisa, cujo abandono se invoca para legitimar a ocupação, é do domínio de uma nação, mais rigorosa se faz a necessidade de apoiá-la em manifestação positiva e expressa da vontade de não querer continuar a possuir, por isso que, no domínio territorial, não se presume o abandono, a presunção não é a de ser 'res nullius' como no caso da Instituta - "Insula quae in mari nata est (quod raro accidit) occupantis fit: nullius enim esse creditur'.

Se a ilha da Trindade foi descoberta pelos portugueses e por eles ocupada militarmente até 1795; se estes fatos são históricos e a memória das nações exclui a ignorância deles; se por atos positivos e públicos manifestou sempre o governo a convicção de ser a ilha da Trindade território nacional, a condicional da ocupação, que é ter por objeto 'res nullius' não se verifica.

A posse perde-se 'corpore', somente quando a faculdade de dispor torna-se completamente impossível; quando desaparece o estado de fato que não permita dispor da coisa possuída.

Se o Brasil não manifestou por ato expresso a vontade de abandonar a ilha, que fora adjudicada ao continente brasileiro pelo fato da sua independência política, e se, e nisto há de convir o Sr. Phipps, não existe um estado de fato que o impedisse de dispor da ilha ou de utilizar-se dela, quando e como lhe aprouvesse, com o domínio conservou íntegra a posse e não sendo 'res proderelicto' sua ocupação, em nome do governo inglês, não é título legítimo de aquisição do domínio.

Apresentando estas reflexões ao Sr. Phipps, acredito que não se dedignará de submetê-las ao governo de S. M. a Rainha da Inglaterra, como protesto contra a ocupação da ilha da Trindade, que faz parte do território brasileiro, e estou certo de que, desfeito o equívoco do abandono e de ser, portanto a mesma ilha 'res nullius', ele expedirá suas ordens no sentido da desocupação, rendida assim homenagem aos sentimentos de justiça e acentuadas mais uma vez as disposições em que se acham os dois governos, o do Brasil e o da Inglaterra, de conservar inalteradas as relações em que se mantêm.

Por ínfimo que fosse o valor da ilha da Trindade, o governo federal julgar-se-ia obrigado a ter este procedimento, porque, se a lesão de direito fosse consciente e proposital, o pundonor nacional não sentir-se-ia menos afetado.

Renovo ao Sr. Ministro as seguranças da minha alta consideração.

Carlos [Augusto] de Carvalho.

Anexo II - Nota Diplomática do Ministro da Grã-Bretanha no Rio de Janeiro ao Ministério das Relações Exteriores, em 20 de julho de 1895¹:

Petropolis, July 20, 1895.

Monsieur le Ministre

I did not fail, subsequent to my interviews with Your Excellency on Friday and Saturday last, to communicate to Her Majesty's Principal Secretary of State for Foreign Affairs Your Excellency's observations relative to the assumption by Her Majesty's Government of the possession of the Island of Trinidad.

I am instructed to inform Your Excellency that the possession of the island in question was first taken by Great Britain in the year 1700. No evidence was then found of Portuguese possession, and no protest was made by Portugal. In the opinion, therefore, of the Marquis of Salisbury, there cannot be any Brazilian title to the island superior to that of Great Britain. When Her Majesty's Government resumed possession of that island and of Martin Vaz, in January last, no trace of foreign occupation was found, and, as Trinidad is required as a telegraph cable station, Her Majesty's Government cannot consent to waive their rights to it.

I had great pleasure in informing Lord Salisbury that Your Excellency had, in the most friendly manner, stand the view, which I did myself the honour of expressing that it was inexpedient pending my reference of the question to Her Majesty's Government, that a Brazilian ship of war should be sent to Trinidad, and I feel convinced that Your Excellency will not fail to perceive that there can now be no question of sending a ship to assert a right of sovereignty over an island in the possession of Her Majesty's Government.

I avail myself of the opportunity, Monsieur le Ministre, to renew to Your Excellency the assurances of my very high consideration.

His Excellency

Senhor Doutor Carlos [Augusto] de Carvalho.

Minister for Foreign Affairs.

[E.] Con[stantine Henry]. Phipps

¹ Cópia do documento "d" dos Esclarecimentos do Ministério das Relações Exteriores à Câmara dos Deputados, em 24 jul. 1895 - Nota . Este documento foi inicialmente dado a público, em inglês, pelo periódico nova-iorquino *The New York Times*, em 29 ago. 1895. p. 9, e pelo carioca *The Rio News*, em 30 jul. 1895. p. 4. Ver, ainda: Eduardo Marques Peixoto. *Ilha da Trindade: memória histórica*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1932. p. 97-101.

Anexo III - Nota Diplomática do Ministério das Relações Exteriores ao Ministro da Grã-Bretanha no Rio de Janeiro, em 23 de julho de 1895¹:

Rio de Janeiro - Ministério das Relações Exteriores, 23 de julho de 1895.

Neste momento, trinta e cinco minutos depois do meio-dia, tive a honra de receber a nota datada de 20 do corrente, em que o Sr. [E.] Constantine [Henry] Phipps, enviado extraordinário e ministro plenipotenciário de S. M. Britânica [no Rio de Janeiro], me comunica, de ordem do seu governo, que a posse da ilha da Trindade foi pela primeira vez tomada pela Grã-Bretanha, no ano de 1700, sem que houvesse protesto da parte de Portugal, sendo, portanto, opinião de Lord Salisbury, principal Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros, que não pode haver título brasileiro ao domínio dessa ilha superior ao da Grã-Bretanha. Acrescenta o Sr. Phipps que o governo de S. M. a Rainha da Grã-Bretanha, tendo ocupado a ilha [da] Trindade e a de Martim Vaz, em janeiro ultimo, para uma estação de cabo telegráfico, não pode consentir em abrir mão de seus direitos sobre esta.

Permita o Sr. Phipps que eu lhe responda, para transmitir a Lord Salisbury, que o melhor título do direito do Brasil sobre ilha da Trindade é o reconhecimento solene, positivo e prático desse direito pelo almirantado inglês que, em 22 de agosto 1782, expediu terminantes ordens ao oficial inglês que comandava a ilha da Trindade para que a evacuasse sem demora e a entregasse ao governo português, como pertencente aos domínios do reino de Portugal na América do Sul e sujeita ao reinado do Brasil.

Vê, pois, o Sr. Phipps que Lord Salisbury, fazendo remontar os títulos ingleses a 1700, ano em que o capitão Edmundo Halley aportou à ilha da Trindade, descoberta pelos portugueses no começo do século XVI, labora em equivoco, que os arquivos britânicos facilmente poderão desvanecer.

Ofereço à consideração do Sr. Phipps cópia das instruções que ao Capitão de Mar-e-Guerra, comandante da nau 'Nossa Senhora dos Prazeres' deu em 7 de dezembro de 1782 o Vice-Rei do Brasil, Luiz de Vasconcelos e Souza, para o estabelecimento militar da ilha da Trindade nesse ano, e que deveria seguir-se, como seguiu-se, à retirada das forças inglesas que intrusamente ali achavam-se. De tudo deu esse Vice-Rei comunicação ao seu governo, em 20 de dezembro do mesmo ano.

¹ Cópia do documento "e" dos Esclarecimentos do Ministério das Relações Exteriores à Câmara dos Deputados, em 24 jul. 1895. - Segunda Nota. A Ilha da Trindade. *RIGHB*, Salvador, v. 2, nº 6, p. 247-260, dez. 1895. p. 258-260. Este documento foi inicialmente dado a público, em inglês, pelo periódico nova-iorquino *The New York Times*, em 29 ago. 1895. p. 9, e pelo carioca *The Rio News*, em 30 jul. 1895. p. 5. Posteriormente, à época, integrou o Suplemento ao Anexo I do Relatório do Ministério das Relações Exteriores de 1896: Correspondência e Documentos Diplomáticos sobre a ocupação da ilha da Trindade, utilizado contemporaneamente por Oliveira. José Manoel Cardoso de Oliveira. *Actos diplomáticos do Brasil: Tratados do período colonial e vários documentos desde 1493 (ed. fac-sim.)* (2 vol.). Brasília: Senado Federal, 1997. p. 218-219. Integravam esta nota diplomática, como anexos, cópia dos seguintes documentos: (a) Ordem, expedida pelo Almirantado da Grã-Bretanha em 22 ago. 1782, para a desocupação da ilha da Trindade; (b) Instruções do Vice-Rei do Brasil Luiz de Vasconcelos e Souza ao Capitão de Mar-e-Guerra José de Mello Brayner, em 7 dez. 1782, para a desocupação inglesa da Ilha da Trindade; e (c) Ofício do Vice-Rei do Brasil Luiz de Vasconcelos e Souza, à Coroa portuguesa, em 20 dez. 1782, dando conta da partida da expedição. Ver, ainda: Eduardo Marques Peixoto. *Ilha da Trindade: memória histórica*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1932. p. 102-104.

Por elas verá o Sr. Phipps que a Grã-Bretanha cedeu à justiça e à razão, desocupando a ilha da Trindade e proclamando os direitos em que o Brasil sucedeu por motivo de sua independência política e por estar a ilha da Trindade sob a jurisdição do governo do Rio de Janeiro.

O título de 1700, invocado por Lord Salisbury, não resistiria aos fatos anteriores, como não pode resistir aos subsequentes.

Submeto também, à apreciação do Sr. Phipps, a Carta Régia de 22 de fevereiro de 1724, em que D. João, rei de Portugal, ordenou providências no sentido de impedir que a Companhia inglesa de Guiné se servisse da ilha da Trindade para o comércio de escravos.

Foi sem dúvida solene protesto contra o ato de 1700, praticado pelo Capitão Halley.

Cumpro o dever de apelar para os sentimentos de justiça do governo de Sua Majestade a Rainha da Grã-Bretanha, no intuito de afastar das boas relações que mantém com o da República dos Estados Unidos do Brasil, [este] motivo de perturbação. Não tenho dúvida que à verificação do que afirmo seguir-se-á espontânea desocupação da ilha da Trindade, como fez em 1782 o governo de Sua Majestade Britânica.

E porque o Sr. Phipps no final de sua nota alude à sugestão que me fez de suspender-se a ordem de ir à ilha da Trindade um navio de guerra brasileiro verificar o que lá ocorria, e declara que, à vista do exposto em nome do seu governo, não há mais necessidade de mandá-lo para certificar-se de estar o governo de Sua Majestade a Rainha exercendo ato de soberania com a ocupação da mesma ilha, faço o mais vivo protesto contra semelhante asserção, ressaltando todos e quaisquer direitos da República dos Estados Unidos do Brasil e pedindo licença para fazer sentir ao Sr. Phipps, confirmando o que verbalmente lhe declarei hoje, às 11 1/2 da manhã, que, forte no seu direito, a República dos Estados Unidos do Brasil não o abandonará confiante, antes de tudo, nos sentimentos do governo de Sua Majestade a Rainha de Inglaterra.

Renovo ao Sr. Ministro as seguranças de minha alta consideração.

Carlos [Augusto] de Carvalho.

Anexo IV - MR. HICKEY'S TRINIDAD INVADED - Great Britain's Warship Barracouta¹ Takes Possession of the Land While the Prince Is in California²

In the dark, in January, this year, Great Britain took possession of the Island of Trinidad, the fairy Island of Trinidad, whereof Baron Harden-Hickey is sovereign.

Baron Harden-Hickey does not know this yet. He is in California "baladeing himself", as his chancellor says; that is, promenading in stage coaches through magnificent tree trunks while his sovereignty is undone.

"He writes to me that the weather is fine and that life is good", says M. E. G. de la Boissière. "If he only knew! I have not even been officially notified. My information comes in two letters, written by two different persons, different in nationality and in geographical situation. One of the letters, dated June 3, says that it was the warship Barracouta which effected a landing."

"Then, there will be a war, of course", said the reporter.

"Or diplomacy", said M. de la Boissière.

He readjusted his glasses, his double pair of glasses, one of which is fantastic and the other real, and said:

"Brazil will say that Trinidad belongs to Brazil. 'But you let Baron Harden-Hickey take it, and make a principality of it, with himself as sovereign under the name of James I', Great Britain will reply."

"Then what will Brazil have to say?" asked the reporter.

"That our assumption of the land was sanctioned by Brazil; that Brazil has a protectorate over the principality of Trinidad", replied M. E. G. de la Boissière, with his graceful bow, that always wins a heart.

"Brazil cannot permit Britain to have a stronghold so near her", he added. "We would not be very dangerous - but England!"

He raised his golden-spectacled eyes and continued:

"I can tell you what the outcome of all this is to be. Either we shall be recognized by all the powers, or Great Britain will pay us a large indemnity for all our titles to the land of Trinidad so ruthlessly invaded."

He went out smiling.

Trinidad is a desert island in the South Atlantic ocean, latitude 30 degrees 30 minutes, longitude 29 degrees 22 minutes. It is 5 miles in length and 3 in width. It is rocky and mountainous. It is a paradise of turtles, a cavern of fish, a mine of guano, and - "pardessus le marché" - a well of wealth hidden by pirates, in comparison with which all the fortunes of the rajahs were insignificant.

Baron Harden-Hickey, whom the Parisians esteemed as the witty and warlike editor of Le Triboulet, is the son-in-law of Mr. John H. Flagler of the Standard Oil

¹ O HMS Barracouta, o HMS Retribution, o HMS Acorn e o HMS Beagle constituam o Her Majesty's South-East Coast of America squadron. *The Rio News*. Rio de Janeiro, 27 ago. 1895. p. 6. Nota nossa.

² *The New York Times*, New York, Jun 18, 1895. p. 3. Ver, ainda: *The Rio News*, Rio de Janeiro, 20 ago. 1895. p. 4.

Company. His ancestors were Irish and went to France with the Stuarts. He fought duels with Aurélien Scholl, Hippolyte Taine and A. Lavertigon. Then he set sail for Cape Horn.

A storm threw his ship on Trinidad. As there was not a soul there he took possession of the land in his own name. What else could he do?

He went to India and became a Buddhist; he came to New York and wrote a book on various methods of committing suicide. He was married, and he laid claims to his principally.

He laid claims to it, and invited noblemen of the boulevards to purchase titles and ranks in his army. He said that the weather at Trinidad was insufferable for noblemen, but tolerant to coolies. He made a prospectus, which has an enchanting as a mining corporation's. He adopted a coat of arms and an order of chivalry. He issued - or his agents issued - postage stamps of the new nation. He acquired all the gestures of a sovereign.

If he turned to Dr. Halley's logbook, published in 16983, he probably read in it that "The island has neither goats nor hogs nor any people." If he read Alexander Dalrymple's "Collection of Voyages, Chiefly in the Southern Atlantic Ocean", published in 1775, he probably read in it that Dr. Halley, April 17, 1700, "took possession of the island in his majesty's name, as knowing it to be granted by the King's letters patent, leaving the union jack flying." But whether he read these abolished records or was told of their existence or has never had the least inkling of them, he is sovereign of Trinidad, the fairy Trinidad, whereof noblemen of the boulevards have dreamed and philatelists of everywhere bought stamps, and Baron Harden-Hickey is much changed or he will not resign without a murmur the throne which he has held for a year at least in pure ideality.

³ Esta data de publicação do Diário de Bordo está incorreta, uma vez que, como o próprio texto indica, Halley tomou posse da Ilha em 17 abr. 1700. Nota nossa.

Anexo V - TRINIDAD'S PRINCE AWAKE - An Appeal to Washington Against Brazil and Great Britain¹

YARD SAYS THE LAND IS BARREN - Nevertheless the Chancellor to Harden-Hickey, That Is James I, Is Enthusiastic

A FUTURE AMERICAN BELGIUM IMAGINED - Grounds upon Which Rest the Claims of the Monarchical Pretender to the Territory Given in Detail

Trinidad is a principality; Baron Harden Hickey, under the name of James I., is the sovereign. Great Britain has seized Trinidad for a cable station; Brazil has made a formal protest and sent the cruiser Newark to the island to emphasize its declaration of ownership of the territory. Baron Harden Hickey is in California. He has no cruiser, but he has a Grand Chancellor, located in West Thirty-sixth Street, New York City.

This fact will be made evident by the following state document of the Trinidad Chancellery, which is now in possession of the State Department in Washington:

Grande Chancellerie de la Principaute de Trinidad,
217 West Thirty-sixth Street,
New-York City, U. S. A.
No. 4,627.
New-York, July 30, 1895.

Excellency:

I have the honor to recall to your memory:

First, That in the course of the month of September; 1893, Baron Harden Hickey has officially notified all the powers of his taking of possession of the uninhabited Island of Trinidad; and,

Second, that in the course of January, 1894, he has renewed to all these powers the official notification of the said taking of possession, and has informed them at the same time that from that date the land would be known as "Principality of Trinidad"; that he took the title of "Prince of Trinidad," and would reign under the name of James I.

In consequence of these official notifications, several powers have recognized the new Principality and its Prince, and at all events none has thought it necessary at that epoch to raise objections or formulate opposition.

The press of the entire world has, on the other hand, often acquainted readers with these facts, thus giving to them all possible publicity. In consequence of the accomplishment of these various formalities, and as the law of nations prescribes that "derelict" territories belong to whoever will take possession of them, and as the Island of Trinidad, which has been abandoned for years, certainly belongs to the aforesaid category, his Serene Highness Prince James I. was authorized to regard his rights on the said island as perfectly valid and indisputable.

¹ *The New York Times*, New York, 1 ago. 1895. p. 1.

Nevertheless, your Excellency knows that recently, in spite of all the legitimate rights of my august sovereign, an English warship has disembarked at Trinidad a detachment of armed troops and taken possession of the island in the name of England.

Following this assumption of territory, the Brazilian Government, invoking a right of ancient Portuguese occupation (long ago outlawed), has notified the English Government to surrender the island to Brazil.

I beg of your Excellency to ask of the Government of the United States of North America to recognize the Principality of Trinidad as an independent State, and to come to an understanding with the other American powers in order to guarantee its neutrality.

Thus, the Government of the United States of North America will once more accord its powerful assistance to the cause of right and of justice, misunderstood by England and Brazil, put an end to a situation which threatens to disturb the peace, re-establish concord between two great States ready to appeal to arms, and affirm itself, moreover, as the faithful interpreter of the Monroe doctrine.

In the expectation of your reply, please accept, Excellency, the expression of my elevated consideration.

The Grand Chancellors,
Secretary of State for Foreign Affairs,
COMTE DE LA BOISSIÈRE.

To his Excellency Mr. the Secretary of State of the Republic of the United States of North America; Washington, D.C.

Trinidad's Chancellery is not in a palace; it is in one of the rooms of a dwelling house built on the block system. Trinidad, itself, is not luxurious. M. le Comte de la Boissière is luxuriously dressed. In white wool, and in white silk striped with pale blue, he bowed affably to the reporter for The New-York Times.

"Do you like my appeal to Washington?" he asked. "I have sent it to all the Ministers Plenipotentiary, Ambassadors, Envoys, and diplomatic agents. Oh, everybody knows about the Principality now. Everybody knew before, for all the newspapers had made its fame resound. They were not all friendly newspapers; some of them treated us in a deplorably frivolous manner, but all served to make ignorance of our claim inexcusable. It would be childish for Brazil or for England to plead ignorance of our authority now. Our claim has been admitted by some powers, since they have sent answers to our notifications."

"Of course," said the reporter. "Then there are your subjects to be considered. Nobody believes that they will indifferently let themselves become Britons or Brazilians."

"Our subjects!" exclaimed M. de la Boissière. "Well, we need not talk about them. The question of population has no bearing in such affairs. There would have been a stock of subjects at Trinidad now, if the English had not seized the land."

"Was the land so seductive?" asked the reporter.

"The Brazilians did not care for it," said M. de la Boissière, "but they are not well informed about the coast of Brazil. There are other merits in Trinidad than those which we have published. At all events, we are the only power having any right in Trinidad. Is not my neutrality idea good? It satisfies the Brazilians, who have no reason to fear an invasion

from us, and have a thousand reasons to fear the proximity of Great Britain. It is not the loss of the island, but its English occupation, that the Brazilians resent."

M. de la Boissière spoke with enthusiasm of the future of the Principality of Trinidad, defended by the United States and by Brazil, "an American Belgium," recognized by all the powers in the world, filled with monuments of modern art, industrious, as rich as Golconda, progressive, brilliant, and charmingly aristocratic.

Anexo VI - TRINIDAD'S PRINCE AT HIS WORK - Grand Chancellor de la Boissière Tells How the War Between Brazil and Great Britain Will Be Averted¹

M. le Comte de la Boissière, Grand Chancellor of the Principalities of Trinidad, held in one hand a silver-headed stick, a gold-headed umbrella, a bag of alligator skin marked with his monogram in silver under a coronet, and a rolled shawl the colors of which were those of the Campbell plaid; his other hand held the knob of the door of the Chancellery. The bag, the stick, and the umbrella fell. He caught the shawl.

"How could you guess the precise moment at which you would not be a second too late to find me? I am going to Washington," he said to the reporter.

"Serious, isn't it?"

"Serious! Come with me in my coupé. I haven't a moment to lose. In January last year British troops disembarked at Trinidad and took possession of the principality's territory, thus renewing a former assumption of territory. Brazil objected, invoking, in its turn, rights on Trinidad created by a former assumption of territory. Now, the international code acknowledges the validity of an assumption of territory only when it is followed by an effective occupation, and neither England nor Brazil ever effectively occupied the Island of Trinidad. Consequently, their rights are proscribed and of no value."

M. le Comte de la Boissière looked at the reporter with a triumphant air, which the reporter silently encouraged. He continued:

"The only authority that has fulfilled the 'sine qua non' condition of effective occupation is his Serene Highness Prince James I., my august sovereign. He has not only taken possession and made effective occupation of the Island of Trinidad, he has officially notified of this act, twice, all the powers, and not one of them protested."

"To him?"

"Not one of them protested to him or to anybody else against his assumption of the territory. After the English invasion of the principality's territory I wrote an official protest and addressed it to all the powers. At the same time I requested the Government of the United States of North America to recognize the Principality of Trinidad as an independent State.

"In acceding to this request, the Government of the United States of North America would have the advantage, while according once more its powerful aid to the cause of equity and of justice, to make everybody content."

"What would be the immediate effects of such an act?" asked the reporter, anxiously.

"First - To recognize the just claims of his Serene Highness Prince James I., my august sovereign" - M. le Comte de la Boissière looked above the steel frame of his eyeglasses - "which are indisputable.

"Second - To calm the legitimate apprehensions of Brazil, which understands the dangers, in case of war with England, of a strategic position so close to the coast of the republic.

¹ *The New York Times*, New York, 24 jan. 1896. p. 9. Ver, ainda: *The Rio News*, Rio de Janeiro, 25 fev. 1896. p. 5-6.

"Third - To give to the British Kingdom a solution of the problem, in conformity with England's aim to make a cable landing at Trinidad, for the principality will be glad to accord this privilege."

"Did not the Brazilian Chamber refuse to submit this problem to arbitrators, on the ground that Trinidad is geographically a part of Brazilian territory?" asked the reporter.

"The Island of Trinidad," said M. le Comte de la Boissière sententially, but with a delicate shrug of his broad shoulders, "is at a distance of 750 miles from the Brazilian coast - a three-day trip by steamboat - and if it's not in territorial waters it is not where it should be to be unhesitatingly a part of the Brazilian territory. Brazil's territorial waters end at three miles from the coast; Trinidad is at a distance of 750 miles. What do you think of that margin?"

"Since Brazil has seen the United States taking the part of Venezuela. Brazil thinks of doing what Brazil may like. But the United States takes the part of Venezuela in demanding arbitration, and cannot sustain Brazil in refusing to accept arbitration."

"What do you suggest?" asked the reporter.

"That the United States use its good influence in causing the Brazilian Chamber to reconsider its former resolution not to submit to arbitration."

"If the question be brought before a court of arbitration, are you sure that the judgment of the court will favor your august sovereign?"

M. le Comte de la Boissière placed his gloved hand on the reporter's shoulder, tapped it gently, and replied:

"The Court of Arbitration could render no other decision. His Serene Highness, James I., alone has fulfilled the 'sine qua non' conditions formulated in the International Code."

The two tall bays of the Grand Chancellor's coupé stopped abruptly in front of the Cortlandt Street ferry house, the Grand Chancellor stepped out lightly without waiting for the footman to assist him, waved his hand cordially, banged the door, and gave the imperative direction to his coachman: THE 'NEW-YORK TIMES.

Anexo VII - HARDEN-HICKEY A SUICIDE - The "Baron", Who Proclaimed Himself Dictator of Trinidad, Dies in a Texas Motel¹

EL PASO, Texas, Feb. 10. - "Baron" Harden-Hickey, better known as the "Prince of Trinidad", was found dead at the Pierson Hotel, in this city, today. Servants in the hotel discovered the body at noon, and the indications were that the Baron had died during the night from drugs taken with suicidal intent.

He left a letter addressed to his wife, at Corona, Cal., in which he said that he was going to die. He was married to a daughter of John H. Flagler of New York, the Standard Oil [Co.] man, in 1891.

Many persons who knew "Baron" Harden-Hickey as the merry editor of [Le] Triboulet, in Paris, in 1883, will wonder whether, in taking his life, he followed the precepts laid down by himself in "Euthanasia." "Euthanasia" is a monologue on the cheerful art of committing suicide.

In the early eighties "Baron" Harden-Hickey appeared on the boulevards of Paris, coming from no one knew where. He seemed to have money, and soon got a collection of boulevardiers together and with them founded Triboulet, which treated all comic subjects in a serious vein and all serious subjects in a comic vein. The journal seemed to prosper and the "Baron" made friends and money. By birth he was evidently an Irishman, but he spoke French like a native.

In 1888 [Le] Triboulet suddenly stopped publication and the boulevards of Paris knew "Baron" Harden-Hickey no more. His disappearance created a great deal of talk for a time. In the Spring of 1894 there appeared in Paris, addressed to the boulevardiers, who had ceased to mourn for the "Baron," certain mysterious circulars announcing the accession to the throne of James I., Prince of Trinidad, who was no other than their old friend and comrade, "Baron" Harden-Hickey.

"James I." set forth very gravely that, having married the daughter of the well-known American millionaire, John H. Flagler, he was much improved in the eyes of society, with almost unlimited means at hand. In a yachting cruise he had stumbled upon the Island of Trinidad, which lies about 700 miles off the coast of Brazil. Not only, he said, was the island uninhabited, but it was unclaimed by any power. He therefore took possession, and proposed to have a military dictatorship. Several Central American republics recognized him as monarch of the island, and ordered their European representatives to inscribe Trinidad on their cards. The "Baron" and his scheme seemed to interest New York as well as Paris for a while.

In July and August, 1895, a great commotion was raised in Brazil from the discovery that the British ship Barracouta, on Jan. 3 of that year, had formally annexed the "principality" of the "Baron" to her Majesty's dominions. It appeared that the English had first taken possession of the island in 1700, but had since then allowed the claim to lapse. The seizure aroused some excitement in America, in the midst of which the "Baron" appealed to the United States to make his claim good. England simply wanted the island as an anchorage for a cable to South America. In January, 1896, the dispute between Brazil and England waxed hot and affairs seemed to be approaching a crisis. Brazil refused to arbitrate. But above the dispute of nations was heard the cry of the "Baron" appealing for recognition as James I. All became quiet when England decided that she didn't want the island after all.

¹ The New York Times, New York, 11 fev. 1896. p. 1.

Anexo VIII

aa	mm	dd	Eventos relacionados à <i>Questão da Ilha da Trindade (1895-96)</i>
1889	11	20	Foi escavada pela expedição particular do Iate <i>Alerte</i> , sob o comando de E. F. Knight, um aventureiro britânico, à caça de um tesouro escondido. Sem sucesso, a expedição deixou a ilha em 16 de fevereiro de 1890 ¹ .
1893	11	05	Harden-Hickey, um aventureiro norte-americano, anunciou o seu projeto para transformar a Ilha da Trindade em um país independente, em matéria na primeira página do <i>The New York Tribune</i> ² .
1893	12	08	Harden-Hickey emitiu uma proclamação instituindo uma Ordem de Cavalaria, a Ordem da Insígnia da Cruz da Trindade, destinada a comemorar a sua ascensão ao trono, premiando a literatura, a indústria, a ciência e as virtudes humanas ³ .
1894			Foi visitada pelo navio de transporte <i>Penedo</i> , da Marinha do Brasil, sob o comando do 1º Tenente Joaquim Sarmanho ⁴ .
1894	12	24	O Cruzador britânico <i>HMS Barracouta</i> ancorou na praia da Chapada [?] e, na presença do seu comandante, um tenente, dois guardas-marinhas, um médico e doze marinheiros, tomou-se posse da Ilha em nome de Sua Majestade Britânica, erguendo um mastro no qual içaram o pavilhão inglês, firmando uma ata de posse. Foram nomeados em seguida autoridades do porto da ilha, médico e Mr. Fishburn como comandante do porto da ilha, com uma pequena guarnição. A embarcação dirigiu-se em seguida a Montevidéu, onde chegou nos primeiros dias de janeiro, tendo recebido livre prática por apresentar Carta de Saúde assinada pelas autoridades inglesas da Ilha da Trindade ⁵ . Therezinha de Castro refere: <i>o navio Baracowta, sob o comando do Capitão Foley, arvorara nela o pavilhão inglês</i> ⁶ .
1895	01		Supostamente ocupada por forças britânicas, sob pretexto de abandono e de desapropriação por utilidade internacional: o estabelecimento de uma estação de cabo telegráfico submarino, para ligação da Inglaterra com a Argentina. ⁷
1895	06	04	O periódico londrino <i>Financial News</i> informou a anexação da Ilha da Trindade ⁸ .
1895	06	18	O periódico nova-iorquino <i>The New York Times</i> noticia: MR. HICKEY'S TRINIDAD INVADED; Great Britain's Warship Barracouta Takes Possession of the Land While the Prince Is in California ⁹
1895	07	15	Durante a sessão do Senado Federal, o Senador Coelho Rodrigues referindo a <i>suposta constituição do principado da Ilha da Trindade, que consta já tem bandeira e coleção de selos</i> , conforme lera em matutino daquele dia, apresenta requerimento solicitando informações ao Governo sobre se a Ilha está colonizada e, caso afirmativo, por quem. A fala do Senador Joaquim Catunda trai informação confusa sobre a Ilha (estaria ocupada, a

¹ E[dward]. F[rederick] Knight (1852-1925). *The cruise of the 'Alerte': the narrative of a search for treasure on the desert island of Trind (3rd. ed.)*. London: Longmans, Green, and C^o, 1892. 328p. il. (1ª edição: 1890)

² *The New York Tribune*, New York, 5 nov. 1893. William Bryk. Nota biográfica de Harden-Hickey. Disponível em: <http://www.nypress.com/15/50/news&columns/oldsmoke.cfm>. Consultado em 29 dez. 2004.

³ A proclamação rezava:

"We, James, Prince of Trinidad, have resolved to commemorate our accession to the throne of Trinidad by the institution of an Order of Chivalry, destined to reward literature, industry, science, and the human virtues, and by these presents have established and do institute, with cross and crown, the Order of the Insignia of the Cross of Trinidad, of which we and our heirs and successors shall be the sovereigns.

"Given in our Chancellery the Eighth of the month of December, one thousand eight hundred and ninety-three, and of our reign, the First Year.

"JAMES." Apud: Richard Harding Davis (1864-1916). *Real Soldiers of Fortune*. E-text do *Project Gutenberg*. Disponível em: <http://www.gutenberg.org/etext/3029>. Baixado em: 16 jan. 2005.

⁴ Manuel Duarte Moreira de Azevedo. *A Ilha da Trindade. RIHGSP*, São Paulo, v.3, p. 9-27, 1898. p. 15.

⁵ *El Diario*, Buenos Aires, 24 jul. 1895. Apud: Bruno Lobo, *Ilha da Trindade. Arquivos do Museu Nacional*. Rio de Janeiro, v. 22, 1918. p. 123-124. Acreditamos que a fonte de Lobo tenha sido: Eduardo Marques Peixoto. *Ilha da Trindade: memória histórica completa. Diário Oficial*, Rio de Janeiro, 4 mai. 1904 (em diante).

⁶ Therezinha de Castro. *História da Civilização Brasileira*. Apud: Eurípedes Cardoso de Menezes. *A Ilha da Trindade: posto avançado no Atlântico Sul. A Defesa Nacional*, Rio de Janeiro, a. 69, nº 701, p. 71-76, mai./jun. 1982. p. 72.

⁷ Nota do Ministro da Grã-Bretanha no Rio de Janeiro ao Chanceler Carlos de Carvalho, em 20 jul. 1895. Apud: Eduardo Marques Peixoto. *Ilha da Trindade: memória histórica*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1932. p. 97-101.

⁸ *Financial News*, London, 4 jun. 1895. Apud: *The Rio News*. Rio de Janeiro, 16 jul. 1895. p. 4.

⁹ *The New York Times*, New York, Jun 18, 1895. p. 3. Ver, ainda: *The Rio News*, Rio de Janeiro, 20 ago. 1895. p. 4.

			bandeira seria um protesto contra o Positivismo da República, os selos, moeda fracionária). O requerimento pedindo esclarecimentos sobre a Trindade foi aprovado. ¹⁰
1895	07	16	O periódico carioca <i>The Rio News</i> transcreveu a nota do <i>Financial News</i> , informando a anexação. Iniciava-se a seqüência de eventos que ficaria conhecida como <i>A Questão da Ilha da Trindade</i> ¹¹ .
1895	07	18	O <i>Ministério das Relações Exteriores</i> teve conhecimento, à noite, do fato ¹² .
1895	07	19	O Ministério das Relações Exteriores comunicou o fato ao Ministério da Marinha e solicitou maiores informações à legação brasileira em Londres ¹³ . Solicitou ainda, a busca de documentos aos demais Ministérios, ao Arquivo Público, à Biblioteca Nacional, aos Institutos Históricos e aos arquivos portugueses, através da Legação brasileira em Lisboa ¹⁴ . Durante recepção oficial do Corpo Diplomático, Carlos de Carvalho aborda o assunto com o Ministro britânico no Rio de Janeiro ¹⁵ .
1895	07	20	Divulgação da notícia nos maiores periódicos brasileiros como a <i>Gazeta de Notícias</i> e o <i>Jornal do Comércio</i> . O <i>Paiz</i> informou a intenção do governo brasileiro em mandar um navio de guerra à Ilha para se assegurar do fato. O Chanceler britânico, devido a essa informação, procurou Carlos de Carvalho à tarde e, confirmando a ocupação da Ilha desde <u>fevereiro</u> de 1895, solicitou 48 horas para retornar com instruções por parte de seu país, desaconselhando o envio da embarcação brasileira ¹⁶ .
1895	07	20	Artigo de Collatino Marques de Souza no <i>Jornal do Comércio</i> abordando o viés geoestratégico da <i>Questão</i> . ¹⁷
1895	07	21	Telegrama da legação brasileira em Londres para o MRE, confirmando a ocupação desde janeiro de 1895, para a instalação de um cabo submarino. O Conselheiro Souza Correia, representante diplomático (Ministro) acreditado em Londres à época, informou que a ilha fora tida como abandonada, pois em (pelo menos) três ocasiões anteriores havia sido ocupada por ingleses: 1. em 1700, quando da viagem do astrônomo inglês Edmond Halley; 2. entre 1781-1782, no contexto da Guerra anglo-espanhola ¹⁸ ; e em 1789 [o que era incorreto uma vez que a Ilha se encontrava ocupada por uma guarnição portuguesa, entre 1782-95] ¹⁹
1895	07	22	Nota Diplomática de Carlos de Carvalho apresentou a primeira linha brasileira de defesa ²⁰ .
1895	07	22	A Câmara dos Deputados solicitou informações formais ao MRE ²¹ .

¹⁰ Eduardo Marques Peixoto. *Ilha da Trindade: memória histórica completa*. Diário Oficial, Rio de Janeiro, a. XLIII, nº 183, p. 3690-3691, 9 ago. 1904.

¹¹ *The Rio News*. Rio de Janeiro, 16 jul. 1895. p. 4.

¹² BRASIL. *Relatório do Ministério das Relações Exteriores: 1895*. p. 57 (digitalizado e disponibilizado pelo CRL – Center for Research Libraries em: <http://www.crl-jukebox.uchicago.edu/bsd/bsd/hartness/relacoes.html>. Consultado em 10 nov. 2004.

¹³ A Ilha da Trindade. *RIGHB*, Salvador, v. 2, nº 6, p. 247-260, dez. 1895. p. 253. Ver, também: Eduardo Marques Peixoto. *Ilha da Trindade: memória histórica*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1932. p. 97.

¹⁴ Virgílio Arraes. A República insegura: a disputa entre o Brasil e a Grã-Bretanha pela posse da Ilha da Trindade (1895-1896). *Cena Internacional*, Brasília, a. 2, nº 1, p. 5-29, jun. 2000. p.

¹⁵ Virgílio Arraes. A República insegura: a disputa entre o Brasil e a Grã-Bretanha pela posse da Ilha da Trindade (1895-1896). *Cena Internacional*, Brasília, a. 2, nº 1, p. 5-29, jun. 2000. p. 10.

¹⁶ Conforme narrado por Carlos de Carvalho na Nota Diplomática de 22 de julho de 1895. Grifo nosso.

¹⁷ A Ilha da Trindade e os Rochedos de Martim Vaz. *RIGHB*, Salvador, v. 3, nº 8, p. 185-198, jun. 1896. p. 184-187. Trecho deste artigo, referente ao requerimento para o aproveitamento da ilha pelo autor, foi mencionado no periódico *The Rio News*. Rio de Janeiro, 23 jul. 1895. p. 6.

¹⁸ Uma das estratégias britânicas no conflito foi a de embaraçar o comércio da Espanha com as suas colônias no rio da Prata. Ante os protestos portugueses pela ocupação indevida da Ilha da Trindade, o Almirantado britânico ordenou a sua desocupação (22 ago. 1782). Eugênio Vargas Garcia. *Cronologia das relações internacionais do Brasil*. São Paulo: Editora Alfa-Ômega; Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2000. p. 31. A ocupação militar portuguesa, entretanto, perdurou até 1795. Carlos Delgado de Carvalho. *História diplomática do Brasil (ed. fac-sim.)*. Brasília: Senado Federal, 1998. p. 183-184.

¹⁹ A Ilha da Trindade. *RIGHB*, Salvador, v. 2, nº 6, p. 247-260, dez. 1895. p. 253. Ver, ainda: Ofício Reservado nº 12, 2ª Seção, da Legação em Londres, a 26 jul. 1895. Apud: Virgílio Arraes. A República insegura... p. 10.

²⁰ A Ilha da Trindade. *RIGHB*, Salvador, v. 2, nº 6, p. 247-260, dez. 1895. p. 253-258. Ver, ainda: Eduardo Marques Peixoto. *Ilha da Trindade: memória histórica*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1932. p. 97-101. Contemporaneamente, Oliveira utilizou como fonte: Suplemento ao Anexo I do Relatório do Ministério das Relações Exteriores de 1896: Correspondência e Documentos Diplomáticos sobre a ocupação da ilha da Trindade. José Manoel Cardoso de Oliveira. *Actos diplomáticos do Brasil: Tratados do período colonial e vários documentos desde 1493 (ed. fac-sim.) (2 vol.)*. Brasília: Senado Federal, 1997. p. 218-219.

1895	07	23	Recepção pelo MRE de Nota Diplomática britânica, expedida de Petrópolis no dia 20 de julho. Em resposta, Nota Diplomática de Carlos de Carvalho apresentou a segunda linha brasileira de defesa ²²
1895	07	23	O <i>Jornal do Brasil</i> solicitou a exoneração do Ministro brasileiro em Londres ²³ .
1895	07	24	O MRE apresentou à Câmara dos Deputados, formalmente, os esclarecimentos solicitados, corrigindo a data de ocupação como fevereiro ²⁴ .
1895	07	24	O Ministro brasileiro em Londres, Souza Corrêa, conversou com Lord Salisbury ²⁵ .
1895	07	25	O debate prosseguiu na Câmara dos Deputados, tendo o deputado opositor Nilo Peçanha inflamado o plenário ²⁶ .
1895	07	28	O periódico <i>Gazeta de Notícias</i> informou que o governo brasileiro garantiria o <i>natural monopólio da telegrafia internacional na América do Sul</i> a duas companhias: à South American Cable Ltd. e à Brazilian Submarine Telegraph Co. ²⁷ .
1895	08	01	O <i>Jornal do Comércio</i> transcreveu declaração do periódico argentino <i>Standard</i> , saudando a ocupação britânica ²⁸ .
1895	08	01	O Ministro Souza Corrêa informou o MRE que três periódicos britânicos eram favoráveis à causa brasileira: o <i>Daily Chronicle</i> , o <i>Sunday Times</i> e o <i>South American Journal</i> . Por outro lado, informou que Lord Salisbury não podia mostrar, neste estágio inicial, um desejo de conciliação, devido à delicadeza da matéria e por que, revogando o ato de anexação, ele iria atingir a administração anterior [de Lord Rosebery] ²⁹ .
1895	08	09	O Ministro Souza Corrêa reportou um contato com Lord Salisbury e seu assistente Mr. Sanderson, com relação a uma proposta do Ministro britânico no Rio de Janeiro, Constatine Phipps, para arrendar a Ilha da Trindade para o serviço telegráfico. De acordo com a impressão de Souza Corrêa a proposta era uma idéia <i>vaga e indefinida</i> , lançada para testar se havia alguma possibilidade de negociação. Complementou que a Grã-Bretanha mostrou interesse em estabelecer uma comunicação telegráfica entre a Ilha de São Vicente (Cabo Verde) e a de Ascensão onde já existia uma base. Desejando implantar a linha, mas sem recursos próprios, o governo britânico acenou com um entendimento a empresas telegráficas privadas. Como estas empresas não consideravam a linha como rentável, elas pediram por uma compensação, a qual seria a extensão da linha para o Rio da Prata, na Argentina. Desse modo, uma estação intermediária seria necessária, e a Ilha da Trindade seria perfeita para esse fim ³⁰ .
1895	08	11	O <i>Jornal do Comércio</i> citou o periódico londrino <i>Times</i> , que informou serem ridículas as manifestações populares brasileiras e os discursos inflamados na Câmara dos Deputados. O

²¹ Anais da Câmara dos Deputados, sessão de 22 jul. 1895, ano VII, p. 234. Apud: Virgílio Arraes. *A República insegura...* p. 11.

²² A Ilha da Trindade. *RIGHB*, Salvador, v. 2, nº 6, p. 247-260, dez. 1895. p. 258-260. Este documento foi inicialmente dado a público, em inglês, pelo periódico carioca *The Rio News*, em 30 jul. 1895. p. 5. Posteriormente, à época, integrou o Suplemento ao Anexo I do Relatório do Ministério das Relações Exteriores de 1896: Correspondência e Documentos Diplomáticos sobre a ocupação da ilha da Trindade, utilizado contemporaneamente por Oliveira. José Manoel Cardoso de Oliveira. *Actos diplomáticos do Brasil: Tratados do período colonial e vários documentos desde 1493 (ed. fac-sim.)* (2 vol.). Brasília: Senado Federal, 1997. p. 218-219. Integram esta nota diplomática, como anexos, cópia dos seguintes documentos: (a) Ordem, expedida pelo Almirantado da Grã-Bretanha em 22 ago. 1782, para a desocupação da ilha da Trindade; (b) Instruções do Vice-Rei do Brasil Luiz de Vasconcelos e Souza ao Capitão de Mar-e-Guerra José de Mello Brayner, em 7 dez. 1782, para a desocupação inglesa da Ilha da Trindade; e (c) Ofício do Vice-Rei do Brasil Luiz de Vasconcelos e Souza, à Coroa portuguesa, em 20 dez. 1782, dando conta da partida da expedição. Ver, ainda: Eduardo Marques Peixoto. *Ilha da Trindade: memória histórica*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1932. p. 102-104.

²³ *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 23 jul. 1895. p. 1. Apud: Virgílio Arraes. *A República insegura...* p. 11.

²⁴ Anais da Câmara dos Deputados, sessão de 24 jul. 1895, ano VII, p. 268. Apud: Virgílio Arraes. *A República insegura...* p. 11. Ver, ainda: A Ilha da Trindade. *RIGHB*, Salvador, v. 2, nº 6, p. 247-260, dez. 1895. p. 252-253. Eduardo Marques Peixoto. *Ilha da Trindade: memória histórica*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1932. p. 96-97.

²⁵ Ofício Reservado nº 12, 2ª Seção, da Legação em Londres, a 26 jul. 1895. Apud: Virgílio Arraes. *A República insegura...* p. 12.

²⁶ Anais da Câmara dos Deputados, sessão de 25 jul. 1895, ano VII, p. 283-284. Apud: Virgílio Arraes. *A República insegura...* p. 12.

²⁷ *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 28 jul. 1895. p. 1. Apud: Virgílio Arraes. *A República insegura...* p. 13.

²⁸ *Standard*, Buenos Aires, 24 jul. 1895. In: *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 1 ago. 1895. p. 1. Apud: Virgílio Arraes. *A República insegura...* p. 13.

²⁹ Ofício Reservado nº 14, 2ª Seção, da Legação em Londres, a 1 ago. 1895. Apud: Virgílio Arraes. *A República insegura...* p. 13.

³⁰ Ofício Reservado nº 15, 2ª Seção, da Legação em Londres, a 9 ago. 1895. Apud: Virgílio Arraes. *A República insegura...* p. 13.

			Brasil deveria lembrar a superioridade militar britânica, além dos débitos brasileiros, declarando que a Ilha estava abandonada. Deste modo, de modo a não depender do Brasil para as suas comunicações telegráficas para a Europa [América do Sul?], a Grã-Bretanha anexou a Ilha ³¹ .
1895	08	19	O <i>Jornal do Comércio</i> mencionou a revista francesa <i>Politique Coloniale</i> que declarou que a ocupação não valia a pena ³² .
1895	08	21	O Ministro Souza Corrêa mencionou que o responsável pela anexação da Ilha era Sir John Pender. Pender era o representante de sete companhias de cabo submarino, e era o homem por trás do projeto de anexação da Ilha da Trindade, sob a justificativa de proteger a Brazilian Submarine , da qual era o presidente. De acordo com Pender, esta companhia estava na iminência de grandes perdas, devido ao fato de que o governo brasileiro estava na iminência de grandes perdas, devido ao fato de que o governo brasileiro, também proprietário da Great Western & Brazilian Telegraph , estava à época, autorizado a adquiri-la. Se o fizesse, o governo brasileiro poderia excluí-lo das transmissões telegráficas ou impor-lhe pesadas sanções para operar. Deste modo, Pender projetou estabelecer um cabo direto para a Argentina, país que planejava lhe garantir suporte financeiro para o empreendimento. Por coincidência, após a anexação da Ilha, o governo argentino suspendeu a proposta de financiamento ³³ .
1895	08	22	A <i>Gazeta de Notícias</i> informou que devido ao fracasso da isolada estação de cabo na Ilha de Ascensão, a qual não produziu os lucros esperados, foi imaginado lançar um cabo submarino até ao Rio da Prata, mas, para economizar tempo e dinheiro, além de ser mais "fácil" a Ilha da Trindade foi lembrada ³⁴ .
1895	08	23	Lord Salisbury insistiu com o Ministro Souza Corrêa sobre a possibilidade de um acordo: a Grã-Bretanha poderia negociar se o Brasil mostrasse interesse em um ajuste preliminar com as companhias britânicas de telegrafia, se requerida a instalação de um cabo direto para a Argentina através do Rio da Prata. Souza Corrêa destacou que a sugestão de Lord Salisbury foi de maneira confidencial, pedindo por "estrita reserva", e procurando saber se o Brasil aceitaria esta proposta como base para negociar, delegando a ele, Souza Corrêa, a autorização para fazer o negócio, ou negociar "ad referendum". Deste modo, a Grã-Bretanha iria reconhecer a soberania brasileira e também iria providenciar uma guarnição militar na Ilha. Souza Corrêa informou que o Brasil iria manter a sua posição original ³⁵ .
1895	09	06	O Ministro Souza Corrêa referiu ao MRE que o novo cabo britânico projetado iria causar perda de receita para o Brasil, já que parte dos telegramas da América do Sul iriam ser despachados da Argentina ³⁶ .
1895	09	07	A <i>Gazeta de Notícias</i> noticiou que a Ilha era mostrada em diversos mapas geográficos como brasileira ³⁷ .
1895	10	13	<i>Jornal do Comércio</i> resumiu um texto do Boletim Telegráfico da Repartição Geral dos Telégrafos, o qual continha um memorando endereçado pelo governo brasileiro a sete ou oito empresas mundiais de telecomunicações, inclusive a de Sir John Pender, presidente da Brazilian Submarine Telegraph . Este memorando continha a informação de que a Representação brasileira em Londres recebera uma proposta de dois diretores da BST , o Almirante Richards e Lord Sackville Cecil (irmão de Lord Salisbury) de modo a passar para a sua empresa (a BST) os direitos de exploração das linhas da outra empresa, a Great Western Telegraph . Como contrapartida, a BST daria ao Brasil uma percentagem do tráfego, e garantiria que dois milhões de libras esterlinas poderiam adquirir a Western. Se o governo brasileiro estivesse interessado em investir na Western , a BST iria pagar pelo uso das linhas. Avisava-se, ainda, ao Brasil que no futuro o tráfego iria cair porque, no futuro, a

³¹ Times, Londres. In: *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 11 ago. 1895. p. 1. Apud: Virgílio Arraes. *A República insegura...* p. 13.

³² *Politique Coloniale*, Paris [?]. In: *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 19 ago. 1895. p. 1. Apud: Virgílio Arraes. *A República insegura...* p. 28.

³³ Ofício Reservado nº [19 ??], 2ª Seção, da Legação em Londres, a 21 ago. 1895 [??]. Apud: Virgílio Arraes. *A República insegura...* p. 14.

³⁴ *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 22 ago. 1895. p. 1. Apud: Virgílio Arraes. *A República insegura...* p. 14.

³⁵ Ofício Reservado nº 20, 2ª Seção, da Legação em Londres, a 23 ago. 1895. Apud: Virgílio Arraes. *A República insegura...* p. 14.

³⁶ Ofício Reservado nº 22, 2ª Seção, da Legação em Londres, a 6 set. 1895. Apud: Virgílio Arraes. *A República insegura...* p. 14.

³⁷ *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 7 set. 1895. p. 1. Apud: Virgílio Arraes. *A República insegura...* p. 14-15.

			empresa iria usar uma derivação do Rio da Prata, através da Ilha de Galveston (USA), ou, mesmo, por uma linha direta projetada pela Argentina. ³⁸
1895	10	17	O Ministro Souza Corrêa sugeriu submeter a Questão a arbitramento ³⁹ .
1895	10	18	O MRE rejeitou a sugestão de arbitramento ⁴⁰ .
1895	10	18	O <i>Jornal do Comércio</i> ironizou o <i>The Times Atlas</i> o qual mostrava a Ilha da Trindade, no mapa da América do Sul, como brasileira ⁴¹ .
1895	10	23	O Ministro Souza Corrêa solicitou a Lord Salisbury uma posição da Grã-Bretanha. Lord Salisbury respondeu pedindo paciência, já que a pesquisa britânica nos seus arquivos históricos é lenta. Em complemento, Souza Corrêa informou ao MRE que a notícia da anexação apareceu pela primeira vez graças a uma carta de um oficial do <i>HMS Barracouta</i> a um amigo, editor do <i>Financial News</i> . Souza Corrêa também destacou o fato de que havia influência de membros do Gabinete britânico no projeto de instalação do cabo argentino ⁴² .
1895	10	23	A <i>Gazeta de Notícias</i> em Editorial protestou acerca das arbitrariedades do imperialismo, etc., defendendo o pan-americanismo ⁴³ .
1895	11	12	O <i>Jornal do Brasil</i> pediu um protesto internacional ⁴⁴ .
1895	11	15	O Ministro Corrêa de Souza citou o periódico de negócios britânico <i>Commerce</i> de 6 de novembro, que relacionou a ocupação da Ilha da Trindade com a necessidade de uma linha telegráfica independente do Brasil devido ao fato de que durante "... a recente insurreição recente [a II Revolta da Armada, 1893-94] no Brasil o serviço telegráfico internacional foi suspenso e, para prevenir fato semelhante [no futuro], era vantagem estabelecer uma linha direta para a América do Sul ⁴⁵ .
1895	11	19	O Ministro Souza Corrêa recordou a proposta de arbitragem de Lord Salisbury, como a melhor maneira de evitar um reconhecimento britânico direto dos títulos brasileiros, o que podia ser interpretado como uma condenação a um ato de um Gabinete anterior, evitando uma censura ao poder Legislativo britânico ⁴⁶ .
1895	11	20	No Senado, o Senador Quintino Bocaiúva rejeitou o recurso ao arbitramento, mencionando a pressão de um forte interesse industrial (Sir John Pender, presidente da Brazilian Submarine Telegraph Co.). Ele declarou que uma mediação seria aceitável, desde que oferecida por uma terceira parte ⁴⁷ .
1895	12	05	Salvador de Mendonça, Ministro brasileiro em Washington (DC), acerca da proposta de arbitramento, reportou que o Chanceler norte-americano Richard Olney era favorável ⁴⁸ .
1895	12	16	A Grã-Bretanha propôs formalmente o arbitramento ⁴⁹ .
1895	12	23	Na Câmara dos Deputados, o deputado Nilo Peçanha condenou o arbitramento ⁵⁰ .
1896	01	07	O governo brasileiro negou formalmente o arbitramento, declarando que a Ilha era 'de jure' do Brasil ⁵¹ .

³⁸ Boletim Telegráfico da Repartição Geral dos Telégrafos, Rio de Janeiro, [ago.] out. 1895. In: *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 13 out. 1895. p. 1. Apud: Virgílio Arraes. *A República insegura...* p. 15.

³⁹ Ofício Reservado nº 26, 2ª Seção, da Legação em Londres, a 18 out. 1895. Apud: Virgílio Arraes. *A República insegura...* p. 14.

⁴⁰ Ofício Reservado nº 26, 2ª Seção, da Legação em Londres, a 18 out. 1895. Apud: Virgílio Arraes. *A República insegura...* p. 14.

⁴¹ *The Times Atlas*. p. 99-100. In: *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 18 out. 1895. p. 1. Apud: Virgílio Arraes. *A República insegura...* p. 15.

⁴² Ofício Reservado nº 27, 2ª Seção, da Legação em Londres, a 25 out. 1895. Apud: Virgílio Arraes. *A República insegura...* p. 15.

⁴³ *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 23 out. 1895. p. 1. Apud: Virgílio Arraes. *A República insegura...* p. 15.

⁴⁴ *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 12 nov. 1895. p. 1. Apud: Virgílio Arraes. *A República insegura...* p. 15-16.

⁴⁵ *Commerce*, London, 6 nov. 1895. In: Ofício nº 57, 2ª Seção, da Legação em Londres, a 15 nov. 1895. Apud: Virgílio Arraes. *A República insegura...* p. 16.

⁴⁶ Ofício Confidencial nº 32, 2ª Seção, da Legação em Londres, a 19 nov. 1895. Apud: Virgílio Arraes. *A República insegura...* p. 16.

⁴⁷ Anais do Senado Federal, sessão de 20 nov. 1895, ano VII, p. 3.027-3.029. Apud: Virgílio Arraes. *A República insegura...* p. 16.

⁴⁸ Ofício Confidencial nº 7, 2ª Sessão, da Legação em Washington (DC), a 5 dez. 1895. Apud: Virgílio Arraes. *A República insegura...* p. 17.

⁴⁹ BRASIL. *Relatório do Ministério das Relações Exteriores: 1895*. p. 58 (digitalizado e disponibilizado pelo CRL – Center for Research Libraries em: <http://www.crl-jukebox.uchicago.edu/bsd/bsd/hartness/relacoes.html>). Consultado em 10 nov. 2004. Ver: Virgílio Arraes. *A República insegura...* p. 17. Este último dá a data como dia 19.

⁵⁰ Anais da Câmara dos Deputados, sessão de 23 dez. 1895, ano VII, p. 3.410-3.411. Apud: Virgílio Arraes. *A República insegura...* p. 17.

1896	01	08	O <i>Jornal do Brasil</i> noticiou que o Ministro britânico, no Rio de Janeiro (Constatine Phipps) já estava informado ⁵² .
1896	01	14	O <i>Jornal do Comércio</i> comentou artigo no periódico francês <i>Journal des Debats</i> . Este defendia a necessidade das potências coloniais européias de manterem sistemas de comunicações telegráficas independentes usando cabos submarinos. Sem ele, ocorria a possibilidade de pôr em perigo os interesses nacionais e a segurança ficaria dependente de um poder estrangeiro. O diário francês mencionou como exemplo, a Grã-Bretanha que teve a intenção de colocar uma linha subsidiária da Ilha de São Vicente (Cabo Verde), passando pela Ilha de Ascensão e acabando em Ares de Buenos [Argentina]. Era nesse sentido que o cabo seria usado na Ilha da Trindade, resultando em duas vantagens: reduzir as despesas de instalação e "... transformando a ilha pequena estéril num maravilhoso posto de recepção. ..., semelhante a outros que Inglaterra possui em cada oceano". A notícia no jornal francês também referia que o governo britânico não estava envergonhado em estar representado na Diretoria Administrativa das empresas de cabo e, para apoiar estes interesses das empresas, ao mesmo tempo que os seus próprios, não hesitava em criar incidentes diplomáticos e de tomar à força os territórios cuja posse legítima era reivindicada ⁵³ .
1896	02	06	Lord Salisbury informou ao Ministro Souza Corrêa a necessidade de conciliação ⁵⁴ .
1896	02	13	A <i>House of Commons</i> (uma das câmaras do Parlamento britânico) questionou a Chancelaria britânica sobre a <i>Questão da Trindade</i> , obtendo respostas contraditórias ⁵⁵ .
1896	03	28	Souza Corrêa informa que Salisbury aceitara a mediação de alguma nação, em vez do arbitramento. Rejeitando o Brasil a proposta do arbitramento, cabia-lhe oficializar outra proposta ⁵⁶ .
1896	04	18	Ofício do Ministro Souza Corrêa ao MRE ⁵⁷ .
1896	04	29	<i>Jornal do Brasil</i> elogiou o Presidente Prudente de Moraes e o Chanceler Carlos de Carvalho ⁵⁸ .
1896	04	30	Relatório do MRE para o ano de 1895 ⁵⁹ .
1896	05	01	O governo de Portugal apresenta proposta de mediação a ambas as partes ⁶⁰ .
1896	05	10	Aceitação pela Grã-Bretanha da proposta de mediação de Portugal ⁶¹ .
1896	05	20	Aceitação do Brasil da proposta de mediação de Portugal ⁶² .
1896	07	08	O Ministro Souza Corrêa informou ao MRE que pesquisas geológicas mostravam a inutilidade da Ilha para uma estação de cabo telegráfico, o que teria levado a Grã-Bretanha a decidir conduzir o cabo pela Ilha de Ascensão, a Ilha de Santa Helena e as Ilhas Malvinas. Ao mesmo tempo comunicou o falecimento de Sir John Pender (7 de julho) ⁶³ .

⁵¹ BRASIL. *Relatório do Ministério das Relações Exteriores: 1895*. p. 58 (digitalizado e disponibilizado pelo CRL – Center for Research Libraries em: <http://www.crl-jukebox.uchicago.edu/bsd/bsd/hartness/relacoes.html>. Consultado em 10 nov. 2004.

⁵² *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 8 jan. 1896. p. 1. Apud: Virgílio Arraes. *A República insegura...* p. 17.

⁵³ *Journal des Debats*, Paris, [data?]. In: *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 14 jan. 1896. p. 1. Apud: Virgílio Arraes. *A República insegura...* p. 17.

⁵⁴ Ofício Reservado nº 4, 2ª Seção, da Legação em Londres, a 6 fev. 1896. Apud: Virgílio Arraes. *A República insegura...* p. 18.

⁵⁵ Ofício nº 14, 2ª Seção, da Legação em Londres, a 15 fev. 1896. Apud: Virgílio Arraes. *A República insegura...* p. 18.

⁵⁶ Ofício Reservado nº 8, 2ª Seção, da Legação em Londres, a 28 mar. 1896. Apud: Virgílio Arraes. *A República insegura...* p. 19.

⁵⁷ Ofício Reservado nº 10, 2ª Seção, da Legação em Londres, a 18 abr. 1896. Apud: Virgílio Arraes. *A República insegura...* p. 19.

⁵⁸ *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 29 abr. 1896. p. 1. Virgílio Arraes. *A República insegura...* p. 19.

⁵⁹ BRASIL. *Relatório do Ministério das Relações Exteriores: 1896* (digitalizados e disponibilizados pelo CRL – Center for Research Libraries em: <http://www.crl-jukebox.uchicago.edu/bsd/bsd/hartness/relacoes.html>. Consultado em 10 nov. 2004.

⁶⁰ Manoel Francisco Corrêa. Ocupação da Ilha da Trindade pela Inglaterra e restituição ao Brasil. *RIHGB*, Rio de Janeiro, t. 59, parte II, p. 5-28, 1896. p. 22-23. Ver, ainda: Eduardo Marques Peixoto. *Ilha da Trindade: memória histórica*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1932. p. 153-154.

⁶¹ Manoel Francisco Corrêa. Ocupação da Ilha da Trindade pela Inglaterra e restituição ao Brasil. *RIHGB*, Rio de Janeiro, t. 59, parte II, p. 5-28, 1896. p. 24. Ver, ainda: Eduardo Marques Peixoto. *Ilha da Trindade: memória histórica*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1932. p. 154-155.

⁶² Manoel Francisco Corrêa. Ocupação da Ilha da Trindade pela Inglaterra e restituição ao Brasil. *RIHGB*, Rio de Janeiro, t. 59, parte II, p. 5-28, 1896. p. 24-25. Ver, ainda: Eduardo Marques Peixoto. *Ilha da Trindade: memória histórica*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1932. p. 155.

⁶³ Ofício nº 30, 2ª Seção, da Legação em Londres, a 8 jul. 1896. Apud: Virgílio Arraes. *A República insegura...* p. 20.

1896	07	13	A Câmara dos Deputados pede a extinção da legação brasileira em Londres ⁶⁴ .
1896	07	20	Portugal apresenta a sua linha de defesa dos títulos brasileiros ⁶⁵ .
1896	08	03	A Grã-Bretanha renunciou à anexação da Ilha ⁶⁶ .
1896	08	04	A <i>Notícia</i> recebe telegrama de Lisboa antecipando a notícia da devolução da Ilha ⁶⁷ .
1896	08	05	Nota de Portugal ao Brasil informando o sucesso ⁶⁸
1896	08	05	Imprensa no Rio de Janeiro divulga a notícia da devolução da Ilha. ⁶⁹
1896	08	05	Sessão na Câmara dos Deputados. ⁷⁰
1896	08	05	Sessão no Senado. ⁷¹
1896	08	06	Projeto de Lei no Senado Federal para construir um farol na Trindade ⁷² .
1896	08	07	Notícia na <i>Gazeta de Notícias</i> . ⁷³
1896	08	11	Projeto de Lei na Câmara dos Deputados. ⁷⁴
1896	08	14	Plenipotenciário do Brasil em Lisboa: Assis Brasil. ⁷⁵
1896	08	14	Souza Corrêa comunica ao Brasil que Salisbury havia determinado ao Almirantado a remoção da bandeira britânica. ⁷⁶
1896	08	14	Portugal pede confidencialidade sobre os documentos diplomáticos. ⁷⁷
1896	08	14	Jornais portugueses transcrevem jornais britânicos ⁷⁸ .
1896	08	21	A Grã-Bretanha deu instruções para desocupar a Ilha ⁷⁹ .

- ⁶⁴ Clodoaldo Bueno. *A República e sua política exterior (1889 a 1902)*. São Paulo: UNESP; Brasília: IPRI, 1998. p. 336-337.
- ⁶⁵ Manoel Francisco Corrêa. Ocupação da Ilha da Trindade pela Inglaterra e restituição ao Brasil. *RIHGB*, Rio de Janeiro, t. 59, parte II, p. 5-28, 1896. p. 25-26. Ver, ainda: Eduardo Marques Peixoto. *Ilha da Trindade: memória histórica*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1932. p. 155-157.
- ⁶⁶ Manoel Francisco Corrêa. Ocupação da Ilha da Trindade pela Inglaterra e restituição ao Brasil. *RIHGB*, Rio de Janeiro, t. 59, parte II, p. 5-28, 1896. p. 27. Ver, ainda: Eduardo Marques Peixoto. *Ilha da Trindade: memória histórica*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1932. p. 157-158.
- ⁶⁷ Manoel Francisco Corrêa. Ocupação da Ilha da Trindade pela Inglaterra e restituição ao Brasil. *RIHGB*, Rio de Janeiro, t. 59, parte II, p. 5-28, 1896. p. 10. O autor apenas menciona o telegrama de Lisboa, recebido na noite de 4 de agosto pelo vespertino carioca *A Notícia*, salientando que a matéria ainda era sigilosa em Londres. Complementa que ela foi recebida com alegria pela população em todo o país, à medida em que era transmitida pelo telégrafo aos Estados (op. cit., p. 10-11). Peixoto resume essa informação e complementa que, no Rio de Janeiro, no Teatro Apolo, na mesma noite do dia 4, a notícia foi recebida com enorme regozijo, tendo a orquestra tocado o hino nacional, ouvido de pé pelos presentes, com muitos vivas ao Brasil. No dia seguinte foi estampada pela *Gazeta de Notícias* e outros periódicos cariocas, quando a informação foi oficialmente comunicada, por Nota diplomática, ao Ministro das Relações Exteriores. Eduardo Marques Peixoto. *Ilha da Trindade: memória histórica*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1932. p. 136. Arraes considera que a *Gazeta de Notícias* teria se antecipado aos demais jornais ao publicar a notícia no dia 5. Virgílio Arraes. *A República insegura: a disputa entre o Brasil e a Grã-Bretanha pela posse da Ilha da Trindade (1895-1896)*. *Cena Internacional*, Brasília, a. 2, n° 1, p. 5-29, jun. 2000. p. 21.
- ⁶⁸ Anexo 1, p. 3. BRASIL. *Relatório do Ministério das Relações Exteriores: 1896* (digitalizado e disponibilizado pelo CRL – Center for Research Libraries em: <http://www.crl-jukebox.uchicago.edu/bsd/bsd/hartness/relacoes.html>. Consultado em 10 nov. 2004.
- ⁶⁹ Eduardo Marques Peixoto. *Ilha da Trindade: memória histórica*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1932. p. 136.
- ⁷⁰ Anais do Senado Federal, sessão de 5 ago. 1896, ano VIII, p. 1.147. Apud: Virgílio Arraes. *A República insegura...* p. 21.
- ⁷¹ Anais do Senado Federal, sessão de 5 ago. 1896, ano VIII, p. 1.146. Apud: Virgílio Arraes. *A República insegura...* p. 21.
- ⁷² Manoel Francisco Corrêa. Ocupação da Ilha da Trindade pela Inglaterra e restituição ao Brasil. *RIHGB*, Rio de Janeiro, t. 59, parte II, p. 5-28, 1896. p. 19-20. Ver: Eduardo Marques Peixoto. *Ilha da Trindade: memória histórica*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1932. p. 149.
- ⁷³ Virgílio Arraes. *A República insegura...* p. 23.
- ⁷⁴ Manoel Francisco Corrêa. Ocupação da Ilha da Trindade pela Inglaterra e restituição ao Brasil. *RIHGB*, Rio de Janeiro, t. 59, parte II, p. 5-28, 1896. p. 19-20. Ver, ainda: Eduardo Marques Peixoto. *Ilha da Trindade: memória histórica*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1932. p. 149. O Projeto, na realidade, versava sobre a Ilha da Trindade e o Arquipélago de Fernando de Noronha. Anais da Câmara dos Deputados, sessão de 11 ago. 1896, ano VIII, p. 1.243. Apud: Virgílio Arraes. *A República insegura: a disputa entre o Brasil e a Grã-Bretanha pela posse da Ilha da Trindade (1895-1896)*. *Cena Internacional*, Brasília, a. 2, n° 1, p. 5-29, jun. 2000. p. 23.
- ⁷⁵ Virgílio Arraes. *A República insegura...* p. 23.
- ⁷⁶ Virgílio Arraes. *A República insegura...* p. 23.
- ⁷⁷ Virgílio Arraes. *A República insegura...* p. 23.
- ⁷⁸ Manoel Francisco Corrêa. Restituição da Ilha da Trindade ao Brasil. *RIHGB*, Rio de Janeiro, t. 60, parte II, p. 165-169, 1897. p. 168-169.
- ⁷⁹ Anexo 1, p. 5-6. BRASIL. *Relatório do Ministério das Relações Exteriores: 1896* (digitalizado e disponibilizado pelo CRL – Center for Research Libraries em: <http://www.crl-jukebox.uchicago.edu/bsd/bsd/hartness/relacoes.html>. Consultado em 10 nov. 2004.

1896	08	25	<i>Jornal do Brasil</i> informou que o <i>HMS Barracouta</i> se dirigira à Trindade para remover os marcos de ocupação. ⁸⁰
1897	01	24	O Cruzador Escola <i>Benjamin Constant</i> colocou um marco na Ilha da Trindade ⁸¹ .
1897	05	14	Relatório do MRE para o ano de 1896 ⁸² .
1898	11	15	Relatório do Presidente da República a seu sucessor.

⁸⁰ Virgílio Arraes. *A República insegura...* p. 23.

⁸¹ Anexo 1, p. 8-9. BRASIL. *Relatório do Ministério das Relações Exteriores: 1896*. (digitalizado e disponibilizado pelo CRL – Center for Research Libraries em: <http://www.wcrl-jukebox.uchicago.edu/bsd/bsd/hartness/relacoes.html>. Consultado em 10 nov. 2004. O Cruzador Escola *Benjamin Constant*, recém-construído na França, integrava a Divisão de Instrução da Marinha do Brasil. Para um histórico dessa embarcação, ver: <http://www.naviosdeguerrabrasileiros/ngb-cruzadorescolabenjaminconstant.htm>. Consultada em 30 nov. 2004.

⁸² BRASIL. *Relatório do Ministério das Relações Exteriores: 1896*. (digitalizado e disponibilizado pelo CRL – Center for Research Libraries em: <http://www.wcrl-jukebox.uchicago.edu/bsd/bsd/hartness/relacoes.html>. Consultado em 10 nov. 2004.